unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 40

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

MARTELOS NAS CERCAS: AINDA TEMOS UMA QUESTÃO AGRÁRIA?
Cléber José Bosetti

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO: UMA DISCUSSÃO PARA ALÉM DOS NÚMEROS
Flávia Lorena Brito e Odimar João Peripolli

ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS CORPORAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS
Guilherme Marini Perpetua, Markus Kröger e Antonio Thomaz Junior

AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO DEBATE PARADIGMÁTICO
Lorena Izá Pereira

LA MOVILIZACIÓN CONTRA EL DESPOJO DE MINERA SAN XAVIER: VEINTE AÑOS DE LUCHA EN CERRO DE SAN PEDRO, MÉXICO
Letizia Odeth Silva Ontiveros

LAS NUEVAS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIALES EN MÉXICO: DESPOJO AGRARIO Y RESISTENCIA CAMPESINA
Augustin Avila e Leon Enrique Avila Romero

LUTA PELA TERRA EM MIRANDÓPOLIS (SP): TRAJETÓRIA DO ACAMPAMENTO NOVA ESPERANÇA
Marco Aurélio da Silva Arlindo e Rosemeire Aparecida de Almeida

¿PROPIEDAD AGRÍCOLA PARA LOS INVERSIONISTAS O LAS INVERSIONES SOCIALES? LA TRANSFORMACIÓN DE LA PROPIEDAD DE LA TIERRA EN SASKATCHEWAN, CANADÁ
Annette Aurélie Desmarais, Darrin Qualman, André Magnan e Nettie Wiebe

A IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: PARA A CRÍTICA DO PROGRAMA AGRINHO
Rafael Rossi e Icléia Albuquerque de Vargas

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): UMA AVALIAÇÃO POR REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2011-2014
Natália Thaynã Farias Cavalcanti, Marta Cristina Marjotta-Maistro e Adriana Estela Sanjuan Montebello

MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADES DE PESCADORES DA COMUNIDADE CAJUEIRO EM MOSQUEIRO (BELÉM-AMAZÔNIA-BRASIL)
Christian Nunes da Silva, Hugo Pinon de Sousa, Thiago Maciel Vilhena, Joandreson Barra Lima e João Marcio Palheta da Silva

O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CARRASCO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA (AL)
AndreaYumi Sugishita Kanikadan e Rafael José Navas da Silva

Set./Dez.
2017

Revista NERA nº. 40

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paulon Girardi

CONSELHO EDITORIAL

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2017

Revista NERA (RNERA) nº. 39

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paulon Girardi

CONSELHO EDITORIAL

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
Hellen Mesquita

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – Pesquisador independente (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior– UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

GALE CENGAGE Learning

periódicos

Indexada por

GeoDados latindex Sumários.org

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, n°. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
2012 – ano 15, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 21
2013 – ano 16, nº. 22
2013 – ano 16, nº. 23
2014 – ano 17, nº. 24
2014 – ano 17, nº. 25
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2015 – ano 18, nº 27
2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2015 – ano 18, nº 29
2016 – ano 19, nº 30
2016 – ano 19, nº31
2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2016 – ano 19, nº33
2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2017 – ano 20, nº35
2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2017 – ano 20, nº37
2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2017 – ano 20, nº 40

Quadrimestral
ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO
Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

08	APRESENTAÇÃO PRESENTATION PRESENTACIÓN **Estevan Leopoldo de Freitas Coca**
11	**MARTELOS NAS CERCAS: AINDA TEMOS UMA QUESTÃO AGRÁRIA?** HAMMERS IN THE FENCES: DO WE STILL HAVE AN AGRARIAN QUESTION? MARTELLI SULLE RECINZIONI: ABBIAMO ANCORA UNA QUESTIONE AGRARIA? **Cléber José Bosetti**
39	**ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO: UMA DISCUSSÃO PARA ALÉM DOS NÚMEROS** ORIGIN AND DEVELOPMENT OF CAPITALISM IN THE COUNTRYSIDE: A DISCUSSION BEYOND THE NUMBERS ORIGEN Y DESARROLLO DEL CAPITALISMO EN EL CAMPO: UN DEBATE MÁS ALLÁ DE LOS NÚMEROS **Flávia Lorena Brito e Odimar João Peripolli**
61	**ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS CORPORAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO BRASIL** AGRO EXTRACTIVIST CORPORATIONS TERRITORIAL COVERAGE STRATEGIES IN LATIN AMERICA: THE CELLULOSE INDUSTRY CASE IN BRAZIL ESTRATEGIAS DE TERRITORIALIZACIÓN DE LAS CORPORACIONES AGROEXTRACTIVISTAS EN AMÉRICA LATINA: EL CASO DE LA INDUSTRIA DE CELULOSA EN BRASIL **Guilherme Marini Perpetua, Markus Kröger e Antonio Thomaz Junior**
88	**AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO DEBATE PARADIGMÁTICO** ACQUISITION OF LAND BY FOREIGNERS IN BRAZIL: AN ANALYSIS FOR PARADIGMATIC DEBATE ADQUISICIÓN DE TIERRAS POR EXTRANJEROS EN BRASIL: UNA EVALUACIÓN A TRAVÉS DEL DEBATE PARADIGMÁTICO **Lorena Izá Pereira**
111	**LA MOVILIZACIÓN CONTRA EL DESPOJO DE MINERA SAN XAVIER: VEINTE AÑOS DE LUCHA EN CERRO DE SAN PEDRO, MÉXICO**

A MOBILIZAÇÃO CONTRA O DESPEJO DA MINERA SAN XAVIER: VINTE ANOS DE LUTA EM CERRO DE SAN PEDRO, MÉXICO

THE MOBILIZATION AGAINST THE EVICTION OF THE SAN XAVIER MINE: TWENTY YEARS OF STRUGGLE IN CERRO DE SAN PEDRO, MEXICO

Letizia Odeth Silva Ontiveros

138 **LAS NUEVAS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIALES EN MÉXICO: DESPOJO AGRARIO Y RESISTENCIA CAMPESINA**

AS NOVAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS NO MÉXICO: DESPOSSESSÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

THE NEW SPECIAL ECONOMIC ZONES IN MEXICO: AGRARIAN DISPOSSESSION AND PEASANT RESISTANCE

Agustin Avila e Leon Enrique Avila Romero

163 **LUTA PELA TERRA EM MIRANDÓPOLIS (SP): TRAJETÓRIA DO ACAMPAMENTO NOVA ESPERANÇA**

STRUGGLE FOR LAND IN MIRANDÓPOLIS, STATE OF SÃO PAULO: TRAJECTORY OF CAMP NOVA ESPERANÇA

LUCHA POR LA TIERRA EN MIRANDÓPOLIS (SP): TRAYECTORIA DEL CAMPAMENTO NUEVA ESPERANZA

Marco Aurélio da Silva Arlindo e Rosemeire Aparecida de Almeida

181 **¿PROPIEDAD AGRÍCOLA PARA LOS INVERSIONISTAS O LAS INVERSIONES SOCIALES? LA TRANSFORMACIÓN DE LA PROPIEDAD DE LA TIERRA EN SASKATCHEWAN, CANADÁ**

PROPRIEDADE AGRÍCOLA PARA OS INVESTIDORES OU INVERSÕES SOCIAIS? A TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA EM SASKATCHEWAN, CANADÁ

INVESTOR OWNERSHIP OR SOCIAL INVESTMENT? CHANGING FARMLAND OWNERSHIP IN SASKATCHEWAN, CANADA

Annette Aurélie Desmarais, Darrin Qualman, André Magnan e Nettie Wiebe

206 **A IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: PARA A CRÍTICA DO PROGRAMA AGRINHO**

IDEOLOGY AND EDUCATION: TOWARDS A CRITICAL OF AGRINHO PROGRA

IDEOLOGÍA Y EDUCACIÓN: PARA UNA CRÍTICA DEL PROGRAMA AGRINHO

Rafael Rossi e Icléia Albuquerque de Vargas

225 **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): UMA AVALIAÇÃO POR REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2011-2014**

THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA): AN EVALUATION IN BRAZILIAN REGIONS IN THE PERIOD 2011-2014

EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA): UNA EVALUACIÓN POR REGIONES DE BRASIL EN EL PERIODO 2011-2014

Natália Thaynã Farias Cavalcanti, Marta Cristina Marjotta-Maistro e Adriana Estela Sanjuan Montebello

246

MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADES DE PESCADORES DA COMUNIDADE CAJUEIRO EM MOSQUEIRO (BELÉM-AMAZÔNIA-BRASIL)

LIFESTTYLE AND TERRITORIALITIES OF FISHERMEN OF THE COMUMNITY CAJUEIRO IN MOSQUEIRO (BELÉM-AMAZON-BRAZIL)

MODO DE VIDA Y TERRITORIALIDADES DE LA COMUNIDAD DE PESCADORES DE CAJUEIRO EN MOSQUEIRO (BELÉM-AMAZONIA-BRASIL)

Christian Nunes da Silva, Hugo Pinon de Sousa, Thiago Maciel Vilhena, Joandreson Barra Lima e João Marcio Palheta da Silva

273

O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CARRASCO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA (AL)

DEVELOPMENT AS FREEDOM AT QUILOMBO OF CARRASCO IN THE CITY C ARAPIRACA (AL)

EL DESARROLLO COMO LIBERTAD EN EL QUILOMBO DE CARRASCO EN LA CIUDAD DE ARAPIRACA (AL)

AndreaYumi Sugishita Kanikadan e Rafael José Navas da Silva

294

COMPÊNDIO DE AUTORES

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

317

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Apresentação

O ano de 2017 foi bastante produtivo para a Revista NERA. Incluindo a presente edição, foram publicadas outras seis – duas em caráter de dossiê –, contendo sessenta e nove artigos. As contribuições vieram de autores de diversos países, com destaque para a América Latina, o que consolida esse periódico como uma referência na discussão sobre a atualidade da Questão Agrária. Além de abordagens críticas à expansão do modelo do agronegócio, foram divulgadas e debatidas ações alternativas construídas por movimentos e comunidades camponesas e indígenas.

Em 2017, a Revista NERA passou a ser reconhecida como de nível A2 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), galgando um espaço de referência na Geografia Agrária brasileira. Essa é a razão para que o número de submissões de trabalhos esteja crescendo de maneira intensa, o que exige da equipe editorial um esforço ainda maior.

Diante de tal contexto, a edição derradeira de 2017 contém 12 artigos que versam sobre diferentes processos da Questão Agrária e suas multiescalaridades e multidimensionalidades.

Os dois primeiros trabalhos trazem à tona a discussão sempre atual da relação entre o capitalismo e o campo. Em “Martelos nas cercas: ainda temos uma Questão Agrária?”, Cléber Bosetti faz uma análise sobre o discusso adotado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) visando justificar a implementação da reforma agrária no Brasil. Destaca-se que apesar de serem produzidas diferentes conjunturas sócioeconomômicas, o tema permanece pertinente, o que evidencia uma Questão Agrária não resolvida. A relação capital *versus* terra é retratada em “Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma análise para além dos números”, de Flávia Lorena Brito e Odimar João Peripolli. Tomando o Brasil como referência, os autores enfatizam que, na atualidade, tem se fortalecido a tendência de as políticas públicas partirem de um entendimento do capitalismo como totalidade, sem considerar a diversidade das relações sociais produzidas no campo.

A concretude da abordagem acima referida aparece nos dois artigos seguintes. Em “Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil”, Guilherme Marini Perpétua, Markus Kröger e Antonio Thomaz Junior sustentam que, da maneira como está estruturada, a produção de celulose implica necessariamente a pilhagem ilimitada de recursos territoriais, em detrimento dos povos originários, tradicionais, camponeses e dos trabalhadores vinculados ao processo produtivo, no campo e nas fábricas, e da população das áreas atingidas, como um todo. Por seu turmo, Lorena Izá Pereira, em “Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático”, debate as diferenças entre os termos *land grabbing* e

estrangeirização de terras como forma de problematizar a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil.

Os próximos quatro artigos exemplificam ações de resistência camponesa e indígena contra a expansão do agronegócio no campo e nas florestas. Letizia Odeth Silva Ontiveros, no texto “La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México” destaca o processo de resistência da comunidade local contra a mineradora San Xavier, atuante de Cerro de San Pedro, no México. O trabalho “Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina”, escrito por Agustin Avila e Leon Enrique Avila Romero destaca que a criação de Zonas Econômicas Especiais pelo governo mexicano intensificou a inserção desse país na lógica neoliberal, causando consideráveis impactos em comunidades camponesas, as quais criam estratégias de resistência que se acentam em perspectivas alternativas para a propriedade da terra. Um exemplo de resistência brasileiro aparece no texto “Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança”, de Marco Aurélio Arlindo da Silva e Rosimeire Aparecida de Almeida. Os autores abordam a trajetória de vida de camponeses que participaram do acampamento Nova Esperança, espaço de luta que deu origem ao assentamento Primavera II, em Mirandópolis. Por fim, Annette Aurélie Desmarais, Darrin Qualman, André Magnan e Nettie Wiebe, no trabalho “¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá” destacam os grandes negócios por terras envolvendo estrangeiros na província de Saskatchewan, no Canadá.

Seguindo, constam dois artigos que problematizam as disputas pelo modelo de desenvolvimento para o campo por meio de políticas públicas. Rafael Rossi e Icléia Albuquerque de Vargas, em “Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho”, discutem a origem, natureza e a função social da ideologia no ser social e a orientação ideológica presente no material didático do Programa Agrinho no Estado de Mato Grosso do Sul. Natália Thaynã Farias Cavalcanti, Marta Cristina Marjotta-Maistro e Adriana Estela Sanjuan Montebello, em “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014” utilizam-se de dados oficiais para discutir a compra institucional de alimentos no Brasil. Constatou-se que a região Nordeste se destacou entre as demais em termos de volume de recursos (R$), volume da produção (Kg), entidades atendidas, número de organizações e abrangência, porém possui os fornecedores que menos receberam recursos.

Os dois artigos que encerram essa edição da Revista NERA abordam elementos do modo de vida e produção do campesinato. Christian Nunes da Silva, Hugo Pinon de Sousa, Thiago Maciel Vilhena, Joandreson Barra Lima e João Marcio Palheta da Silva, em “Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-

Amazônia-Brasil)" a partir de dados de campo e de levantamentos cartográficos sobre as atividades de subsistência realizadas por populações de pescadores amazônidas, apresentam algumas categorias de análise territorial que podem ser trabalhadas no uso dos recursos naturais, levando em consideração os modos de vida dessa população, a abrangência territorial sob influência da pesca e os mecanismos de representação territorial elaborados com o auxílio de técnicas de mapeamentos participativos. AndreaYumi Sugishita Kanikadan e Rafael José Navas da Silva, em "O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)" reconhecem a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade, para a comunidade quilombola do Carrasco, em Arapiraca-AL.

De tal modo, os trabalhos aqui contidos apontam para um contexto de intensa conflitualidade no campo e nas florestas. O avanço do capitalismo tem sido acompanhado de re-existências de camponeses e indígenas, o que leva a emergência de novas práticas especiais e disputas pelo modelo de desenvolvimento.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos os leitores da Revista NERA, os quais foram de fundamental importância para o produtivo ano de 2017 e ao mesmo tempo desejamos a todos um 2018 de muita luta e resistência.

Uma boa leitura!

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Editor da Revista NERA

Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?

Cleber José Bosetti
Doutor em Sociologia Política pela UFSC; Professor de Sociologia e Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC
E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br

Resumo

O MST produziu, ao longo de sua história, uma narrativa discursiva para defender a reforma agrária. Esta narrativa procura justificar a reforma agrária, dando lhe um significado próprio, em diferentes contextos históricos da sociedade brasileira. Como a luta pela reforma agrária continua presente, pode-se dizer que a questão agrária também não foi resolvida, logo, ainda faz sentido discuti-la.

Palavras- chaves: MST; discursos; questão agrária.

Hammers in the fences: do we still have an agrarian question?

Abstract

The MST produced, throughout his history, a discursive narrative to defend of agrarian reform. This narrative seeks to justify the agrarian reform, giving it an own meaning, in different historical contexts of Brazilian society. As the struggle for agrarian reform is still present, it can be said that the agrarian question was also not resolved, soon, still makes sense discuss it.

Keywords: MST; speeches; agrarian question.

Martelli sulle recinzioni: abbiamo ancora una questione agraria?

Resumen

Il MST ha composto, nel la sua storia, una narrazione discorsiva per difendere la riforma agraria. Questa narrazione cerca di giustificare la riforma agraria, dandogli un significato particolare nei diversi contesti storici dalla società brasiliana. Come la lotta per la riforma agraria è ancora presente, si può dire che la questione agraria anche non ebbe risolto, dunque, c'è ancora senso per discuterla.

Parole chiave: MST; discorsi; questione agrária.

Introdução

Há muito tempo que os martelos dos camponeses têm batido nas cercas, mas a música resultante do tinido do arame nem sempre tem produzido uma moda de viola romântica e festiva. Pelo contrário, as notas ressoaram gritos de desespero diante da violência estatal e civil. As tramas afinadas entre aqueles que ergueram as cercas e o

aparato institucional do Estado brasileiro não deixaram a questão agrária sair da primeira estrofe, debaixo das lonas pretas. Embora algumas vozes agudas afirmem categoricamente o fim da questão agrária, outras vozes graves ainda procuram justificá-la. Qual seria então a melodia da questão agrária hoje?

A abordagem da questão agrária foi historicamente concebida como um conjunto de entraves estruturais presentes no campo que impediam o desenvolvimento econômico do capitalismo. Isso incluía a concentração fundiária, o latifúndio improdutivo e a massa de camponeses em situação de pobreza extrema no campo. Parte desta realidade foi alterada com o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira. Entretanto, o desenvolvimento da agricultura produtivista marcada pelo intenso uso de agrotóxicos, pela biotecnologia e pelas monoculturas, tem criado novas contradições em relação à função social da propriedade fundiária. Desta forma, a questão agrária pode ser resignificada em torno de questões como o desemprego, o desequilíbrio ambiental, a contaminação por agrotóxicos e os transgênicos.

A partir da análise dos discursos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST–, este artigo procura mostrar como o tema da reforma agrária foi sendo significado e resignificado de acordo com os diferentes momentos políticos do país, bem como em função das transformações econômicas e tecnológicas ocorridas na agricultura. Assim, a questão agrária ainda pode fazer sentido...

A narrativa da reforma agrária

A discussão da reforma agrária no Brasil tornou-se sistemática a partir da segunda metade do século XX. Em um momento histórico de transição socioeconômica de uma sociedade rural para uma urbanização precária, a questão agrária foi colocada em evidência por intelectuais, políticos e movimentos sociais. A identificação desse problema estrutural impulsionou movimentos e lutas pela terra sob a bandeira de uma reforma agrária, ou seja, da reformulação na lógica de distribuição e organização da propriedade fundiária no país. Sendo assim, a presença do discurso da reforma agrária é uma das expressões da existência de um problema estrutural no espaço rural brasileiro.

A narrativa da reforma agrária no Brasil, produzida especialmente pelo MST, apresenta, ao longo de sua trajetória, um sentido estruturante que preconiza não só a redistribuição fundiária, mas a idealização de outra maneira de se pensar e praticar a agricultura tendo em vista à construção de um projeto de sociedade. A centralidade do problema da terra é uma espécie de suporte para resolver outros problemas presentes na

sociedade, como a desigualdade social, o desemprego, a precariedade da cidadania e os problemas ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento rural produtivista, ou seja, do modelo de agricultura controlado por grandes empresas. Todos esses elementos fizeram parte da narrativa dos movimentos sociais que reivindicaram a reforma agrária no Brasil a partir da década de 1980.

Em cada conjuntura, cada um desses elementos adquire um significado específico. Conforme as cercas do modelo de desenvolvimento produtivista na agricultura foram construídas, a narrativa da reforma agrária buscou desenrolar os arames das contradições deixadas pelo mesmo. Assim, a historicidade dos embates foi tecida primeiramente com o problema dos camponeses sem terra e explorados no campo; em seguida incorporou o problema do desemprego e precariedade de cidadania na sociedade brasileira; depois passou pela proposição do cooperativismo como alternativa para a agricultura de base familiar resistir enquanto forma de produção; e, atualmente, incluiu o discurso de um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agroecologia.

Em todos esses momentos, houveram construções discursivas socialmente arquitetadas. Isso porque “o discurso não é definível independentemente das relações que o constituem, portanto, é, em última instância, uma prática” (LECOURT, 2008, p. 50). Esta prática é composta pela adesão dos sujeitos a determinadas condições de produção e reprodução do discurso numa dada formação social, ou seja, são as regras e possibilidades históricas disponíveis àqueles que enunciam o discurso em função das perspectivas políticas que os motivam. Assim, por trás de um discurso existe um conjunto de forças econômicas, políticas, científicas e até mesmo morais que o instrumentalizam.

Um enunciado é um acontecimento único, mas está aberto à repetição, à transformação e à reativação (FOUCAULT, 1986). Ele nunca será o mesmo, pois está inserido em diferentes ordens discursivas que, por sua vez, estão sempre associadas às condições históricas. Isso faz com que questões como a da reforma agrária sejam abordadas discursivamente com nuances diferenciadas nas diferentes conjunturas históricas em que são enunciadas. Embora nos embates discursivos atuais a cerca da reforma agrária ainda seja possível observar determinada cisão sociopolítica evocada no passado, os novos sujeitos, as novas demandas e outra ordem discursiva estão presentes na atualidade. Sendo assim, os discursos enunciados em torno da reforma agrária na atualidade não significam a mesma coisa que nas conjunturas anteriores, portanto, possuem singularidade.

Os discursos manifestos emergem historicamente como uma irrupção de acontecimentos ligados a sua instância, isto é, ao conjunto de acontecimentos históricos que o envolvem e lhe dão sentido (FOUCAULT, 1986). Isso significa que, por mais que aparentem serem repetições e continuidades, os discursos são acontecimentos singulares

dispostos em suas respectivas formações sociais. Essa irrupção envolve um conjunto de relações discursivas, de sujeitos e, fundamentalmente, de interesses sociais empenhados com o objetivo de impor sua visão no mundo social.

O mundo social pode ser entendido como um conjunto de espaços construídos na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que nele atuam (BOURDIEU, 2005). Nesses espaços circulam os agentes, suas propriedades e posições materiais e imateriais e a intersecção dos diferentes campos da vida social. Essa configuração faz com que a vida social apresente constantes concorrências e lutas pelo direito de ocupar determinadas posições dentro desse espaço. Neste sentido, os discursos tornam-se parte das estratégias de fortalecimento das posições e interesses sociais em disputa. Os agentes e instituições procuram articular discursivamente suas demandas de forma a operar uma infusão das prerrogativas de suas próprias posições a fim de sustentar-se diante de seus oponentes.

O MST tem sido a principal força sociopolítica empenhada na defesa política da reforma agrária no Brasil. A compreensão das narrativas do MST, por uma questão analítico-metodológica, pode ser dividida em quatro momentos distintos: o contexto pré-formativo do MST (1981-1984); o período da transição democrática (1985-1989) em que se discutiu a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a expansão e radicalização do movimento durante a década de 1990; e o período da guinada discursiva a partir da década de 2000. Essa divisão foi elaborada a partir da percepção das nuances discursivas existentes em cada momento referido.

Há camponeses passando fome: reforma agrária urgente!

A tematização da questão agrária no Brasil possui suas especificidades históricas. Diferentemente dos processos socioeconômicos que serviram de base para o pensamento marxista clássico sobre o tema, a dinâmica da agricultura e da sociedade brasileira seguiram outro caminho. Isso porque o nosso processo de modernização capitalista foi tardio em relação ao modelo europeu analisado pelos teóricos marxistas. A modernização da agricultura brasileira foi posterior ao próprio processo de industrialização do país, logo, a estrutura fundiária e as relações de produção pré-capitalistas, típicas do período colonial, continuaram presentes no espaço rural brasileiro (RANGEL, 2004).

Com o processo de modernização da agricultura em marcha a partir da década de 1960, o espaço rural brasileiro apresentava uma grande massa de camponeses vivendo em condições precárias. As raízes da pobreza rural foram diagnosticadas como decorrentes dos

minifúndios, isto é, da área insuficiente de terra pertencente a uma família camponesa, e da falta de acesso a terra para grande parcela do campesinato decorrente da concentração fundiária. Além disso, havia o problema da precariedade dos direitos trabalhistas no campo (PRADO JUNIOR, 1987).

Em consequência das pressões de movimentos sociais como *As Ligas Camponesas* nas décadas de 1950-1960[1], bem como para dar uma resposta à movimentação política das *Reformas de Base*, feita durante o governo João Goulart (1961-1964) e que incluíam a reforma agrária, foi criado, durante o governo da Ditadura Militar em 1964, o *Estatuto da Terra.* Este, dentre outras prerrogativas, sinalizava para a realização de uma reforma agrária por interesse social nos latifúndios por dimensão e exploração. Entretanto, a política efetiva dos governos da época não priorizou a reforma agrária como solução para os problemas em questão.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), as soluções apresentadas foram o incentivo à modernização, na qual cabia a agricultura o papel de substituição das importações, de fornecer recursos cambiais através das exportações, bem como de produzir alimentos e matérias-primas para o mercado interno a baixo custo, tendo em vista o desenvolvimento industrial do país (GRAZIANO DA SILVA, 1998). A prerrogativa era de que a própria modernização resolveria os problemas sociais no campo... O resultado desse processo é que muitos camponeses abandonaram o campo, o desemprego aumentou pela não absorção da mão de obra migrante pelo setor industrial e houve um crescimento da pobreza nas periferias das cidades.

No início da década de 1980, as condições socioeconômicas no espaço rural brasileiro continuavam apresentando uma característica marcante: a presença de um grande contingente de camponeses sem terra. A presença destes contrastava com a persistência visível de latifúndios improdutivos nas mais diversas regiões do país, fato que indicava certa inoperância daquilo que foi estabelecido no *Estatuto da Terra de 1964*. Diante disso, as narrativas da reforma agrária neste período buscavam legitimar-se nas próprias condições objetivas existentes no espaço rural. Diante das fragilidades do processo de modernização, fortalecia-se o discurso da distribuição terra para àqueles que nela trabalhavam...

[1] Em linhas gerais, as ligas Camponesas foram organizações genericamente assim denominadas por uma alusão as organizações criadas pelo PCB na década de1940 e que promoveram, durante as décadas de 1950-1960, fortes embates políticos contra latifundiários e com o próprio Estado. De certa forma, a criação do Estatuto da Terra de 1964 foi uma estratégia de acalmar os ânimos e mostrar que o Estado faria as mudanças demandadas por via institucional. Sobre as Ligas Camponesas ver: JULIÃO (2009).

Antes mesmo da criação do MST, as organizações que apoiavam os trabalhadores rurais sem terra produziram um importante documento. Trata-se do *Boletim Sem Terra,* produzido entre os anos de 1981-1984 a partir do acampamento denominado de *Encruzilhada Natalino* no Norte do Rio Grande do Sul. Essa mobilização contou com a participação de milhares de camponeses e de segmentos da sociedade civil que defendiam a necessidade da reforma agrária para amenizar os problemas sociais existentes no meio rural.

O *Boletim Sem Terra (BST)* foi construído com a participação de diversas entidades que na época apoiavam as reivindicações dos sem terra. Dentre essas entidades podem ser destacadas a comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Pastoral Universitária (PU) do Rio Grande do Sul (PERLI, 2006). A participação ativa de várias entidades religiosas e sujeitos ligados a elas, especialmente a CPT, fez com que a narrativa da reforma agrária, nesse momento, apresentasse uma simbologia do imaginário religioso. Esta condição política integrada ao discurso religioso constitui-se como parte das estratégias discursivas de legitimação da reforma agrária. A comparação entre os camponeses sem terra com o sofrimento do povo bíblico foi um recurso muito utilizado para mobilizar as autoridades e, principalmente, a sociedade civil na época.

Em sua primeira edição, o BST apresenta a difícil situação dos segmentos camponeses demandantes por terra (arrendatários, posseiros, peões, meeiros, agregados) e reforça sua identidade com a terra e com o trabalho na agricultura, sob o lema: "*terra para quem nela trabalha*" (BOLETIM SEM TERRA, 1981). Não atendidos pelos governos e vivendo em condições precárias de vida nos acampamentos, o documento faz um apelo à comunidade para ajudar os trabalhadores que querem terra para trabalhar. Ao longo do ano de 1981, as demais edições do BST continuam relatando o cotidiano dos acampamentos. Nestes destacam-se a organização das lideranças com base no espontaneísmo e no discurso religioso como forma de sustentação da narrativa da reforma agrária. Conforme trecho do BST:

> Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição da posse da terra (...). Diariamente, após as 17 horas, as famílias dos sem terra se reúnem junto à cruz, símbolo de seu sofrimento e paixão. Escorada no centro do acampamento, a cruz significa a solidariedade, o apoio dos sindicatos, entidades e igrejas na luta pela conquista da terra. Alí, os acampados rezam, recebem informações e debatem seus problemas (...) (BOLETIM SEM TERRA, 03/06/1981).

Essa narrativa explica-se pela forte religiosidade professada pelos próprios trabalhadores acampados que, em sua maioria, eram oriundos de comunidades rurais com

forte presença da religião desde a colonização da região. Algumas entidades religiosas, como a comissão Pastoral da Terra (CPT), auxiliavam os acampados e eram responsáveis pela própria edição do BST, logo, o discurso religioso ocupou espaço significativo no imaginário da luta pela terra durante os primeiros acampamentos. Reforçando a ideia do sofrimento do povo, a simbologia religiosa da cruz e os relatos dos momentos de oração acabavam fortalecendo a busca por apoio da população civil no momento em que a solidariedade era crucial para a continuidade da luta.

Durante os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, a luta dos Trabalhadores Sem Terra com o governo estadual dava-se em função deste último não querer desapropriar os latifúndios existentes no Estado. O governo oferecia emprego temporário e terras em outros estados, especialmente no Mato Grosso, enquanto os camponeses queriam reforma agrária e desapropriações de latifúndios na região. O BST enfatizava a questão do latifúndio improdutivo com base na legislação vigente, ou seja, no *Estatuto da Terra*. Neste sentido, a adesão discursiva daqueles que lutavam pela terra pautava-se na legitimidade legal.

Ainda antes da criação do MST, a narrativa da reforma agrária buscava sua legitimidade nos problemas eminentemente agrários, ou seja, na persistência de uma questão agrária ainda não resolvida. No ano de 1983, foi divulgado um documento denominado de Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

> *Reforma Agrária: uma solução para a crise brasileira*
> Uma reforma agrária no Brasil teria como resultado a solução para o desemprego e para o subemprego; a ocupação das terras que não produzem nada, o aumento da produção de alimentos e matérias primas para as indústrias, movimentando o mercado interno; a economia do país voltaria a crescer; as liberdades e direitos dos trabalhadores rurais seriam atendidos. (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1983).

Nota-se que a reforma agrária é invocada em nome da existência de uma *questão agrária,* isto é, de uma estrutura agrária marcada por elementos pré-capitalistas que atravancam o desenvolvimento econômico e geram pobreza no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1987). O discurso da existência de uma questão agrária, que fundamentou as narrativas da reforma agrária nas décadas de 1950 e início da década de 1960, foi relativamente silenciado durante a Ditadura Militar das décadas de 1960-1970 com a chamada modernização da agricultura. Porém, o caráter seletivo desta fez com que os problemas agrários reaparecessem com força na medida em que os governos militares foram perdendo legitimidade.

Assim, no inicio da década de 1980, diante de um cenário de crise econômica e com desemprego no campo e na cidade, a reforma agrária reapareceu como uma das soluções para os problemas mais amplos de desenvolvimento econômico e social do país.

Invocada em nome dos camponeses sem terra presentes no espaço rural e da imobilização socioeconômica criada pelos latifúndios improdutivos ainda existentes, a reforma agrária era reivindicada neste contexto em função do reconhecimento da existência de uma questão agrária.

A democracia passa pela reforma agrária

A realização do I Encontro Nacional do MST no ano de 1984, evento que se tornou o marco do nascimento deste movimento social, contribuiu para definir os princípios de sustentação da ideia de reforma agrária a ser defendida nos anos seguintes. Promovido em um contexto político de expectativas em função da redemocratização do país, as discussões notabilizaram-se pela afirmação de um discurso de autonomia política. Embora o MST, ao longo de sua trajetória, continuou contando com o apoio de outras organizações no plano político-discursivo e em algumas mobilizações sociais. A concepção de reforma agrária elaborada no I Congresso Nacional pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

> *Reforma agrária*
> Podem fazer parte dos sem terra os vários segmentos rurais que não possuem a propriedade da terra ou que possuem uma quantidade inferior a 5 hectares; o movimento sem terra deve ter autonomia política; o objetivo da reforma agrária é lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta; em todas as conquistas de terra, deve-se discutir formas alternativas de produção de posse e cultivo da terra (...). (I CONGRESSO NACIONAL DO MST, 1985. In: www.mst.org.br).

A exclusividade de ser trabalhador rural (meeiros, posseiros, arrendatários ou minifundiários) para fazer parte do movimento, ainda se justificava pela presença de um grande número de camponeses nessas condições, ou seja, pelo fato de o desenvolvimento da agricultura capitalista ainda não ter expulsado esses segmentos do campo. Esta exclusividade foi alterada em anos posteriores, pois, com a diminuição dos sujeitos mencionados no campo em função da modernização e do êxodo rural, os segmentos urbanos passaram a ser aceitos como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A presença de regimes socialistas, ainda que decadentes, como alternativa ao capitalismo, inspirou o ideário socialista revolucionário nos discursos do MST no período. A narrativa socialista, presente nos discursos oficiais, é o sinal mais explícito da autonomia política construída pelo movimento. Neste momento, a narrativa transcende ao problema

eminentemente agrário e faz da reforma agrária um caminho para se chegar ao terreno de um projeto de sociedade inspirado no ideário socialista.

Porém, tal manifestação interferiu nas relações do movimento com a sociedade civil, afinal, a ideia de socialismo havia sido negativamente construída no imaginário social da população brasileira, principalmente durante o período da Ditadura Militar. Se em anos anteriores havia uma forte presença do discurso religioso, aspecto que criava uma empatia maior com a sociedade civil, após a autonomização do movimento e a adoção do discurso socialista, a relação com a sociedade civil mudou significativamente.

Cabe também ressaltar a prescrição da defesa das formas alternativas de produção para os assentamentos rurais de reforma agrária. Esta narrativa já era enunciada, porém com uma ênfase ainda tímida em relação aos demais objetivos. Isso porque ainda não havia uma definição sobre o significado do que eram essas formas alternativas. Embora a menção de ruptura com o modelo de desenvolvimento rural vigente já estivesse sendo sinalizado, o contexto exigia maior ênfase na organização da luta para desapropriar os latifúndios e na organização dos assentamentos rurais.

A partir de 1985, durante o governo de José Sarney, foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Resultado das discussões políticas relacionadas ao processo de democratização, este plano intensificou as discussões políticas favoráveis e contrárias à reforma agrária no Brasil. As expectativas criadas no início logo foram perdendo força com a forte reação dos segmentos sociopolíticos contrários à sua realização. Liderados pelas entidades patronais como a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre outras, essa oposição foi caracterizada pela pressão política e pela violência de milícias armadas. As pressões trazidas por essas organizações conseguiram esvaziar a plataforma política do PNRA (CARVALHO, 1989).

O processo de transição para a “Nova República” foi visto pelas elites rurais como a reedição do movimento das reformas de base das décadas de 1950-1960, no qual a reforma agrária era contemplada como um dos carros-chefes. Assim, criaram-se rapidamente sindicatos e associações patronais que visualizavam a inevitabilidade de uma guerra no campo. Esta postura política do setor patronal se converteu rapidamente em práticas tradicionalmente associadas ao coronelismo, como a formação de milícias armadas e a ação paramilitar para coibir as atividades do MST no campo (BRUNO, 2003).

Diante das dificuldades políticas enfrentadas para sustentar a legitimidade da reforma agrária com o lema anterior (terra para quem nela trabalha), a prerrogativa da reforma agrária em nome da questão agrária deslocou-se parcialmente na direção dos problemas sociais urbanos. A inflação, o alto custo dos alimentos e o desemprego urbano,

em parte gerado pela concorrência e em parte pela não incorporação dos camponeses que migraram para a cidade, eram problemas reais que poderiam dar legitimidade à reforma agrária. Isso pode ser visto na Campanha Nacional pela Reforma Agrária mobilizada e assinada por vários movimentos sociais, dentre eles a CONTAG, a CUT e o MST, no ano de 1986.

> *A luta pela reforma agrária*
> A luta pela reforma agrária não é uma luta isolada e exclusiva dos trabalhadores rurais; o interesse pela redistribuição de terra alcança também a classe trabalhadora da cidade. A falta de alimentos, as miseráveis favelas na periferia das cidades, as famílias desmembradas, os milhões de menores na rua, são só alguns dos problemas que os operários da cidade estão vivendo. (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1986. In: www.mst.org.br).

Ao tocar nos graves problemas urbanos, a narrativa da reforma agrária idealizava uma inversão histórica no movimento de migração da população brasileira do campo para a cidade. Este movimento populacional apresentou-se como problemático devido às discrepâncias na relação entre o êxodo rural gerado e a incorporação desses trabalhadores em empregos urbanos, ou seja, de uma questão agrária não bem resolvida. A reforma agrária era apresentada como uma forma de regeneração para o projeto de país que estava sendo construído com todas as expectativas da democratização.

Nas vésperas do processo constitucional que confirmaria a redemocratização do país, o MST e demais entidades comprometidas com a causa da reforma agrária procuraram reforçar a necessidade da reforma agrária como sendo uma questão crucial para a democracia e cidadania no país. Como se vê no seguinte documento:

> *A questão agrária e a constituinte*
> Sem reforma agrária não há democracia A próxima constituinte é a última chance. É chegado o momento de invertermos os termos da questão. A regra agora é a desapropriação, é a entrega gratuita ou não de terra á quem nela trabalha ou queira trabalhar. A reforma agrária não é apenas o exercício de uma economia baseada no trabalho familiar, não é somente mais produção, diversidade de cultura, lavoura de subsistência, ampliação do mercado interno. Reforma agrária é, antes de tudo, um passo fundamental em direção à cidadania, diante do que se vê no país, ou seja, a subordinação quase absoluta dos trabalhadores rurais, dos camponeses, dos posseiros, dos sem terra ao poder econômico e ao poder político dos que tem o monopólio da terra. (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1986. In: www.mst.org.br).

Os discursos são produzidos socialmente dentro de uma rede discursiva, ou seja, estão conectados aos assuntos e disputas vigentes em dado contexto. Diante das discussões da assembleia constituinte do ano de 1987, os movimentos sociais defensores da reforma agrária mobilizaram seus recursos políticos e discursivos para reforçar o lugar da reforma agrária dentro da constituição que estava por vir. É importante perceber que o termo

questão agrária continua sendo invocado, pois o mesmo representa uma dimensão mais ampla do problema da terra que neste momento também está sendo associado à questão da cidadania.

Outro aspecto interessante de se marcar é o fato de que, desde o contexto pré-formativo do MST até o início da década de 1990, a narrativa da reforma agrária tem como um de seus ancoradouros a necessidade de aumentar a produção de alimentos no país. Um dos reflexos da concentração fundiária e do modelo de desenvolvimento rural voltado para a agricultura de exportação, no período, era a deficiente produção de alimentos para o mercado interno. De certa forma, essa reivindicação tecia uma crítica ao principal pilar que instrumentalizou as políticas de desenvolvimento rural nas décadas anteriores: a segurança alimentar (CHONCHOL, 2005).

Se o aumento da produtividade de alimentos foi uma conquista da *Revolução Verde*, o mesmo não aconteceu com sua distribuição. Assim, como o objetivo do modelo de desenvolvimento rural baseado na Revolução Verde não estava sendo efetivo no que se refere ao problema da distribuição de alimentos, a narrativa da reforma agrária encontrava ressonância nos segmentos urbanos da sociedade brasileira. A perspectiva de que a redistribuição da terra poderia significar a redistribuição de alimentos nutria uma fonte de legitimidade no discurso da reforma agrária.

Porém, nos embates surgidos no contexto constitucional, as forças sociopolíticas contrárias à reforma agrária conseguiram se sobressair. Liderados pela UDR e demais entidades patronais, novamente a questão agrária foi vencida pelo discurso da modernização das grandes e pequenas propriedades (ARAÚJO; TEIXEIRA, 1987). Com o esvaziamento do PNRA e as derrotas na constituição de 1988, que acabou restringindo a desapropriação ao latifúndio improdutivo, os embates pela reforma agrária não tinham mais em vista as expectativas otimistas criadas em função da redemocratização do país.

As derrotas políticas da reforma agrária no âmbito da elaboração da nova constituição fez com que o MST reorganizasse sua plataforma política. Com o fortalecimento das estratégias de ocupação para pressionar o Estado a fim de agilizar o processo, a narrativa da reforma agrária fazia da redistribuição fundiária um aspecto fundamental para a afirmação da própria democracia. De certa forma, pode-se dizer que esta narrativa passou a ser escrita nas ruas através das grandes mobilizações organizadas pelos movimentos sociais e de ocupações de terra para acelerar os assentamentos de reforma agrária.

Cidadania e cooperativismo: condições para quem na terra trabalha!

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988 e das eleições presidenciais de 1989, a situação econômica do país continuava grave. A agricultura brasileira ressentia-se com o sucateamento de toda uma estrutura de políticas públicas criadas no período da Ditadura Militar, que incluía desde o crédito à assistência técnica. Com isso, a inserção do país nos mercados globais competitivos com a política liberal do início da década de 1990 fragilizou ainda mais os agricultores de base familiar e demais segmentos dos trabalhadores rurais. Os problemas sociais já existentes no campo se intensificaram, pois a reforma agrária não havia sido feita e os direitos trabalhistas não haviam sido consolidados.

A inserção do país na globalização, em que a agricultura passou a ser regulada pelos mercados globais e instituições internacionais como a OMC (BUAINAIN, 2007), trouxe enormes dificuldades para o setor, pois este foi desestruturado em termos de políticas públicas eficientes para o setor agrícola. A produção de alimentos para o mercado interno estava desestimulada e os agricultores de base familiar enfrentavam enormes dificuldades econômicas. O êxodo rural se intensificou e o desemprego urbano também, logo, o discurso da reforma agrária, como condição para a cidadania, passou a enfatizar de forma incisiva a necessidade de políticas agrícolas eficientes para os segmentos da agricultura de base familiar, ou seja, para os assentados rurais e para os então denominados pequenos agricultores. Além de conquistar a terra, era fundamental não perdê-la!

Com a ascensão de Fernando Collor de Melo à presidência em 1990, a reforma agrária sofreu outro revés. Este governo com sua política neoliberal (LUNA; KLEIN, 2007) desmontou as pastas institucionais responsáveis pelos assuntos fundiários e, durante o ano de 1990, nenhum assentamento foi realizado. Diante do descaso do governo, não só com a política de reforma agrária, mas com a política agrícola de um modo geral, a estratégia do MST foi estimular as grandes mobilizações populares e fortalecer a organização interna da militância.

Uma das mobilizações sociais mais significativos que relacionava a reforma agrária com a cidadania no país no início da década de 1990 foi o *Grito da Terra Brasil*. Organizado por um conjunto de entidades, incluindo o MST, esse movimento buscava reivindicar a aplicação dos direitos sociais e trabalhistas necessários à consolidação da cidadania, sendo que reforma agrária era o ponto de partida para as demais demandas. Isso pode ser observado no seguinte extrato:

> *Por um país sem fome, sem violência e com trabalho*
> Os trabalhadores do campo estarão novamente nas ruas. É o grito da terra Brasil por um país melhor, sem fome, sem violência e com trabalho. Assalariados, pequenos produtores, sem terra, pescadores, seringueiros, povos indígenas, atingidos por barragens, estão unidos por uma nova proposta de desenvolvimento socioeconômico para o país (...). Por isso

> queremos: condições de produção e comercialização para a agricultura familiar e para a pesca artesanal; reforma agrária; demarcação de terras indígenas; cumprimento dos direitos sociais e trabalhistas; fim da violência no campo; previdência pública; preservação ambiental; política energética compatível com os interesses sociais (...). A democratização da terra é fundamental para a geração de empregos e para elevar a produção de alimentos. (GRITO DA TERRA BRASIL, 1995).

A atuação propositiva dos movimentos sociais foi um aspecto marcante desse período (GHON, 2004). As mobilizações articuladas pelos movimentos sociais contribuíram para a consolidação dos direitos mencionados, bem como para a criação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos anos subsequentes. Entretanto, a reforma agrária foi um dos pontos que não avançou. Diante da imobilidade do Estado em fazê-la, o MST intensificou as táticas de ocupação como forma de pressão política.

A reforma agrária literalmente não estava na agenda política governamental no início da década de 1990 e só passou a integrá-la graças às ações pontuais e estratégicas do MST. A forte atuação do MST no Estado de São Paulo durante a década de 1990, especialmente nas regiões do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema, foi, sem dúvida, um elemento de peso para redimensionar a visibilidade social dos problemas agrários no país (BERGARMASCO; NORDER, 1999). A ideia era aumentar a capacidade de pressionar o governo para conseguir assentar as famílias de agricultores sem terra, agora já compostas também por trabalhadores oriundos dos centros urbanos.

O lema do MST no início da década de 1990 era o seguinte: *ocupar, resistir, produzir* (JORNAL SEM TERRA, 1990). A ocupação era a forma de pressionar o governo a acelerar os processos; a resistência era necessária em função da violência promovida pelo próprio Estado e pelas milícias armadas formadas pelos latifundiários; a produção era a resposta dada a sociedade de que a reforma agrária se justificava também pelo elemento produtivo, especialmente pelo impacto do preço dos alimentos para a população urbana brasileira no período.

Porém, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores era uma realidade que demandava resposta. Neste sentido, a narrativa da reforma agrária produzida pelo MST fez do cooperativismo uma de suas principais estratégias propositivas para sustentar a eficiência da produção nos assentamentos rurais. Nota-se que a busca pela legitimidade também precisa responder positivamente dentro de seu próprio campo, ou seja, para os membros que participam dos movimentos de ocupação e para os que já foram assentados.

Sobre o cooperativismo, o *Jornal Sem Terra* divulgava-o nos seguintes termos:

> O caráter revolucionário da reforma agrária: A reivindicação de reforma agrária, atualmente, tem um novo caráter. Ela somente adquire uma expressão revolucionária se articulada a um projeto amplo de mudança estrutural em direção ao socialismo. Mas seu caráter revolucionário não é conferido pela socialização imediata da terra, e sim pelo fato de inserir-se em um projeto anticapitalista (...). A curta experiência realizada nos assentamentos desde 1983, sob o impacto das lutas pela terra, já conduziu ao reconhecimento explicito da importância de cooperação entre os pequenos agricultores. Isso leva à proposição geral de associação imediata dos pequenos agricultores assentados. (JORNAL SEM TERRA, ano X, número 92, 1990).

No cenário em que o modelo soviético de socialismo estava no auge de sua crise, a narrativa do MST continua evocando o discurso socialista. Porém, este alinhamento mantém certo pragmatismo ao afirmar que, diante das experiências já existentes, o caminho possível era o de estimular as formas cooperativas de produção. As propostas versam desde a produção coletiva, ainda que coexistindo com a produção individual, bem como com a criação de bancos cooperativos para os assentados. O cooperativismo defendido pelo MST parecia ser mais uma solução pragmática para responder à falta de políticas públicas diferenciadas para a agricultura de base familiar do que uma referência ao modelo soviético propriamente dito.

No VII Encontro Nacional do MST, em 1994, as desapropriações foram reivindicadas em regime de urgência e a necessidade de políticas públicas para os assentamentos ganhava destaque. A pobreza no campo e principalmente nas periferias das cidades devido ao desemprego, serviam de argumentos para dar legitimidade à luta pelas desapropriações e formação de novos assentamentos rurais.

> Reforma agrária e geração de empregos: de certa forma, pode-se afirmar que a pobreza está concentrada no eixo urbano enquanto a miséria é eminentemente rural. Pouco adianta sanear a pobreza urbana, se a miséria rural não for combatida. Novos fluxos migratórios para a cidade repetirão o caos atual. Hoje, a conquista efetiva da cidadania para grande parcela da população brasileira passa pela reforma agrária (...). O assentamento de trabalhadores rurais é uma das principais formas de combate à fome e ao desemprego no país. (JORNAL DO MST, ano XIII, número 135, 1994).

De certa forma, esse parece ter sido um dos últimos momentos em que o sentido da reforma agrária busca, de forma incisiva, legitimar-se em nome de uma questão agrária no sentido clássico do termo. Embora nos discursos do MST essa referência não tenha sido apagada, nota-se que seu peso vem sendo gradativamente reduzido. Isso pode ser atribuído ao próprio desenvolvimento histórico da agricultura produtivista nas últimas décadas, bem como as políticas públicas criadas para a agricultura familiar que, em parte, reduziram os problemas sociais existentes no campo. O fato é que, durante a década de

1990, a narrativa da reforma agrária em nome da cidadania tem na resolução dos problemas urbanos um de seus principais pontos de legitimação.

No III Congresso Nacional do MST em 1995, a narrativa da reforma agrária enuncia o projeto político de promover a justiça social, da busca pelo socialismo e do cooperativismo como alternativa de desenvolvimento rural.

> Reforma agrária: uma luta de todos
> Nesse congresso, reafirmamos nosso ideal: fazer do Brasil um país justo e socialista. Carta aos trabalhadores do campo: Buscamos hoje caminhos alternativos para fazer produzir a terra conquistada: a valorização da produção familiar, das cooperativas, das associações e da socialização dos bens produzidos. Com eficácia, reinventamos políticas de combate a pobreza, a fome, ao desemprego (...). Carta aos trabalhadores da cidade: com melhor distribuição de terras teremos trabalho, construiremos nossas casas, escolas, nos fixaremos no campo, contribuindo para um desenvolvimento mais justo do país. E com esse desenvolvimento rural, ajudaremos a melhorar as condições de vida também na cidade (...) (JORNAL DO MST, ano XIV, número 150, ago 1995).

O lema *reforma agrária para todos* é muito elucidativo. A ideia de que a reforma agrária é importante tanto para os trabalhadores do campo quanto para os da cidade retrata a narrativa cidadã da reforma agrária neste período. O raciocínio de que a redistribuição das terras diminuiria a pressão por emprego e o custo dos alimentos na cidade, era uma tentativa de amenizar o impacto de um imaginário social negativo criado em torno das ocupações de terra por parte do MST. Paralelamente, a proposição do socialismo como ideal político teve, neste período, seu momento de maior ênfase.

A correlação entre a reforma agrária e a cidadania pode ser observada na divulgação pelo MST no ano de 1995 da *Carta da Terra*, documento produzido ao longo de vários anos com iniciativa da ONU e um conjunto amplo de organizações com o intuito de promover uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Embora o lançamento oficial da carta só tenha ocorrido no ano 2000, no Brasil uma versão desta carta foi divulgada em 1995, com a assinatura do sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Nesta versão, a reforma agrária é justificada em nome da cidadania.

A partir da segunda metade da década de 1990, as ações de ocupação de terras pelo MST se intensificaram e com elas a violência por parte dos fazendeiros e do próprio Estado, como aconteceu em Eldorado do Carajás[2]. A divulgação pela mídia televisiva das ações do MST, bem como os casos de violência produziram efeitos políticos como a tentativa de fazer uma reforma agrária de mercado, ou seja, uma política de compra e venda de terras feitas pelo governo através de financiamentos públicos e leilões feitos pelo INCRA

[2] O assassinato de membros do MST durante a ocupação da Fazenda macaxeira no Pará pelas forças policiais em Eldorado do Carajás, em 1996, foi um dos momentos mais impactantes dos embates envolvendo as disputas de terra no Brasil contemporâneo.

(MALIN, 2002). Além disso, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em seguida, e a adoção de medidas provisórias para acelerar o processo de desapropriação pelo INCRA para a formação dos assentamentos rurais[3], revelam que o problema da terra não havia sido resolvido.

Diante de todos esses eventos, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), os assentamentos rurais foram ampliados. Ainda que parte destes tenha sido feito através da chamada reforma agrária de mercado, ou seja, com vendas de terras adquiridas em leilões por parte do INCRA (SAUER, 2010), o fato é que o número assentamentos rurais se multiplicou. Com eles a cobrança por resultados... Isso levou alguns estudiosos a costurar argumentos para a desconstrução da legitimidade da reforma agrária. Pensadores como (GRAZIANO, 2010; NAVARRO, 2008) questionaram tanto o funcionamento dos assentamentos em termos de viabilidade econômica quanto à necessidade histórica de se fazer reforma agrária em função do próprio desenvolvimento da agricultura brasileira no contexto do agronegócio.

O contexto da agricultura brasileira já apresentava aspectos bem distintos em relação aos períodos anteriores. A evolução da modernização agrícola, o desenvolvimento da biotecnologia, a agricultura brasileira inserida nos mercados globais dominados por grandes empresas, a diminuição da população residente no espaço rural e o aumento gradativo da produção agrícola trouxeram novos desafios para a legitimação discursiva da reforma agrária. Estes elementos, em conjunto, enfraqueceram o argumento histórico da questão agrária e colocaram um importante desafio para os defensores da reforma agrária: como torná-la legítima? Embora os latifúndios improdutivos ainda existissem neste período, já não possuíam mais a mesma visibilidade, o que tornava mais árdua a tarefa de justificar a necessidade de uma reforma agrária ampla no país. Contudo, um novo campo de batalha foi aberto...

Ainda há sentido para a reforma agrária?

O cenário da agricultura brasileira a partir do final da década de 1990 pode ser considerado, em que pese algumas oscilações, como de grande expansão do agronegócio. A agricultura de exportação foi favorecida pelas políticas macroeconômicas dos governos e as políticas públicas que financiaram os diferentes segmentos da agricultura brasileira (patronal e familiar) receberam investimentos significativos. Com os mercados externo e

[3] Deve ser mencionado que neste contexto o governo aumentou a tributação dos grandes latifúndios, o que serviu de estímulo para muitos latifundiários considerarem um bom negócio vender suas terras.

interno favoráveis aos produtos agrícolas, a expansão da produção ocupou áreas que ainda não haviam sido intensamente exploradas do território brasileiro (Amazônia e Cerrado).

Ainda acerca das condições objetivas da agricultura nessa conjuntura, cabe destacar o desenvolvimento da biotecnologia. As sementes transgênicas entraram ilegalmente no país, venceram as disputas judiciais e foram legitimadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio (ZANONI et al, 2011). As incertezas em relação aos impactos ambientais e humanos no uso e consumo de alimentos transgênicos, bem como a certeza do controle social e econômico exercido pelas grandes empresas do agronegócio que controlam tal tecnologia, abriram um novo campo de batalha para as organizações que defendem a reforma agrária. Afinal, a perspectiva de desenvolvimento rural estimulada pelo atual contexto político e econômico da agricultura brasileira passou a reproduzir uma nova forma de concentração fundiária.

A globalização econômica também trouxe consigo a globalização das mobilizações políticas e sociais. No caso das questões ligadas a agricultura, desde a Conferência Rio 92 já vinha sendo discutida, de forma sistemática, novas perspectivas de desenvolvimento rural que fossem capazes de minimizar os impactos socioambientais já criados pela agricultura produtivista ao longo do século XX, bem como resolver os problemas como a pobreza em diversas regiões rurais do mundo. Nesse processo cabe destacar entidades como a *Via Campesina,* uma importante organização internacional que defende formas alternativas de desenvolvimento rural, considerando a diversidade cultural e biológica das regiões, criticando o modelo produtivista de se fazer agricultura.

No IV Congresso Nacional do MST, realizado no ano 2000, observa-se a reorientação discursiva na direção da crítica do modelo de desenvolvimento rural e na retomada dos temas ambientais. Embora o lema do congresso tenha sido *Por um Brasil sem latifúndio*, o sentido da luta contra esse problema fundiário é ampliado. Dizer não ao latifúndio significa, além de conseguir terra para aos camponeses, construir um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Entre os principais pontos deliberados podem ser destacados os seguintes:

> *Um projeto político popular para o Brasil*
> Construir a unidade no campo, desenvolver novas formas de luta e fortalecer os novos movimentos sociais existentes no campo (MPA); combater o modelo das elites, que representa os produtos transgênicos, as importações de alimentos e os monopólios das multinacionais na agricultura; resgatar o debate sobre temas importantes como o meio ambiente e a biodiversidade; desenvolver um novo modelo tecnológico que seja sustentável do ponto de vista ambiental. (JORNAL DO MST, ano XVIII, número 203, ago, 2000).

A crítica ao modelo do agronegócio, incentivado pela política econômica do governo, tornou-se central na narrativa da reforma agrária a partir desse momento. Além de conquistar a terra, o grande desafio agora é viabilizar as condições para os agricultores de base familiar conseguir produzir. Por isso, o alinhamento do MST com os movimentos da *Via Campesina* fez com o discurso de um novo projeto de desenvolvimento rural fosse alicerçado em oposição ao modelo do agronegócio e em defesa da autonomia dos agricultores em relação às grandes agroindústrias que controlam a tecnologia e a renda dos agricultores.

A integração à Via Campesina levou o MST a inserir outros elementos discursivos no foco de sua narrativa, dando vazão a temas já presentes, porém pouco enunciados anteriormente, como a questão ambiental e do desenvolvimento sustentável através da agroecologia. Um desses elementos é o discurso da *soberania alimentar*.

> *A Via Campesina reivindica*
> Impulsionar e reativar o processo de reforma agrária para garantir a soberania alimentar, o direito de produzir e o acesso a terra; defender os camponeses, pequenos agricultores, povos indígenas nos acordos de comércio internacional; excluir a agricultura dos tratados de comércio internacional, pois a produção de alimentos não deve ser uma mercadoria manipulada pelas grandes corporações internacionais; planificar a agricultura de acordo com a realidade e as necessidades de cada país de maneira autônoma; Diante de tudo isso, exigimos políticas justas de desenvolvimento rural, o acesso a recursos produtivos e a participação na tomada de decisões que afetam os pequenos e médios agricultores. (JORNAL DO MST, ano XVII, número 189, mai, 1999).

O termo soberania alimentar tem sido usado para expressar uma contraposição ao termo segurança alimentar defendido pelo discurso característico do modelo produtivista de desenvolvimento rural (BOSETTI, 2013). Diante do controle exercido pelas grandes empresas do agronegócio, dos impactos ambientais desse modelo para os territórios e povos que neles habitam, da mercantilização da agricultura, dos impactos ambientais e, pelo fato do modelo produtivista não ter resolvido o problema da fome em nível mundial, o discurso da *soberania alimentar* busca contrapor-se a esse modelo de desenvolvimento rural. A preocupação desloca-se da quantidade de alimentos, defendida pela revolução verde nas décadas anteriores, para com a qualidade e distribuição dos mesmos.

Essa enunciação vem ao encontro com os discursos produzidos por outros movimentos sociais, por ONGs e mesmo por Conferências Internacionais preocupadas com a questão da sustentabilidade, em que pese o caráter amplo e controverso em torno deste termo. O fato é que a ligação com a soberania alimentar indica a aproximação da narrativa da reforma agrária com um discurso em voga, isto é, o da sustentabilidade. Assim, no cenário em questão, tem-se o início de uma resignificação da questão agrária. A narrativa

da reforma agrária, ao enfatizar as contradições do modelo produtivista de desenvolvimento rural, resignifica a função social e ambiental da terra para justificar a necessidade da reforma agrária em nome do desenvolvimento socioambiental e sustentável.

O modelo de desenvolvimento rural produtivista tem apresentado uma configuração social, tecnológica e econômica insustentável em termos socioambientais. A utilização intensa de agrotóxicos, o uso de sementes transgênicas e todo o pacote mecânico-químico da chamada revolução verde das décadas anteriores, tornaram a agricultura uma atividade altamente dependente da indústria. Contra o domínio econômico exercido pelas corporações empresariais que controlam a agricultura na atualidade, as narrativas de entidades como o MST procuram resignificar o discurso da reforma agrária de modo a encontrar novas fontes de legitimidade social.

O discurso da reforma agrária segue o jogo de sua instância, ou seja, é pronunciado a partir da sua temporalidade e das suas relações com outros discursos. Essas relações discursivas consistem em buscar em outros discursos pontos de sustentação para fortalecer seu próprio enunciado e, dessa forma, desestabilizar seus oponentes. O aparecimento e fortalecimento dos discursos ambientalistas, da sustentabilidade, da biossegurança e das mudanças climáticas, por exemplo, fez destes pontos de apoio para que o discurso da reforma agrária fosse reativado em sua significação histórica. Com isso, o discurso sociopolítico passou a associar o modelo da agricultura produtivista do agronegócio como responsável pelos desequilíbrios mencionados. Como se pode observar no seguinte enunciado:

> *A batalha entre dois modelos*
> O agronegócio é uma agricultura sem agricultores. Praticamente as únicas pessoas que vivem nas terras no Brasil nos dias de hoje são os guardas de segurança que são responsáveis pela propriedade – os trabalhadores vivem nos subúrbios e marginalizados da propriedade. Investidores do agronegócio veem a terra como uma máquina que produz lucros, não importando o que se produza, e para ser usada até ao seu esgotamento. As suas decisões não levam em conta as pessoas que precisam e que vivem da terra. A agricultura industrial, liderada pelo agronegócio, é um pacote tecnológico. O mesmo conjunto de tecnologias é utilizado da mesma forma em todas as regiões, independentemente das diferenças locais ou as habilidades e conhecimentos dos povos. (Disponível em: http://www.mst.org.br/2015/06/25/).

A forma de agricultura que funciona pela lógica do agronegócio, isto é, pelo controle exercido pelas grandes empresas sobre as atividades agropecuárias, não só concentra a terra e a renda no espaço rural, como promove práticas produtivas não sustentáveis.

Isso pode ser observado nos seguintes enunciados:

> "*Transgênicos para dominar a agricultura"*

> A transgenia é introduzida e controlada pelo grande capital, que tem interesse em apontar o rumo da agricultura para garantir a obtenção de lucro e a apropriação do trabalho das pessoas"(março de 2008); "Adoção de cultivos transgênicos aumenta o uso de agrotóxicos": a necessidade de agrotóxicos casados a sementes transgênicas leva ao aumento no uso destas substâncias, que se mostram cada vez menos eficientes. Assim, ingredientes mais tóxicos voltam ao campo, agravando problemas ambientais e de saúde (julho de 2009); "*Ditadura transgênica":* BASF e Embrapa licenciam nova soja transgênica. A Empresa pública trabalhando para o privado. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma instituição pública brasileira vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujos objetivos são a produção de conhecimento científico e desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura e a pecuária brasileira. Porém, atualmente, a pesquisa com transgênicos está entre as suas prioridades. (agosto de 2009). (Disponível em http://www.mst.org.br).

Desde a introdução das sementes transgênicas no Brasil, em escala comercial, entidades como o MST construíram o discurso de denúncia do controle político e econômico subjacente a esse tipo de tecnologia. A associação da transgenia com o aumento do uso de agrotóxicos, opondo-se ao discurso oficial das empresas que preconizava sua redução, foi feita pelas entidades da Via Campesina desde o início da utilização dos transgênicos Brasil.

Dessa forma, um dos alicerces da defesa da reforma agrária nas últimas décadas tem sido a contraposição ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico no Brasil. Este incorpora em suas contradições diferentes formas sociais de produção, inclusive os próprios agricultores dos assentamentos de reforma agrária. Neste sentido, a contraposição ao agronegócio possui uma conotação política que levou seus defensores a apresentar um projeto alternativo.

A migração discursiva do MST para a defesa da agroecologia teve início ainda na década de 1990, com a ampliação do diálogo com a Via Campesina, com a criação de grupos de discussão no ambiente dos Fóruns Sociais Mundiais e com parcerias com universidades e governos de outros países. Essas mobilizações resultaram na criação de cursos de agroecologia e na adoção do discurso político agroecológico pelo movimento (DE CARLI, 2013). Oficialmente, foi a partir de seu IV Congresso Nacional, realizado no ano 2000, que o MST inseriu a agroecologia[4] como eixo do projeto político de reforma agrária.

A crise no modelo cooperativista de produção nos assentamentos de reforma agrária, inspirado no pensamento marxista ortodoxo, bem como a adesão do MST à Via Campesina, contribuiu para uma guinada discursiva na direção da agroecologia como alternativa de produção (BORSATO; CARMO, 2013). Em conjunto com as demais

[4] A agroecologia refere-se a uma forma de se produzir na agricultura observando um manejo dos recursos naturais que se diferencia das práticas convencionais da agricultura moderna, bem como implica num estilo de vida próprio no âmbito da relação do produtor com o mercado e com a natureza (ALTIERI, 1989, p30).

organizações ligadas à Via Campesina, o discurso do MST também retomou o uso do termo camponês.

É importante ressaltar que essas mudanças discursivas não são apenas resultado de uma reflexão teórica, mas de um novo contexto das disputas sociopolíticas no campo e de outra ordem discursiva envolvendo questões, ideológicas, sociais, ambientais e de saúde pública. Se em contextos anteriores a reforma agrária era defendida em nome da própria modernização do campo (fim do latifúndio improdutivo), no atual estágio de desenvolvimento da agricultura produtivista foi preciso construir outro ancoradouro. Este foi encontrado nas contradições do modelo produtivista, ou seja, na insustentabilidade econômica, social e ambiental apresentada pelo modelo hegemônico do agronegócio. Neste sentido, a agroecologia passou a integrar o projeto político do MST porque faz parte de uma ordem discursiva presente em vários outros discursos e movimentos políticos.

Diante desses desdobramentos, o discurso da reforma agrária tem sido alicerçado na proposição de outra perspectiva de desenvolvimento rural que tem como base a agroecologia.

> A necessidade de uma transição agroecológica, para o militante, advém das características nocivas do modelo do capital na agricultura, hoje conhecido como agronegócio. É justamente nas contradições desse modelo que está nossa esperança em uma adesão crítica da sociedade como um todo para enfrentarmos a agricultura capitalista e estabelecermos novas bases de produção, fundadas nos princípios compreendidos pela agroecologia. (http://www.mst.org.br/2015/07/24/defender-a-agroecologia-e-defender-novo-modelo-economico-e-politico-afirma-sem-terra.html).

Essas palavras, enunciadas pelo líder do MST João Pedro Stédile na 14ª Jornada da agroecologia, cujo lema foi "*Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos*", expressa o entendimento de que a agroecologia é uma forma alternativa de agricultura capaz de se opor ao modelo da agricultura produtivista. O projeto político para a agricultura defendido por entidades como o MST preconiza a necessidade de superação do modelo produtivista devido a sua insustentabilidade econômica, social e ambiental.

A ideia de um projeto político calcado na agroecologia também aparece no seguinte extrato:

> Agroecologia como modelo ideal
> Os dados nos mostram que tão concentradas quanto a terra do agronegócio, estão também a distribuição e o acesso à alimentação em nível global (...). Esse cenário de crise alimentar pede a urgência de uma alternativa que não se limite apenas à produção, mas atente para problemas sociais estruturais. Enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente, a agroecologia não utiliza produtos químicos, recicla totalmente seus componentes e prioriza o desenvolvimento da diversidade genética no espaço agrário. Estamos diante de uma disputa de dois modelos concorrentes de desenvolvimento. Resta à população refletir sobre a melhor

> maneira para produzir a alimentação necessária para os cerca de 180 milhões de brasileiros, levando em conta os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de saúde. (http://www.mst.org.br/2015/06/17/a-agroecologia-como-modelo-ideal-de-producao-de-alimentos.html).

Embora o discurso da agroecologia dentro do MST apresente ênfases diferenciadas conforme a região do país (BORSATO; CARMO, 2013), o mesmo é enunciado com parte de um novo projeto político de desenvolvimento rural. Enunciada como contraposição ao modelo produtivista, a proposição agroecológica fundamenta-se em outra forma de organização do mundo rural. A questão agrária acaba sendo incluída, pois o imaginário político que a sustenta está alicerçado em uma nova organização do espaço rural em termos de produção, de relações sociais e de relação com a natureza.

Em torno do pensamento do desenvolvimento sustentável, atribui-se à terra novas funções que colocam em xeque sua forma de uso por parte da agricultura produtivista. Se, no passado, a questão agrária era enunciada pelos problemas de desenvolvimento socioeconômicos existentes no espaço agrário, agora são acrescidos a estes os problemas de ordem socioambiental. Com isso, há uma resignificação da questão agrária para reafirmar a necessidade de se fazer a reforma agrária.

No ano de 2012, uma nova coalizão de movimentos sociais resultou no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras, Povos do Campo, das Florestas e das Águas. Sob o lema: *terra, território e dignidade,* o documento oficial produzido reflete a perspectiva dos movimentos sociais atuais acerca da questão da terra no Brasil. Os cinco primeiros pontos do documento expressam:

> 1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
> 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
> 3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
> 4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.

> 5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios DA AGROECOCLOGIA; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agro industrialização e comercialização. (DECLARAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS, DOS POVOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS, 2012).

Nota-se que a reforma agrária continua sendo o eixo estruturante das perspectivas políticas voltadas para o campo. A partir dela visualiza-se a construção de uma perspectiva de desenvolvimento rural que se contrapõe ao modelo produtivista vigente. Por isso, o reconhecimento da diversidade de categorias de trabalhadores, a relação desses com o meio ambiente e o compromisso com a construção de um modelo de agricultura sustentável para com a comunidade biótica. Essa reversão do modelo vigente passa pela transformação da estrutura fundiária, afinal, exige novas relações de produção, humanas e do homem para com o meio ambiente.

Portanto, enquanto discurso político, a agroecologia tem ganhado cada vez mais espaço na contraposição ao agronegócio e, consequentemente, na defesa da reforma agrária. No entendimento do MST e das demais organizações que defendem a reforma agrária no Brasil na atualidade, a viabilização da agroecologia só seria possível com uma reorganização do espaço rural que, nesta perspectiva, só parece possível com um projeto amplo de reforma agrária. Assim sendo, a agroecologia e a reforma agrária são complementares em um projeto de crítica e contraposição ao modelo da agricultura produtivista. Ao mesmo tempo, ambas são estruturantes de um novo projeto de desenvolvimento rural.

Neste sentido, a legitimidade da reforma agrária serve de elemento estruturante para afirmar a resignificação da própria questão agrária. Esta não é invocada em nome dos mesmos problemas que justificavam nas décadas de 1950-1960, embora muitos deles ainda existam no cenário rural brasileiro, mas em função das contradições contemporâneas decorrentes da evolução da perspectiva de desenvolvimento rural produtivista. Se uma das soluções políticas para minimizar os problemas socioambientais no campo e na cidade passa pela reforma agrária, afinal, a reorganização fundiária viabilizaria outra perspectiva de desenvolvimento rural, ainda existe uma questão agrária.

Considerações finais

Os discursos acerca da reforma agrária foram tecidos de acordo com o ambiente socioeconômico e político da sociedade brasileira. Em um primeiro momento, percebe-se

que a narrativa da reforma agrária centrava-se no fato de existir um grande contingente de camponeses sem terra e que viviam em condições precárias no meio rural. A pobreza da massa camponesa contrastava com a presença do latifúndio improdutivo, ou seja, com grandes extensões de terra pouco aproveitadas pelos seus proprietários. A legitimidade da reforma agrária se dava em cima desta contradição.

As mudanças ocorridas com a modernização da agricultura foram diminuindo parcialmente o segundo elemento dessa contradição, mas mantiveram o primeiro. Entre as décadas de 1960-1980, a modernização acabou sendo muito mais efetiva nas grandes propriedades do que nas pequenas. Assim, o contingente de camponeses sem terra e em condição de pobreza era muito significativo, aspecto que impulsionou a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no início da década de 1980. A existência desses camponeses, trabalhadores rurais por excelência, foi o principal elemento de legitimidade discursiva para justificar a reforma agrária neste período.

Com a derrota política da proposição da reforma agrária ampla pela via constitucional democrática, no final da década de 1980, o MST fortaleceu seu discurso de alinhamento socialista. Não acreditando em soluções institucionais, a estratégia de ocupação e resistência tornou-se central. Como o país vivia uma crise agrícola sem precedentes, fruto da precária inserção nos mercados globais e da desestruturação do aparato estatal responsável pelos subsídios econômicos do setor, a narrativa da reforma agrária acrescentou aos argumentos anteriores a necessidade de resolver a crise alimentar vivida pelo país. A pobreza no campo, o desemprego, a miséria e a violência na cidade poderiam ser resolvidos com uma distribuição mais equitativa da terra. Mas isso não era suficiente, era preciso políticas agrícolas eficientes e o MST apostava na perspectiva cooperativista como alternativa de desenvolvimento rural para os assentados rurais e pequenos proprietários familiares. Entretanto, o cooperativismo não teve resultados satisfatórios na maioria dos assentamentos...

Neste interin, a agricultura produtivista, agora denominada de agronegócio, expandiu-se em uma conjuntura internacional favorável e com políticas econômicas voltadas para fortalecer o setor de exportação agrícola. Este clima de expansão produtiva fez com que muitos latifúndios improdutivos se tornassem produtivos, aspecto que acabou estimulando a concentração fundiária. Mesmo com políticas específicas para a agricultura familiar a partir de meados da década de 1990 e a inserção de parte desses segmentos no agronegócio, esse modelo de desenvolvimento reproduziu a desigualdade e a dependência dos agricultores de base familiar em relação às grandes empresas do agronegócio.

Diante dos impactos socioambientais gerados pelas novas tecnologias, como os transgênicos e o uso intensivo de agrotóxicos, abriu-se espaço para uma nova fonte de

legitimidade para a reforma agrária. Produzir alimentos de qualidade, respeitando o meio ambiente e o equilíbrio da comunidade biótica tem sido um discurso cada vez mais enunciado por entidades sociopolíticas em nível mundial. Diante de tal ambiente discursivo, a narrativa da reforma agrária passou a resignificar sua razão de ser em função dessa nova demanda sociopolítica. Embora a existência de latifúndios improdutivos e de camponeses em condições de pobreza ainda faça parte da realidade do mundo rural brasileiro, as mudanças históricas e na agricultura do país fizeram com que o discurso da agroecologia se tornasse uma das principais fontes de legitimidade discursiva da reforma agrária na atualidade. Isso porque, imagina-se que esta forma de organização da produção demanda uma reorganização fundiária.

A permanência da trajetória discursiva da necessidade de se fazer reforma agrária, sinaliza que a própria questão agrária ainda faz sentido. Isso significa que, no âmbito de seu uso social, econômico e ambiental, a propriedade da terra no Brasil não está cumprindo sua função ética de proporcionar um bem maior à comunidade. Em um contexto em que a própria ideia de desenvolvimento tem sido repensada pelas perspectivas socioambientais, a configuração da estrutura agrária brasileira continua passível de reformulação. Logo, uma questão agrária resignificada parece fazer sentido.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARAÚJO, B. F.; TEIXEIRA, J. G. **Constituinte e reforma agrária.** Águas de São Pedro: ANPOCS, 1989.

BERGAMASCO, S. M. e NORDER, L. A. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil:** processos Sociais e Políticas Públicas*.* Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.70-116.

BOSETTI, C. J. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil.** 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas***.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **O poder simbólico***.* Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

BORSATO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Rev. Econ. Sociol. Rural,** Brasília, v.51, n.4, 2013.

BRUNO, R. Nova República: a violência Patronal Rural como Política de Classe. **Sociologias,** Porto Alegre, número 5, p.284-310, jul/dez 2003.

BUAINAIN, A. M. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, P. et al. (Eds.). **Dimensões do agronegócio brasileiro:** políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p.53-102.

CARVALHO, A. V. **Transição política e democracia:** um espaço para a reforma agrária? XIII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, 1989.

CHONCHOL, J. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 55; 2005.

DE CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], Coimbra, n.100, p. 105-130, 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária***.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

GRAZIANO, F. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2004.

JULIÃO, F. O que são as ligas camponesas. In: WELCH, C.; MALAGODI, E.; WANDERLEY, M. N. (Eds.). **Camponeses Brasileiros**. Brasília: NEAD, São Paulo: UNESP, 2009.

LECOURT, D. A arqueologia e o saber. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **O homem e o discurso.** Rio de Janeiro: Bomtempo, 2008, p.49-70.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. **O Brasil Desde 1980.** São Paulo: a Girafa Editora, 2007.

MALIN, M. Agricultura e Reforma Agrária. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEREDO, R. (Eds.). **A Era FHC**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p.70-115.

MIRANDA, C.; BRÁULIO, B. T. **A nova cara da pobreza rural:** desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: IICA, 2012.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio – A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a "sociologia militante", e o ocaso da reforma agrária no Brasil. ***REDES*****.** Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 5 - 51, mai/ago. 2008.

PELAEZ, V.; SCHMIDT, W. A difusão dos OGMs no Brasil: imposição e resistências. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Brasília, número 14, p. 5-31, abr/2000.

PERLI, F. O Boletim Sem Terra: um lugar de sociabilidade na arregimentação do MST. **Anais** do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SAUER, S. Reforma Agrária de Mercado no Brasil: um sonho que se tornou Dívida. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Brasília, Rio de Janeiro, n.1, v.18, p. 98-126, 2010.

STEDILE, J. P. (Ed.). **A questão agrária no Brasil:** programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ZANONI, M. et al*.* O biorrisco e a comissão técnica nacional de biossegurança: lições de uma experiência. In: ZANONI, M.; FERMET, G. (Eds.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011, p.244-276.

Documentos analisados

CUT/CONTAG. Et all. **Grito da Terra Brasil**. Brasília, 1995.
ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. **Declaração do Encontro**. Brasília, 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Campanha Nacional pela Reforma Agrária**. Belo Horizonte, Novembro de 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Boletim Sem Terra**. Porto Alegre. Números 01-35, maio/1981-abril/1984.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal Sem Terra**. (Edições de 1984 a 2015).

Página da Internet

HTTP://www.mst.org.br/.

Recebido para publicação em 02 de outubro de 2016

Devolvido para revisão em 10 de maio de 2017

Aceito para publicação em 13 de setembro de 2017

Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números

Flávia Lorena Brito
Mestre em educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) campus de Barra do Garças
E-mail: flaviaauiri@yahoo.com.br

Odimar João Peripolli
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Campus Sinop/MT e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGedu)/Unemat, linha de pesquisa Educação e Diversidade
E-mail: ojperipolli@gmail.com

Resumo

Neste trabalho buscamos, basicamente, mostrar a relação capital versus terra. Mais especificamente, como se dá esta relação e quais as principais implicações e desdobramentos concretos no campo brasileiro. O texto divide-se em duas partes: como se deu a origem do capitalismo no campo, Europa Ocidental, final do século XV e início do século XVI e o capitalismo no campo brasileiro e a formação da atual estrutura fundiária. De cunho qualitativo/quantitativo, o texto (bibliográfico e documental), tem seu aporte teórico no materialismo histórico dialético. Os números, as discussões e análises mostram que, cada vez mais e, com maior intensidade, as políticas públicas (agrária e agrícola) caminham a atender os interesses do grande capital, alinhado aos ditames impostos pelo projeto monocultor-exportador, hoje denominado agronegócio.

Palavras-chave: campo; capitalismo; questão agrária.

Origin and development of capitalism in the countryside: a discussion beyond the numbers

Abstract

In this work we basically show the relationship between capital versus land. More specifically, in what way was built this relationship and what are the main implications and ramifications at the Brazilian countryside. The text is divided into two parts: how did the rise of capitalism in the countryside, Western Europe, late 15th century and early 16th century, and capitalism in the brazilian countryside and the formation of the current agrarian structure. Qualitative/quantitative, the text (bibliographic and documentary), has its theoretical contribution in historical materialism dialectical. The numbers, discussions and analyzes show that increasingly, and with greater intensity, public policies (agrarian and agricultural) seek to attend the interests of big capital, in line with the dictates imposed by the monoculture-export project, now called agribusiness.

Keywords: countryside; capitalism; agrarian question.

Origen y desarrollo del capitalismo en el campo: un debate más allá de los números

Resumen

En este trabajo buscamos, básicamente, mostrar la relación capital versus tierra. Más específicamente, cómo se da esta relación y cuáles son las principales implicaciones y desdoblamientos concretos en el campo brasileño. El texto se divide en dos partes: como se dio el origen del capitalismo en el campo, Europa Occidental, final del siglo XV e inicio del siglo XVI y el capitalismo en el campo brasileño y la formación de la actual estructura agraria. De cuño cualitativo / cuantitativo, el texto (bibliográfico y documental), tiene su aporte teórico en el materialismo histórico dialéctico. Los números, las discusiones y análisis muestran un proyecto de campo cada vez más orientado a atender los intereses del gran capital, alineado a los dictámenes impuestos por el proyecto monocultor exportador, hoy denominado agronegocio.

Palabras clave: campo; el capitalismo; cuestión agraria.

Introdução

> O sistema de produção capitalista desenvolveu-se em regra (com exceção de algumas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. A maior parte das vezes a agricultura escapa durante muito tempo à sua influência. Mas a evolução industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola (KAUTSKY, 1972, p. 23).

Neste trabalho buscamos, basicamente, mostrar a relação capital versus terra. Mais especificamente, como se dá esta relação e quais as principais implicações e desdobramentos concretos no campo brasileiro. Para melhor compreensão e entendimento do tema, divido-o em duas partes. Primeira - como se deu a origem do capitalismo no campo, Europa Ocidental, final do século XV e início do século XVI. Segunda - o capitalismo no campo brasileiro e a formação da atual estrutura fundiária

Cremos que no bojo das discussões e análises, tendo como referência a relação terra *versus* capital, possamos entender melhor as muitas questões que dizem respeito à nossa realidade como um todo, especificamente as que envolvem o campo/meio rural[1] e as questões agrárias ali existentes, dentre outras: questões sociais - concentração da terra, violência, mortes; o trabalho do campo - longas jornadas, falta de assistência social, trabalho escravo; o trabalhador do campo - destituído de direitos.

1 Fernandes (2002) vê a necessidade de se ressaltar a expressão “campo” em substituição ao “rural”, concebendo-o como um espaço social com vida, identidade cultural própria, etc., e não apenas como um espaço territorial, demarcador de área.

Não há como negar que o capitalismo, ao longo dos anos, foi capaz de produzir um novo desenho da realidade rural/campo. Este desenho foi e está sendo pintado, constantemente retocado, com as cores que agradam ao capital. Estas cores, nem sempre bem definidas, fruto das contradições, escondem significados diversos. É o que dá a aparência de "beleza" ao fenômeno, ao perder-se de vista a essência, as suas relações históricas com a sociedade em que se insere (KOSIK, 1976). Pensamos que, ao buscar desvendar estas cores, possamos vê-las como partes formando um todo, e, assim, entender melhor este todo contraditório.

As palavras de Kautsky (1972, p. 17), tão atuais, parecem melhor expressar essa realidade ao dizer que "é o modo de produção capitalista que domina a sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia".

O começo: o caso da Inglaterra

> O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos [...] (MARX, 2003, p. 831).

Quando se estuda o período de transição do feudalismo para o capitalismo, é necessário compreender que o processo fundamental dessa travessia/passagem é o de acumulação de capital. Esta acumulação é chamada de primitiva ou prévia, pois é considerada como gênese do capitalismo.

Como foi possível ocorrer esta acumulação? É, em síntese, resultado de um longo período histórico, em que foi necessário ocorrer a "decomposição" de uma estrutura econômica vigente, a feudal, para uma nova estrutura econômica, qual seja, a capitalista (MARX, 2003, p. 828).

Marx (2003) a chama de "primitiva"[2], porque é anterior à acumulação capitalista, ou seja, uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, embora seja o seu ponto de partida. Ainda, segundo a autor, é primitiva, "porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista" (MARX, 2003, p. 828).

Foram vários os mecanismos que possibilitaram esta acumulação. Importa, no caso, verificar que o processo deu-se, inicialmente, na agricultura. As transformações nesse setor

2 Traduzida também por "preparação histórica do capitalismo" (BERNARDO, 2000, p. 68).

foram muitas, mas é necessário enfatizar o processo de cercamento (*enclosure*) dos campos, particularmente na Inglaterra. Ao cercar as terras, os proprietários estavam, "plantando" a semente que daria origem, ao longo dos tempos, à propriedade capitalista no campo, uma vez que, o que existia, até então, era a propriedade comunal.

No período da transição do feudalismo para o capitalismo ocorreram dois processos simultâneos: a expropriação das terras comuns dos camponeses, que eram servos, e a sua proletarização - transformados em operários nas manufaturas e indústrias que surgiam[3].

> A origem do capitalismo pode ser encontrada no processo de desintegração do chamado feudalismo. **A transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados,** a retirada dos meios de produção desses últimos (ferramentas e instrumentos agrícolas, terras etc.), a formação de uma classe burguesa e o desenvolvimento do comércio estão entre as causas originárias do capitalismo (PINTO, s/d. - Grifo nosso)**.**

Com diferença de séculos e com características próprias, este processo (expropriação) também ocorreu no Brasil, em que projetos de colonização, a criação de gado e a exploração de madeira, expulsaram agricultores-pescadores caboclos, que eram posseiros em diferentes regiões do país. Tomemos como exemplo, a região norte de Mato Grosso (década de 1960 e 1970, o projeto colonizador).

Retomando o processo que ocorreu na Europa, nesta, pouco a pouco o comércio foi crescendo; surgem os burgos, enfim, as cidades e a burguesia. Aqui já podemos ver nascendo a oposição entre a terra, como posse comum de camponeses servos e o capital resultante do lucro mercantil, ou a oposição entre feudalismo e capitalismo. Ou mesmo uma separação, não apenas geográfica, mas econômica, social e cultural, entre o campo e a cidade (MORISSAWA, 2001). Em outras palavras, "a burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço" (SOUSA, s/d).

Desta forma resumida, percebemos como surgiu o comércio, as cidades, os burgueses, a oposição entre terra e capital, entre campo e cidade, e o surgimento do capitalismo. Se no campo já existiam os senhores feudais e os servos, agora surgem os donos do capital, os burgueses, e os trabalhadores "livres". Estes últimos, para poderem viver, passaram a vender sua força de trabalho aos proprietários de terras e/ou das manufaturas/indústrias.

3 É importante observar que o processo de expropriação não se deu só no campo. Este ocorreu também na atividade industrial, embora com suas particularidades, uma vez que os trabalhadores eram protegidos pelas suas corporações às quais pertenciam (FALCON; MOURA, 1993*apud* FARIA; MARQUES; BERUTTI, 1993).

Para Marx (2003, p. 828) “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converte em assalariados os produtores diretos”. É importante ressaltar que o que caracteriza o capitalismo, na sua essência, é o processo que dissocia/separa os trabalhadores dos seus meios de produção. Ou seja, tira deles a propriedade dos meios necessários à realização do trabalho que os sustenta. Expropriados, são obrigados a venderem sua força de trabalho para os donos do capital. E, por isso, são considerados “livres”, porque despojados integralmente das condições que lhes permitiriam manter-se sem serem obrigados a se exporem como uma mercadoria (força de trabalho) aos proprietários da terra, dos meios de produção e subsistência.

Esta passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista não se deu de forma tranquila, pelo contrário. Ao serem expropriados, sem trabalho, muitos foram obrigados a mendigar, a vagar, a perambular pelas estradas. O Estado, representado por suas “autoridades”, por sua vez, passou a reprimir com extrema violência, nas palavras de Marx (2003, p. 831), “a massa de proletários, de indivíduos sem direito, que por toda parte enchiam inutilmente os solares”.

Desta forma, ao que se percebe, nas palavras de Marx (1947 *apud* ORIGEM, 2012)

> [...] é refutada a lenda, criada pela historiografia burguesa, do “processo idílico” que estaria a origem do modo de produção burguês, e demonstra-se que o “o capital vem ao mundo a escorrer sangue e imundície por todos os poros da cabeça aos pé.

Poderíamos fechar esta primeira parte do trabalho com as seguintes palavras:

> [...] capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. [...] Uma vez estabelecido o capitalismo num dado país, a partir do momento em que ele começou a impor seus imperativos [quais sejam: desapropriação, extinção dos direitos consuetudinários, imposição dos imperativos do mercado (como os de competir e acumular) e destruição ambiental] ao resto da Europa e, por fim, ao mundo inteiro, seu desenvolvimento em outros lugares nunca pôde seguir o mesmo curso que ele tivera em seu lugar de origem. A partir de então, a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as demais, e a expansão posterior dos imperativos capitalistas alterou constantemente as condições do desenvolvimento econômico (WOOD, 2001 *apud* ROIZ, 2009).

E complementar com as palavras de Ianni (2004 *apud* FERREIRA, 2010) ao afirmar que

> A estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos vigorosos, que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior. É que o processo capitalista de produção acaba envolvendo as áreas pré-capitalistas, integrando-as num todo. A expansão, sob suas diversas modalidades, é inerente à dinâmica do sistema, quando já estruturado em certo grau. Em consequência, o capitalismo transforma de algum modo os sistemas "marginais", seja modificando lhes as estruturas seja anexando-os como apêndices.

Neste contexto se estabelece o confronto, a luta entre o capital e os trabalhadores, entre a classe dominante e a classe dominada, entre o opressor e o oprimido. Em poucas palavras, a luta de classes.

O caso do Brasil

Importa ressaltar que o modo de produção capitalista, na sua fase mercantilista, teve sua inserção no campo, no Brasil, desde o começo da colonização, ou seja, a partir do século XVI. O sistema colonial estava pautado no capitalismo europeu, na medida em que a organização da colonização era baseada em uma economia assentada na produção agrícola, voltada para o mercado externo, com a utilização da mão-de-obra compulsória, mantida apelo tráfico de escravos e assentada sobre a expropriação/apropriação das terras dos povos indígenas[4].

Durante muitos séculos predominou no Brasil um sistema agrícola que combinava latifúndio, monocultura e trabalho escravo[5]. A produção era organizada a partir dos interesses da burguesia metropolitana. E, no contexto da divisão internacional do trabalho, fazíamos o papel de fornecedores de produtos primários para a Metrópole portuguesa e a esta, por sua vez, cabia fornecer-nos produtos manufaturados. Foi assim com a extração do pau-brasil, as pedras preciosas, destinados à exportação; do mesmo modo que o açúcar, o café, dentre outros.

Da camada mais rica da população faziam parte os senhores de engenho e os grandes comerciantes, que importavam e exportavam mercadorias de toda ordem. Abaixo desta camada mais rica estavam os trabalhadores livres pobres: agricultores, pescadores, comerciantes. Temos, ainda, neste contexto, os escravos (base da força de trabalho) e os indígenas que, em

4 Sobre o tema ver, dentre outros, Andrade (1973; 1982) e Arruda (2002).
5 Até final do século XIX, quando da Lei Eusébio de Queirós (1850) que proibia o tráfico de escravos; 1888 com a Lei Áurea, quando da abolição dos escravos; a Lei de Terras (1850) que colocava, em tese, restrições quanto à posse da terra.

regime de servidão (muitas vezes mediada pela Igreja católica) foram, aos poucos, sendo dizimados.

> Era de “paz e sossego” a vida brasileira antes de começar a nossa história. [...]. A terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito de longe se achavam seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada (GUIMARAES, 1964, p. 09).

Esta ‘paz’, todavia, foi cedendo à violência na medida em que o projeto de expansão da Metrópole passou a exigir, cada vez mais, o envio de riquezas ao país sede/Portugal. Ou seja, “as mudanças que se processavam nesse terreno”, como nos alerta Guimaraes (1964, p. 13), “foram simples decorrência das necessidades econômicas da Metrópole que a levavam a optar por outras formas de exploração da terra conquistada”.

Ou então, como indaga Marissawa (2001, p, 56):

> Como poderiam, portanto, imaginar que aqueles barbudos cheios de roupa estavam ali para serem seus usurpadores? Que eles vinham a serviço de um Estado mercantilista? Que iriam obrigá-los a sair dali em fuga para o interior do continente? Que iriam realizar contra si o maior genocídio da História? E, de resto, tentar e conseguir por um bom tempo torná-los escravos, obrigá-los a trabalhar, a esconder o corpo, a adorar um deus que não fazia parte de seu imaginário?

Estas características, em síntese, mostram os estragos da presença do capitalismo no campo, desde o começo da ocupação destas terras pelos europeus. É importante este esclarecimento, para que não se corra o risco de se afirmar que o capitalismo só se fez presente no campo a partir da introdução da industrialização na economia brasileira. Com o processo de industrialização no Brasil, ocorrido principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1945), o que houve foi uma aceleração do processo, ou seja, o capitalismo foi se consolidando no campo. Sua origem está ligada à colonização.

Uma questão que poderia trazer dúvidas quanto à afirmativa acima, diz respeito à possibilidade da origem/gênese do capitalismo e a presença do trabalho escravo no campo. Esta poderia ser suscitada, eventualmente, a partir da afirmação de Marx, na obra *O Capital,* onde é defendida a tese da incompatibilidade do capitalismo com a servidão e/ou escravidão.

Na verdade, estamos nos referindo, neste caso, à questão da origem, da gênese do capitalismo no campo. Tanto o modo de produção feudal, quanto o modo de produção escravista criaram as condições anteriores, necessárias para conseguir acumulação primitiva que, como mostra Marx (2003), está na origem da constituição das relações sociais capitalistas de produção. Se a dúvida foi suscitada pela interpretação das palavras de Marx, busca-se a

resposta no próprio Marx (2003, p. 827), quando este diz que “todo esse movimento”, referindo-se à gênese do capitalismo,

> tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista (‘previous accumulation’, segundo Adam Smith), uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida.

Tratando-se especificamente da questão do trabalho escravo no Brasil, a compra e venda de escravos, o trabalho nas lavouras de cana e nos moinhos de açúcar, associados à ocupação das terras indígenas, à expulsão e/ou ao genocídio destes povos, permitiu a necessária acumulação original, para posterior investimento na indústria, sendo esta a origem do capitalismo no campo. Faria et al. (1993, p. 98) mostram como esta relação se dava de fato.

> O baixo custo da produção era conseguido com a utilização do trabalho escravo. Além da necessidade de baixar os custos da produção dos produtos de exportação que garantia aos comerciantes metropolitanos a apropriação dos altos lucros, é preciso considerar que dentro do contexto da acumulação de capital, o tráfico de escravos era uma das mais rentáveis operações comerciais do período.

Portanto, a escravidão constitui-se, como foi o caso do Brasil, como um dos fatores, ou ponto de partida, necessário à acumulação de capital, ou como uma preparação do capitalismo no campo. Em outras palavras, acumulação primitiva necessária à gênese e ao posterior desenvolvimento do capitalismo no campo[6].

Capitalismo e agricultura

> [...] a grande maioria da população agrícola já não parece no mercado como vendedora de alimentos, mas sim como vendedora de braços e compradora de alimentos. As pequenas explorações deixam de fazer concorrência às grandes: elas favorecem-nas e reforçam-nas, [...], fornecendo-lhes assalariados e comprando-lhes produtos (KAUTSKY, 1972, p. 11).

O que tem a ver capitalismo com agricultura? Esta pergunta procede, na medida em que, ao falarmos em capitalismo, modo de produção capitalista, nos vem à mente, imediatamente, uma cena urbana: uma fábrica, uma indústria, trabalhadores assalariados. O

6 Estamos falando da origem do capitalismo. Seu desenvolvimento se fez sentir mais fortemente após as décadas de 1950 e 1960. Segundo Soto (2002, p. 42) “trata-se do desenvolvimento acelerado do capitalismo no campo”; ou “uma visível e inegável ampliação das relações capitalistas no campo”.

campo, neste caso, não faria parte desta realidade. A ideia de fábrica, de indústria, operários, enfim, pertenceriam ao urbano.

Uma primeira explicação a esta questão pode ser buscada em Kautsky (1972, p. 23) quando diz que,

> o sistema de produção capitalista desenvolve-se em regra (com exceção de algumas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. A maior parte das vezes a agricultura escapa durante muito tempo à sua influência. Mas a evolução industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola.

Segundo Gorender (2002) essa definição de capitalismo, de modo de produção capitalista, tal como foi acima explicitada, é válida também para a agricultura. Isso ocorre na medida em que, ao incorporar-se ao modo de produção capitalista, passa a sujeitar-se aos ditames do projeto e, consequentemente, passa a fazer parte como um dos seus ramos industriais, da produção capitalista. E, neste caso, acrescenta: "a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo industrial, como a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico [...]".

Outro autor que tem se dedicado à compreensão do capitalismo no campo brasileiro é Octávio Ianni. Para o autor (2004, p. 7), há uma estreita relação entre indústria e agricultura, no sentido de que a industrialização e a urbanização modificaram, de modo significativo, o mundo agrário. Ou seja, ambas provocaram uma revolução na agricultura, o que, segundo ele, poder-se-ia chamar de "industrialização e urbanização do campo".

Então, ao que nos parece, são realidades que se aproximam e, embora cada realidade tenha suas próprias especificidades, o que vale para o urbano, vale também para o campo. E, em que pesem as especificidades de um e de outro, salienta o autor, "a cidade e a indústria não deixam de ter raízes agrárias"; e "em termos sociais, econômicos, político e culturais, é forte a presença do mundo agrário no mundo urbano. As classes sociais agrárias e urbanas misturam-se e influenciam-se em muitos lugares" (IANNI, 2004, p. 7).

Sobre esta questão, Oliveira (2002, p. 53) usa a expressão "unidade contraditória" entre campo e cidade. Segundo o autor, "com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética". Ou seja, as características de uma e de outra realidade se fazem sentir nestes espaços aparentemente diferentes.

O que, de fato, podemos perceber é que a modernização da agropecuária, com a introdução de novas tecnologias, vem fazendo com que, cada vez mais, a diferença entre uma indústria e um empreendimento agrícola capitalista moderno praticamente deixe de existir. Portanto, o trabalho em grandes empreendimentos agrícolas está cada vez mais parecido com o de uma fábrica.

É interessante observarmos que toda revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas, no setor agropecuário no Brasil, está voltada a atender os interesses do capital, ou seja, das classes dominantes produtora de monoculturas, grãos e gado – a burguesia rural; e da indústria produtora de máquinas e insumos – a burguesia urbana.

O campo, a terra, nesse caso, parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao "agronegócio". Consequentemente, em detrimento dos interesses da classe formada pelos povos do campo, trabalhadores que vivem na e da terra, ou seja, que praticam a agricultura camponesa[7]. "Para todos eles a questão da terra se coloca como central" (GONÇALVES, 2001, p. 129).

O capital produz suas contradições

> [...], ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Esse processo revela que, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação destas terras expropriadas, nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: a estrada como caminho (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

O capitalismo na Europa passou a constituir-se a partir do feudalismo, do trabalho dos servos; no Brasil, a partir do trabalho dos escravos ou da mão-de-obra escrava. Em ambos os casos, houve a necessidade de uma acumulação (primitiva) de capital para que o capitalismo se consolidasse enquanto estrutura econômica, conforme explicitado anteriormente.

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal, na Europa e, no caso do Brasil, de uma estrutura econômica, em que se associam a exploração mercantil, por parte da Metrópole portuguesa, com o trabalho escravo nas lavouras e nas minas. Este processo de ruptura entre duas realidades foi, em ambos os casos, muito lento, penoso, conflituoso. Cremos que uma palavra define melhor: contraditório.

7 Para Ribeiro (1987, p. 49), a produção camponesa é aquela baseada na agricultura, na criação de gado, na pequena produção doméstica, capaz de garantir "autossuficiência das famílias e da aldeia". Segundo a autora, o qual "ainda não havia estabelecido relações com o capital, portanto, autônoma [...]".

Diferentes modos de produção (feudal, capitalista, pré-capitalista, não capitalista) “convivendo” dentro de um mesmo território, de uma mesma sociedade/comunidade. Como isso foi possível?

A busca de uma resposta à questão ora proposta, parece ser vislumbrada à medida que se entender que os sistemas econômicos, enquanto estruturas(comunal, escravista, feudal, capitalista) não nascem prontos, acabados, nem se extinguem imediatamente, perante o ingresso de outro, como se fossem etapas a serem cumpridas. Eles se constituem e até convivem. São, portanto, resultado de um longo período e de um conjunto de condições que possibilitam suas composições e/ou decomposições. O interessante, nesse caso, é percebermos que, a decomposição de qualquer um deles, libera elementos para a formação de outros. Como foi o caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, na Europa Ocidental.

Como podemos perceber, o capitalismo se relaciona com outros modos de produção. Segundo Gorender (2002, p. 19), “isso não tira a identidade substantiva de cada um dos modos de produção; seja o dominante, que é o capitalismo, sejam os modos de produção dominados”. Portanto, há uma dinâmica nesse relacionamento, ou seja, entre os modos de produção, que é própria do processo histórico. Não há a eliminação de um modo de produção por outro. Pode-se dizer, neste caso, que estes coexistem.

Ao capitalismo nem sempre interessa a eliminação de outras formas de produção que não sejam capitalistas, até porque precisa delas para poder se reproduzir. São as contradições próprias do sistema capitalista.

> O capitalismo, no seu relacionamento com outros modos de produção vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já crescido, já amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira capitalista (GORENDER, 2002, p. 19).

José de Souza Martins (1975, p. 49), estudioso das transformações que ocorrem na organização da produção dos trabalhadores do campo, no Brasil, afirma que o capitalismo penetra no campo de forma singular. Para ele o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa o predomínio das relações tipicamente capitalistas concretizadas pela compra e venda da força de trabalho. O que caracteriza as relações sociais no campo como capitalistas, segundo o autor (MARTINS, 1975, p. 49), “é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre produtor e sociedade”. A propriedade privada da terra, afirma o autor, é o elemento que provoca as contradições sociais no campo. Portanto, não é possível compreender o capitalismo no campo apenas através da compra e venda da força de trabalho, mas a partir das relações que se estabelecem com origem na propriedade privada da

terra. E, para concluir, afirma que a terra é considerada uma relação social com o sentido que tem a relação social no capitalismo, “como expressão de um processo que envolve trocas, conflitos, mediações, contradições, articulações, movimento, transformação” (MARTINS, 1975, p. 169).

A questão da origem do capitalismo no Brasil, portanto, envolve outras questões que, neste caso, vão além da questão força de trabalho, qual seja, escrava, não-escrava. Mas, neste caso, não só o tráfico de escravos como o trabalho destes, serviram como formas originárias da acumulação de capital. Conforme Oliveira (2002, p. 46) “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, contraditório e desigual em si mesmo. Isso significa dizer que, para o seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios”.

Darcy Ribeiro (1995), ao falar da formação do Brasil, soube sabiamente defini-la ao dizer que aqui foi construída uma realidade diferente da europeia, mesclada entre o “novo” e o “velho”. O novo está, dentre outros aspectos, no “modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial” (RIBEIRO, 1995, p.19). O velho,

> porque se viabiliza com um proletariado externo”. Segundo ele, como “um implante ultramarino da expansão europeia, que não existe por si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa (RIBEIRO, 1995, p. 20).

Finalmente, não poderíamos nos furtar às contribuições de Lênin (1980, p. 07), ao referir-se às contradições do capitalismo, sobre as quais diz que

> o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a ‘campesina de nadiel’ (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos.

Portanto, nascemos sob a égide de um modelo, ou de um projeto “sui generis”, mas que trazia/traz, na sua essência, o germe tipicamente capitalista, qual seja: a busca desenfreada do lucro. E, os lucros do tráfico de escravos, no contexto da acumulação de capital, serviram como elementos necessários ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

A estrutura fundiária no Brasil: a concentração da propriedade da terra

> Apesar de ser um dos maiores territórios do planeta e possuir uma das mais extensas áreas agricultáveis do mundo, o Brasil não resolveu os inúmeros problemas criados com a má distribuição de terras e as altas taxas de exclusão social entre seus habitantes (BEZERRA NETO, 1999, p. 109).

Vamos nos debruçar um pouco sobre um dos grandes problemas que envolvem a questão agrária no país: a concentração da propriedade da terra. Esta é, hoje, uma das maiores contradições presentes no campo. Duas questões precisam, aqui, serem respondidas: quais os princípios que marcaram e marcam esta concentração? Como vem se reproduzindo este movimento contínuo de “cercamentos” das terras, cujas origens remontam ao início de nossa história. Quais as causas condicionantes desta concentração?

Alguns números

> Compreender a questão agrária sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada. Não porque muitos autores não a tenham praticamente esgotada, mas porque os estudos mais trazem discordâncias do que convergência (OLIVEIRA, 2007, p. 06).

Quando estudamos a forma de distribuição e do acesso à terra em nosso país, percebemos que, desde o começo da colonização, essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem da grande maioria dos latifúndios existentes no país.

Oliveira (2002, p. 56) é bastante categórico ao afirmar que a estrutura fundiária brasileira, herdada do regime das capitanias/sesmarias, “muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil”. Neste sentido caminha Carvalho (2005, p. 371), ao dizer que a ideologia dominante, durante toda a história do Brasil, desde a sua fase colonial até o momento atual sob a hegemonia do pensamento único neoliberal, “é de que a grande propriedade da terra é a forma mais eficiente para responder aos desafios de um modelo de desenvolvimento rural que satisfaça às expectativas dos interesses econômicos nacionais e estrangeirosdominantes”.

Esta concentração, porém, tem se mostrado mais agressiva na segunda metade do século XX. Período em que, segundo o autor, o processo de incorporação de novos espaços – “assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários” (CARVALHO, 2005, p. 56).

Outra forma ainda muito usada para se conseguir grandes áreas de terra “dentro da lei” – e aqui está seu aspecto mais contraditório - é justamente o uso de um mecanismo de forma a burlar a lei: é a chamada “burla legal” [8](OLIVEIRA, 2002, p. 55). Isso vem ocorrendo principalmente nas regiões onde existem grandes áreas de terras incultas e devolutas[9], principalmente na região amazônica.

Diante desta realidade, não há como fugir aos números. Embora frios, num primeiro momento, se tornam significativos na medida em que vamos percebendo, a partir destes, seus entornos. Se, a princípio, não nos mostram toda a realidade do campo (aquela que fica escondida sob os discursos da “ordem e do progresso”), ao menos nos mostram o tamanho das contradições existentes entre os que têm muito e os muitos que têm pouco. Estas contradições não podem ser escondidas quando, ao lado, ou entre cercas sem fim de fazendas e rodovias, se encontram trabalhadores acampados sob lonas pretas “vivendo” no limite das possibilidades a que um trabalhador possa chegar: descaso, abandono, desprezo, humilhação. Este é visto pelo capital como um “incapaz”, “fracassado”, “fraco”, “incompetente”, e, acrescente-se: “ignorante”. Nas estatísticas, é apenas mais um dentre tantos expropriados do campo[10].

Os diferentes números que seguem nos levam a refletir, a questionar, quais as causas que possibilitaram e vêm possibilitando que, cada vez mais, a terra esteja sendo transferida, sistematicamente, para as mãos de poucos? Ou seja, estamos nos perguntando o porquê da concentração fundiária.

Por sua vez, estes números também nos levam ao encontro e a somar com os que buscam, na luta, no enfrentamento, no diálogo, nas negociações, saídas justas, formas eficazes de reformas no campo, dentre elas, a Reforma Agrária[11]. Ou seja, um novo modelo de se fazer políticas agrária e agrícola.

Segundo Farah (2015),

> O Brasil registrou durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo

8 Esta prática consiste em se usar de uma artimanha para conseguir extensões de terras maiores do que a lei permite: a “técnica da procuração” - proprietários latifundiários, de posse de várias procurações, conseguem adquirir quantas áreas de terra eles desejarem, em nome de terceiros.

9 Terras sem título de propriedade, pertencentes ao governo municipal, estadual ou federal.

10 Não se trata apenas da expropriação dos meios de produção, “pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais” (PALMEIRA; LEITE, 1997, p. 17).

11 Sugere-se, sobre a temática aqui estudada, a leitura de um dos principais pesquisadores da questão agrária em nosso país: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007. Também se recomenda a leitura do texto de Víctor Onésimo Martin Martin, Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques?. In: **IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica.** México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005. O autor traz importante discussão sobre os aspectos históricos sobre a reforma agraria em diferentes países (la reforma agraria en el mundo a través de la evolución del capitalismo burocrático).

> menos 2,5%. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários — quase três vezes o estado de Sergipe. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares.

Para a autora,

> Há 130 mil grandes imóveis rurais, que concentram 47,23% de toda a área cadastrada no Incra. Para se ter uma ideia do que esse número representa, os 3,75 milhões de minifúndios (propriedades mínimas de terra) equivalem, somados, a quase um quinto disso: 10,2% da área total registrada. No governo Lula, de 2003 a 2010, o aumento das grandes propriedades, públicas e privadas, foi ainda maior do que na gestão de Dilma. Elas saltaram de 214,8 milhões, em 2003, para 318 milhões de hectares em 2010: aumento de 114 milhões de hectares (FARAH, 2015).

E acrescenta:

> Pelo levantamento citado por Umbelino, um dos principais pesquisadores da questão agrária, em 2010, das grandes propriedades privadas e públicas (130,5 mil), 66 mil imóveis foram considerados improdutivos, não atendendo aos critérios de função social da terra. Eles somam 175,9 milhões dos 318 milhões de hectares (FARAH, 2015).

Pode-se afirmar que o território brasileiro tem como uma de suas questões políticas internas mais debatidas a temática da concentração fundiária, ou seja, a posse não democrática da maior parte das terras no espaço rural do país. Em razão da intensiva concentração de renda, do estabelecimento de monoculturas voltadas para a exportação, além de uma série de fatores históricos, o campo brasileiro é altamente concentrado nas mãos de poucos proprietários.

> El número de campesinos en el mundo actual supera la mitad de la población del planeta. Nunca antes en la historia del hombre hubo tal número de campesinos sobre la tierra. Y, sobre todo, tal número de campesinos pobres (pequeños campesinos y campesinos sin tierra). Millares de esos campesinos ya están luchando (tanto por vías pacíficas como de lucha armada) por conseguir el acceso a la tierra (Chiapas, Bolivia, Guatemala, Brasil, Paraguay, Perú, Nepal, Sudáfrica) y están intentando ser controlados por mecanismos que van desde la represión constante por parte de las fuerzas conservadoras hasta la extensión de medidas parciales de carácter reformista (MARTÍN MARTÍN, 2005, p. 3-4).

Aqui cabe uma crítica severa ao governo LULA que, ao ocupar o comando do país, apoiado pelas forças populares, movimentos sociais – sob o qual se voltavam todas as esperanças - optou pela política de “não reforma agrária”. Segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 177-178 – grifo nosso), “a distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de reforma agrária do governo LULA está” [ainda hoje, reproduz-se, portanto],

"marcada por dois princípios: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa 'ajudar' o agronegócio**. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país".

O quadro, abaixo, é bastante significativo. Vejamos:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL – 2009					
ESTRATOS DE ÁREA TOTAL (ha)	Imóveis		Área total		Área média (ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1 744 540	33,7	8 215 337	1,4	4,7
De 10 a 25	1 316 237	25,4	21 345 232	3,7	16,2
De 25 a 50	814 138	15,7	28 563 707	5,0	35,1
De 50 a 100	578 765	11,2	40 096 597	7,0	69,3
De 100 a 500	563 346	10,9	116 156 530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85 305	1,5	59 299 370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40 046	0,8	55 269 002	9,7	1 380,1
Mais de 2000	39 250	0,8	242 795 145	42,5	6 185,9
Total	5181 645	100,0	571 740 920	100,0	110,3

Fonte: Tabela elaborada pelo DIEESE a respeito da estrutura fundiária no Brasil[12]

Como é possível observar nos dados da estrutura fundiária brasileira,

> a maior parte dos estratos de área – 42,5% – encontra-se concentrada em 0,8% de imóveis, que apresentam uma área média de 6.185 hectares. Por outro lado, 33% dos imóveis apresentam uma área equivalente a 1,4% dos estratos de área ocupados, o que equivale a uma área média de apenas 4,7 hectares. Outros 25,4% dos imóveis apresentam uma área média de 16,2 hectares e ocupam 3,7% da área total do Brasil destinada à produção econômica no campo. Isso revela que há uma grande quantidade de terras sob posse de um número muito pequeno de pessoas (PENA, 2016).

O contraditório nisto tudo está no fato de que, por mais que estes números sejam gritantes, o que se verifica, com raras exceções, principalmente na Amazônia, é que "não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua" (CARVALHO, 2005, p. 47). Com isso, pode-se concluir que estes ocupantes/ "proprietários", que se dizem donos destas áreas, estão ocupando indevidamente tais terras. Ou então, estas propriedades têm uma área maior do que aquela indicada nos títulos. Aqui fica evidenciada a questão anteriormente levantada, ou seja, o mecanismo da "burla legal", via "técnica da procuração", como forma de incorporar áreas maiores às permitidas por leis.

12 Dados da tabela: DIEESE, *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011* (*apud* MARTINS et al., 2013), *Geografia sociedade e cotidiano*: espaço brasileiro. Volume 02, 3ª ed. São Paulo: escala educacional, 2013. p. 109). In: Pena (2016).

Importa, também, a ressalva de que, estes números, enquanto tomados de forma isolada, parecem dizer pouco ou nada. São apenas números. Mas, se passarmos a vê-los e entendê-los como resultado de questões sérias que envolvem a expropriação/ exploração de milhares de trabalhadores do campo que por trás deles se escondem: de um lado, a opulência, a riqueza, os privilégios, e, de outro, a falta do pão de cada dia de muitos trabalhadores, a miséria, a fome.

A terra é um meio de produção fundamental na agricultura. O que ali se produz está na base da alimentação das pessoas. Podem-se multiplicar máquinas, instrumentos, meios de produção, etc., ou mesmo fazer a terra produzir mais, mas não se pode multiplicar a terra. É desta terra que aí está, com base nos números anteriormente apresentados, que uma grande massa de trabalhadores busca se reproduzir enquanto pequenos produtores rurais ou agricultores familiares, criar seus filhos, dar-lhes uma vida digna, o que significa possibilitar-lhes alimento, saúde, lazer, educação pública, gratuita e de qualidade.

Estamos diante de números que mostram uma realidade de extremos e, portanto, contraditória. Seria possível transformar esta realidade a partir destes números e colocá-los sob outra perspectiva, ou seja, sob uma nova ordem?[13] O que diz a atual legislação a respeito? Há esta possibilidade?

Segundo a lei que regulamenta a Reforma Agrária/1993, as propriedades classificadas como pequenas e médias não podem ser desapropriadas, mesmo que improdutivas. Mas desde que o proprietário possua uma só.

As grandes propriedades (menos de 1% do total dos imóveis, mas que ocupam uma área de, aproximadamente, 31,6%), podem ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária conforme o Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1988, desde que sejam classificadas como improdutivas. Mas, aqui nos deparamos com uma grande cerca, qual seja: o conceito de produtiva e improdutiva.

O artigo 184 da Constituição Federal trata sobre o uso da terra e sua função social. Segundo os dados contidos no cadastro do Incra sobre o uso da terra e sua função social, estes indicavam em 2003, que apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas enquanto que 70% foram classificadas como não produtivas (CARVALHO, 2005, p. 50).

Considerações finais

13 Há que se perguntar por que, ainda, pouco ou nada de avançou em termos de reforma agrária? Nem mesmo no período do governo em que os movimentos mais esperavam/acreditavam?

Para finalizar, cabem algumas considerações. Gostaríamos de fazê-las a partir do que a realidade vem nos mostrando, ou seja, no embate entre o que diz a lei e o que nos demonstra a luta dos movimentos sociais do campo no sentido de mudar este quadro a partir da Reforma Agrária. Primeiro, as leis referentes à Reforma Agrária não são cumpridas. Estas foram e são, por mais que sejam consideradas avançadas, atropeladas pelos ruralistas[14] no Congresso Nacional[15]. Segundo, não deveria ser de responsabilidade do Incra provar/dar laudo/ se uma propriedade é improdutiva (ou não), mas de seu proprietário provar que esta é produtiva.

Segundo Carvalho (2005, p. 50 - 51), com base em dados fornecidos pela Receita Federal, mais de 50% (sim, cinquenta por cento) dos proprietários com área rural maior que 1.000 hectares sonegavam o Imposto de Renda. Uma evidência clara do descumprimento da lei. Como estas dívidas serão ressarcidas para os cofres públicos?

Enfim, cabe lembrar que uma coisa são as leis, outra é a prática cotidiana (IANNI, 2004, p. 228) sempre permeada pela "encarniçada" luta travada entre os que detêm o poder, a burguesia rural e urbana, e os que vendem sua força de trabalho ao capital, os trabalhadores rurais e urbanos. Estamos falando de luta de classes, presente no campo. Uma luta que se intensifica na medida em que os sujeitos sociais que trabalham e vivem da terra, como os agricultores, pescadores, parceiros, ribeirinhos (povos das águas), povos da floresta (catadores), etc., se veem expropriados sob as mais diferentes formas, inclusive dos seus saberes que lhes são próprios e que lhes conferem o direito de trabalhar e conviver com a terra. Esta representa a vida, a todo instante ameaçada pela fúria do capital.

A toda forma de ação e de organização dos trabalhadores, há sempre uma forte reação por parte do capital – o que não poderia ser diferente, já que é uma forma deste descaracterizar, desmoralizar e criminalizar qualquer ação de enfrentamento da classe trabalhadora, quer do meio urbano, quer do campo. Isso se deve ao fato de que, ainda hoje,

> há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade (ARROYO, CARDART e MOLINA, 2004, p. 210).

É importante ressaltarmos que estes trabalhadores são sujeitos portadores de direitos garantidos pela Constituição, mas que o capital não os reconhece. São os trabalhadores que

14 Parlamentares ligados ao Movimento União Democrática Ruralista – UDR; grandes proprietários de terras que, como observa Melo (2006 *apud* RIBEIRO, 2010, p. 28), "aprovaram um texto reacionário, que premia o latifúndio improdutivo e inverte a lógica da história, transformando as vítimas em responsáveis pela violência no campo".

15 Segundo Picoli (2005, p. 26), havia no Congresso Nacional, em 2005 (distribuídos entre Câmara dos Deputados e Senado) 492 representantes da banca ruralista; 200 com interesse direto no Estado de Mato Grosso.

buscam resgatar e/ou garantir seus direitos que lhes foram retirados e/ou que lhes são negados. Portanto, porque cidadãos portadores de direitos é que se recusam e resistem à expropriação/exploração/proletarização. Em outras palavras, ao jugo do capital.

Enfim, através de ações coordenadas e sob as mais diferentes formas buscam a posse da terra e, ali, o espaço "ideal" para dar continuidade ao trabalho voltado à agricultura familiar camponesa, para viver com dignidade, do trabalho da/com a terra (BRITO, 2015.

Através do trabalho dos movimentos sociais do campo, de lideranças comprometidas com as causas sociais, embora ainda tímidas em muitas regiões, como é o caso no norte de Mato Grosso, os resultados começam a aparecer, e um novo quadro vem se configurando no campo. As primeiras sementes plantadas começam a dar frutos e, os trabalhadores, portadores de direitos, já se sentem mais encorajados a questionar o estabelecido. Já não mais acreditam em determinismos, fatalismos...

Hoje, já se pode dizer que há sinais fortes de uma tomada de consciência por parte dos trabalhadores sem-terra em Mato Grosso; nos assentamentos do INCRA por não aceitarem as condições a que foram relegados (o total abandono); nos acampamentos (do MST), ao longo da BR 163, o prenúncio de que o silêncio, imposto pelo capital latifundiário, começa a ser quebrado (PERIPOLLI, 2009).

O trabalhador do campo, pequeno proprietário rural, assalariado, parceleiro, etc. no norte de Mato Grosso, começa a ter ânimo para superar sua dependência, pois vem se dando conta dela. Hoje, já se sente mais encorajado a não silenciar, a não repetir a velha máxima, comum entre os trabalhadores do campo: "que posso fazer, se sou camponês"? Pelo contrário. Pode-se dizer que estes trabalhadores começam a acreditar que o caminho se faz caminhando, no movimento, na superação das contradições, no processo histórico dialético. Como nos diz Freire (2005), começa a aparecer uma nova "práxis", que nasce a partir da ação e reflexão sobre a realidade vivida, o que vem possibilitando transformá-la.

Referências

ANDRADE, M. C. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ARRUDA, F. A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, n.1, jul./ago. 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1447-a-mistificacao-burguesa-do-campo-e-a-atualidade-da-revolucao-agraria>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**. São Paulo: Editempo Editorial, 2000.

BEZERRA NETO, L. **Sem-Terra aprende e Ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRITO, F. L. **O esvaziamento do campo e da escola entre os jovens camponeses:** o caso da Comunidade da Voadeira – Barra do Garças-MT. 2015. Dissertação (Mestrado). PPGedu/Unemat, Cáceres/MT.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

A ORIGEM do Capitalismo (a revolução industrial na Inglaterra)/2012. Disponível em: http://mafarricovermelho.blogspot.com.br/2012/11/a-origem-do-capitalismo-revolucao.html. Acesso em: junho de 2017.

FARAH, T. **Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053. Acesso em: maio de 2016.

FARIA, R. M.; MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C. História. Belo Horizonte: Lê, 1993.

FERNANDES, B. M**.** Diretrizes de uma Caminhada**.** In: CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (orgs.). **Educação do Campo:** identidade de políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por Uma Educação do Campo, 4).

FERREIRA, A. L. A. Da produção do capitalismo no campo em geral à produção do capitalismo no campo brasileiro: a experiência do acampamento Carlos Marighella (MST/BA). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 132-147; ago. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/9589-26723-1-PB.pdf. Acesso em: junho de 2017.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GORENDER, J. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro**.** In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GUIMARAES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. I volume. Porto: Portucalense, 1972.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos:** novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na Agricultura*.* São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARTÍN MARTÍN, V. O. Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques?. In: **IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica.** México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Atualidade%20da%20questao%20agraria%20no%20mundo%20-%20Victor%20Martin.pdf. Acesso em: julho de 2017.

MARTINS, J. S*.* **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**.** São Paulo. Pioneira, 1975.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política*.* Livro I. Vol. II. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORISSAWA, M. **A História Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, A. U. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80**.** In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf

PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas**:** reflexões sobre a questão agrária*.* **DEBATES.** cpda, nº 1/setembro/1997.

PENA, R. F. A. **"Concentração fundiária no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/concentracao-fundiaria-no-brasil.htm>. Acesso em 30 de maio de 2016.

PERIPOLLI, O. J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-grossense:** a mercantilização da terra e da escola. 2009. Tese (Doutorado). PPGedu/UFRGS.

PICOLI, F. **Amazônia e o Capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

PINTO, T. S. s.d. **Origem do capitalismo e fim do feudalismo.** Disponível em: http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/origem-capitalismo-fim-feudalismo.htm. Acesso em: junho de 2017.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil*.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, M. **De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico. Um estudo sobre o processo de proletarização/organização dos amazonenses**. PPGedu/UFRGS. Dissertação (Mestrado), 1987.

_____. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação.1. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2010.

ROIZ, D. S. Uma 'nova' interpretação das origens do capitalismo? **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/692-29606-1-PB.pdf. Acesso em: junho de 2017.

SOTO, W. H. G. **A produção do Conhecimento Sobre o "Mundo Rural" no Brasil:** as contribuições de José de S. Martins e José G. da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUSA, R. G. **"Origem do Capitalismo**"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/historiag/origem-capitalismo.htm>. Acesso em 30 de junho de 2017.

Recebido para publicação em 30 de setembro de 2016

Devolvido para revisão em 05 de fevereiro de 2017

Aceito para publicação em 15 de setembro de 2017

Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil

Guilherme Marini Perpetua
Pós-Doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)
E-mail: geomarini@yahoo.com.br

Markus Kröger
Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Helsinki (Finlândia).
E-mail: markus.kroger@helsinki.fi

Antonio Thomaz Junior
Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Coordenador do CEGeT e do CETAS
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo

Este início de século marca a ascensão do Brasil ao posto de grande produtor de árvores de rápido crescimento e celulose para exportação, um fenômeno que não deve ser entendido como algo isolado, tendo em vista possuir importantes ramificações globais, cuja análise pode melhorar nossa compreensão acerca das mudanças contemporâneas do extrativismo, na América Latina. O presente artigo objetiva realizar uma análise multiescalar da expansão do monocultivo arbóreo e da produção de celulose, no Brasil contemporâneo, a partir dos mais recentes megaempreendimentos do segmento, com foco nas estratégias de territorialização das corporações para sua efetivação. O principal argumento defendido é que, da maneira como está estruturada, a produção de celulose implica necessariamente a pilhagem ilimitada de recursos territoriais, em detrimento dos povos originários, tradicionais, camponeses e dos trabalhadores vinculados ao processo produtivo, no campo e nas fábricas, e da população das áreas atingidas, como um todo.

Palavras-chave: celulose; pilhagem territorial; agroextrativismo; Brasil; América Latina.

Agro extractivist corporations territorial coverage strategies in Latin America: the cellulose industry case in Brazil

Abstract

This century beginning marks the Brazil's rise to the position of great fast growing trees producer and cellulose exportation, a phenomenon that shouldn't be understood as something isolated, bearing in mind to have important global ramifications which its analysis can improve our understanding about contemporary changes of the extractivism in Latin America. This article aims to do a multilevel analysis of the arboreous monoculture and the celluloses production in the contemporary Brazil, from the most recent segment mega-enterprise, focusing on the corporation's territorial coverage strategies for its effectiveness. The main defended argument is that, as it is structured, the celluloses production necessarily implies the limited looting of land resources in detriment of the original peoples, traditional, peasants and of the workers linked to producing procedures, on field and on plants, and of the population of the hit areas overall.

Keywords: cellulose; land looting; agro-extractivism; Brazil; Latin America.

Estrategias de territorialización de las corporaciones agroextractivistas en América Latina: el caso de la industria de celulosa en Brasil

Resumen

Este comienzo de siglo está marcado por el ascenso de Brasil como un gran productor de árboles de rápido crecimiento y de celulosa para exportación. Este fenómeno no puede ser entendido como un hecho aislado, al contrario, tiene importantes ramificaciones globales que nos permiten comprender los cambios contemporáneos del extractivismo en América Latina. El presente artículo tiene por objetivo realizar un análisis multiescalar de la expansión del monocultivo arbóreo y de la producción de celulosa en Brasil a partir de dos megaemprendimientos recientes, enfocando en las estrategias de territorialización de las corporaciones. El principal argumento defendido es que la manera como está estructurada la producción de celulosa, implica necesariamente el pillaje ilimitado de recursos territoriales en detrimento de los pueblos originarios, tradicionales, campesinos y de los trabajadores vinculados al proceso productivo, en el campo y en las fábricas, así como de la población de las áreas afectadas por este proceso.

Palabras claves: pillaje territorial; agroextractivismo; Brasil; América Latina.

Introdução

O extrativismo foi tomado como principal modelo de desenvolvimento por vários governos latino-americanos, durante a vigência do paradigma das *commodities*, definindo, em grande medida, a política econômica de seus países, desde a primeira década deste século. O conceito de "novo extrativismo" surgiu para explicar a vontade comum de governos ditos "progressistas" e "de esquerda" em promover a exportação de produtos primários em grande escala (GUDYNAS, 2012). Gudynas (2016) identifica vários submodelos de novo extrativismo: a versão brasileira é chamada de "novo desenvolvimentismo" e, dentro dela, o Estado foi representado como um ator positivo, que, ao menos, distribui uma parte da riqueza extraída pelas corporações, por meio da implementação de políticas públicas de bem-estar social (KRÖGER, 2012). Todavia, não obstante os avanços sociais observados, a remuneração financeira das grandes corporações prevaleceu sobre o fortalecimento dos direitos dos cidadãos ou a preservação do meio ambiente (GUDYNAS, 2015).

Longe de evidenciar novidades, a literatura sobre esse fenômeno aponta para continuidades substanciais com um modelo muito antigo. Amparada por essa literatura, Valdivia (2015) argumenta que o extrativismo "progressista" tem mantido as relações de poder desiguais. Considerando os impactos socioambientais, Chomsky (2016) revela que a literatura mostra ruptura e luta entre as esperanças fantasiosas promovidas pela indústria e a dura realidade sofrida principalmente por populações rurais e indígenas. A maior parte dos estudos sobre o extrativismo tem enfocado a mineração, tomando como recorte os países

hispano-americanos, enquanto o extrativismo empreendido em plantações industriais, como o monocultivo de árvores, tem recebido menos destaque e atenção. Porém, a expansão desse "agroextrativismo", no Brasil, desvela um fenômeno de enorme peso e importância, dentro do extrativismo latino-americano, e seus desdobramentos mais recentes merecem ser estudados em detalhe, como objetivamos fazer no presente artigo.

Plantações de árvores e investimentos em celulose, considerados e defendidos por muitos como uma parte da economia verde e da bioeconomia que poderia resolver os problemas na extração de recursos não renováveis, são mais bem compreendidos como partes do extrativismo, com base na observação de suas dinâmicas de expansão e nos impactos socioeconômicos na América Latina (KRÖGER, 2017).

Desde o início deste século, o Brasil tem-se destacado fortemente como produtor de árvores de rápido crescimento e celulose para exportação (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a; BRACELPA, 2013; IBÁ, 2015), tornando-se destino prioritário dos maiores empreendimentos do setor arbóreo-celulósico no mundo. Esse fenômeno não deve ser percebido como algo isolado, tendo em vista possuir importantes ramificações globais, cuja análise pode melhorar nossa compreensão acerca das mudanças contemporâneas do extrativismo, na América Latina.

O presente artigo propõe-se realizar uma análise multiescalar da expansão do monocultivo arbóreo e da produção de celulose, no Brasil contemporâneo, a partir dos mais recentes megaempreendimentos do segmento, em três diferentes regiões brasileiras (o Extremo-Sul da Bahia, o Leste de Mato Grosso do Sul e o Oeste do Maranhão), com foco nas estratégias de territorialização das corporações para sua efetivação. A expansão de projetos de celulose, nas áreas costeiras do Brasil, já foi objeto de diversos estudos[1], mas a nova expansão para o interior é um fenômeno que tem recebido pouca atenção internacional. Portanto, esse novo panorama e situação merecem uma análise nova e abrangente ligada às principais tendências do extrativismo latino-americano.

Em termos metodológicos, a pesquisa buscou combinar procedimentos quantitativos e qualitativos, lançando mão de ampla revisão bibliográfica, consulta a diversos bancos de dados secundários, análise documental, levantamento de material jornalístico e, especialmente, trabalhos de campo nas regiões estudadas[2], com a realização de quase quarenta entrevistas semiestruturadas, posteriormente analisadas segundo a técnica de categorização temática proposta por Gibbs (2009). As entrevistas foram direcionadas a trabalhadores e seus representantes, integrantes de movimentos sociais e suas lideranças,

[1] Para uma lista de estudos, ver Kröger (2014a).
[2] Os trabalhos de campo foram realizados nas três áreas que compuseram o recorte empírico da pesquisa, nos seguintes períodos: março de 2014, em Eunápolis e outros municípios do Extremo-Sul da Bahia; setembro de 2014, em Imperatriz e outros municípios do Oeste do Maranhão; novembro e dezembro de 2014, e abril de 2016, em Três Lagoas e outros municípios do Leste de Mato Grosso do Sul.

membros de comunidades camponesas, originárias (indígenas) ou tradicionais[3], ocupantes de terras em litígio com as empresas estudadas, representantes do poder público e das próprias empresas.

O principal argumento defendido neste artigo é que, da maneira como está estruturada, a produção de celulose, no Brasil, implica *necessariamente* a pilhagem ilimitada de recursos territoriais, em detrimento dos povos originários, tradicionais, camponeses e trabalhadores vinculados ao processo produtivo da celulose, no campo e nas fábricas, e da população das áreas atingidas pelas inversões, de maneira geral, com toda sorte de impactos sociais e ambientais negativos ou problemáticos para esse amplo conjunto de sujeitos. Nessa perspectiva, convém destacar que a investigação constatou a combinação simultânea de distintas dinâmicas de acumulação, no sentido atribuído por Marx (2013) ao termo, pondo em questão conceitos clássicos da teoria crítica marxista.

A expansão celulósica extrativista, com seus vários conflitos, demonstra a tensão entre a crença – a nosso ver, ilusória - em que o novo extrativismo seria o melhor ou, pelo menos, o mais realista entre os modelos de desenvolvimento, nesse contexto político e econômico global, para os países da América Latina, e as críticas direcionadas ao fato de esse modelo ser não ético e socioambientalmente insustentável (ZHOURI; VALENCIO, 2014), equivocado quanto à sua visão de desenvolvimento e quanto ao papel que o Estado deveria ocupar, em sua promoção (EVANS, 2010), ou ambas as coisas ao mesmo tempo (BUNKER, 1985, 2003).

No conjunto da produção de *commodities*, o desempenho econômico do segmento arbóreo-celulósico tem feito dele uma das principais "promessas" do agronegócio brasileiro, fato que, recentemente, lhe rendeu destaque até mesmo em campanha veiculada em horário nobre da maior emissora de televisão do Brasil.[4] Os representantes diretos das empresas[5], seus principais órgãos representativos (a BRACELPA e a ABRAF, atualmente fundidas na IBÁ) e defensores de seus interesses, no plano político e acadêmico, esforçam-se por legitimar sua avassaladora expansão territorial, amplamente financiada com recursos públicos, a despeito de todas as evidências de violações socioambientais[6], com base em

[3] O conceito de "comunidade" ou "população tradicional" pode ser encontrado em Brandão e Borges (2014). O Brasil reconhece o conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", incorporado à Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei nº 9.985/2000 e pelo Decreto nº 6.040/2007, este último destinado ao estabelecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

[4] A referida campanha, intitulada "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo", foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e se estenderá até junho de 2018, segundo informações do Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html> Acesso em: 08 dez. 2016.

[5] A maior parte da produção de celulose brasileira está nas mãos de um grupo muito reduzido de grandes corporações (Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Eldorado Brasil Celulose, Stora Enso, CMPC, Cenibra, Jari Celulose e Klabin), as quais oligopolizam o mercado e, juntas, são detentoras dos maiores empreendimentos atualmente em funcionamento ou em implantação, e de milhões de hectares de terra espalhados por diversas regiões do território brasileiro.

[6] A esse respeito, ver os trabalhos de Dalcomuni (1990), Souza e Overbeek (2008), Kudlavicz (2011a e b), Gomes e Overbeek (2011), Ribeiro (2012), Malina (2013), Kröger (2014a e b) e Perpetua (2013; 2016a).

três argumentos principais, além daquele sustentado pelos apologistas do novo desenvolvimentismo, o qual trataremos em detalhe mais adiante: a tese da necessidade global do aumento da produção de insumos básicos, em função do impetuoso crescimento populacional das últimas décadas e suas projeções para as décadas subsequentes[7], que se coaduna com as ideias de uma pretensa "vocação natural" do Brasil para esse tipo de atividade e da possibilidade de "desenvolvimento sustentável" por meio dela (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2016a).

Na atualidade, a produção de árvores e celulose tem se expandido fortemente para países do Hemisfério Sul, com grande destaque para o Brasil, o Chile, o Uruguai e a Indonésia, em busca de reduzir custos, aumentar a produtividade, "driblar" certos limites impostos pelas legislações ambiental e trabalhista e aproveitar as benesses concedidas pelos governos da região (SONNENFELD, 2000; BACCHETTA, 2008; PAKKASVIRTA, 2010; MORELLI, 2011; OWERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012). Como decorrência disso, estima-se que, nas últimas décadas, a área dos plantios industriais de árvores (PIAs) no Sul global tenha sido multiplicada por quatro e, apenas entre 1990 e 2010, crescido cerca de 50%, passando de 95 milhões de hectares para cerca de 153 milhões de hectares (OVERBEEK, KRÖGER; GERBER, 2012).

Estamos diante de uma faceta específica da produção desigual, combinada e polarizada inerente ao espaço capitalista (SMITH, 1988; HARVEY, 2005; 2013; BRANDÃO, 2007), pois, ao se especializarem na produção e exportação de *commodities*, como a celulose, países do Sul global, a exemplo do Brasil, assumem para si as etapas socioambientalmente mais onerosas, impactantes e com menor agregação de valor de cadeias produtivas mundializadas, funcionando como verdadeiros "nós" de uma rede de acumulação polarizada pelo Norte (KRÖGER, 2013a).

Não obstante, é fundamental ter em conta também a existência de duas tendências combinadas no plano global. Uma delas é a do aumento da produção chinesa de papel e, consequentemente, do crescimento exponencial da demanda, daquele país asiático, por celulose de países como o Brasil. A outra se refere à diversificação ou "flexibilização" (*flex-trees*) da produção dos tradicionais produtores do Norte em busca de maior agregação de valor ao produto final (KRÖGER, 2016). A alavanca propulsora de toda essa engrenagem é constituída pelo consumo altamente desigual, figurando os países ricos da América do Norte e da Europa Ocidental como os grandes consumidores finais do papel produzido nesse circuito global (PERPETUA, 2013).

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos um breve panorama da produção de

[7] Nessa perspectiva, exemplificada pelos discursos da ex-ministra da Agricultura, Katia Abreu, a floresta é vista pelo agronegócio como um obstáculo para alimentar o mundo (KRÖGER, 2017).

celulose, no Brasil, e o recente cenário de expansão para novas regiões, as quais despontaram como principais produtoras, a partir da implantação de megaempreendimentos, bem como seus principais fatores explicativos. Na segunda, procuramos demonstrar como a atuação do Estado, em diferentes momentos, foi e continua sendo imprescindível para a viabilização e atual configuração do capital arbóreo-celulósico, no Brasil. A terceira e última seção é dedicada a analisar as principais estratégias de territorialização das corporações do setor, com base no conceito de pilhagem territorial.

O panorama do setor, no Brasil, e as novas fronteiras da celulose

Entre 2000 e 2014, a área ocupada com eucalipto, no Brasil, saltou de 2.956.000 para 5.558.653 de hectares, crescendo 88% (SARTORI, 2008; IBÁ, 2015) e fazendo desse cultivo o quarto em área ocupada no país, atrás apenas da soja, do milho e da cana-de-açúcar (IBGE, 2015). A produção de celulose passou de 4,4 milhões de toneladas, em 1990, para 16,4 milhões de toneladas, em 2014 (BRACELPA, 2013; IBÁ, 2015). Concomitantemente, entre 2003 e 2015, o volume exportado de celulose cresceu nada menos que 354,8% (SECEX, 2016), fazendo do Brasil o quarto maior produtor de celulose em geral e o maior produtor e exportador de celulose de fibra curta branqueada do mundo (IBÁ, 2014).

Que fatores poderiam explicar tamanha pujança da indústria de celulose brasileira, na atualidade? É evidente que a incomparável produtividade da madeira produzida no país[8] não deve ser descartada enquanto fator relevante para solucionar essa questão. Porém, como visto, entender o monocultivo arbóreo e a indústria de celulose, no Brasil contemporâneo, assim como em outros países do Sul global, requer considerar, antes de tudo, as transformações estruturais e geográficas ocorridas na indústria papeleira, em escala mundial.

Contata-se, portanto, a ocorrência de um intenso movimento de especialização regressiva nesse setor (PEDREIRA, 2008), através do qual o Brasil assume para si a etapa inicial, com menor agregação de valor e maiores impactos socioambientais, de uma extensa cadeia de valor mundializada (LEÃO; VASCONCELLOS, 2015; DANNENBERG; DIEZ 2016).

Imperioso notar que a maior parte do vertiginoso crescimento da produção de árvores e celulose atual, ao contrário do que ocorria no passado recente, se materializa não

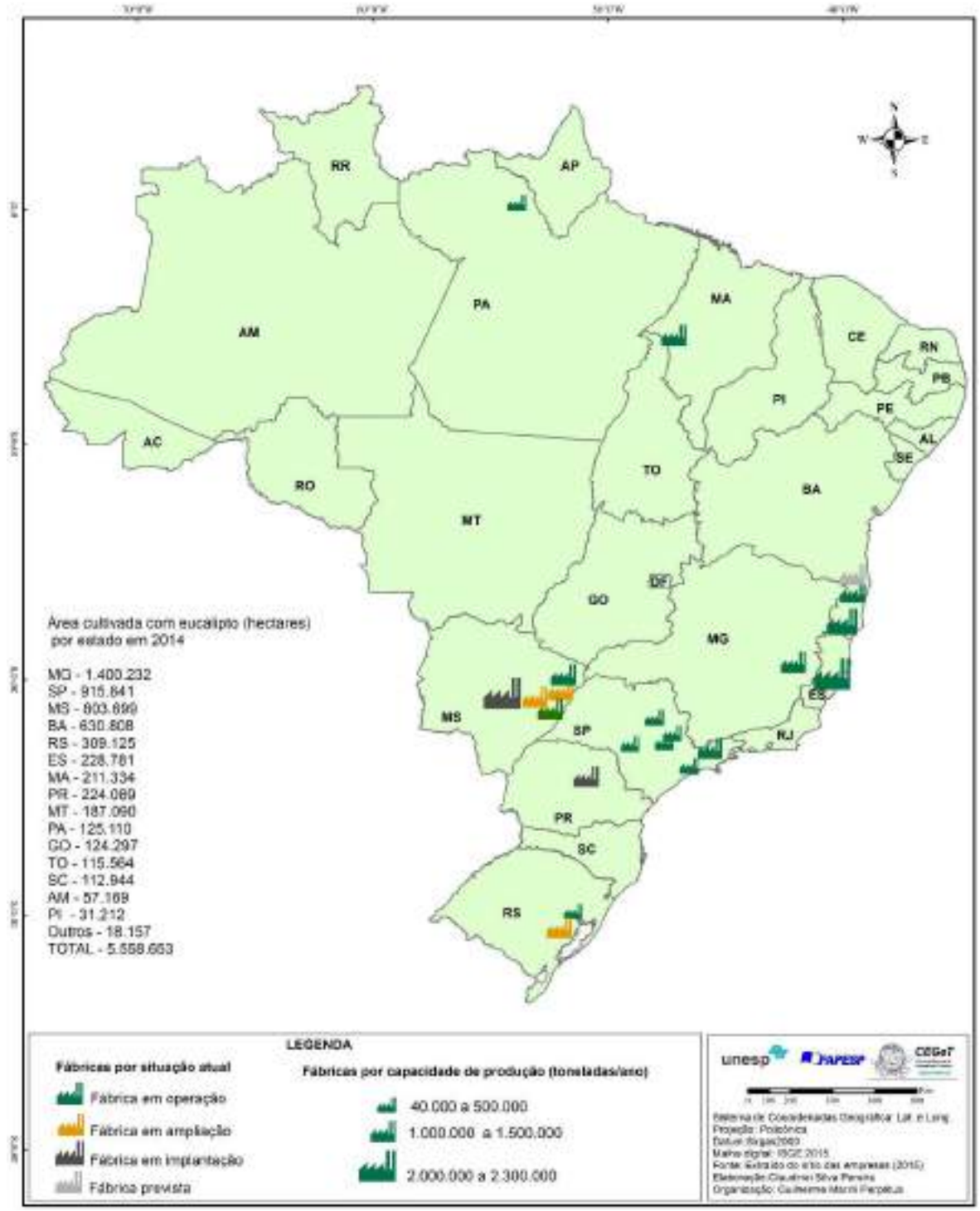
[8] Segundo dados levantados pela Pöyry e apresentados pela BRACELPA (2013), o Brasil é líder absoluto nos quesitos tempo de rotação – isto é, tempo necessário para o corte da árvore – e volume de madeira por hectare/ano.

mais no centro dinâmico da economia nacional (região Centro-Sul do país), mas, principalmente, em estados do Centro-Oeste e do Nordeste brasileiros, porque, internamente, o mesmo movimento de periferização da produção de insumos básicos se replica (DAURA, 2004; MALINA, 2013). Assim, desenha-se um cenário diametralmente oposto àquele existente até o final dos anos 1990, quando a produção de celulose se mantinha majoritariamente concentrada nas regiões Sudeste (57%) e Sul (30%) (DAURA, 2004).

Atualmente, a maior parte da celulose é produzida em gigantescas fábricas integradas a extensas áreas de monocultivo, predominantemente implantadas desde a segunda metade dos anos 2000, em estados como Mato Grosso do Sul, Bahia e Maranhão. À exceção da nova fábrica da Klabin[9], recentemente inaugurada no Município de Ortigueira (PR), todos os novos projetos, empreendimentos e obras de ampliação do segmento celulósico estão localizados fora do eixo Sul-Sudeste (Figura 1), *locus* das fábricas mais antigas, como as do interior de São Paulo ou o grande complexo da Aracruz Celulose (atual Fibria), no Espírito Santo, as quais datam dos anos 1960/1970.

[9] Entretanto, a nova fábrica da Klabin possui duas particularidades interessantes em relação às demais: produz também celulose de fibra longa (400 mil ton./ano), além da de fibra curta (700 mil ton./ano) e abastece predominantemente o mercado nacional, com celulose *fluff* destinada à fabricação de fraldas e absorventes.

Figura 1 - Localização das fábricas de celulose de mercado no Brasil por situação (2015)



Os megaempreendimentos mais recentes, localizados nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão, os quais são objeto deste artigo, tiveram por palco regiões onde já haviam sido implantados antigos maciços de eucalipto, a partir dos anos 1970, como decorrência da política de incentivos fiscais à atividade, adotada pelos governos militares

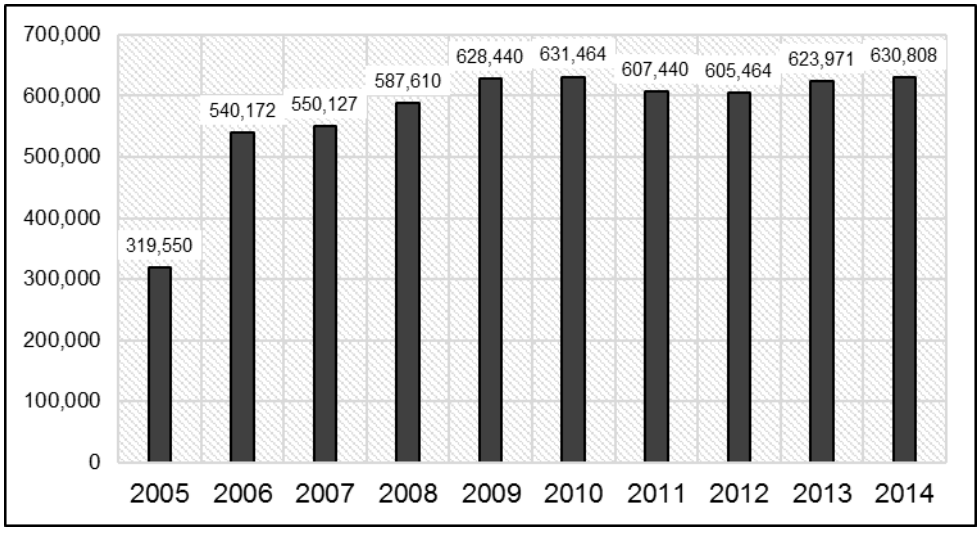
daquele período (SILVA, 2002; PEDREIRA, 2008; KUDLAVICZ, 2011a; MALINA, 2013; RIBEIRO JÚNIOR, 2014).

Após décadas sem destinação econômica, os maciços existentes passaram a atuar como um dos fatores de atração de investimentos nessas regiões, as quais, além deles, ofereceram às empresas outras "vantagens competitivas", tais como as condições edafoclimáticas (solo e condições climáticas) e geomorfológicas (relevo adequado) extremamente favoráveis; a existência de grandes mananciais de água doce (condição *sine qua non* da atividade em questão); o preço relativamente mais baixo das terras, quando comparado ao das regiões onde estão as fábricas mais antigas; a infraestrutura multimodal de transportes e, não menos importantes, as generosas vantagens oferecidas pelos governos estaduais e municipais às empresas, na forma de incentivos fiscais e flexibilização da legislação ambiental (PERPETUA, 2013; KRÖGER, 2014a). Para além desses fatores, nossa pesquisa constatou o importante papel desempenhado pelos baixos salários e pela incipiência da organização sindical e dos movimentos sociais, no enfrentamento aos empreendimentos nessas áreas de expansão recente, em comparação com antigas regiões produtoras de celulose, na atração dos novos projetos do segmento arbóreo-celulósico. Essa constatação empírica reitera a tese de Wallerstein (2013), segundo a qual um dos mecanismos essenciais de funcionamento da economia-mundo capitalista tem sido sempre a deslocalização das empresas, em última análise, decorrente do efeito combinado do aumento da resistência e, consequentemente, da elevação dos salários, nas regiões mais antigas.

Alguns elementos intrínsecos à produção de celulose brasileira atual são fundamentais para o entendimento da forma de atuação (*modus operandi*) das grandes corporações arbóreo-celulósicas, nos espaços regionais onde se inserem. Um deles é a escala mínima de produção recomendada para qualquer fábrica que se pretenda internacionalmente competitiva, a qual, segundo Biazus, Hora e Leite (2010a), em 2010, girava em torno de 1 milhão de ton./ano. A capacidade produtiva das fábricas, obviamente, vincula-se de modo direto ao tamanho da área de plantio necessária, algo em torno de 100.000 hectares, para essa escala, no caso brasileiro (BRACELPA 2013). Outra característica importante é a contiguidade espacial entre fábricas e áreas de cultivo, relacionada à alta proporção ocupada pela madeira e pelo frete, no cômputo geral dos custos médios de produção da celulose branqueada de eucalipto (BHKP), os quais, somados, chegam a atingir 60% do total (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a). Precisamente por isso, o padrão locacional da produção de celulose é ditado pela proximidade com as fontes de matéria-prima (*source oriented*), diferentemente daquele que guia a indústria papeleira, orientado pela proximidade dos mercados consumidores (*market oriented*) (BIAZUS, HORA; LEITE, 2010b).

No Extremo-Sul da Bahia[10], a primeira fábrica de celulose a ser implantada foi fruto de uma parceria firmada entre a Suzano Papel e Celulose e a então empresa estatal Vale do Rio Doce (atual Vale), firmada, em 1985, no Município de Mucuri (MALINA, 2013). Contudo, o maior e mais importante projeto teria início quase duas décadas depois, quando foi anunciada a construção da fábrica da Veracel Celulose, por meio de investimento conjunto (do tipo *joint venture*) entre a brasileira Aracruz Celulose (atual Fibria) e a sueco-finlandesa Stora Enso. A construção desse bilionário megaempreendimento transnacional, cuja fábrica se encontra em Eunápolis e as áreas de plantio se espalham pelo território de dez municípios, começou em 2002 e foi concluída em 2005, fazendo com que a área ocupada com eucalipto, no estado, praticamente dobrasse em menos de uma década (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Expansão da Área Plantada (ha) com Eucalipto na Bahia (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

Em Mato Grosso do Sul[11], a saga da celulose teve início no ano de 2006, com o anúncio da construção do Projeto Horizonte I, pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), doravante fundida à Aracruz e denominada Fibria (GOMES, 2011; ALMEIDA, 2012), através de um processo em que o governo novo-desenvolvimentista brasileiro teve papel central, resgatando a Aracruz e a VCP, após suas perdas especulativas nos mercados financeiros depois da crise de 2008, e tornando-se um importante acionista da Fibria via BNDES (KRÖGER, 2012). Assim, o Estado brasileiro teve um papel fundamental também em transformar Três Lagoas num polo de plantações de eucalipto para celulose.

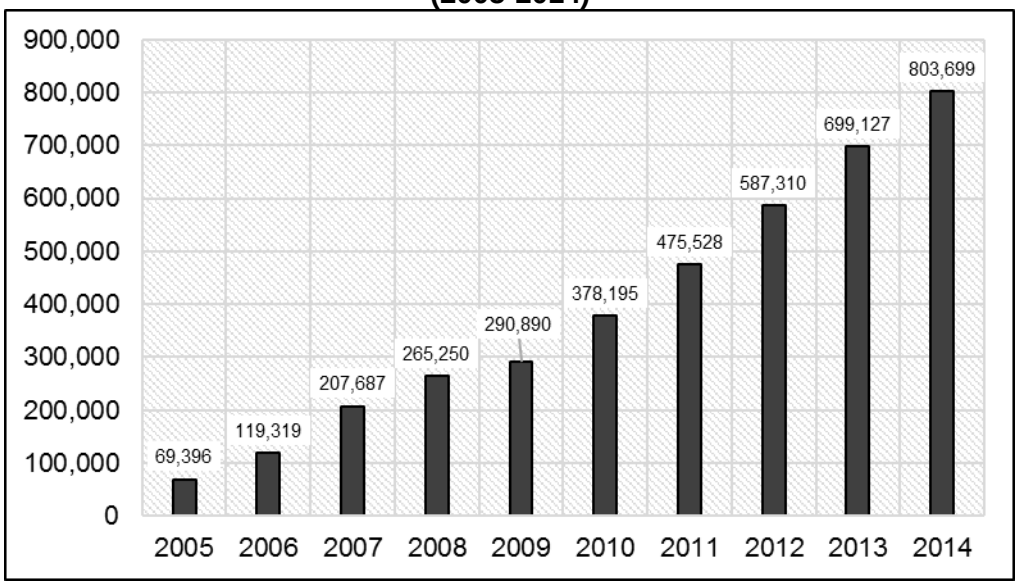
[10] Perpetua e Thomaz Junior (2016b) dedicaram um artigo especificamente ao detalhamento e análise do caso da territorialização da Veracel Celulose, no Extremo-Sul da Bahia. Sobre o mesmo caso, ver também Kröger e Nylund (2012).
[11] Para um aprofundamento em relação à implantação desses projetos em Três Lagoas, ver Perpetua (2013; 2016b).

A primeira fábrica construída em Três Lagoas e inaugurada em 2009, às margens do Rio Paraná, em pouco tempo foi sucedida pela segunda, da empresa Eldorado Brasil, atualmente controlada pela J&F Holding, pertencente ao grupo JBS, inaugurada três anos mais tarde. Somados, esses dois megaempreendimentos fazem de Três Lagoas o maior polo produtor de celulose do mundo, realidade que tende a se consolidar ainda mais, tendo-se em vista que ambas as empresas estão, atualmente, dobrando sua capacidade produtiva, com a construção de novas linhas de produção. Há também um terceiro megaempreendimento, ainda mais portentoso (2,2 milhões de toneladas), já anunciado pela empresa Celulose Rio-Pardense e Energia (Celulose Rio-Pardense e Energia - CRPE Holding S/A) e licenciado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), cuja fábrica será implantada no município de Ribas do Rio Pardo, limítrofe a Três Lagoas. Porém, a crise política e econômica brasileira tem afastado os investidores estatais e estrangeiros já previstos para o projeto da CRPE (PAINEL FLORESTAL, 2016).

A transformação territorial e paisagística que a celulose trouxe é simplesmente enorme e merece destaque: esse fenômeno tem modificado profundamente as regiões onde se insere, em todos os sentidos (social, territorial, simbólico etc.). A chegada repentina dos novos megaempreendimentos trouxe consigo a rápida expansão do monocultivo de eucalipto (Gráfico 2) por sobre as grandes fazendas de pecuária, atividade tradicional na região, em velocidade jamais vista em nenhum outro lugar. Em nove anos, a área total cultivada com eucalipto, no estado, foi simplesmente multiplicada por mais de onze vezes e meia. Em 2013, a Fibria sozinha possuía 317.026 ha, na Microrregião de Três Lagoas, sendo 207.658 deles plantados com eucalipto (OLIVEIRA, 2014). A Eldorado Brasil fechou 2014 com 200 mil hectares plantados, o dobro da área cultivada quando da aquisição das terras, em 2010[12].

[12] Essa informação foi fornecida por um técnico da própria empresa, entrevistado em Três Lagoas, em dezembro de 2014.

Gráfico 2 – Expansão da área plantada (ha) com eucalipto em Mato Grosso do Sul (2005-2014)

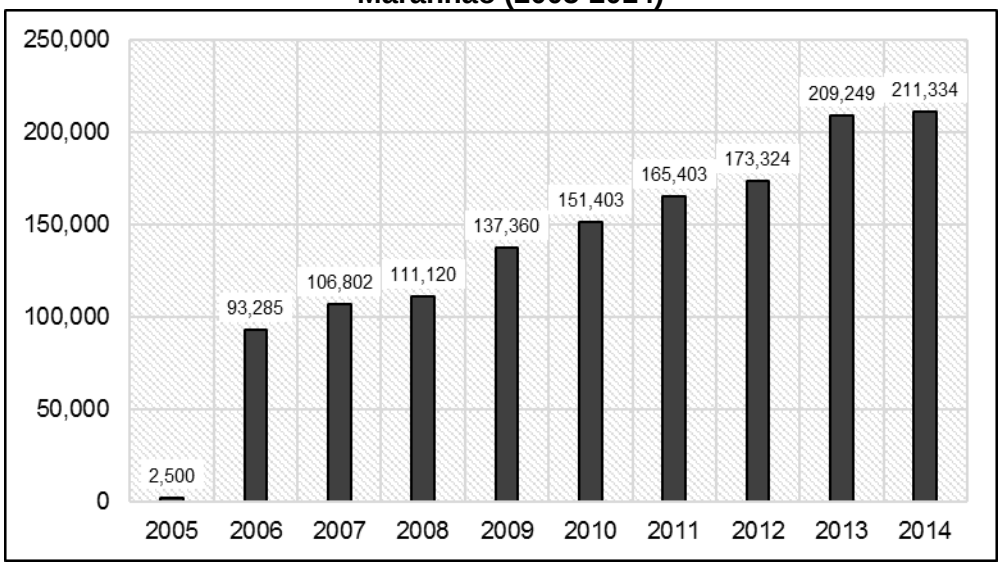


Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

O mais recente dos empreendimentos estudados foi implantado na região de Imperatriz, Oeste do Maranhão, pela Suzano Papel e Celulose, como parte de um grande projeto de expansão da empresa, lançado em 2008, o "Projeto 2024".[13] Após o processo de aquisição das terras da Celulose do Maranhão (CELMAR) e da Ferro Gusa Carajás, antigas subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce (MIQCB, 2012/2013), a empresa deu início à construção de sua fábrica *greenfield* e à rápida expansão dos eucaliptais para abastecê-la (Gráfico 3).

[13] Informação concedida por uma diretora da empresa, entrevistada em Imperatriz, em setembro de 2014. Para mais informações sobre a constituição desse empreendimento específico, ver os trabalhos de Kröger (2013b) e Riberio Junior (2014).

Gráfico 3 – Expansão da área plantada (ha) com eucalipto no Maranhão (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

Além dos cinco megaempreendimentos citados, na segunda metade dos anos 2000, houve também o anúncio da implantação de outros projetos, pelas mesmas empresas que hoje atuam em Mato Grosso do Sul e na Bahia (Fibria e Stora Enso), as quais, à época, disputavam terras na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (KRÖGER, 2010; MORELLI, 2011) e, ainda, por uma nova empresa, chamada Braxcel Celulose, a qual pretendia implantar fábrica na região Sul do estado do Tocantins, segundo informações disponibilizadas pela própria empresa e por veículos de comunicação (VEJA, 2012). A Suzano Papel e Celulose também divulgou a intenção de instalar um segundo projeto no estado do Piauí, cuja fábrica deveria ter ficado pronta em 2014 (O ESTADO DE S. PAULO, 2010). No entanto, nenhum desses projetos saiu do papel. Por trás das alegações superficiais e desencontradas das empresas para o cancelamento ou suspensão, revelam-se, como verdadeiras motivações, acordos entre os principais *players* do segmento para neutralizar possíveis disputas territoriais entre eles ou a elevação desmedida da oferta (ALMEIDA 2012; VALOR ECONÔMICO, 30/01/2014). Além disso, vários fatores impactaram a realização desses investimentos, sendo um dos principais, dentre eles, a forte resistência à expansão do eucalipto, por exemplo, no Rio Grande do Sul e no Piauí (KRÖGER, 2014a).

O papel de Estado novo-desenvolvimentista brasileiro

O panorama atual da produção brasileira de celulose, nos moldes apresentados, é também o resultado combinado de ações governamentais passadas e recentes. Por um lado, a forte intervenção estatal no período nacional-desenvolvimentista, sob a égide do

militarismo (1964 em diante), marcou uma inflexão determinante no caráter da produção de celulose, no Brasil. Por outro lado, a recente ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a implantação de seu modelo novo-desenvolvimentista foi elemento decisivo para o crescimento vertiginoso, tanto da produção quanto do poder das maiores corporações da celulose nacionais, estrangeiras ou transnacionais atuantes no país.

Dentro das coordenadas da "nova" estratégia de desenvolvimento, o fortalecimento do setor primário-exportador foi encarado como saída para o problema da vulnerabilidade estrutural do balanço de pagamentos, uma vez que permitiu a obtenção de continuados superávits da balança comercial (COUTINHO; SARTI, 2003; SICSÚ, DE PAULA; MICHEL, 2007; DELGADO, 2012; BOITO JUNIOR, 2012). Esse fato ajudou a respaldar a chamada "política das campeãs nacionais"[14], adotada pelo BNDES, durante a segunda metade dos anos 2000 e a primeira de 2010, pelo menos no contexto do megaciclo das *commodities*, fortemente impulsionado pelo crescimento da demanda chinesa[15] (CANO, 2010; MILANEZ; SANTOS, 2013; GONÇALVES, 2016).

De acordo com Alves (2014), os programas de incentivo estatal para a oligopolização da economia, com o fortalecimento de grandes grupos econômicos mediante financiamento do setor privado pelo BNDES, constituíram uma das bases do tripé novo-desenvolvimentista, ao lado dos programas de investimento em infraestrutura e dos programas de transferência de renda e expansão do crédito. O efeito desses programas foi decisivo, principalmente, para os investimentos mais intensivos em recursos naturais e geradores dos mais severos impactos socioambientais (KRÖGER, 2012; 2014a). Segundo a estimativa apresentada por Garzon (2010), entre 2006 e 2009, os setores de produção de energia hidrelétrica, mineração, indústria de celulose e papel, pecuária e usinas de álcool receberam, juntos, um total de R$ 56 bilhões do BNDES, dos quais R$ 9,7 foram destinados ao setor celulósico-papeleiro, o terceiro em volume de recursos recebidos. Nos seis anos seguintes, o montante concedido pelo banco para as corporações do setor cresceu ainda mais, atingindo a cifra de R$ 17,6 bilhões (Tabela 1).

[14] Tal política, segundo Luciano Coutinho, ex-presidente do banco, consistiu em priorizar grandes companhias com capacidade para competirem globalmente e se tornarem líderes em seu setor, no cenário internacional (VEJA, 2011), muitas das quais pertencentes ao ramo dos "agronegócios".

[15] Alguns analistas se referem a esse processo como "efeito China", dando ênfase à centralidade das importações chinesas para a valorização das *commodities* brasileiras.

Tabela 1 - Operações Diretas do BNDES com Empresas do Setor de Celulose e Papel (2010 a 2015*)

Empresa	Montante Concedido (R$)
Suzano	4.606.293.275
Klabin	4.500.868.015
Eldorado Brasil	2.801.096.760
CMPC Celulose Riograndense	2.577.860.169
Fibria**	1.770.903.048
Jari	534.642.000
Veracel	369.157.195
Rigesa	237.508.000
Melhoramentos	137.886.000
Arauco Forest	61.625.633
Kimberly-Clark	59.249.000
Lwarcel Celulose	33.471.000
Total	**17.690.560.095**

*Os valores são referentes às operações realizadas até setembro de 2015. **Inclui VCP e Aracruz Celulose. Fonte: BNDES. Elaborada pelos autores.

Tamanha prodigalidade do Estado brasileiro para com esse setor econômico e suas maiores empresas teve como contrapartida o recebimento de vultosas doações para campanhas políticas, por parte dessas mesmas empresas. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE), Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Eldorado Brasil, Veracel e Stora Enso doaram, juntas, um total de R$ 38.514.591,88 para campanhas eleitorais de inúmeros candidatos, pertencentes a distintos partidos, nas eleições de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. É importante notar que as doações, embora muitas vezes concedidas a candidatos rivais e partidos opostos, nos mesmos pleitos, tiveram como alvo os municípios e unidades federativas onde se localizam ou pretendem implantar-se os megaempreendimentos celulósicos. Torna-se evidente, portanto, um fenômeno marcante do contexto atual da acumulação capitalista, o qual Mészáros (2003) denomina “hibridismo” entre Estado e capital[16], também abordado, em outros termos, por autores como Harvey (2011) e Žižek (2012).

Para os objetivos deste artigo, é imprescindível observar que cada um dos novos megaempreendimentos celulósicos, tão fartamente financiados pelo Estado brasileiro, ganha materialidade e se territorializa em extensas áreas que nunca foram meros “espaços vazios” ou “terras degradadas e inutilizadas”, como querem fazer crer as empresas e seus defensores, mas *territórios indispensáveis de trabalho e vida* para povos originários (Pataxó e Tupinambá, no Extremo-Sul da Bahia; Krikati, Gavião, Timbira e Guajajara, no Oeste do

[16] De acordo esse autor (MÉSZÁROS, 2003), a maior evidência do hibridismo que compõe o quadro da crise estrutural atual do capitalismo consiste no reaparecimento da ajuda externa maciça, como condição imprescindível da acumulação ampliada do capital.

Maranhão), comunidades tradicionais (quilombolas, no Extremo-Sul da Bahia, e quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão) e camponesas (nas três áreas de estudo) (REGO; ANDRADE, 2006; ABREU, 2010; ALMEIDA, 2012; KUDLAVICZ, 2011; MIQCB, 2012/2013; RIBEIRO JUNIOR, 2014), fazendo dos conflitos por terra e água uma constante, nessas mesmas regiões (Tabela 2). Juntas, as Tabelas 1 e 2 mostram a contradição inerente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, o qual se assemelha aos outros novos extrativismos na América Latina, durante a vigência de vários dos governos "progressistas" após 2000.

Tabela 2 - Relação entre a existência de comunidades originárias, tradicionais e camponesas e conflitos territoriais nas regiões produtoras de celulose estudadas

Microrregião	Comunidades quilombolas*	População indígena**	Número de assentamentos	Famílias assentadas	Número de conflitos territoriais (2006-2014)***
Porto Seguro	9	14.931	30	2.128	88
Imperatriz	0	6.891	56	5.554	74
Três Lagoas	0	376	10	1.046	2
Total	9	22.198	96	8.728	164

*Certificadas ou em processo de certificação; **Autodeclarada no censo; ***Inclui ocupações e acampamentos, conflitos por terra e água. Fonte: Fundação Palmares (2015); IBGE (2010); ALMEIDA (2012); CPT (2006-2015).

O *modus operandi* das empresas e suas táticas de pilhagem territorial

Dadas as características inerentes aos megaempreendimentos arbóreo-celulósicos recentemente implantados nas regiões consideradas e explicitadas no item anterior, o controle de vastos territórios com seus recursos aparece como um elemento central, nas estratégias das grandes corporações. De fato, nos moldes como a produção de celulose está hoje configurada – os quais, como visto, estão diretamente ligados à lógica do capital financeiro, à forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e aos processos de concentração e centralização do capital relacionados à verticalização da produção – ela só pode atingir seu objetivo (a geração sustentada e sempre crescente de lucro) recorrendo ao domínio vertical, rigoroso e absolutamente arbitrário de territórios praticamente contíguos e de enormes dimensões. Por isso, empresas como as que estudamos precisam lançar mão, deliberada e sistematicamente, de uma estratégia territorial de conjunto, cujo fim precípuo e último é o domínio e a monopolização de certos *recursos* (solo, água, infraestrutura de transportes, benefícios fiscais e financeiros etc.) presentes e constitutivos desses mesmos territórios (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2016b).

Nesse sentido, nossa pesquisa revelou duas formas complementares de atuação das corporações estudadas, nas três regiões. De um lado, colocam-se ações que visam a expandir ao máximo o território sob controle das empresas, inclusive em áreas proibidas e/ou já territorializadas (formalmente ou não) por povos originários, comunidades camponesas ou tradicionais, como anteriormente indicado (ver Tabela 2). De outro lado e paralelamente, colocam-se táticas de neutralização de potenciais "ameaças sociais" à constituição dos empreendimentos, sobretudo, no que se refere à constituição das extensas áreas de monocultivo do eucalipto para abastecer as fábricas.

Em todos os casos, as centenas de milhares de hectares de terra não estavam à espera das empresas para o plantio, ainda que sem elas nenhuma fábrica poderia sequer ser cogitada. Vastas áreas precisaram ser previamente negociadas com os antigos proprietários, como as chamadas "companhias de reflorestamento" do passado (Flonibra, Florestas Rio Doce e Aracruz Florestal, na Bahia; Chamflora, em Mato Grosso do Sul; Celmar e Ferro Gusa Carajás, no Maranhão) ou grandes fazendeiros do presente, cuja atividade principal consiste na pecuária ou simplesmente na especulação com terras. No Extremo-Sul da Bahia e no Oeste Maranhense, muitas dessas áreas estão ainda hoje em litígio com comunidades, quase sempre devido ao passado de expropriação violenta e grilagem, seja por parte das antigas empresas reflorestadoras e seus prepostos, seja por parte dos fazendeiros que ali se estabeleceram, de forma ilegal, no passado. Esse fato, amplamente verificado nos trabalhos de campo e entrevistas realizadas nas três áreas de estudo, pode ser também comprovado por meio das pesquisas de Koopmans (2005), Souza e Overbeek (2008), Pedreira (2008), Asselin (2009), Malina (2013) e MIQCB (2012/2013).

Quanto a isso, o caso da implantação da Veracel, no Extremo-Sul da Bahia, é o mais emblemático, em função das incontestáveis evidências de violações cometidas no passado mais remoto, assim como no presente. Um dos entrevistados, por exemplo, relatou em detalhes a expulsão de centenas de camponeses posseiros, inclusive dele mesmo, por parte de pistoleiros contratados pela Veracruz Florestal, na região.[17] Ademais, o estudo de Malina (2013, p. 234) constatou, através de levantamentos cartoriais, que "[...] diversas propriedades haviam sido compradas pela Veracel, segundo consta nas matrículas, enquanto as terras ainda eram devolutas, do Estado da Bahia." Contudo, a empresa utilizou-se de pessoas físicas como intermediárias das transações de compra e venda, um subterfúgio para regularizar a situação dessas áreas.[18]

[17] A mesma história foi tema de matéria subscrita pelo jornalista Teoney Guerra (22/01/2014) e está disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2014/01/22/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/> Acesso em: 28 mar. 2014).

[18] A autora do estudo analisou as matrículas de 195 propriedades rurais e 10 propriedades urbanas, todas pertencentes à Veracel, mais 7 propriedades fomentadas e 5 propriedades arrendadas pela empresa, pertencentes a pessoas físicas.

No mesmo sentido vão as informações fornecidas por um agente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Igreja Católica, entrevistado na região, o qual relatou a invasão, por parte da empresa, tanto de áreas indígenas, há séculos ocupadas pelo povo Pataxó, quanto de áreas proibidas por lei como forma de proteção ambiental.[19]

Para o caso mais recente, no Maranhão, um estudo assinado por pesquisadores vinculados ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e financiado pela Fundação Ford denuncia que unidades de conservação ambiental, comunidades camponesas e povos tradicionais estão sendo severamente impactados com a perda dos territórios que habitam ou daqueles que utilizam para coletar seus recursos, em função da expansão dos eucaliptais da Suzano e do aquecimento do mercado de terras por ela promovido (MIQCB 2012/2013). Uma reportagem televisiva produzida pela Rede Globo e exibida em 19 de fevereiro de 2017, intitulada "Florestas de eucalipto ameaçam vida do sertanejo no cerrado do MA", chega a conclusões semelhantes.[20]

Em Mato Grosso do Sul, Kudlavicz (2011b) e Almeida (2012) denunciaram o cercamento dos assentamentos e a descomunal pressão exercida pelos eucaliptais da Fibria e da Eldorado Brasil sobre os camponeses assentados. Consequentemente, para muitos desses camponeses, a única forma de permanecer na terra tem sido o trabalho assalariado nessas mesmas empresas ou em empresas subcontratadas, exercendo as atividades mais penosas e degradantes (FONSECA; THOMAZ JUNIOR, 2014; PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Simultaneamente às ações territorialmente expansivas, as corporações da celulose que atuam em áreas de expansão recente, no Brasil, investem vultosos recursos a fim de neutralizar possíveis "ameaças sociais" aos seus empreendimentos.[21] Todavia, tamanho esforço não deve ser entendido de maneira unilateral, isto é, apenas como simples meio de assegurar a consolidação e a manutenção do controle sobre o território das empresas e, por conseguinte, a garantia de fornecimento de matéria-prima em tempo integral para as fábricas. Há também um segundo condicionante, cuja relevância não é menor que a do primeiro, para a correta compreensão da estratégia territorial de conjunto das empresas: a necessidade de legitimação (DUPAS, 2005), pela obtenção e manutenção de certificações de responsabilidade socioambiental, enquanto exigência incontornável imposta pelo comércio internacional (MORELLI, 2011; ASEVEDO, 2013).

As empresas estudadas mantêm departamentos específicos de Responsabilidade Social e Ambiental compostos e geridos, em sua maioria, por profissionais com formação

[19] Entrevista realizada em 20/03/2014.
[20] Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2017/02/florestas-de-eucalipto-sufocam-vida-do-sertanejo-no-cerrado-do-ma.html> Acesso em: 3 abr. 2017.
[21] O mesmo aspecto foi constatado nos trabalhos de Pedreira (2008) e Malina (2013).

em ciências humanas e sociais, remanescentes de ONGs e/ou movimentos sociais, ou seja, pessoas que conhecem bem as lutas, reivindicações e, muito especialmente, a estrutura interna da resistência organizada aos empreendimentos.[22] E sua primeira tarefa, segundo uma diretora de responsabilidade social da Suzano entrevistada, consiste exatamente no mapeamento das comunidades em terras adquiridas ou em negociação pela empresa.[23] O mesmo fato foi mencionado pelo representante do CIMI no Extremo-Sul da Bahia, nos seguintes termos: "[...] eles têm uma estratégia [para] onde existem comunidades tradicionais, eles já têm um plano, um plano de ação".[24]

Após a identificação das possíveis áreas de conflito com comunidades, tem início um processo de aproximação e propositura de "parcerias" pelas empresas, por meio de projetos específicos com diferentes enfoques, por exemplo, construção de escolas, bibliotecas e hospitais, doação de material escolar e uniformes para os alunos, asfaltamento de ruas, apoio técnico e financeiro para os agricultores, entre outros (no caso da Suzano, em Imperatriz, essa estratégia ajudou a empresa a ter menos resistência organizada contra ela, por parte de movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (ver KRÖGER, 2013b). Assim, o capital procura ocupar o vácuo proposital deixado pela inoperância do Estado e, uma vez que o consiga, pretende contar com a docilidade dos principais atingidos pelos seus gigantescos empreendimentos em regiões onde predomina a pobreza, especialmente no campo. Nesse sentido, os casos dos assentamentos Califórnia, na região de Imperatriz (Maranhão), e 20 de março, na de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul), são exemplares. Diversos entrevistados mencionaram ainda um trabalho paralelo de cooptação de lideranças nas comunidades, como forma de facilitar a entrada dos prepostos das empresas e a aceitação tácita das suas condições e projetos impostos de forma vertical.

Paralelamente, as empresas investem muito dinheiro nos meios de comunicação local e regional, de modo a atender a uma dupla finalidade: promover sua imagem enquanto agente responsável e benéfico para as regiões onde se inserem e, concomitantemente, inviabilizar, condenar e criminalizar quaisquer ações de contestação realizadas por movimentos sociais, órgãos representativos da classe trabalhadora e outras organizações da sociedade civil (GIRELLI, 2011).

Quando todas as táticas de persuasão e convencimento falham, diversos relatos revelaram o uso de meios muito menos aceitáveis, como a intimidação verbal e as ameaças por parte de funcionários das empresas ou de seguranças particulares por elas contratados,

[22] Informação obtida em entrevistas efetuadas durante os trabalhos de campo na Bahia (março de 2014) e no Maranhão (setembro de 2014). Semelhante fato foi verificado pelos pesquisadores do MIQCB (2012/2013).
[23] Entrevista realizada em 17/09/2014.
[24] Entrevista realizada em 20/03/2014.

para vigiar ostensivamente seus plantios. Revela-se, assim, o caráter autoritário da territorialidade das corporações arbóreo-celulósicas.

Não obstante, é necessário mencionar que essas mesmas corporações também sujeitam os trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo aqueles que atuam na produção e transporte de árvores, a uma dinâmica de trabalho visceralmente precarizada e degradante, cujo corolário têm sido os inúmeros casos de acidentes e adoecimento no trabalho.[25]

O *modus operandi* das corporações arbóreo-celulósicas nas regiões de expansão recente revela, portanto, a combinação de diferentes dinâmicas de acumulação do capital, desde a acumulação ampliada típica, tal como exposta por Marx (2013), até a acumulação primitiva permanente, cuja existência foi demonstrada por Luxemburgo (1970), ou aquilo que Harvey (2013) tem chamado de acumulação por espoliação.[26]

Diante destas, Perpetua e Thomaz Junior (2016b) defendem a tese de que, dadas as características inerentes à estruturação do segmento arbóreo-celulósico, no Brasil, condicionadas pela inserção do país na divisão internacional do trabalho afinada pelo diapasão do capital financeiro, as formas de exploração dos recursos territoriais – incluindo a força de trabalho – vão *necessariamente* muito além de qualquer limite natural ou humano, revelando a combinação de distintas dinâmicas de acumulação que só podem efetivar-se através de um controle territorial verticalizado e autoritário, centro das estratégias das corporações. Desse modo, a pilhagem pode ser tomada como propriamente *territorial*, em três sentidos diferentes, porém, complementares: (1) é pilhagem que só pode ocorrer por meio da constituição e controle de imensos territórios por parte das empresas; (2) é pilhagem dos recursos territoriais (terra, água, condições climáticas, infraestrutura de transportes, recursos públicos, força de trabalho etc.) e (3) é também desmonte de outros territórios e formas de territorialidade preexistentes (outros cultivos e atividades, territórios camponeses, indígenas e de comunidades tradicionais).

Por outro lado e contraditoriamente, o mesmo movimento de especialização produtiva e inserção internacional introduz exigências de controle (certificações internacionais, programas de responsabilidade socioambiental e planos de segurança e

[25] Perpetua e Thomaz Junior (2015) analisam detalhadamente essa realidade. A superexploração do trabalho e a imposição de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, no monocultivo arbóreo e na produção de celulose, foram também abordadas por Fassa, Fachini e Dall'Agnol (1996), Koopmans (2005), De'Nadai, Soares e Overbeek (2011) e World Rainforest Movement (2007).

[26] Na obra *A acumulação do capital* (1970), Rosa Luxemburgo faz uma contundente crítica ao esquema explicativo de Marx, o qual relega a chamada "acumulação primitiva" à pré-história do modo de produção capitalista. Para a autora, é impossível haver a acumulação ampliada, descrita por Marx por meio do esquema D-M-D', sem que existam, ao mesmo tempo e de forma conflituosa, formas sociais não capitalistas regidas pelo que ela chamou de economia natural. A acumulação primitiva permanente seria, pois, condição indispensável da acumulação ampliada. Mais recentemente, Harvey (2013) retoma essas duas formulações, a fim de demonstrar como, mesmo nos dias de hoje, o capital, além disso, também tem se utilizado de métodos de acumulação não tipicamente capitalistas, em estruturas sociais e espaços regionais já incorporados ao sistema capitalista, num mecanismo por ele denominado "acumulação via espoliação". Assim, segundo o autor, a acumulação via espoliação difere da acumulação primitiva, pois, enquanto esta "[...] abre um caminho à reprodução expandida", aquela "[...] faz ruir e destrói um caminho já aberto." (HARVEY, 2013, p. 135).

saúde no trabalho) originalmente estranhas à produção e incompatíveis com a pressão territorial que lhe é inerente.

Considerações finais

Este artigo contribui com os estudos sobre o extrativismo, mostrando como os investimentos em celulose são uma parte desse fenômeno global e, sendo assim, são expressões de dinâmicas comuns a tal fenômeno. Nesse sentido, demonstramos, por exemplo, como o papel do Estado e, particularmente, dos chamados "governos progressistas" latino-americanos, constituiu fator fundamental na expansão extrativista. Também apontamos como essa dinâmica funciona com base no controle vertical e monopolista dos recursos territoriais em grande escala, por um processo da pilhagem que causa impactos socioambientais negativos, nas áreas de inversão. Desse modo, os resultados apresentados e discutidos unem-se a outros estudos críticos ao extrativismo latino-americano, tais como os realizados por Veltmeyer e Petras (2014), Gudynas (2016) e Kröger e Lalander (2016).

No Brasil, o vertiginoso crescimento da produção tem ocorrido predominantemente por meio da implantação de megaempreendimentos responsáveis pela expansão do monocultivo do eucalipto, em novas áreas, como o Extremo-Sul da Bahia, o Leste de Mato Grosso do Sul e o Oeste do Maranhão. A análise das formas de atuação das principais corporações envolvidas, em seu processo de territorialização, revelou uma estratégia de conjunto a qual denominamos pilhagem territorial, constituída por distintas dinâmicas de acumulação do capital (ampliada, primitiva permanente e por espoliação), com toda sorte de desdobramentos nefastos para as populações locais, marcadamente para as comunidades camponesas, povos originários e tradicionais.

Enquanto parte da totalidade complexa da acumulação do capital, em nível global, a indústria de celulose e a produção arbórea a ela vinculada têm passado por amplas e profundas mudanças, na contemporaneidade. Uma de suas mais importantes facetas é a progressiva transformação de países do Sul global, como o Brasil, em grandes produtores mundiais e exportadores dessa *commodity*, ao assumirem para si as etapas iniciais da cadeia produtiva papeleira, com menor agregação de valor e maiores impactos socioambientais. Entender tal fenômeno requer considerar o peso concomitante de fatores externos, como o megaciclo das *commodities* e o peso da demanda chinesa por insumos básicos, e internos, como a implantação da política econômica novo-desenvolvimentista, a qual explica o apoio estatal irrestrito para o segmento em questão.

Desencadeando um “efeito cascata”, nossa pesquisa revelou que a chegada das “gigantes da celulose” a regiões já marginalizadas pela dinâmica econômica capitalista significa a abertura de uma verdadeira “caixa de Pandora”, provocando súbita elevação do preço das terras; expropriação de pequenos agricultores e comunidades camponesas, originárias e tradicionais; forte retração da produção de cultivos alimentares; aumento do êxodo rural; intensificação da concentração fundiária e, consequentemente, o acirramento das disputas e conflitos por terra e água. Em todos os casos, a promessa da criação de milhares de postos de trabalho foi rapidamente sucedida pela realidade da maioria dos empregos gerados, escassos diante do volume de investimentos realizados, completamente instáveis, pois altamente rotativos, mal remunerados, precários e, no limite, caracterizados pelos riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, destacadamente para aqueles que se dedicam às atividades de plantio, manejo, corte e transporte de árvores. E se, por um lado, esses poucos e precários empregos são gerados, por outro, inúmeros postos de trabalho e formas de geração de renda deixam de existir, devido ao desmantelamento de atividades preexistentes, como a pecuária, a pequena agricultura e o uso sustentável de bens de florestas nativas pelos povos tradicionais brasileiros (como as quebradeiras de coco, no Maranhão).[27]

Com efeito, acreditamos que as evidências apresentadas são mais que suficientes para demonstrar a falácia do discurso de sustentabilidade socioambiental amplamente propalado pelas empresas de celulose, no Brasil, bem como da efetividade dos mecanismos de certificação da responsabilidade social que asseguram seu acesso ao mercado internacional. Semelhantes evidências devem servir para a crítica do modelo de desenvolvimento adotado na América Latina, mesmo pelos governos chamados de “progressistas”, o qual fomenta um setor excludente e degradante, com abundantes recursos públicos à custa da maior parte da sociedade.

Referências

ABREU, E. L. B. de. Identidade cultural: comunidades quilombolas do Extremo-Sul da Bahia em questão. *Revista África e Africanidades*, ano 2, n. 8, fev. 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais,* v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, R. A. de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. *Boletim DATALUTA* (NERA), Presidente Prudente, n. 60, p. 2-10, dez. 2012.

ALVES, G. *Trabalho e neodesenvolvimentismo:* choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Práxis, 2014.

[27] Perpetua (2016a) e Perpetua e Thomaz Junior (2017) analisam esse assunto em detalhe, oferecendo um amplo conjunto de dados e informações que fundamentam as afirmações aqui feitas, à guisa de conclusão.

ASEVEDO, T. R. A. *Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS:* desdobramentos e desafios para as classes subalternas. 2013. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CPTL/UFMS, Três Lagoas, 2013.

ASSELIN, V. *Grilagem:* corrupção e violência nas terras do Carajás*.* Imperatriz: Ética, 2009.

BACCHETTA, V. L. *La fraude de la celulosa*. Montevideo: Doble Clic, 2008.

BIAZUS, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. In: *BNDES setorial*, São Paulo, n. 32, p. 311-370, 2010a.

_____. *Papel e celulose:* perspectivas de investimento 2010-2013. São Paulo: BNDES. 2010b.

BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do Neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico da FGV, São Paulo. *Anais*... FGV, 2012.

BONILHA, P. Um fim para a cultura do consumo excessivo. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo:* 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

BRACELPA. *Relatório estatístico florestal 2005*. São Paulo: Bracelpa, 2005.

_____. *Dados do setor:* julho de 2013*.* São Paulo: Bracelpa, 2013.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento:* as múltiplas escalas entre o local e o global*.* Campinas: EdUNICAMP, 2007.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. *CampoTerritório*, Uberlândia, edição especial do XXI ENGA, 2012, p. 1-23, jun. 2014.

BUNKER, S. *Underdeveloping the Amazon:* extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

_____. Matter, Space, energy, and political economy: the Amazon in the world-system. *Journal of world-systems research,* v. 9, n. 2, p. 219-58, 2003.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Texto para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 183, 2010.

CHOMSKY, A. Social impacts of resource extraction. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 1, p. 243-254, 2016.

COUTINHO, L.; SARTI, F. A política industrial e a retomada do desenvolvimento. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil.* São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2003. p. 333-347.

DALCOMUNI, S. M. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo:* principais interesses em jogo. 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRJ, Itaguaí, 1990.

DANNENBERG, P.; DIEZ, J. R. Editorial: socio-economic networks and value chains in the Global South – an institutional perspective. *Die Erd*, Berlin, v. 147, n. 3, 2016.

DAURA, S. *Análise do setor de celulose e papel na era da globalização:* um olhar sobre sua produção e mão-de-obra. 226f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP, Marília, 2004.

DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.

DE'NADAI, A.; SOARES, L. A.; OVERBEEK, W. Promessas de emprego e destruição de trabalho. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo:* 40 anos de violações e

resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global:* assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: EdUNESP, 2005.

EVANS, P. Constructing the 21st century developmental state: potentialities and pitfalls. In: EDIGHEJI, O. (Ed.). *Constructing a democratic developmental State in South Africa:* potentials and challenges. Capetown: HSRC Press, 2010. p. 37–58.

FASSA, A. G.; FACHINI, L. A.; DALL'AGNOL, M. M. Trabalho e morbidade comum na indústria de celulose e papel: um perfil segundo setor. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 297-307, jul./set. 1996.

FONSECA, S. R. da; THOMAZ JUNIOR, A. T. A consolidação do complexo de celulose e papel na região Leste de Mato Grosso do Sul: estudo de caso do Município de Selvíria. *Rev. Elet. da AGB* – Seção Três Lagoas/MS, nº 19, ano 11, p. 75-103, maio 2014.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais:* novas fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIRELLI, L. S. A construção simbólica da Aracruz Celulose e dos movimentos sociais pela mídia. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo:* 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

GOMES, H. A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo:* 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

GONÇALVES, R. J. de A. *No horizonte, a exaustão:* disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – UFG, Goiânia, 2016.

GUDYNAS, E. Estado compensador e nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad,* v. 237, p. 128-46, 2012.

_____. *Extractivismos, Ecología, Economía y Política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza.* Cochabamba: CEDIB, 2015.

_____. Beyond varieties of development: disputes and alternatives. *Third World Quarterly*, v. 37*,* n. 4, p. 721-732, 2016.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O enigma do capital:* e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O novo imperialismo.* São Paulo: Loyola, 2013.

IBÁ. *Relatório IBÁ 2015*. São Paulo: Pöyry, 2015.

KOOPMANS, J. *Além do eucalipto:* o papel do Extremo-Sul. Teixeira de Freitas: CDDH, 2005.

KRÖGER, M. The politics of pulp investment and the Brazilian Landless Movement (MST). *Acta Politica,* University of Helsinki, n. 39, 2010.

_____. Neo-mercantilist capitalism and post-2008 cleavages in economic decision-making power in Brazil. *Third World Quarterly*, v. 33, n. 5, p. 887-901, 2012.

_____. Globalization as the 'pulping' of landscapes: forestry capitalism's North-South territorial accumulation. *Globalizations*, v. 10, n. 6, p. 837-853, 2013a.

_____. Grievances, agency and the absence of conflict: the new Suzano pulp investment in the Eastern Amazon. *Forest Policy and Economics*, v. 33, p. 28–35, 2013b.

_____. *Contentious agency and natural resource politics*. London: Routledge, 2014a.

_____. The political economy of global tree plantation expansion: a review. *Journal of Peasant Studies,* v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014b.

_____. The political economy of 'flex trees': a preliminary analysis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, p. 886-909, 2016.

_____. Inter-sectoral determinants of forest policy: the power of deforesting actors in post-2012 Brazil. *Forest Policy and Economics*, p. 24-32, 2017.

KRÖGER, M.; LALANDER, R. Ethnic-territorial rights and the resource extraction boom in Latin America: do constitutions matter? *Third World Quarterly*, vol. 37, n. 4, p. 682-702, 2016.

KRÖGER, M.; NYLUND, J-E. The conflict over Veracel pulpwood plantations in Brazil – application of ethical analysis. *Forest Policy and Economics*, v. 14, n. 1, p. 74–82, 2012.

KUDLAVICZ, M. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS.* 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Três Lagoas, 2011a.

_____. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS. *Rev. Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, n. 14, ano 8, p. 83-105, nov. 2011b.

LEÃO, L. H.; VASCONCELLOS, L. C. de. Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente. *Saúde Soc*., v. 24, n. 4, p. 1232-1243, 2015.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital:* estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MALINA, L. L. *A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro:* a atuação da Veracel Celulose no Extremo-Sul da Bahia. 2013. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política (Livro I - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI.* Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37. *Anais...* Águas de Lindóia, 2013.

MIQCB. *Concorrência entre empresas privadas e comunidades tradicionais por territórios na região tocantina do Maranhão e Bico do Papagaio no estado do Tocantins*. Imperatriz: MIQCB, 2012/2013.

MORELLI, L. A. A *monocultura do eucalipto e a monopolização do território na Metade Sul do Rio Grande do Sul.* 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. *BNDES libera R$ 2,73 bi para fábrica da Suzano no MA.* 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,bndes-libera-r-2-73-bi-para-fabrica-da-suzano-no-ma,48340e> Acesso em: 14 jan. 2011.

OLIVEIRA, A. L. A. *Aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado:* em busca dos "territórios terceirizados". 2014. 288f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Três Lagoas, 2014.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global: conflitos, tendências e lutas de resistência. *Relatório EJOLT*, n. 3, 2012.

PAINEL FLORESTAL. *A verdade sobre a fábrica de celulose de Ribas do Rio Pardo*. 21 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/a-verdade-sobre-a-fabrica-de-celulose-de-ribas-do-rio-pardo> Acesso em: 13 mar. 2017.

PAKKASVIRTA, J. *Fábricas de celulosa:* historias de la globalización. Buenos Aires: La Colmena, 2010.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PEDREIRA, M. da S. *O complexo Florestal e o Extremo-Sul da Bahia:* inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Ciências) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

PERPETUA, G. M. *A miragem verde:* um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS, Brasil). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:* a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2016a.

_____. O lugar dos trabalhadores na nova capital mundial da celulose: miragens do desenvolvimento e os desafios do presente. In: SILVA, C. H. R. da (Org.). *O despertar regional:* diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul (v. 1). Saarbrücken: NEA, 2016b. p. 95-122.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Desconstruindo o discurso de legitimação da produção brasileira de *commodities* agrominerais a partir da celulose. *Sapiência*, v. 5, n. 1, p. 57-74, 2016a.

_____. Revisitando o conceito de acumulação do capital: a pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. *Campo-Território*, Edição Especial - Grilagem e Estrangeirização de Terras, 2016b.

_____. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: reflexões a partir da produção de celulose no Brasil contemporâneo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), VIII. *Anais...* Curitiba, 2017.

REGO, J.; ANDRADE, M. de P. História das mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006.

RIBEIRO, J. C. *A geografia da escravidão no território do capital*. 2001. 503f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2014.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524. out./dez. 2007.

SILVA, E. A. *O processo produtivo do carvão vegetal:* um estudo em Mato Grosso do Sul. 2002. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2002.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SONNENFELD, D. A. Contradictions of ecological modernisation: pulp and paper manufacturing in South-East Asia. In: MOL, A. P. J.; SONNENFELD, D. (Ed.). A. *Ecological modernisation around the world:* perspectives and critical debates. Portland: OR; London, UK: Frank Cass, 2000.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. (Org.). Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VALDIVIA, G. The sacrificial zones of "progressive" extraction in Andean Latin America. *Latin American Research Review*, v. 50, n. 3, p. 245-253, 2015.

VALOR ECONÔMICO. *Postergação para implantação de fábrica não é decisão exclusiva da Braxcel*. 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/postergacao-para-implantacao-de-fabrica-de-celulose-nao-e-decisao-exclusiva-da-braxcel> Acesso em: 02 fev. 2014.

VEJA. Entrevista – Luciano Coutinho. *O Brasil não vive uma bolha*. Ed. 2.227 (44, nº 30), de 27 de julho de 2011.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. *The new extractivism:* a post-neoliberal development model or imperialism of the Twenty-First Century? London: Zed Books, 2014.

WALLERSTEIN, I. Fim da linha para as empresas “deslocalizadas?” *Carta Maior*, 09 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Fim-da-linha-para-as-empresas-%27deslocalizadas%27-/7/27961> Acesso em: 10 maio 2013.

ZHOURI, A.; VALNECIO, N. (Org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir:* limites da resolução negociada de conflitos ambientais*.* Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido para publicação em 24 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de novembro de 2017.

Aceito para a publicação em 23 de novembro de 2017.

Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático

Lorena Izá Pereira
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
E-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo abordar o processo de estrangeirização da terra - que é diferente do processo intitulado de *land grabbing* - no âmbito do debate paradigmático, evidenciando que não apenas o território, mas a própria definição de estrangeirização e land grabbing estão em disputa. A discussão sobre o *land grabbing* e estrangeirização da terra emergiu em escala global após 2007/2008 como resposta a uma convergência de crises - alimentar, ambiental, energética e financeira. É importante construir espaços de diálogo a respeito do land grabbing e da estrangeirização da terra, uma vez que são processos que estão em disputa e que são utilizados por corporações do agronegócio, latifundiários e governos para a acumulação do capital através da desterritorialização de camponeses, indígenas e quilombolas com um discurso de desenvolvimento.

Palavras-chave: Estrangeirização da terra; *land grabbing*; controle de terras; debate paradigmático; desenvolvimento territorial.

Acquisition of land by foreigners in Brazil: an analysis for paradigmatic debate

Abstract

This paper aims to approach the process of land foreignization - which is different from the land grabbing process - within the paradigmatic debate, showing that not only the territory, but the definition of foreignization and land grabbing are in dispute. The discussion on land grabbing and foreignization of land emerged on a global scale after 2007/2008 in response to a convergence of crises - food, environmental, energy and financial. It is important to construct spaces for dialogue about land grabbing and foreignization of land, since these processes are in dispute and are used by agribusiness corporations, landowners and governments for the accumulation of capital through the desterritorialization of peasants, indigenous and Quilombolas with a discourse of development.

Keywords: Land foreignization; *land grabbing;* land control; paradigmatic debate; territorial development.

Adquisición de tierras por extranjeros en Brasil: una evaluación a través del debate paradigmático

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo abordar el proceso de extranjerización de la tierra - que es diferente del proceso de acaparamiento de tierras - en lo ámbito del debate paradigmático.

La discusión sobre el acaparamiento de tierras y extranjerización de la tierra emergen en la escala mundial después de 2007/2008 como respuesta a una convergencia de crisis - alimentaria, ambiental, energética y financiera. Es importante construir espacios de diálogo sobre el acaparamiento de tierras y de la extranjerización de la tierra, una vez que son los procesos que están en disputa y que son utilizados por las corporaciones del agronegocio, los latifundistas y los gobernantes para la acumulación de capital por la desterritorialización de campesino, los indígenas y quilombolas con un discurso de desarrollo.

Palabras clave: Extranjerización de la tierra; *land grabbing;* control de la tierra; debate paradigmático; desarrollo territorial.

Introdução

A partir de 2007/2008 emerge o debate em torno da corrida mundial por terras. Meios de comunicação, instituições multilaterais, governos, movimentos sociais e comunidade acadêmica se curvaram em torno da discussão dos processos intitulados de land grabbing e estrangeirização da terra, ou seja, "*land Grabbing é manchete*" (HOLT-GIMÉNEZ, 2012). Isso ocorre porque a estrangeirização como intensificação da territorialização do capital transnacional para a produção de *commodities* produz novas realidades e territorialidades que a academia e demais órgãos buscam compreender. Assim, a realidade em movimento justifica a intensificação do debate sobre a estrangeirização em diferentes âmbitos, instituições e esferas.

Em termos de mídia, desde 2008 dezenas de reportagem são publicadas em relação ao avanço do processo, tais como "*Estrangeiros cresce sem controle, afirma Incra*" (O ESTADO DE S. PAULO, 06 mar. 2008), "*Investidor estrangeiro busca terras no Brasil*" (O ESTADO DE S. PAULO, 10 jul. 2009) e "*Terras agrícolas na alça de mira*" (O ESTADO DE S. PAULO, 20 out. 2010). Recentemente o volume de reportagens vinculadas na imprensa nacional e internacional aumentou devido a polêmica sobre a liberação da aquisição de terras no Brasil por estrangeiros, que atualmente é restrita no Brasil devido ao Parecer AGU/LA 01, de agosto de 2010.

Em âmbito acadêmico diversas conferências com o objetivo de debater o atual processo de corrida mundial por terras e seus desdobramentos, a saber: a *International Conference on Global Land Grabbin*g, realizada no Reino Unido em 2011; a *International Conference of Peasant and Farmers: Stop Land Grabbing*, em Mali também em 2011; a *Taller preparatorio hacia la Conferencia Regional de Acaparamiento de Tierras en las Américas*, organizado no Brasil no ano de 2015 e, por fim, *I Conferencia Internacional Tierra y Territorio en las Américas: Acaparamientos, Resistencias y Alternativas*, na Colômbia em 2016 são alguns exemplos de espaços criados pela academia para debater o tema.

Ainda na esfera acadêmica, diversos pesquisadores e grupos de pesquisas voltaram suas investigações para a temática da corrida mundial por terras. Talvez os mais

avançados nos estudos sobre a temática sejam o *Agrarian, Food and Environmental Studies* (AFES), do Programa de Pós-Graduação em *Economy of Resources, Environment and Population* (PER), do *International Institute of Social Studies (Erasmus University Rotterdam*), localizado nos Países Baixos e coordenado por Saturnino "Jun" Borras; o *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (*NERA), da *Faculdade de Ciências e Tecnologia* (FCT/UNESP), liderado por Bernardo Mançano Fernandes e o *Laboratório de Geopolítica, Análise Regional e Teoria Social Crítica* (GEOMUNDI), do *Instituto de Geociências e Ciências Exatas* (IGCE/UNESP), sob coordenação de Samuel Frederico, ambos localizados no Brasil.

Em ambiente institucional e corporativo também foram organizadas conferências e relatórios evidenciando a potencialidade da corrida mundial por terras na solução de problemas relacionados a pobreza rural, a insegurança alimentar e energética. Exemplos de relatórios são "*Imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros no Brasil*", redigido pelo consultor José Miguel Pretto e publicado pelo *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural* (NEAD) do Governo Federal brasileiro e publicado no ano de 2008; *Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*, publicado em 2011 pelo Banco Mundial e *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*, publicado em 2012 pela Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Diante deste cenário há uma disputa paradigmática em torno do processo de estrangeirização, uma vez que cada grupo de pesquisa, instituição, pesquisador, governo, sociedade civil e corporações possuem uma interpretação sobre o referido processo. Logo, compreender a estrangeirização da terra a partir do debate paradigmático é uma etapa importante para o entendimento do processo nas suas múltiplas dimensões.

Neste sentido, o nosso objetivo é debater sobre a estrangeirização da terra, diferenciando-a do processo de *land grabbing* e expor como o processo de estrangeirização no Brasil é abordado através do debate paradigmático. Compreendemos os paradigmas são como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade. Para estes artigos elencamos o Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que a questão agrária está inserida em um entendimento da luta de classes e da conflitualidade (VINHA, 2012; FERNANDES, 2013) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), no qual a "questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade" (VINHA, 2012, p. 85).

Para alcançarmos nossa proposta, o artigo está estruturado em quatro seções. Primeiramente abordaremos os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. Posteriormente realizaremos uma sucinta discussão em torno da estrangeirização da terra e

land grabbing. Em um terceiro momento realizaremos uma contextualização histórica da estrangeirização da terra no Brasil até chegar ao atual contexto de corrida mundial por terras e, por fim, consubstanciamos a discussão sobre o debate paradigmático e estrangeirização da terra, com o intuito de mostrar como este assunto que de certa forma é *polêmico*, é abordado por diferentes instituições, grupos de pesquisa e governos.

Procedimentos metodológicos

Para este trabalho o principal procedimento metodológico utilizado foi uma densa revisão bibliográfica sobre o *land grabbing* e estrangeirização da terra. Como a discussão a respeito do land grabbing ocorre principalmente no exterior, a revisão da bibliográfica priorizou revistas acadêmicas internacionais, como *The Journal of Peasant Studies* (Países Baíxos); *Canadian Journal of Development Studies* (Canadá) e *Journal of Agrarian Change* (EUA). Também utilizamos relatórios e documentos da FAO e do Banco Mundial que versão sobre o processo de *land grabbing* e estrangeirização da terra. Ressaltamos que as ideias presentes neste artigo foram construídas através do debate realizado durante o estágio de pesquisa da autora no *Agrarian, Food and Environmental Studies* (AFES/ISS) e no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/FCT/UNESP). Logo, são ideias debatidas em um coletivo de pensamento.

Referente aos dados utilizados na pesquisa, recorremos ao Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), sobretudo no que tange a categoria de estrangeirização da terra. As informações sistematizadas no DATALUTA são obtidas através de notícias secundárias envolvendo empresas de capital internacional e relatórios de investimentos das mesmas empresas. Enfatizamos a dificuldade de obtenção de dados para trabalhar com o referido processo, devido à falta de transparência nas transações e *sobre estimativa* a respeito dos empreendimentos envolvendo terras (OYA, 2013). Salientamos que não utilizamos o número de hectares envolvidos nos negócios de terra, uma vez que não temos o dado concreto, mas sim o número de empresas transnacionais voltadas para a agricultura e mercado de terras territorializadas no Brasil. Por fim, sublinhamos que as notícias de jornais utilizadas neste trabalho foram disponibilizadas pelo acervo do DATALUTA Jornal, que corresponde a um projeto da Rede DATALUTA que desde 1998 levanta e organiza notícias sobre a questão agrária no Brasil.

Estrangeirização da terra X *Land Grabbing*

Com a emergência da corrida mundial por terras e consequente debate a respeito do mesmo, uma série de questões e elementos começaram a serem pontuadas com o

objetivo de caracterizar o processo e compreender o que o difere de períodos anteriores, uma vez que o processo é histórico. Questões em relação aos procedimentos metodológicos para levantamento de dados com o objetivo produzir dados quantitativos (EDELMAN, 2013; OYA, 2013); sobre a historicidade do processo (OLIVEIRA, 2010; EDELMAN e LEÓN, 2014); referente a outros desdobramentos temos o *green grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; CORSON e MACDONALD, 2012) e *o water grabbing* (FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2013).

Primeiramente é necessário expor as diferenças entre land grabbing e estrangeirização. Um dos debates mais polêmicos é se o land grabbing (termo utilizado no inglês para se referir a atual corrida mundial por terras) e estrangeirização da terra são sinônimos. Essa questão já foi debatida em diversos trabalhos acadêmicos, contudo não há um consenso em relação aos termos. Na realidade há uma questão de opção metodológica e teórica, pois cada pesquisador, instituição e movimento compreendem por land grabbing e estrangeirização de um modo. No caso da FAO, que realizou um estudo intitulado *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*, onde o *land grabbing* pode ser considerado como sinônimo de estrangeirização, uma vez que possui um definição muito restrita de land grabbing: envolver grande transações de terras - as aquisições e investimentos devem exceder 1.000 hectares; envolver necessariamente governos estrangeiros e gerar impactos na segurança alimentar nos países receptores de investimento. Ou seja, a FAO apresenta uma visão muito restrita sobre o processo.

Já Peluso e Lund (2011) e Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012; 2013) argumentam que na realidade o processo de land grabbing corresponde ao *Land Control,* ou seja*,* novas práticas que consolidam formas de acesso à terra, consistindo em uma recriação da governança da terra devido ao grande interesse de estruturas empresariais atuantes em escala global. Ainda mais, é o poder de controlar as terras e demais recursos associados - água, biodiversidade, minerais, etc. - com o objetivo de obter benefícios a partir deste controle

> En ese sentido, el fenómeno se suele asociar a la ocurrencia de cambios en el uso y significados que se dan a la tierra y a los recursos asociados, fuertemente condicionados por los imperativos de acumulación del capital, que ahora controla uno de los factores productivos clave como es la tierra. El carácter que adoptan estos procesos suele identificarse, en ese contexto, como de “extracción” o “alienación” de recursos para propósitos externos (ya sean nacionales o internacionales) (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2013, p. 80).

Em segundo lugar, buscar uma tradução pode ser um problema. Estas nomenclaturas não se diferem apenas pelo idioma, mas sim pelo sentido que carregam. Ao

pé da letra, a tradução de *Land Grabbing* para o português seria "*grilagem de terras*". No Brasil, o termo grilagem de terras remete a um processo histórico de "*apropriação ilegal de terras públicas por parte de especuladores*" (ALENTEJANO, 2012, p. 355), é um processo histórico no Brasil e não possui o mesmo sentido da grilagem proposta pelo land grabbing emergente no debate atual. No inglês o termo "*Grabbing*" sugere a apropriação indevida de algo (MARGULIS; MCKEON e BORRAS JR., 2013), ou seja, não importando se é um bem público ou privado, além do mais o significado que o termo *Land Grabbing* carrega remete a um processo novo.

Compreendemos o land grabbing como "controle de terras", um processo de apropriação de terras, de territórios e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros). Esta apropriação pode ser realizada através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais e transnacionais (como o exemplo da Veracel Celulose - *joint venture* entre Stora Enso e Fibria), das empresas de capital aberto e com ações *Free Float*, ou seja, ações destinadas a livre circulação, da concessão pública para a exploração do uso de superfície. Esta apropriação da terra envolve a transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e fundos de investimentos. O land grabbing é um processo inserido na dinâmica do capital financeiro, que (re) cria novas formas de apropriação do território, isto é, a acumulação do capital através da aquisição de terras.

Dentro do processo de land grabbing - controle de terras - encontra-se diferentes elementos, como financeirização, concentração de terras, impactos sobre a soberania alimentar e estrangeirização. Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012; 2013) destacam que a estrangeirização é uma dimensão chave e a mais contraditória do processo de *Land Grabbing.* Estes autores possuem esta postura devido ao fato de partirem do princípio que o processo atual de corrida mundial por terras envolve mais do que apenas a apropriação de terras por estrangeiros e que só considerar esta modalidade de apropriação do território reduz o land grabbing, que faz parte de um processo de acumulação do capital. Deste modo, "esta confusión de términos desvía, innecesariamente, la atención, y dificulta la identificación de los protagonistas centrales del acaparamiento de tierras" (BORRAS JR., KAY GÓMEZ e WILKINSON, 2013, p. 85). Outra autora na mesma perspectiva é FAIRBAIRN (2015), que defende que tratar *land grabbing* e estrangeirização como sinônimos escamoteia o processo principal que é o controle da terra.

Deste modo, compreendemos que land grabbing e estrangeirização não são sinônimos. A estrangeirização é o elemento chave do processo de land grabbing, sobretudo

no Brasil e demais países da América Latina, pois o impulso na corrida mundial por terras nestes países se dá especialmente pelo capital internacional, seja financeiro, corporativo ou estatal. Um exemplo claro é o Paraguai, onde o processo de land grabbing é intenso e os principais agentes são empresas de capital internacional com atuação global, como as estadunidenses ADM. Bunge e Cargill - formando o ABC da soja - e empresas brasileiras, não capitalizadas, isto é, sem o capital aberto em bolsas de valores ou para investidores institucionais. Estas empresas brasileiras geralmente atuam apenas no Brasil e no Paraguai, mas geram impactos extremamente violentos, como desterritorialização, criminalização, desmatamento, aumento da insegurança alimentar, intoxicações, entre outros.

Neste trabalho iremos analisar a estrangeirização da terra no Brasil como um elemento do processo de land grabbing. Selecionamos este elemento porque desde 2008 há uma significativa gama de reportagens sobre a apropriação de terras por estrangeiros no Brasil, sobretudo após o Parecer da AGU LA 01, em 2010. Em 2015 novamente emergiu a discussão a respeito de uma possível queda no Parecer, pois a Sociedade Rural Brasileira (SRB) entrou com um pedido de suspensão, negado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) (REUTERS, 16 abr. 2015; VALOR ECONÔMICO, 15 dez. 2015). Recentemente o debate novamente se intensificou, pois o presidente Michel Temer (PMDB) sinalizou a possível liberação da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, pois considera que o capital internacional a ser investido em terras é produtivo e não especulativo (VALOR ECONÔMICO, 12 jul. 2016). Neste contexto, nos propomos em debater como ocorre atualmente o processo de estrangeirização da terra no Brasil - como um elemento essencial do processo de controle de terras – e o debate em torno deste.

O processo de estrangeirização da terra no Brasil

O processo de estrangeirização da terra no Brasil é antigo e podemos dividi-lo em quatro fases: 1) 1500-1900: período que compreende a colonização do Brasil pela Coroa Portuguesa e marcado pela doação de sesmarias, porém em 1850 é promulgada a Lei de Terra que institui a propriedade da terra no Brasil; 2) 1990-1960: marcado pela concessão de terras a estrangeiros com fins de colonização e implantação de infraestruturas; 3) 1960-2000: processo de estrangeirização da terra marcado pela exploração de recursos naturais, sobretudo na Amazônia, grandes escândalos de corrupção envolvendo o Estado brasileiro; 4) 2000 até os dias atuais: aceleração na apropriação de terras por estrangeiros que foi impulsionada pela crise agroalimentar de 2007/2008 e marcada pela produção de agrocombustíveis, oriundos, sobretudo, da cana-de-açúcar.

Como o nosso objetivo não é abordar a história da estrangeirização da terra no país, iremos expor apenas como o processo ocorre atualmente. A partir de 2007/2008 com a

convergência de crises – alimentar, ambiental, energética e financeira – iniciou-se em escala global uma corrida mundial por terras, onde empresas de capital internacional, sobretudo com sede em países desenvolvidos, passaram a se apropriar de terras em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Destacamos que este processo de corrida mundial por terras quebra a lógica Norte/Rico/Apropriador e Sul/Pobre/Apropriado (FEODOROFF, 2012; PLOEG, FRANCO e BORRAS JR., 2015), pois países norte-americanos e europeus também são alvos do processo. O Brasil foi – e ainda é – um dos principais destinos destes investimentos em terras agrícolas, onde segundo Sauer e Leite (2012), no período de outubro de 2008 a agosto de 2009 3.600.000 de hectares foram transacionados no Brasil e na Argentina, devido ao seu potencial agrícola, políticas públicas (como subsídios para a produção de cana-de-açúcar, incentivos fiscais e Estado conivente com ações do agronegócio.

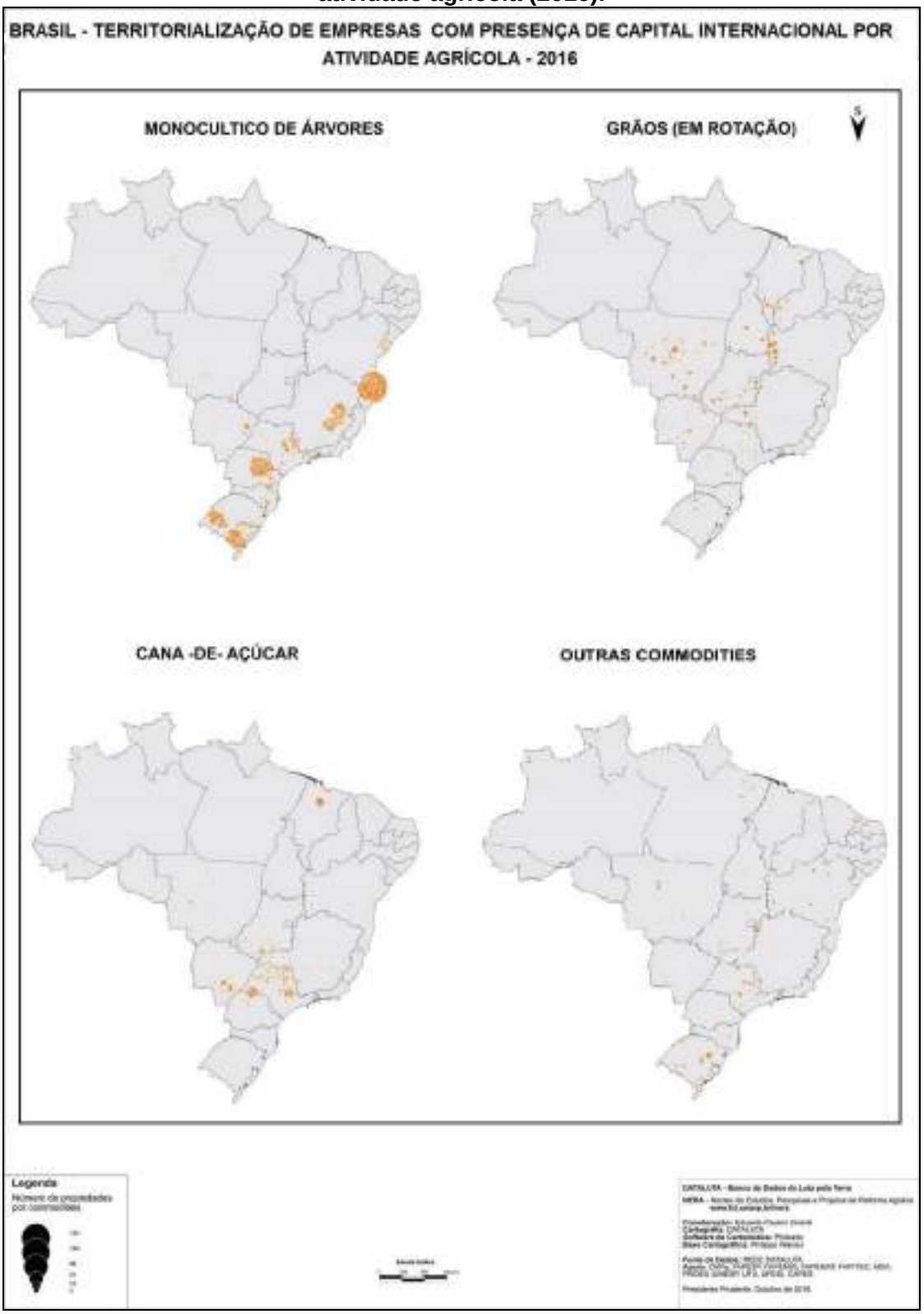
> O Brasil possui grandes extensões de terras agricultáveis e um clima tropical propício para produção dessas culturas, logo o *governo brasileiro aliado à elite rural brasileira e as transnacionais enxergaram nessas características um grande potencial para a inserção do país nesse mercado global em crescimento* (FERNANDES, GONÇALVES E WELCH, 2012, p, 55 - grifo nosso).

O crescimento na apropriação de terra agrícolas culminou na aprovação do Parecer da AGU - LA 01, em 2010, instituiu novamente a Lei n. 5.709/71, que regulamenta a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Esta Lei foi promulgada em 1971 diante escândalos envolvendo a aquisição ilegal de imóveis rurais na Amazônia por estrangeiros (OLIVEIRA, 1988; PEREIRA, 2015) e em 1994 foi destituída. Obviamente, o parecer da AGU sobre a Lei nº 5.709/71 possibilitou uma série de críticas ao governo, tanto de estrangeiros como de grandes empresários nacionais.

Segundo o DATALUTA Estrangeirização (2016), atualmente existem 108 empresas de capital internacional[1] territorializadas no país para a produção, sobretudo, de grãos, cana-de-açúcar e monocultivo de árvores, ou seja, *commodities flexíveis*, correspondente àquelas com múltiplos usos - alimentação, ração animal, agroenergia e etc. - logo, difícil de quantificar e com alto valor agregado. Segundo Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012; 2013), as *Commodities Flexíveis* solucionam um desafio para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores. A Prancha 01 mostra a territorialização de empresas de capital internacional por atividade agrícola.

[1] Incluí empresas registradas como nacionais, porém com investimentos estrangeiros, seja via ações *Free Float* na bolsa de valores ou investimentos diretos através de fundos.

Prancha 01: Territorialização de empresas com presença de capital internacional por atividade agrícola (2016).



Fonte: DATALUTA Estrangeirização (2017).

Referente a localização, destacamos que há um grande interesse, especialmente de investidores institucionais, na região do Cerrado conhecida como MATOPIBA, que compreende 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Muitas das terras são griladas por fazendeiros e negociadas por empresas com capital internacional, como o caso da empresa Radar S.A. (PITTA e MENDONÇA, 2015). A expansão do agronegócio nesta região tem o total apoio do Estado, que em 2015 instituiu o Decreto 8.447, criando o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, aprovado não por acaso enquanto a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) estava no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), uma vez que Abreu se beneficiou com a venda de terras para a empresa argentina Sollus Capital no estado do Tocantins (CANAL RURAL, 15 mai.2015).

Debate paradigmático e estrangeirização da terra

É essencial compreender a questão do controle de terras e da estrangeirização da terra através do debate paradigmático, pois estes processos além de envolver uma disputa territorial, a sua própria definição também está em disputa. Paradigma é definido por Kunh (1994, p. 13) como "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência". Kunh (1994, p. 219) ainda reforça paradigma como "aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma". Gérard Fourez (1995, p. 103) defende o paradigma como uma organização mental, sinônimo de *matriz disciplinar.* Caminhando além, paradigmas são construções mentais e que contribuem para a elaboração de leituras sobre o campo, desde universidades, governo, empresas e movimentos socioterritoriais.

Segundo Felício (2011, p. 13) justifica o método de análise do debate paradigmático uma vez que "seu impulso principal ao confrontar as teorias e as análises das transformações engendradas pela expansão capitalista na agricultura. Insistimos na imprescindibilidade do debate paradigmático por causa da complexidade da questão agrária". Deste modo, compreendemos o processo de estrangeirização da terra inserido no debate paradigmático - Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA), uma vez que há uma disputa pela definição, leis e políticas públicas que envolvem a apropriação de terras agrícolas por estrangeiros.

O precursor do Paradigma do Capitalismo Agrário foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro "*Le fin des paysans*", traduzido para o português como "O fim dos camponeses", em que sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas

sociedades atuais a partir da integração, ou seja, a tese de Mendras (1967) é fim do campesinato e reprodução deste como agricultor familiar que, segundo o autor, é integrado com a sociedade moderna. Hugues Lamarche, também se insere neste paradigma através da publicação dos livros: "*L'Agriculture Familiale: comparaison internationale - une réalité polymorphe*" (1992) e "*L'Agricultue Familiale: dumythe à laréalité*" (1993). Lamarche (1993) afirma que toda exploração camponesas é familiar, no entanto nem toda exploração familiar é camponesa. Esta diferenciação entre agricultor familiar e camponês é uma típica expressão do Paradigma do Capitalismo Agrário, pois, para o Paradigma da Questão Agrária, toda exploração agrícola que tem como base o trabalho familiar é camponesa.

Outra obra que expressa o Paradigma do Capitalismo Agrário é de intitulada "*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*", publicado no ano de 1992, pelo filósofo brasileiro Ricardo Abramovay, que obteve uma grande repercussão no Brasil e inaugura uma nova fase do debate entre Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária. É relevante destacar que Henri Mendras foi orientador da socióloga brasileira Maria de Nazareth Wanderley e esta, por sua vez, foi orientadora de Ricardo Abramovay, configurando o que denominamos de um coletivo de pensamento.

Para o Paradigma do Capitalismo Agrário a questão agrária é algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado, ou melhor, com a integração do agricultor familiar ao mercado. Entende que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista, todavia, como aborda Fernandes (2013), o PCA não entende o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esse paradigma utiliza o conceito de agricultor familiar ao invés de camponês, como se o camponês, "por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em agricultor familiar" (FERNANDES, 2010, p. 520). Deste modo, o camponês vai evoluir e se transformar em agricultor familiar, que será a sua profissão.

Já o Paradigma da Questão Agrária tem como base teórica três teorias com igual importância e que podem ser agrupadas em duas tendências. O primeiro é o livro intitulado "*Questão Agrária*", de Karl Kautsky, publicado no ano de 1899, a teoria defendida por Kautsky é a agricultura subordinada à indústria, ou seja, o fim do camponês seria sua subordinação à indústria. A ideia central de Kautsky é que a grande propriedade agrícola é superior em relação a pequena propriedade. A causa dessa superioridade é penetração do capitalismo no campo e a consequência é a industrialização da agricultura. Deste modo, a grande propriedade é a melhor unidade para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir e desaparecer. A partir do momento que o camponês se subordina a indústria ele se proletariza e deixa de ser camponês, pois não é mais autossuficiente.

Outro autor nesta mesma tendência Vladimir Lenin, que em 1899 publicou o livro intitulado "*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*". Lenin defende a teoria da desintegração do campesinato. Lenin classifica o camponês em pobre, médio e rico. O camponês pobre produz essencialmente para o próprio consumo, não conseguindo vender o seu excedente para o mercado. Deste modo, o camponês pobre vende a sua única mercadoria: a sua força de trabalho, ou seja, assim como Kautsky, Lenin defende a proletarização do campesinato.

Na tendência campesinista destacamos Alexander Vasilovich Chayanov, que publicou em 1925 o livro "*A organização da Unidade Econômica Campesina*", com a teoria da organização da unidade econômica camponesa, em que constata a reprodução do campesinato e não o seu desaparecimento. Esta teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital. Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não capitalista pelo fato da ausência de trabalho assalariado.

Para o PQA a questão agrária é algo estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste sistema. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e luta pelo seu direito de acesso a terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança. Para este paradigma o camponês não vende a sua força de trabalho, a lucratividade não é o foco principal da Questão Agrária.

A partir dos paradigmas ocorre a construção de modelos de desenvolvimento territorial para o campo. Muitos conflitos territoriais entre indígenas, quilombolas, camponeses e agronegócio representam o enfrentamento entre os diferentes modelos de desenvolvimento. Muitas vezes, o Paradigma do Capitalismo Agrário impõem modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro, esta imposição gera conflitos. Os projetos de desenvolvimento territorial que enfocam o campo não consideram os conflitos, isso pode gerar o fracasso, uma vez que ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento: os conflitos sociais (FERNANDES, 2010).

É relevante destacar que nem sempre há uma resistência camponesa frente a imposição destes projetos, como enfatizam Hall, Edelman, Borras Jr., Scoones e White (2015). Os mesmos autores também ressaltam que a resistência nem sempre é dada em um momento de enfrentamento direto, mas sim pelas diversas formas de *politics of resistance from below*, como as formas de resistências camponesas proposta por James Scott (2002).

Muitos têm o entendimento que apenas o capitalismo agrário elabora projetos que promovem o desenvolvimento no campo, o desenvolvimento da agricultura, do agricultor familiar e, até mesmo, das relações de trabalho. Isso ocorre por diversos fatores, desde a influência da mídia e até mesmo porque o governo brasileiro, em todas as suas escalas de atuação, está tomado por indivíduos que caminham pelo viés do Capitalismo Agrário, até porque, quem está no poder, no centro das decisões e de elaboração de projetos e políticas públicas são os próprios latifundiários, conhecidos como ruralistas, que defendem o agronegócio, a entrada do capital no campo[2].

Seria então, o agronegócio uma construção do Capitalismo Agrário para mudar a imagem concentradora e de exploração do latifúndio improdutivo, aquele que não produz e, logo, seria disponível para a reforma agrária, para uma imagem modernizada e avançada. Tal imagem pode ter alterado, mas o que mudou foi apenas a exclusão. No latifúndio a exclusão é dada pela improdutividade e no agronegócio tal exclusão é proporcionada pela produtividade intensiva. Ou seja, querem esconder o que faz parte da lógica do capitalismo: a concentração e exploração. A imagem que o agronegócio deseja passar para a sociedade é aquela de gerador de riquezas para o país, o agronegócio como "combustível da economia e exportação brasileira".

O modelo de desenvolvimento defendido pelo Paradigma do Capitalismo Agrário se expressa através de políticas públicas que visam a integração do agricultor ao mercado, como se a submissão deste ao capital fosse a melhor maneira de resolver os problemas presentes no campo brasileiro, através do discurso de modernização e de inovação. Pesquisadores brasileiros, responsáveis pela elaboração de políticas públicas deste paradigma buscam em estudos e experiências realizadas, sobretudo na Europa, defender a mecanização e modernização do agricultor brasileiro, muitas vezes desenvolvendo projetos não considerando a realidade brasileira, "importando" políticas da Europa.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Paradigma da Questão Agrária considera todos os conflitos existentes no campo brasileiro. Suas políticas caminham no sentido de fortalecimento do campesinato, da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária. Considera a ocupação de terra como uma intensa maneira de acesso à terra, pois ela caminha contra a lógica do agronegócio. Para este paradigma a estrangeirização da terra se configura como algo maléfico, como a perca do seu território e da sua soberania em diversos âmbitos - econômico, territorial e alimentar (PALAU, 2008).

Inserido neste debate paradigmático é que compreendemos o processo de estrangeirização da terra. Há diferentes interpretações sobre este processo, variando de

[2] Segundo Martins (1995, p. 177), "já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência".

acordo com os autores, Estados, instituições multilaterais, órgãos internacionais e movimentos socioterritoriais. Segundo Feodoroff (2013, p. 12):

> Alors que laquestion de l'accaparement mondial des terres reçoit une attention croissante dês milieux académiques, (inter) gouvernementaux ou encore militants, La multitude desdiscoursautourdu phénomène rendmalaisée la compréhension même de cequis'entendcommeun « accaparement ». Tandis que l'expression devientun « fourre-tout », La conséquence est de voir Le termes'affaiblir et, vulnérable, être enproieaux agendas d'élites non démocratiques. Il est ainsiimportant de commencer par démystifier certaine simagesiconiques largement présentes dans lês perceptions dominantes, qui sontautant d'écueil pour apprécier l'étendueréelle du phénomène.

Cada paradigma exposto acima compreende a o controle de terras e estrangeirização de uma maneira, sobretudo no que diz respeito à um modelo de desenvolvimento, pois a *territorialização* do capital através da apropriação do território é vista como um modelo de desenvolvimento e oportunidade de maximizar investimentos, como uma inovação para o Paradigma do Capitalismo Agrário. Os maiores defensores dessa vertente da estrangeirização da terra são as empresas transnacionais, instituições multilaterais, como o Banco Mundial e, em muitos casos o Estado, como ocorre no Paraguai com o governo atual de Horacio Cartes e no Brasil, onde o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (PP-MT), um dos maiores produtores de soja do Brasil, defende veemente a liberação da aquisição de terras por estrangeiros no país, como sinônimo de desenvolvimento.

Já a postura do Paradigma da Questão Agrária caminha no sentido da necessidade de se deter a estrangeirização da terra, pois estamos perdendo a nossa soberania territorial, econômica e alimentar. Os principais defensores deste paradigma são os movimentos socioterritoriais expressos na figura da Via Campesina. De acordo com Borras Jr.; Franco e Wang (2012), os movimentos sociais que são contra a estrangeirização da terra são logisticamente debilitados e politicamente isolados, suas campanhas tem caráter estratégico, porém sem muitos componentes táticos. Entendemos que além de analisar as estratégias que as empresas utilizam para a sua territorialização, é necessário considerar as estratégias discursivas dessas empresas justificando o motivo de tal territorialização.

A partir desta exposição sobre a estrangeirização da terra no debate paradigmático e análise da produção acadêmica sobre o referido processo, classificamos três tendências a partir das definições de estrangeirização da terra apresentadas no início deste artigo: 1) Estrangeirização da terra como positiva, com o discurso da regulamentação para facilitar o acesso do capital internacional as propriedades de terras; 2) Estrangeirização da terra como uma alternativa para maximização de oportunidades; 3) Estrangeirização da terra como algo

negativo, que coloca em risco a soberania territorial, econômica e alimentar dos países. Classificamos as duas primeiras tendências inseridas no Paradigma do Capitalismo Agrário e a última tendência dentro do Paradigma da Questão Agrária.

A primeira tendência concebe o elevado interesse na aquisição de terra como algo positivo, com o discurso que devemos continuar a abrir o mercado de terras, atrair estrangeiros em grande escala, proteger os investidores, implantando regras para transações de terra em escala global. Esta tendência tem como lema "*regular para facilitar as transações de terras*". Segundo Borras Jr.; Franco e Wang (2012) a premissa a crença que as transações de terra em larga escala é um fenômeno desejado. Está pautada no discurso de terras marginais do Banco Mundial. Terra marginal é definida pelo Banco Mundial como terra não cultivada, não florestada e com densidade populacional inferior a 25 pessoas por quilometro quadrado. Seguindo esta definição, Nalepa (2011) conclui que em 2010 cerca de 445 milhões de hectares são terras marginais e estão disponíveis para a estrangeirização da terra. Esta tendência defende a governa eficaz da terra e a transparência nestes projetos que aquisição, afirmando que quando realizada de forma correta, a estrangeirização traz apenas benefícios. De acordo com Borras Jr, Franco e Wang (2012, p. 09):

> Esta tendencia está orientado a facilitar la acumulación de capital dentro de un contexto institucional eficiente (...) en cierto modo, esta tendencia denota un pensamiento de carácter estratégico: el renovado impulso inversor a gran escala en la tierra es deseable, y los danos colaterales que pudieran surgir pueden tratar se tácticamente a partir del despliegue de varios instrumentos de gobernanza.

Os adeptos desta tendência são instituições multilaterais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FAO, governos de algumas nações ou bancadas inseridas em governos que influenciam na tomada de decisões, como o caso da Bancada Ruralista do Brasil, que está na busca pela liberação da aquisição de terras por estrangeiros no país[3]. Há alguns acadêmicos que defendem as transações de terras em larga escala, como o economista estadunidense Klaus Deininger, que elenca os benefícios da estrangeirização como: melhoria da infraestrutura social, geração de emprego e postos de trabalho, permite o acesso ao mercado e tecnologias pelos agricultores locais e maiores impostos locais (DEININGER, 2011). Contudo, há contradições neste discurso de possíveis benefícios, uma vez que o objetivo das transações de terra não é a geração de empregos e sim a especulação e acumulação de capital (LI, 2011).

[3] Há uma Medida Provisória tramitando no Senado a respeito da liberação da aquisição de terras por estrangeiros no país, mas até o momento de conclusão deste artigo, ainda não havia sido finalizada.

> Aquellos autores que favorecen la adquisición o inversión a gran escala en tierras, argumentan que dichos arreglos proporcionan recursos de inversión necesarios para modernizar la agricultura, incorporando nuevas tierras y cultivos más beneficiosos, utilizando tecnologías más avanzadas y mejores prácticas de gestión agrícola. Así se logran alcanzar economías de escala y de este modo incrementar la eficiencia, producción y ganancias para financiar las nuevas inversiones, y así sucesivamente. Los defensores de las ”inversiones a gran escala en tierras” (nunca utilizan el término “acaparamiento” que acuñaron los críticos) sostienen que estas inversiones proporcionan nuevos empleos y oportunidades de ingresos para los trabajadores rurales. Además, son una fuente de ingresos para el gobierno a través del pago de una renta por el arriendo a largo plazo de la tierra, en el caso de las tierras fiscales, y por el pago de impuestos (KAY, 2016, p. 12-13).

A segunda tendência caminha no reconhecimento dos impactos do land grabbing e da estrangeirização, mas os abordam como uma oportunidade de minimizar os impactos negativos e maximizar as oportunidades durante as transações de terras. Utilizam o discurso que diante da necessidade do desenvolvimento de áreas rurais, redução da pobreza rural e incapacidade de determinados Estados de executar tal tarefa, a estrangeirização de terra é concebida como uma oportunidade de incrementar o investimento nestas áreas, ligando pequenos agricultores a grandes corporações, configurando uma tendência inserida no Paradigma do Capitalismo Agrário. Esta tendência procura encontrar soluções práticas e imediatas, propondo regras para a estrangeirização. Concebem a corrida mundial por terras como algo inevitável.

> Alrededor de lamitigación de impactos negativos a la vez que se aprovechanla oportunidades, está constituida sobre la doble asunción de ‘inevitabilidad’ de lastransacciones de tierra a gran escala, e ‘imposibilidad’ de políticas de reforma agraria y desarrollo rural de carácter redistributivo que promuevanundesarrolloagrariobasadoen iniciativas y unidades productivas de menor escala. La ‘inevitabilidad’ delacaparamiento de tierras se justifica a partir de un argumento tipo ‘puedes correr, pero no puedes escapar’ (BORRAS JR.; FRANCO e WANG, 2012, p. 09).

Por fim, a última tendência se posiciona contrária ao land grabbing e estrangeirização da terra, afirmando que não é um modelo para redução da pobreza rural e promoção da segurança alimentar. Este modelo serve, na realidade, apenas para a acumulação do capital e lucro de grandes grupos empresariais. “A estrangeirização da terra é parte do problema e não é a solução” (FEODOROFF, 2013, p. 20). Nesta tendência há a concepção que devemos reter a estrangeirização, afirmando que a atual produção de alimentos e biocombustíveis não visa diminuir a fome a pobreza, mas sim a acumulação de capital para as grandes corporações. A Via Campesina é a maior expressão desta tendência. Em 2011 este movimento publicou o documento intitulado “*Alianza Global Contra el Acaparamiento de Tierras*”, em que afirma que a estrangeirização ameaçam a identidade

comunitária dos campesinos, povos indígenas, comunidades tradicionais e produtores de pequena escala.

> Los críticos del acaparamiento de tierra argumentan que dichas transacciones a menudo desplazan a la población local de sus tierras, que además aquellas tierras fiscales, de hecho, han sido usadas por personas que han encontrado allí su sustento por décadas o incluso por generaciones. Por lo tanto, han ocurrido casos de desalojos y choques violentos. La población local también se ha sentido amenazada por la extranjerización del territorio, lo cual ha preocupado a algunos políticos y militares, especialmente en regiones fronterizas por razones geopolíticas de seguridad nacional (KAY, 2016, p. 13).

A partir destas três tendências esboçadas acima elaboramos um organograma inserindo tais tendências no debate paradigmático (Organograma 01).

Organograma 01: Classificação das tendências e discursos da estrangeirização de terras.

Org.: Autora (2017).

A concepção da estrangeirização da terra como negativa, visando apenas a acumulação de capital e reprodução do modelo hegemônico de produção está inserida na tendência *campesinista* do Paradigma da Questão Agrária. Já a estrangeirização da terra como positiva, na qual é a postura assumida pelo Banco Mundial, é classificada na tendência do agronegócio inserida no Paradigma do Capitalismo Agrário. Finalmente, a tendência da estrangeirização como uma alternativa para a redução da pobreza e promoção

da segurança alimentar está inserida na tendência da agricultura familiar do Paradigma do Capitalismo Agrário, mas próximo da área de contato com o Paradigma da Questão Agrária. Dente as instituições e agências financeiras a favor da estrangeirização estão: o Banco Mundial, BID e FAO, embora esta última reconheça os efeitos gerados pela estrangeirização da terra, colocam este processo como possibilidade de diminuição da fome e pobreza no mundo, ou seja, com o discurso de se beneficiar deste processo.

No sentido de tornar mais transparente, estas organizações investiram na elaboração de códigos de conduta, como o *Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects Rights, Livelihoods and Resources*, proposto em 2010 pelas instituições multilaterais International Fund for Agricultural Development (IFAD), a UN Conference on Trade and Development (UNCTAD), Banco Mundial and Comitê de World Food Security (CFS) e *The Principles for Responsible Investment in Agriculture and Food Systems*, novo código de conduta aprovado na *41st Session of the CFS* (CASTELLANELLI, 2017). Apesar do fato de representar a primeira iniciativa de governos, setor privado, sociedade civil, UN agencies e bancos, os códigos de conduta são voluntários, ou seja, não necessariamente serão seguidos e quando são seguidos é devido ao interesse dos investidores em garantir maior lucro. Segundo Borras e Franco (2010), a proposta de códigos de conduta desvia a atenção dos verdadeiros problemas consequências do *land grabbing*, defendendo que a apropriação de terras em larga escala é algo inevitável.

Em posição contrária a estrangeirização da terra há movimentos como Via Campesina, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[4], iniciativas como *Food First, Movimiento Regional por la Tierra* e *Fundação Amigos de la Tierra* (Argentina) e diferentes movimentos sociais em escala global, sobretudo na América Latina, África e Ásia, pois são os locais onde processos de controle e estrangeirização da terra ocorre com maior intensidade. Está terceira tendência inserida no Paradigma da Questão Agrária é a que defendemos neste artigo.

Considerações finais: Estrangeirização da terra, benefício para quem?

O *land grabbing* - entendido como controle de terras - e a estrangeirização da terra estão em disputa. Instituições multilaterais, corporações do agronegócio, governos, movimentos sociais e acadêmicos se posicionam a respeito destes dois processos, uns a favor e outros contra. Cada uma das posições assumidas não estão livres de intenções, logo, estão inseridas em um debate paradigmático. Procuramos neste trabalho elaborar uma definição e diferenciação entre *land grabbing* e estrangeirização da terra, pois a

[4] Recentemente o MST anunciou o interesse em discutir o processo de estrangeirização da terra. “MST quer debate sobre compra de terras por estrangeiros no Brasil”. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/mst-quer-debate-sobre-compra-de-terras-por-estrangeiros-no-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2015.

compreensão do problema depende da forma de como este é respondido. Deste modo, baseado nas obras de Borras Jr. e Franco (2010), Borras Jr., Hall, Scoones, White e Wolford (2011); Peluso e Lund (2011), Borras Jr., Franco e Wang (2012) e Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012; 2013), entendemos o *land grabbing* como um processo amplo de controle de terra e demais recursos associados - água, biodiversidade, minérios - e obter benefícios a partir deste domínio, provocando uma mudança no uso do território.

Já a estrangeirização é um elemento - o mais obscuro - do processo de controle de terras. É a apropriação de terras em escala global, apropriação realizada através de compra, arrendamento, concessão de uso, parcerias, *joint-ventures* e fusões, ou seja, tudo que envolve a *territorialização* e *territorialidade* do capital transnacional. No caso dos países do Sul global a estrangeirização é a dimensão mais importante do controle de terras, pois a maioria das transações de terra envolvem o capital transnacional, enfatizando os discursos de que o capital internacional é sinônimo de desenvolvimento.

No caso do Brasil, debater a respeito da estrangeirização da terra é essencial, uma vez que está em debate uma Medida Provisória que libera a aquisição de terras por estrangeiros no país, onde os principais defensores são deputados, senadores e ministros que compõem a bancada ruralista e serão beneficiários diretos com a Medida Provisória. Os impactos da estrangeirização da terra ocorrem em diferentes dimensões, como na perda da soberania e segurança alimentar, pois terras que antes eram destinadas a produção de alimentos tornam-se alienadas ao capital transnacional para a produção de *commodities flexíveis*; a desterritorialização de camponeses, aumento do preço da terra e consequente morosidade nas políticas de reforma agrária; diminuição dos postos de trabalho e criminalização de movimentos de luta pela terra.

Instituições como Banco Mundial, corporações transnacionais e a Bancada Ruralista Brasileira apresentam a aquisição de terras por estrangeiros como uma saída para crise, como desenvolvimento, como a solução para o problema da fome no mundo, o que é extremamente contraditório, pois muitas empresas e nações utilizam o discurso de garantia da segurança alimentar mundial e adquirem terras em países com altos índices de insegurança alimentar, aumentando ainda mais o problema. Cabe o nosso questionamento: desenvolvimento para quem? Por isso, discutir a estrangeirização da terra através do debate paradigmático é importante para a sociedade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Estrutura Fundiária. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 355-360.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series n. 001**, Transnational Institute, Land Deal Politics Initiative, 44 f., 2010.

BORRAS JR, Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 02, p. 209-216, 2011.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. **Tendencias políticas en disputa para La gobernanza global del acaparamiento de tierras**. Amsterdã: Transnational Institute, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos claves en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 38, v. 1, p. 75-103.

CANAL RURAL. Reforma agrária às avessas beneficia Kátia Abreu. **Canal Rural**, publicado em: 15 mai. 2015. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/reportagem-especial/reforma-agraria-avessas-beneficia-katia-abreu-56736>. Acesso em: 31 ago. 2016.

CASTELLANELLI, Carlo Alessandro. A critique of the principles for responsible agricutural investment. **Mercator**, v. 16, p. 01-10, 2017.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, (1925), 1974.

CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 263-283, 2012.

DEININGER, Klaus. Challenges posed by new wave of farmland investment**. The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2 p. 217-247, 2011.

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. **Rising Global Interest in Farmland:** Can it yield sustainable and equitable benefits?. Washington D.C.: The World Bank, 2011.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Ciclos de acaparamiento de tierras en Centroamérica: un argumento a favor de historizar y un estudio de caso sobre el Bajo Aguán, Honduras. **Anuario de Estudios Centroamericanos** n. 40, p. 195-228, 2014.

FAIRBAIRN, Madelaine. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 04, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, 237-261, 2012.

FELÍCIO, Munir Jorge. Co**ntribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** Presidente Prudente, 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour compendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Org.). **Uma Geografia em Movimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 505-560.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil:** a geo-historical review of land governance in Brazil. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente, 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**. Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

FRANCO, Jennifer; MEHTA, Lyla; VELDWISCH. The global politics of water grabbing. **Journal Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1651-1675, 2013.

FUNDAÇÃO AMIGOS DE LA TIERRA. **Acaparamiento de tierras y bienes comunales**. Perspectivas y dimensiones del fenómeno en Argentina. Buenos Aires: Fundação Amigos de la Tierra, 2015.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wend. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

KAY, Cristóbal. La transformación neoliberal del mundo rural: procesos de concentración de la tierra y del capital y la concentración de la precariedad del trabajo. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurale**s, n. 1, v. 1, p. 01-26, 2016.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAMARCHE, Hugues. **L'Agriculture Familiale**: comparaison internationale - une réalité polymorphe". L'Harmattan: Paris, 1992.

LAMARCHE, Hugues. **L'Agricultue Familiale**: dumythe à laréalité". L'Harmattan: Paris, 1993.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

LI, Tania Murray. Centering labor in the land grab debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 281-298, 2011.

MARGULIS, Matias; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino. Land Grabbing and global governance: critical perspectives. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 01-23, jan. 2013.

MENDRAS, Henri. **Le fin des paysans**. Paris: Sedeis, 1967.

NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. Estrangeiros cresce sem controle, afirma Incra. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Economia, publicado em 06 mar. 2008.

O ESTADO DE S. PAULO. Investidor estrangeiro busca terras no Brasil **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Economia, publicado em 10 jul. 2009.

O ESTADO DE S. PAULO. Terras agrícolas na alça de mira". **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Economia, publicado em 20 out. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects Rights, Livelihoods and Resources**. Roma: FAO, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA**. Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe:** concentración y extranjerización. Roma: FAO, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Principles for Responsible Investment in Agriculture and Food Systems.** Roma: FAO, 2014.

OYA, Carlos. Methodological reflections on "land grab" databases and the "land grab" literature "rush". **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, set. 2013.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction**. The Journal of Peasant Studies,** v. 38, n. 4, p. 667-681, dez. 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil:** estudo de caso da empresa Umoe *Bioenergy* no município de Sandovalina-SP, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PITTA, Fábio; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PLOEG, Jan Bouwer van der; FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Sarurnino.Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminar analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

PRETTO, José Miguel. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2008.

REUTERS. Sociedade Rural contesta veto à compra de terras por estrangeiros. **Reuters**, caderno Brasil, publicado em 16 abr. 2015. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN0N800120150417>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n.03-04, p. 873-898, 2012.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Revista Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

VALOR ECONÔMICO. Estrangeiro vai ter limite para comprar terras. **Valor Econômico**, caderno de Política, página A6. Publicado em: 14 dez. 2015.

VALOR ECONÔMICO. Temer sinaliza liberação de compra de terras por estrangeiros. **Valor Econômico**, caderno de Política, página A5. Publicado em: 12 jul. 2016.

VIA CAMPESINA. **Stop Land Grabbing!**. Mali: Via Campesina, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012, 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

Recebido para publicação em 22 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 23 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 24 de junho de 2017.

La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México

Letizia Odeth Silva Ontiveros
Posdoctorante en el Posgrado en Desarrollo Rural,
Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco
E-mail: letiziasilva@yahoo.com.mx

Resumen

Cuando arribó Minera San Xavier a San Luis Potosí, se establecieron diferencias entre la manera en que la gente del pueblo esperaba un desarrollo productivo y el proyecto que proponía la empresa. El conflicto traspasó la importancia local cuando las exigencias de la población de municipios colindantes mostraron interés en cuanto se enteraron de las implicaciones al medio ambiente, a la salud y al patrimonio histórico cultural. Inicia una convergencia de fuerzas de movilización para hacer válida la participación de las poblaciones interesadas, tanto propias del poblado minero como de aquellas que se movilizaron en torno a defenderse de los impactos directos e indirectos. Esta lucha muestra cómo se ha disputado el derecho a decidir sobre un territorio, tanto por parte de la empresa, de los gobiernos y de los distintos habitantes que pugnan, conviven y sobreviven a la minería. Este trabajo se enfoca en cómo, ante las imposiciones de un agente externo de llevar a cabo una minería de tajo a cielo abierto, la sociedad responde en continuos intentos por construirse como sujeto de derecho, un sujeto soberano con el reconocimiento de capacidades para la autodeterminación.

Palabras clave: Minería a cielo abierto; autodeterminación territorial; despojo por actividades mineras.

A mobilização cntra o despejo da minera San Xavier: vinte anos de luta em Cerro de San Pedro, México

Resumo

Quando a Minera San Xavier chegou a San Luis Potosí, as diferenças entre a forma como os habitantes esperam um desenvolvimento produtivo e o projeto proposto pela empresa, foram estabelecidas. O conflito passou importância local quando as demandas da população de municípios vizinhos demonstraram interesse como eles aprenderam sobre as implicações para o meio ambiente, saúde e património cultural. Inicia uma convergência de forças mobilizadoras para validar a participação das populações em causa, a cidade mineira como aqueles que mobilizaram em torno cortar impactos diretos e indiretos. Esta luta mostra como ele contestou o direito de decidir o uso de um território, tanto pela empresa, os governos e as várias pessoas que lutam, vivem e sobrevivem mineração. Este trabalho se concentra em como, antes da instituição de um agente externo para realizar uma mineração a céu aberto, a sociedade responde de tentativas contínuas de construir como sujeitos de direito, sujeito soberano com capacidades de reconhecimento de auto-determinação.

Palavras chave: Mineração a céu aberto; territorial autodeterminação; pilhagem por atividades de mineração.

The mobilization against the eviction of the San Xavier mine: twenty years of struggle in Cerro de San Pedro, Mexico

Abstract

When Minera San Xavier arrived to San Luis Potosi, the differences between the way the townsfolk expect a productive development and the project proposed by the company, were established. The conflict passed local importance when the demands of the population of neighboring municipalities showed interest as they know the implications for the environment, health and cultural heritage. It starts a convergence of forces mobilizing to validate the participation of the populations concerned, both own the mining town as those who mobilized around fending off direct and indirect impacts. This struggle shows how it has disputed the right to decide the use of a territory by the company, governments and the various people who struggle, live and survive mining. This work focuses on how, before the imposition of an external agent to carry out a mining open pit, society responds in continuous attempts to build as subjects of law, a sovereign subject with recognition capabilities for self-determination.

Keywords: Open pit mining; territorial self-determination; despoliation by mining activities.

Introducción

Tras el proceso de autorización y operación de actividades de empresas mega-mineras, se suscriben a su vez varios procesos de luchas, que mantienen el objetivo de denunciar y detener el despojo de muchos a costa del beneficio económico de unos pocos. En cualquier fase de la actividad minera que se esté llevando a cabo, las empresas tienen el poder de organizar los territorios en donde se asienten. Son éstas las que tienen prioridad de establecimiento al ser la minería en México una actividad preferente y de utilidad pública, frente a cualquier otro tipo de uso aun dentro de áreas sensibles o protegidas[1]. Ante ello, se retira continuamente a la población el derecho a decidir sobre su territorio imponiendo actividades indeseadas, aun cuando exista un planteamiento y postura propia de la localidad en que desea asentarse el proyecto minero. El objetivo de este trabajo es reflexionar en qué manos se deposita la responsabilidad en la toma de decisiones en un territorio, y los obstáculos que se enfrentan las poblaciones al querer retomar su capacidad de autodeterminación.

Este es un recuento de una serie de movilizaciones en torno a recuperar la batuta en el territorio por sus propios habitantes, pero al mismo tiempo, la historia de una actividad minera cobijada por un Estado que ha negado continuamente el derecho de decidir su modo de vida a quienes defienden su propio territorio.

[1] Ley Minera mexicana, Artículo 6º: "… la exploración, explotación y beneficio de los minerales o sustancias a que se refiere esta Ley son de utilidad pública, serán preferentes sobre cualquier otro uso o aprovechamiento del terreno, con sujeción a las condiciones que establece la misma, y únicamente por Ley de carácter federal podrán establecerse contribuciones que graven estas actividades". DOF 26/06/1992, última reforma 26/06/2006.

El modelo extractivista y la mega minería

Las inversiones de las empresas trasnacionales están en auge, de acuerdo a lo que indica O'Connor (1998, p. 279), porque en el Sur muchos gobiernos están ansiosos de vender sus recursos naturales a las corporaciones trasnacionales en nombre del desarrollo, y las masas sin tierra del espacio rural del mundo se ven obligadas a despojar y agotar los recursos, a contaminar el aire y agua, tan sólo para sobrevivir. Estas condiciones son propias de las economías llamadas *extractivistas* o primario-exportadoras de recursos petroleros y/o minerales principalmente (exportadora de naturaleza), característica que refleja además, un escaso interés por invertir en el mercado interno (ACOSTA, 2009, p. 27).

La minería actualmente se desarrolla a gran escala (mega minería), tanto en recursos como en espacio, haciendo patentes desigualdades, pues además de ser una actividad que no produce encadenamientos, repercute en la organización social de las localidades al crear 'beneficios' cortoplacistas y diferenciales. Martínez Alier (2009, p. 93) se refiere al respecto, al apuntar que desde hace tiempo, se entiende que la minería implica una economía de rapiña en dos aspectos: la contaminación no compensada y la explotación del recurso sin inversión alternativa suficiente, lo cual deja forzosamente un futuro que descarta el uso de la tierra, lo que deriva en que ninguna planeación sea efectiva para la activación alternativa de la población afectada. A todo esto deviene el olvido, pues como consecuencia de la velocidad con que se realiza el proceso de producción, las comunidades vecinas del sitio explotado se ven damnificadas y excluidas al carecer de una actividad económica que trascienda la ya terminada minería.

En el caso de México, la preparación del terreno para recibir a la nueva minería neoliberal requería de nuevas especificaciones, por lo que se tuvieron que realizar cambios en las legislaciones vinculadas a la tierra, el trabajo, la inversión, el agua. Las autoridades mexicanas encargadas de regular la actividad minera, se empezaron a encargar de promover acciones en torno a esta directriz, permitiendo que se realizaran inversiones desde 1992 por parte de las empresas de la industria minera en México en materia ambiental (CARMONA, 2002, p. 626). Así también se fomentó el desarrollo de acciones para elaborar un sistema de Normativa Oficial Mexicana (NOM), que ayudó a que las instancias gubernamentales consideraran un logro en objetivos ambientales para que la industria minera se convirtiera en una actividad "sustentable" y "amigable" con el ambiente y la salud de la población. No

obstante, la minería en México, no importando qué tipo sea, es una actividad productiva prioritaria y la legislación ambiental no resulta muy restrictiva en cuanto a sus impactos[2] (SILVA, 2007, p. 47). Además el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) ha fortalecido los intereses de los países del norte en la minería mexicana. Desde 1998, en este sector ha sido considerable el incremento de nuevas sociedades con inversión extranjera en el Registro Público de Minería en México.

Ante continuas crisis económicas, altos niveles de desempleo y escasez de recursos para la creación de infraestructura, la inversión extranjera representa una salida muy atractiva, sobre todo al sobrevalorar los beneficios de corto plazo en la explotación de recursos minimizando sus implicaciones de mediano y largo plazo, y por otro lado, la solución que le ofrece al Estado al eximirlo de la obligación de dotación de infraestructura y creación de empleo. Minera San Xavier no es la excepción, desde su ingreso al pueblo de Cerro de San Pedro, ha sido quien se abandera como generadora de empleo, constructora de caminos y benefactora social de la región, haciéndose ver como la nueva gestora territorial con responsabilidad social y ambiental.

Despojo a cielo abierto

En el método de explotación a cielo abierto, la cianuración, y particularmente la lixiviación en montones, se ha convertido en el proceso metalúrgico dominante para la recuperación de oro y plata procedente de yacimientos diseminados, donde la *ley de mena*[3] es baja. El método de lixiviación ha tenido una gran inversión en países latinoamericanos sobre todo por el ahorro de tiempo y el incremento en la productividad, así como un bajo consumo de energía, ya que las sustancias químicas (como el cianuro) son las que realizan el mayor trabajo.

Para comienzos del siglo XXI el interés renovado por la apropiación y explotación intensiva de los recursos minerales de los países latinoamericanos, se expresa en la multiplicación de mega-proyectos de extracción en todo el continente (ALIMONDA, 2011, p. 10). A diferencia de épocas pasadas, las condiciones tecnológicas permiten ahora prescindir de grandes contingentes de fuerza de trabajo. Las poblaciones locales, entonces, se transforman

[2] Sobre todo por mantener una escasa capacidad institucional para vigilar y controlar sus efectos sobre el medio ambiente.
[3] Mena es un mineral del que se puede extraer un elemento (en este caso, oro o plata) con cantidad suficiente para poder aprovechar. Ley de mena es el contenido de un determinado metal en la mena, expresado en porcentaje (%), ppm (partes por millón) o en gramos por tonelada (g/t).

en víctimas de procesos de vaciamiento territorial (para evitar obstaculizar la actividad minera), por lo que las excluyen de sus lugares de pertenencia, al mismo tiempo que presencian la destrucción de los ecosistemas con los cuales han convivido, incluso, desde tiempos ancestrales (en el caso de las poblaciones indígenas y nativas).

Este tipo de tecnología exige destruir enormes extensiones de superficie rocosa, en ocasiones en áreas montañosas, por medio de la aplicación de grandes cantidades de explosivos y de sustancias tóxicas más el uso intensivo de agua y energía. Svampa (2011), señala que la diferencia con respecto a la minería tradicional, es que ésta implica niveles aún mayores de afectación del medio ambiente, generando cuantiosos pasivos ambientales, incluso irreversibles, al tiempo que requiere un uso desmesurado de recursos naturales como insumos, así como transformar de manera violenta la geografía de los territorios explotados.

Es así que la nueva minería nos refiere a una renovación tecnológica al mostrar grandes diferencias con la tradicional desde básicamente dos aspectos (SILVA, 2014, p. 164):

- Manejo de escalas “mega”: proyectos, inversiones/ganancias, recursos, energía
- Reestructuración en la organización del territorio y apropiación del mismo (por las empresas): nuevos tipos de financiamientos, métodos extractivos, fuentes de energía, disposición de desechos, gestión de recursos naturales e incluso culturales.

Los problemas más importantes serían 1) Consolidación y compactación en el suelo al finalizar el periodo de la actividad, porque estos residuos tienen un funcionamiento similar al terreno, pero son más pesados, 2) Contaminación de suelos, que hace inviable la realización de cualquier actividad productiva posterior, pues la descontaminación requiere de un conocimiento especializado y costoso, y 3) Los accidentes que devienen en contaminación de suelo, agua y afectaciones en la salud de la población; que pueden ocurrir debido a derrames, erosión, tormentas, fugas, movimientos o brechas en las paredes y depósitos de las mismas presas (CORTINAS, 1998).

Además, se emplean grandes volúmenes de cianuro, y al finalizar el proceso de minado en el tajo a cielo abierto deja un inmenso cráter y toneladas de jales mineros tóxicos. Dado el tipo de actividad, el impacto puede significar ciertas afectaciones en aire, agua, tierra, fauna, flora, construcciones, formas de vida, etc. Como parte del proceso, se cavan cráteres gigantescos, que pueden llegar a tener más de 150 hectáreas de extensión y más de 500

metros de profundidad (CARICEO, 2006, p. 17). Éstas y otras causas han incidido en la toma de decisiones en algunos países con respecto a esta actividad minera[4].

En las instituciones ambientales mexicanas la figura de "minería de tajo a cielo abierto por el método de lixiviación con cianuro" es considerada dentro de las actividades que están reguladas por la Ley General del Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente (LGEEPA). El criterio del Estado para atender la preocupación que pueda generar esta actividad, radica en su normativa: mientras exista una regulación que permita “contaminar lo menos posible”, puede llevarse a cabo esta actividad, para que las inversiones trasnacionales no dejen de arribar a territorio mexicano.

Crónica de un despojo anunciado, la mega minería en San Luis Potosí

A continuación se describen a grandes rasgos, algunos de los momentos clave que determinaron la mayor incidencia de la movilización en contra de la empresa Minera San Xavier. El señalamiento de las denuncias y demás elementos legales, no plantea que el interés de este trabajo sea el únicamente el aspecto legal: los litigios legales muestran que la confluencia de actores en contra de la minera, movilizaron una diversidad de estrategias con el objetivo de tomar la autodeterminación territorial, y al mismo tiempo, explicita cómo la Ley y los gobiernos han negado continuamente ese derecho.

Reactivación minera por inversión canadiense

Cerro de San Pedro[5] es un poblado que se inscribe dentro de la región central del estado de San Luis Potosí, aproximadamente a 18 km de distancia del centro de la capital del estado. Su existencia es de una importancia crucial para el nacimiento y desarrollo de las ciudades aledañas, pues a partir del descubrimiento de mineral en 1592, se instala una red de apoyo alrededor de la actividad minera, ya que el tratamiento (beneficio) de los minerales requería la creación de un conjunto de haciendas en zonas con disponibilidad de agua suficiente para el proceso minero y actividades de soporte (ganadería y agricultura). Estas

[4] No solo las actividades mineras directas pueden provocar daños. Krygyzstan y Rumania, países con métodos mineros similares, fueron víctimas de accidentes provocados por volcaduras de transporte o rompimiento de presas que contenían cianuro, provocando graves problemas en el ambiente y en la salud (www.olca.cl).

[5] Cerro de San Pedro es el nombre del Municipio, nombre del pueblo que es la Cabecera Municipal del mismo, y también el nombre del Cerro colindante al poblado de donde se extrajo el mineral desde la época colonial.

haciendas se transformarían más tarde en municipios y localidades. Tal fue la importancia de esta minería que en el escudo de armas del Estado de San Luis Potosí (Imagen 1) ubica en el centro al Cerro de San Pedro, donde se encuentra San Luis Rey de Francia flanqueado al lado izquierdo por barras de oro y al derecho por barras de plata. Sin embargo la explotación de la mina se llevó a cabo de manera poco cuidadosa, lo que provocó el hundimiento de tiros y socavones desde 1608, provocando que Cerro de San Pedro se despoblara notablemente teniendo como consecuencia un menor rendimiento de las vetas de plata (MONTEJANO, 1973).

Imagen 1. Escudo de Armas del Estado de San Luis Potosí

Fuente: Página electrónica del Gobierno del Estado de San Luis Potosí

A principios de siglo XX empresas norteamericanas intentaron extraer el mineral que aún continuaba dentro del Cerro, pero una serie de derrumbes hicieron imposible la extracción de los metales con las técnicas hasta entonces conocidas. La minería que se llegó a realizar desde entonces hasta 1998 fue de pequeña escala (artesanal) por *gambusinos*, mineros locales que trabajaban por cuenta propia, con procesos más bien caseros y baja producción. Así también, sería común encontrarse en la región ciertas compañías mineras realizando estudios para comprobar la factibilidad de volver a extraer mineral, sin que ninguna llegara a laborar.

Es hasta 1995 que se advierte viabilidad de recuperar el mineral con la compañía minera canadiense Metallica Resources Inc. y su subsidiaria mexicana Minera San Xavier (MSX)[6]. A partir de entonces se realizaron programas de exploración y pruebas metalúrgicas,

[6] En 1995 la empresa filial de MSX era la canadiense Metallica Resources Inc., en el año 2000 se vende a la Glamis Gold Ltd. (EUA). Desde 2007 hasta la actualidad (2016) es subsidiada en 100% por la canadiense New Gold.

indicando reservas minables de oro y plata (MIA, 1997). Para 1997 ya se habían invertido millones de dólares para trabajos de metalurgia y muestreo para realizar su operación. En palabras de la empresa, "El proyecto de Cerro de San Pedro sería desarrollado utilizando minado convencional de Tajo a Cielo Abierto y el proceso metalúrgico de Lixiviación en Montones con soluciones de baja concentración de cianuro y recuperación de metales preciosos por medio del sistema conocido como Merrill-Crowe" (MIA, 1997).

En ese año la empresa inicia gestiones para obtener permisos ambientales, de operación y de uso de suelo, obteniendo la concesión de predios por un contrato de arrendamiento con quienes se decían "ejidatarios"[7] por un periodo de 34 años para llevar a cabo el proceso de lixiviación (limpieza del mineral con cianuro) y terreros (depósito de material estéril).

En el documento que integra la Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) que entregó MSX como uno de los requisitos para autorizar su actividad, se analizan los siguientes puntos que hicieron que la población llegara a desconfiar de este proyecto y de quienes lo promueven (SILVA, 2007: 69):

- *Reubicación de la población*. Se da por sentada la aceptación de la reubicación de las poblaciones, sea temporal o permanente, sin haber consultado previamente.
- *Planes urbanos*. Omite que el poblado cuenta con un plan de ordenación (1993), donde se establece que un 75% del municipio debe dedicarse a la restauración del desarrollo de la vida silvestre, donde se resalta la falta de disponibilidad de agua y prohíbe el desarrollo urbano e industrial[8]. El plan tiene vigencia por veinte años.
- *Monumentos históricos*. Omite la declaratoria de los templos de San Pedro y San Nicolás del poblado, que son monumentos históricos declarados por la Ley federal.
- *Ideología*. Asegura que el paisaje del escudo del estado no es el Cerro de San Pedro, descartándolo así como símbolo para poder demolerlo por completo.

[7] Entendemos como ejido el núcleo de población o persona moral con personalidad jurídica y patrimonio propio que recibió tierras vía dotación en la Reforma Agraria en México (1915-1992); y comunidad como el conjunto de personas que viven en el medio rural y comparten tradiciones, usos y costumbres; está conformada por el conjunto de tierras, bosques y aguas que fueron reconocidas con base en la legislación anterior a 1992 mediante acciones restitutorias, confirmatorias o de titulación de tierras (propiedad ejidal). La ley, con respecto a la voluntad de los ejidatarios y comuneros para adoptar las condiciones que más les convengan en el aprovechamiento de sus recursos, regulará el ejercicio de los derechos sobre la tierra y parcelas. El ejido como persona moral se integra por: a) Asamblea de ejidatarios, b) Comisariado ejidal y c) Consejo de Vigilancia (Art. 21 Ley Agraria).

[8] Plan de Ordenación de San Luis Potosí y su zona conurbada (Cerro de San Pedro, San Luis Potosí, Soledad de Graciano Sánchez, Mexquitic de Carmona y Villa de Zaragoza), Periódico Oficial del Estado, 24 / 09 / 1993.

- *Ocupaciones mineras.* Se solicitó por 34 años el uso del suelo. Asegura que el terreno quedará completamente restaurado, pero no se menciona un plan operativo ni vigilancia o monitoreo durante ese periodo.

Tanto la falta de claridad del proyecto, como las formas en que se acercó la empresa en los poblados, negando totalmente sus formas de organización y proyectos en curso, fueron determinantes para que la población se articulara para defender su territorio[9]. Es así que para los primeros meses de 1997 se había constituido una corriente de opinión contraria a la operación de la minera, que desconfiaba sobre todo de los dictámenes técnicos que ofrecía la empresa. En ese momento, se trataba de un grupo relativamente pequeño, y el núcleo principal lo representaban los ambientalistas aglutinados en Pro San Luis Ecológico (PSLE) en la capital del estado y algunos nativos de Cerro de San Pedro que constituyeron un Patronato. A estas denuncias también se añaden actores que señalan inconsistencias y cambios en sus propiedades a la hora de tramitar la obtención de permisos: preocupaciones por despojos de tierras, problemáticas agrarias y ocupaciones temporales no autorizadas por parte de las comunidades, ejerciendo una lucha jurídica por parte del ejido al encontrar disparidades en cuanto a la validez de firmas, tratados y negociaciones de la población con la empresa.

Las batallas ganadas, la guerra perdida: La búsqueda de la autodeterminación

A lo largo del proceso de obtención de permisos y autorizaciones para llevar a cabo la operación de la MSX, así como la puesta en marcha de sus actividades, se generó un cúmulo de actores articulados en torno al retiro de la empresa. La lucha inicia con temas agrarios y de patrimonio cultural al saberse los riesgos de pérdida de tierra y construcciones. No obstante, al revisar con más detalle cada parte del proceso minero, tanto desde los aspectos técnicos como las actuaciones de la empresa y el Estado, se advierten mucho más riesgos que los iniciales, lo que llevó a posicionar diversas estrategias para cada caso en particular. Así, principia una lucha jurídica, técnica, ambiental, social, cultural, política, con vertientes diversas que daban respuesta a la fase de acción que llevaba MSX y de quienes propiciaban su operación. A continuación se revisarán tres momentos que muestran las cúspides de las inconformidades en este periodo de lucha, que marcan de alguna manera, las interrupciones del proceso de

[9] El poblado era considerado casi un “pueblo fantasma”, donde había unas cuantas familias. Sin embargo, para la articulación de la lucha, se reunieron poblaciones no solo de Cerro de San Pedro sino de la capital del estado y los poblados vecinos.

actividades de MSX, interrupción en gran medida derivada de las presiones que han ejercido las movilizaciones de la población interesada y afectada.

El primer momento se da en enero de 1998, cuando se lleva a cabo la reunión pública de información sobre el proyecto minero de MSX, donde se registra la asistencia de 319 personas en el poblado de Cerro de San Pedro (PEÑA, 2008, p. 176). La convocatoria por parte de Pro San Luis Ecológico (PSLE) se realiza, entre otras razones, por inconformidades y conflictos derivados del manejo de permisos, carencia de claridad en el proyecto y por oposiciones de tipo jurídico ejidal, ambiental, entre otras. En la consulta la empresa expone los planes y procedimientos en los que consiste el proyecto, lo cual provoca dudas por parte de la población al suponer que el tipo de minería a desarrollar sería la subterránea tradicional, que no comprometiera ni su residencia en el poblado, ni el retiro del cerro. Esto marca el comienzo en el conflicto de aceptación de la empresa, pues lejos de convencerse con las bondades que traerá el proyecto, inician acciones en torno al vocabulario utilizado, como “cianuración”, “tajo a cielo abierto”, “retiro total de la población”, entre otros (SILVA, 2010, p. 237).

En este entorno de desacuerdos entre población y empresa, el gobierno del estado decide tomar cartas en el asunto[10], al pedir crear un Comité por parte de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí para que diera una opinión técnico-científica respecto a la Manifestación de Impacto Ambiental. La población opositora no coincidía en formar este equipo universitario, pues éste sería una herramienta de legitimación para la empresa: no importaba cuánto la limitaran o condicionaran, su funcionamiento no correspondía con el desarrollo que deseaban para la región. Al terminar la opinión, el Comité Universitario informó que la MIA realizada por la MSX carece de dimensión socio cultural, análisis de los impactos acumulativos, evaluación estratégica del impacto ambiental, análisis de la sustentabilidad de los proyectos (incluyendo componentes económicos, sociales y culturales), y aplicación del Principio Precautorio (UASLP, 1998).

A pesar de esto, la Secretaría de Medio Ambiente (SEMARNAP) otorga la autorización ambiental el 26 de Febrero de 1999, con 100 condicionantes (93 de las cuales eran las de la opinión de la Universidad), y 9 recomendaciones. Los opositores buscan alianza con otras voces de autoridad a nivel nacional como el EZLN y Green Peace México, y por parte de Pro San Luis Ecológico (PSLE) se interpone demanda de nulidad el 9 de febrero de 2000, después de emitirse la autorización. Para estas fechas, la oposición interviene en espacios de la prensa

[10] Cabe señalar que esto no fue una iniciativa desde la universidad, ni desde académicos. Esta petición fue hecha por el gobernador en turno (Fernando Silva Nieto, PRI, 1993-2003), al ver el conflicto que se estaba dando lugar por las manifestaciones en contra de la ubicación de la empresa.

local integrando población que ya trabajaba temas de recuperación económica de Cerro de San Pedro, a pesar de que aún no existe una red o el conocimiento más difundido sobre temas de este tipo de minería.

En el cuadro 1 se esquematiza a grandes rasgos cómo un elemento que en principio fue obstáculo para la instalación de la MSX, se vuelve su aliado por asumir compromisos más allá de lo que indica la legislación ambiental. Este hecho hace que la empresa cobre mayor fuerza en la toma de decisiones, pues con este permiso obtiene todo el derecho a la gestión del territorio al encargarse de asignar el uso del suelo y con ello, la forma de vida de quienes ahí conviven.

Es así que la empresa además de ser gestora, se percibe como la nueva propietaria de los poblados, tanto donde se asentará como los colindantes: un ente que no pertenece ni al Estado, ni a los pobladores, será quien decida cerrar caminos, acordonar pueblos, definir, asignar y diferenciar el tipo y criterio de integración de sus habitantes, entre otros más. Bajo su gestión se coarta la posibilidad de continuar con el turismo capitalino y realizar paseos por el entorno. La implicación directa del retiro el cerro para obtener metales no solamente impacta al pueblo, sino a la imagen del símbolo cultural del estado, al ambiente natural y físico del entorno, y la cotidianidad que se estructuraba por un tejido social interno y externo, que no se volvería a encontrar jamás (SILVA, 2014, p. 236).

Cuadro 1. Esquema de la primera "interrupción" de MSX y sus actores principales

	Gobierno	Empresa	Opositores
Interrupción	**Opinión técnica universitaria 1998**		
Resoluciones	Revisión de la MIA, adaptación de restricciones y condicionantes	Muestra disposición a someterse a nuevas condiciones. Tramita permisos faltantes	Negativa a la formación del comité técnico universitario. Búsqueda de información y revisión de datos.
Acciones	Permiso con 100 condicionantes y un equipo de seguimiento (1999)	Acepta condicionantes y empieza campaña de responsabilidad ambiental y social. Busca obtener permisos pendientes.	Difusión y divulgación de la problemática. Recursos legales a interponer contra los permisos dados.
Posturas	No será "permisivo" con opositores. Gobierno del Estado se declara neutral pero agradece a la empresa por empleo y beneficios regionales	Discurso de apego a la ley. Generadora de empleo y beneficios. Dice ser aceptada por la población.	Desconfianza en el gobierno estatal y comité técnico por coludirse con la empresa. Se alega que MSX no es aceptada por la población.

Elaboración propia

El segundo momento de interrupción de la actividad minera es el 1 de septiembre de 2004, cuando tras una serie de recursos jurídicos por parte del movimiento opositor, el Pleno de la Sala Superior del Tribunal Federal de Justicia Fiscal y Administrativa, declaró lisa y llana la nulidad de la resolución impugnada (sobre la autorización de impacto ambiental) y también de la resolución recurrida. Con esto, se obtiene la declaración en forma absoluta de la nulidad de la autorización otorgada a favor de la MSX (SILVA, 2014, p. 219). Esta declaración anula también el cambio de uso de suelo y la autorización para el desarrollo del proyecto metalúrgico de explotación a tajo a cielo abierto "Cerro de San Pedro".

Para entonces, la oposición no solo cuenta con recursos legales con qué luchar, sino que también a partir de este logro, surge una movilización más estructurada. De igual forma, producto de articulación con simpatizantes en todo el país, surge apoyo de políticos, escritores, artistas e intelectuales como Javier Sicilia, Jaime Avilés, Carlos Montemayor y Carlos Monsiváis[11]. En este periodo, la lucha empieza a permear en la academia y en la política, y las movilizaciones empiezan a tejer una red de resistencia ante la minería, provocando con ello la creación de diversos cuerpos de defensa de territorios y de la naturaleza.

Sin embargo, el 10 de abril de 2006, la MSX consigue un nuevo permiso por parte de la Secretaría de Medio Ambiente (SEMARNAT) con el argumento de que MSX no es industrial sino minera, y no tendría "grave impacto ambiental"[12]. Los opositores no se hacen esperar y al día siguiente del pronunciamiento, el 11 de abril, organizan bloqueos de accesos a la minera. A partir de este momento, las posturas tanto del gobierno como de la empresa hacia la parte opositora, harán énfasis en mostrar sus reacciones como ignorancia o criminalidad. Un año más tarde, MSX hace promoción de la fundición de su primera barra de doré (mezcla de oro y plata) el 29 de marzo 2007.

Para junio del mismo año, los opositores convocan a divulgar publicaciones en diarios locales con firmas de académicos, artistas, políticos, organizaciones internacionales en apoyo a los grupos opositores en la lucha por la defensa de sus derechos humanos y por la conservación de Cerro de San Pedro. Juicios agrarios y otras demandas legales continúan todavía en esas fechas, aunque también continúan las amenazas y encuentros violentos contra los opositores, siendo los más conocidos los que agredieron a los activistas Armando Mendoza

[11] La mayoría de los citados comenzaron a manifestar su apoyo durante los festejos del Festival Cultural Cerro de San Pedro, iniciando en el de marzo de 2005, y continuaron en desplegados o columnas en periódicos, televisión, entrevistas, exposiciones, conferencias.

[12] Funcionarios de SEMARNAT indican que la industria está prohibida en el área, mas no así la minería, la cual no genera impactos graves. 14 de mayo de 2006, La Jornada, Estados, "SEMARNAT otorga a Minera San Xavier nuevo permiso para operar en SLP".

y Mario Martínez, quienes sufrieron atentados y amenazas de muerte[13]. En el Cuadro 2 se muestran las reacciones de los distintos actores después de que el Tribunal determinara retirar el permiso de operación.

Cuadro 2. Esquema de la segunda "interrupción" a MSX y sus actores principales

	Gobierno	Empresa	Opositores
Interrupción	**Retiro de permiso de operación 2004**		
Resoluciones	Neutralidad por el Gobierno del Estado. Instancias federales (SEMARNAT) realizan ajustes y revisión de permisos para quitar freno.	Nuevos acuerdos y trabajos de convencimiento para obtención de permiso.	A la expectativa con movilizaciones y revisión del cumplimiento del TFJFA. Continúan recursos legales para frenar actividad
Acciones	Nuevo permiso en 2006 con nueva MIA. Se dan permisos pendientes sin restricciones.	Empiezan las operaciones formales y los trabajos de explosivos. En 2007 primer lingote de doré.	Toma de carreteras y caminos para manifestarse en contra. Se hacen vínculos por medio de redes de afectados ambientales.
Posturas	Avala la legalidad y beneficio de la MSX en el Estado y en la nación.	Se posiciona comprometida con las leyes mexicanas al ser la segunda ocasión que obtiene permiso.	Movilizaciones y acciones legales. La criminalización de la resistencia se vuelve más patente.

Elaboración propia

Para 2009 surge la tercera interrupción de la actividad de MSX. El Noveno Tribunal Colegiado en Materia Administrativa del Primer Circuito del Distrito Federal, emite sentencia a favor de Pro San Luis Ecológico (PSLE) y en contra de MSX, al ser considerado ilegal el permiso otorgado en 2006 para que la empresa explote oro y plata en Cerro de San Pedro, ordenando al Pleno del Tribunal (TFJFA): "admitir y resolver el fondo del Recurso de Queja que se interpuso, dada la forma ilegal en que la Dirección General de Impacto y Riesgo Ambiental de la SEMARNAT volvió a otorgar en el año 2006 un permiso a MSX-New Gold, violando las sentencias ejecutoriadas y definitivas de los más altos tribunales de nuestro país que habían nulificado el proyecto y el cambio de uso de suelo por ser rotundamente violatorios de la LGEEPA, a Decretos Estatales y a la Norma Oficial Mexicana".[14]

Esta resolución devolvía la esperanza a la parte opositora al vislumbrar por fin el retiro de MSX, sin embargo, en la práctica luego de la resolución de septiembre de 2009, que ordenó el cierre de la compañía, la Procuraduría Federal de Protección al Ambiente (PROFEPA) tardó casi dos meses para cumplir con el cierre de la minera, y cuando lo hizo el 16 de noviembre, "lo

[13] La Jornada San Luis, Sección Política y Sociedad. "Fallece Armando Mendoza, luchador incansable por Cerro de San Pedro" http://www.lajornadasanluis.com.mx/2012/12/10/pol10.php

[14] 22 de mayo de 2009, Boletín 09062, PSLE, "Pierde juicio Minera San Xavier", http://cencos.org/node/20830

realizó deliberadamente mal, con deficiencias administrativas dando oportunidad a la minera para inconformarse ante los tribunales"[15]. En un Boletín Urgente[16] se denuncia la negativa por parte de la PROFEPA para realizar el cierre de la MSX el 26 de agosto de 2010 tras pasar activistas el día anterior más de nueve horas en las instalaciones de MSX, ese mismo día la respuesta de esta empresa fue la realización de cinco detonaciones en el tajo. Los camiones (yucles) no detienen actividades. El representante legal de la empresa declaró a medios locales que PROFEPA hacía una inspección de rutina, que la operación de la mina seguía con normalidad[17].

Para marzo de 2011 el gobierno de San Luis Potosí publicó el decreto del plan de desarrollo urbano de tres municipios, entre ellos Cerro de San Pedro, con lo cual cambió el uso de suelo del área que explota la MSX el cual, desde 1993, era de restauración de la vida silvestre18, convirtiéndolo en "minero". Este decreto era una pieza fundamental para poder impedir la continuación de actividad minera en la zona. Ruiz (2012) menciona que "el 10 de julio (de 2009) se logró una sentencia que consigna la inconstitucionalidad del nuevo decreto, por haber desatendido el principio de progresividad y violar las garantías constitucionales a la salud y a un medio ambiente sano. La autorización ambiental que obtuvo MSX en agosto de 2011 era, por tanto, insubsistente. Sin embargo, ninguna autoridad detiene a MSX y el acoso a los opositores se mantiene."

En el Cuadro 3 se observa cómo gobierno y empresa procura mantener la actividad minera sin obstáculos, invalidando totalmente la resolución ganada por parte de los opositores.

[15] Sábado 15 de mayo de 2010. Estados, La Jornada "Demandan activistas clausura inmediata de la MSX; protestan frente a la PROFEPA"

[16] 15 de mayo de 2010, La Jornada, Sección Estados. "Demandan activistas clausura inmediata de la MSX; protestan frente a la PROFEPA" http://www.jornada.unam.mx/2010/05/15/estados/029n1est

[17] Difusión Cencos Boletín de Prensa. México D.F., 27 de agosto de 2010 "PROFEPA avalará la operación ilegal de Minera San Xavier" https://radioinformaremosmexico.wordpress.com/page/1031/?archives-list&archives-type=months

[18] Estados, 20 de Marzo de 2011, La Jornada. "SEMARNAT autoriza a Minera San Xavier reanudar la extracción de oro y plata"

Cuadro 3. Esquema de la tercera "interrupción" a MSX y sus actores principales

	Gobierno	Empresa	Opositores
Interrupción	**Segundo fallo del TFJFA contra MSX octubre 2009**		
Resoluciones	Resolución no es clara al llevarla a la práctica. Gobierno del Estado se mantiene al margen. PROFEPA no realiza cierre.	Asegura que trabaja conforme a la ley y que solamente recibe inspecciones. No cierra ni cesan actividades.	Movilizaciones a las instancias y dependencias para exigir cumplimiento del cierre.
Acciones	Cambia uso de suelo y avala actividad de MSX como benefactora al posicionar a SLP dentro de los primeros lugares de producción de oro en México.	Tiene amplia movilidad de acción para nuevas exploraciones con nuevo uso de suelo.	Aun con amenazas, criminalización y persecución por oponerse a MSX, continúan con recursos legales y movilizaciones para rechazar actividades y el nuevo plan de ordenamiento
Posturas	Se mantiene al margen y no da opiniones respecto al cierre	Continúa actividades volviendo a posicionarse como ambiental y socialmente responsable ante inversionistas y gobiernos.	Denuncia total ante la falta de autoridades que hagan efectivo el cierre de la empresa.

Elaboración propia

En 2009 MSX registra por vez primera la cifra oficial de producción de metales preciosos[19], la cual observa un incremento exponencial en la obtención de oro y plata comparada con las cifras anteriores a su actividad. Antes de su instalación, entre 1995 y 1997, los gambusinos obtenían un promedio anual de 18 kg de oro y 1 Ton de plata; en 2009 bajo el mando de MSX, se obtuvieron 2.5 Ton de oro y 37.5 Ton de plata, lo cual significó un aumento de casi 150 veces lo que se producía en oro, y 34 de lo que se producía en plata[20]. Estas cifras incentivaban a los gobiernos municipales y al gobierno del estado de San Luis Potosí a promocionarse ante nuevos inversionistas, logrando captar la atención principalmente porque Cerro de San Pedro ingresó automáticamente al listado de los principales municipios productores de oro del país, posicionándose ese año en el escaño número 9[21] (CAMIMEX, 2012). Este hecho muestra claramente el apoyo por parte del niveles de gobierno para retirar los obstáculos que impidieran ver a San Luis Potosí como un polo de desarrollo minero, no dejarían que los opositores lograran retirar a la empresa que posicionó de nuevo al estado en la producción de oro.

[19] En el año 2007 fundió su primer lingote de doré, sin embargo para efectos de cálculo anual de producción de metales, tuvo que esperar un año para poder hacer su registro oficial ante la Secretaría de Economía
[20] Información recabada del Prontuario de información minera SECOFI, y Cámara Minera de México.
[21] Para el año 2011 Cerro de San Pedro se convierte en el sexto municipio productor de oro y el decimoquinto en plata a nivel nacional. Los municipios que tienen los primeros diez lugares en oro, abarcan poco más del 75% de la producción nacional (CAMIMEX, 2012).

La amenaza del cierre de operaciones

Desde el año 2014 la MSX ha emitido comunicados donde anuncia que está proyectando el cierre (paulatino) de sus operaciones al inicio de 2016. Ante estas declaraciones, los grupos opositores han pedido se divulgue públicamente el plan oficial de cierre de la empresa, y con ello que la población interesada y afectada pueda incidir directamente en el criterio de su puesta en marcha. Hasta ahora no hay una respuesta oficial, y solamente se tiene una presentación en línea de un programa básico en la página de la Cámara Minera Mexicana (CAMIMEX), donde se destaca este proyecto como minería con responsabilidad social[22].

Cabe señalar, que dentro de los estudios incluidos en la MIA que entregó MSX en el año de 1997, se incluye una prospectiva de sus posibles impactos en cuanto finalicen operaciones. Entre los impactos en la "etapa de abandono"[23] se advierte como único impacto adverso en lo ambiental, la calidad del aire, y menciona que todos los demás impactos serán positivos al no estar produciendo daños porque cesarán las actividades. Como se observa, no hay criterios de impactos acumulativos, ni un programa de monitoreo de daños de todas las sustancias usadas.

En factores socioeconómicos, indica que la suspensión de actividades y el consecuente fin de la fuente de trabajo crearán un impacto adverso severo, no obstante se verá mitigado con la creación de nuevas oportunidades de trabajo en las áreas de turismo y servicios como parte del plan maestro de ordenamiento urbano y regional de Cerro de San Pedro elaborado por la misma empresa, actividad que dará un impacto positivo. En este sentido, se da por hecho una aceptación de un plan maestro que ya contemplará áreas de turismo, sin dar criterios de zonificaciones ni de incorporación de la población. Plantean la creación de un circuito turístico del plan maestro en poblados aledaños, el cual por supuesto, está basado en los trabajos que ya realizaron con anterioridad miembros del Patronato en la propuesta de declaratoria que no procedió[24].

Como empleo alternativo, menciona la creación de actividades ganaderas, una vez restaurado el terreno de los patios (de lixiviación con cianuro) y terreros (con partículas tóxicas que puedan generar drenajes ácidos) probablemente sean utilizados para fines pecuarios, como siembra de pasto para ganado. También menciona que se puede extender la vida de la

[22] Se puede consultar el documento aquí: https://camimex.org.mx/files/6914/4112/8074/2-2.pdf
[23] Sección Etapa de Abandono de la MIA, MSX, V. 2 pp. 320-377
[24] En el sexenio del gobernador del estado Silva Nieto (1996-2003), se hizo un proyecto de decreto para declarar a Cerro de San Pedro como una zona de monumentos históricos. Existe la aseveración por parte de grupos opositores que dicho gobernador se negó a firmar el documento para dar prioridad a la MSX. Ver SILVA, 2014: 189.

mina con actividades subterráneas si se localizan reservas económicas de mineral, es decir, se descarta todo lo anterior porque vuelve la explotación minera.

En factores bióticos presenta un programa de conservación y restitución de la vegetación así como un programa de protección a las especies con carácter de protegidas que incluirá recolección y reubicación de ejemplares de tortuga de desierto previa construcción. Cabe señalar que gracias a la operación de MSX, la tortuga del desierto quedó extinta en la zona.

El tan mencionado Plan maestro de ordenamiento urbano y regional describe de manera general una propuesta de diseño para el desarrollo de un proyecto arquitectónico a gran escala, protección y desarrollo urbano del pueblo y área de influencia "que se verá beneficiada por el desarrollo inducido por la construcción de la mina a cielo abierto y las instalaciones anexas necesarias para su explotación"[25].

Podemos observar que la planeación a la que hace referencia la empresa, no es más que un listado de ocurrencias sin ningún fundamento técnico, legal, social, ni cultural, ni seguimiento a largo plazo, adaptando a sus propios intereses además, fragmentos de las propuestas que ya se habían considerado por parte de la población organizada. En el Cuadro 4 se muestran algunos de los posicionamientos de los actores ante la noticia del cierre de MSX, incluyendo la incredulidad de los opositores que consideran la posibilidad de un cambio de rumbo de la empresa y no forzosamente un cierre. Cabe mencionar que aunque la empresa llegue a cerrar, las concesiones continúan dadas de alta, ya que la legislación mexicana permite hasta 50 años de concesión prorrogable por otros 50 más si es requerido, por lo que MSX podría seguir manteniendo la ocupación del territorio, de ser su voluntad, hasta por 100 años.

[25] Manifestación de Impacto Ambiental de Minera San Xavier. Página 352. Etapa de cierre. 6.2.5.1

Cuadro 4. Esquema ante la noticia de cierre de MSX y sus actores principales

	Gobierno	Empresa	Opositores
		Posible cierre de actividades	
Discurso	Revisará puntualmente por medio de SEMARNAT, PROFEPA, el cumplimiento de normas ambientales y sancionará y pedirá remediación de ser el caso.	Marzo 2015 anuncia primera fase de cierre a principios de 2016. Se apegará a legislación laboral y ambiental correspondiente.	Incertidumbre ante el hecho de cierre, se piensa en estrategias de cambio de régimen de la empresa o cierre temporal o parcial de actividades.
Acciones	En febrero de 2016 otorga el Gobierno Federal por medio del Programa de Estímulos a la Investigación, Desarrollo Tecnológico e Innovación, la cantidad de $7, 232, 516 a la empresa MSX, proporcionando un gran apoyo económico para continuar con el desarrollo de su actividad.	Ha divulgado a través de la Cámara Minera Mexicana y su página electrónica, una presentación que indica a grandes rasgos el plan para rehabilitar y restaurar las áreas afectadas por sus actividades.	Realizan petición de plan oficial de cierre ante autoridades y empresa, sin tener respuesta. Formación de propio plan de trabajo de rehabilitación.

Elaboración propia

La lucha por recuperar la territorialidad "un día después de la mina"

El pensamiento del "día después" hace referencia a la mentalización de la población en estar preparados continuamente con una planeación congruente con su entorno físico-temporal, para el momento en que la empresa se retire tener una estrategia de reactivación y retorno de su libre gestión en cualquiera de las fases en que se encuentre la actividad minera, considerando las transformaciones que se van presentando de tiempo en tiempo. Esta mentalidad no deja de lado el planteamiento necesario para dar lucha diaria ante la minera, solo lo incorpora dentro de un plan a mediano y largo plazo, actualizando constantemente el estatus de la situación, manteniendo una comunicación en red para apoyo, tanto a nivel local, nacional e incluso global con otros movimientos afines. Durante todo este tiempo, aun cuando haya cambios de actores que se movilizan en torno a este conflicto, con altas y bajas, la lucha se nutre con saberse preparados para "el día después de que se vaya la Minera San Xavier".

Proyectos alternativos

Desde 1996, diversos pobladores de Cerro de San Pedro habían hecho trabajos de levantamiento de construcciones, pues tenían en mente dotar de algún tipo de protección al

pueblo por medio de una declaratoria de patrimonio histórico-cultural. En entrevista, Mario Martínez[26] menciona que en 1997 se logra cierta organización a través de un Patronato y grupos de especialistas del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) que participan en trabajos técnicos para integrar un expediente de declaratoria y catalogación de edificios.

Ese año MSX empieza a tramitar sus primeros permisos, y el patronato tenía consolidado el expediente para conseguir la protección buscada. De haber sido concedida la declaratoria de Patrimonio Histórico[27], ésta implicaría mayores restricciones y disposiciones claras para preservar el lugar y su entorno. Tal declaratoria no fue propuesta por el Gobierno del Estado, lo que frenó el proceso y una década después, el INAH afirmaba que el proyecto aún seguía en trámite y el expediente clasificado como "reservado" (SILVA, 2014, p. 189).

No obstante, a partir de esta iniciativa han habido propuestas por parte de Pro San Luis Ecológico, el Patronato Pro-Defensa del Patrimonio de Cerro San Pedro, y la Asociación de Vecinos de Cerro San Pedro, para convertirlo en una zona de esparcimiento de carácter local- regional, acercándose a instancias de carácter no gubernamental locales y extranjeras que se vieron interesadas en idear un sitio turístico. En la opinión de Carlos Covarrubias[28] la posibilidad de ofrecer también un desarrollo de carácter académico es fuerte. Menciona el ejemplo de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, que tiene problemas de ubicación para cubrir ciertos estudios, ha considerado ésta como una zona de ubicación de un parque temático sobre la historia geológica-minera y la antropología de la región. Cabe señalar que estas propuestas se formulan no sólo en el círculo de habitantes de la zona, sino también por los mismos académicos de la UASLP. Las propuestas son tan amplias que contemplan desde un centro de convenciones en lo que fue la Colonia Americana[29] hasta un planetario, en espera de que la MSX se retire.

La población está consciente de que existen estas propuestas, pero también saben que no pueden conformarse con teorías. Aun con la idea de "un día después de la mina", saben que no pueden proponer un tipo de infraestructura en el entorno del poblado, pues entrarían en complicaciones al lidiar día con día detonaciones y modificaciones en la zona. Es

[26] Representante de Pro San Luis Ecológico, fundador del Patronato Pro-defensa del patrimonio cultural e histórico de Cerro de San Pedro, AC., y coordinador del Frente Amplio Opositor a Minera San Xavier (FAO).
[27] En el sexenio del gobernador del estado Silva Nieto (1996-2003), se hizo un proyecto de decreto para declarar a Cerro de San Pedro como una zona de monumentos históricos. Existe la aseveración por parte de grupos opositores que Silva Nieto fue quien se negó a firmar el documento. http://www.angelfire.com/rebellion2/antimsx/
[28] Regidor del Municipio de SLP durante el periodo 2006-2009y asesor legal del ejido Cerro de San Pedro, del Patronato Pro Defensa del CSP y del Frente Amplio Opositor a Minera San Xavier (FAO).
[29] Esta colonia la construyeron habitantes estadounidenses que llegaron en 1950 al pueblo para extraer mineral. Actualmente estas construcciones se encuentran dañadas o en ruinas.

difícil pensar y re-pensar en proyectos cuando quien está a cargo de la gestión del territorio lo modifica con voluntad ajena a la población, destruyendo el cerro y modificando el pueblo.

Difusión de la lucha y tejido de redes

El municipio de Cerro de San Pedro en general tiene condiciones de vida difíciles. Es un municipio árido, con poca posibilidad de desarrollo agrícola, con un nivel de marginación alto, despoblamiento, baja escolaridad y nivel de ingreso bajo. La antigua minería que en algún momento pudo significar bonanza, no benefició ni a toda la población ni a largo plazo, por lo que la llegada de MSX llegó a ser para muchos de sus habitantes, la posibilidad de empleo y con ello una vida mejor. Sin embargo, a pesar de esa primera impresión de esperanza, la divulgación de información y la incidencia de actores externos al poblado, que sometían a la crítica el discurso de empresa y gobierno, ayudó a la consolidación de la formación de grupos organizados. A partir de que se reconoce la propuesta de MSX como un problema, la población interesada empieza a posicionarse a favor o en contra; y dentro de la oposición, se ubicaron en algún tipo de lucha que planteara acercarse a lo que consideraran más urgente, manteniendo el objetivo de salvaguardar su territorio: propiedades ejidales, agua, trabajo, vivienda, patrimonio histórico, derechos humanos, salud.

En sus inicios se observan coaliciones como la Alianza Ciudadana Opositora a Minera San Xavier formada por movimientos sociales como Educación y Defensa Ambiental A.C., Pro San Luis Ecológico A.C., Patronato Pro-Defensa del Patrimonio Cultural e Histórico de Cerro San Pedro, y la Asociación de Vecinos de Cerro de San Pedro. Se unen miembros que no son propiamente de movilización local, como el Frente Cívico Potosino, grupos religiosos, ICOMOS de México, Parlamento Indígena, Frente Zapatista de Liberación Nacional, Frente Cívico de Teotihuacán, Frente Popular Zacatecas, Greenpeace, Movimiento Huasteco democrático, y partidos políticos. Esta red se llega a consolidar más tarde en el Frente Amplio Opositor a MSX (FAO), movimiento que entrelaza fuerzas de organizaciones de ciudadanos en pro de la lucha por la resistencia y la soberanía del pueblo (VARGAS, 2006, p. 6).

Además, lanzaron encuestas y consultas, donde las organizaciones opositoras se percatan del interés público a través de sus medios de divulgación de información, como las páginas electrónicas, en la que reciben comentarios de todo tipo de público: estudiantes de todos los niveles que se interesan en estudiar el tema, investigadores de instituciones, integrantes del clero, organizaciones indígenas, afectados por la minería, etc.

Esto mantiene a los opositores en constante movimiento: coordinan actividades culturales con foros de información sobre la MSX, organizan marchas y mítines para ser escuchados por las autoridades ambientales en la Ciudad de México, entre otras acciones similares. Se encargan además, de realizar desde el año 2001 un festival cultural en el municipio de CSP (Festival San Pedro) que se celebra año con año, donde escritores, artistas plásticos, periodistas, académicos, se adhieran a la causa para fomentar la identidad local y recordar la lucha contra la empresa MSX. La intención de estos eventos ha sido mantener la afluencia de población a CSP, así como la de divulgar información sobre minería y la situación del momento sobre el proyecto MSX.

La MSX necesita probar su aceptación social continuamente. Mantiene una relación cercana con la escuela de Portezuelo (poblado adyacente a Cerro de San Pedro), organiza festivales y celebraciones públicas (día de la madre, día del niño, día del árbol), incluso se vio obligada a realizar en 2016 un festival cultural alterno, con el supuesto apoyo de la Secretaría de Cultura del Gobierno del Estado y de la población del lugar.

Los opositores mantienen una constante divulgación de la información de lo que conlleva el permitirles el paso a este tipo de empresas y este tipo de minería, lo cual paulatinamente se transforma en campañas para dar a conocer la utilización del cianuro, los tajos a cielo abierto, la minería tóxica y contaminante, y a revisar las propuestas de modificaciones en leyes de aguas, mineras, de inversiones extranjeras, entre otras (SILVA, 2014, p. 247). Esta divulgación la consolida a través de ayuda ofrecida por académicos como por otros poblados que comparten problemáticas semejantes.

Desde los inicios de la lucha jurídica en tribunales agrarios, así como de oposiciones ante instancias federales, la empresa y gobierno insisten en refutar acusaciones con el tema de nuevos empleos, a la alta productividad, así como la gran posibilidad de que el Estado se posicione mejor dentro de los mayores productores de oro a nivel nacional. Es así como los opositores identifican la directa vinculación de funcionarios gubernamentales con la empresa, al comprobar continuamente la defensa de intereses de MSX y no de la ecología, del territorio, del agua, del patrimonio, de sus vidas en general.

Veinte **años de lucha**

Durante veinte años, la consigna “Fuera Minera San Xavier” se ha mantenido constante ante dicha empresa. Descarta negociación, desconoce su validez, anula cualquier

trato, la niega como gestora del territorio. No obstante, la lucha se ha transformado y actualizado en sus estrategias, así como en la incorporación de nuevos actores y de nuevos criterios para nuevos proyectos.

Fuera Minera San Xavier. Que no se instale

En primera instancia, se tiene la determinación de instalar la Minera a expensas de la opinión de sus habitantes. Se descartan las opciones que parte de la población está trabajando para dar salida a proyectos productivos, lo que asegura que las labores de la empresa serán llevadas a cabo sin interrupción de actividades alternas. Los momentos que dan pie a la lucha en este periodo se pueden concentrar de la siguiente manera:

1. **El anuncio**: El 10 de septiembre de 1996, en la misa de la iglesia de San Nicolás, anuncia personal de MSX la intención de platicar con los habitantes y discutir asuntos del proyecto. Según recopilación de entrevistas propias, y de GARCÍA (2008, p. 110), se advierten diversas reacciones. El párroco de entonces (Pbro. Margarito) había visitado previamente a las familias para comprobar asistencia. La población divulgó la noticia y se corría la voz de desalojos y desmantelamiento de los templos de San Pedro y San Nicolás. La situación se tornó preocupante en el riesgo de irrupción de la empresa en las tradiciones, costumbres y valores religiosos del pueblo. Aunque la población muestra un nivel de información incipiente, y sólo manifiesta desconfianza ante una propuesta minera que no lleva a cabo métodos tradicionales, aún no se tienen suficientes elementos para poder entrar en conflicto como tal. No obstante, es un elemento que desestabiliza la opinión y la percepción de la población.
2. **La Manifestación de Impacto Ambiental**: El momento de su revisión no solamente indica el conocimiento del proyecto y sus posibles efectos ambientales por técnicas y métodos a emplear, sino también nuevamente, les constata que su toma de decisión es prescindible en el momento en que se da por hecho la aceptación del retiro total de la población de sus sitios en que viven y conviven.
3. **Las inconsistencias en los permisos**: Hallazgos de irregularidades en propiedades y ejidatarios[30], incertidumbre de afectaciones del proyecto, exclusión de planes y

[30] Informe de no reconocimiento de ejidatarios. Documento dirigido a la Lic. Martha Gracida Jiménez, Magistrada del Tribunal Unitario Agrario del Distrito 25. Sellado por el Registro Agrario Nacional, delegación San Luis Potosí, 15 de marzo de 2000.

proyectos propios, como el de protección del patrimonio y el de restauración de la vida silvestre.

Fuera Minera San Xavier, porque es ilegal

En el contexto del deslinde de responsabilidades entre los gobiernos municipal y estatal, por el nuevo permiso otorgado por SEMARNAT federal, es que se permite a la empresa iniciar los trabajos de producción de su primer lingote. Las acciones de protesta se tornan más radicales y se sustentan principalmente en los riesgos de afectación medioambiental. El momento coyuntural, entonces, permite visualizar el atrincheramiento de los actores, así como el discurso de rechazo a los riesgos medioambientales asociados con el proyecto minero de la empresa canadiense, como el eje principal del conflicto (MADRIGAL, 2003, p. 129).

Este hecho coincide con un contexto especial. Empresas trasnacionales como First Majestic Silver Corp, Almaden Minerals, Vista Gold Corp., entre otras, estaban en proceso de autorización para desarrollar minería similar en distintas partes del país. MSX estaba en la mira de la actividad minera mexicana, la CAMIMEX y las mineras de capital extranjero atendían su proceso porque sabían que de frenar su autorización, se sentaría un precedente que impactaría fuertemente en la promoción de las inversiones en este sector.

La importancia de este momento radica en que se genera un ambiente de desconfianza total en que las instancias encargadas por velar de la seguridad ambiental, del bienestar de la población, al estar más interesadas por asegurar por todas las vías, que se continúe con el proceso con los menores obstáculos posibles y desarmar desde la vía legal, cualquier forma de obtención de la autogestión buscada. Los trabajos de divulgación de los impactos que ha generado la empresa, continúan, así como las denuncias y las demandas legales. No ha habido descanso en ese sentido, la población opositora se sabe consciente de que MSX está trabajando en la ilegalidad, por lo tanto continuarán los señalamientos de incumplimientos tanto por parte de la empresa como por parte de los gobiernos en todos los niveles y bajo sus múltiples instancias.

Fuera Minera San Xavier, que cierre y se responsabilice de sus daños

Desde que se divulgó la información de su cierre en 2014, se insistió a las autoridades de manera pública, en entrevistas a diarios locales y difundiendo en medios electrónicos, en el

interés por participar activamente en las acciones que se fueran a llevar a cabo alrededor de la planeación de los dos puntos principales tras el cierre: la rehabilitación del sitio y la remediación.

Por medio de publicaciones independientes como “El Huachichil” también se encargan de informar a la población de qué trata según la legislación ambiental, el proceso de cierre, y señalan categóricamente cómo la MSX se contradice en elementos tan básicos como el de remediación, que supone “regresar a la condición en la que se encontraba el sitio antes de la obra”, lo cual en cualquier caso de minería de tajo a cielo abierto con lixiviación por cianuro, es prácticamente imposible. No obstante, se tiene un trabajo muy amplio de actores que se han sumado a la lucha: académicos, intelectuales, artistas, expertos en técnicas mineras e impactos ambientales, interesados en general que han aportado a lo largo de estos años, diferentes puntos de vista para elaborar proyectos alternativos

Consideraciones finales ¿Sobre quién recae la determinación de los territorios?

Este trabajo muestra cómo el derecho a la autodeterminación es negado constantemente a los pobladores, caso que puede trasladarse a cualquier otro en situación de mega minería. Se les ha negado su reconocimiento como sujetos políticos, con facultades y poder de decisión sobre la gestión de sus propios territorios. Esas mismas veces, a quienes se les ha concedido dicha responsabilidad, han sido a las empresas, ni siquiera es el propio estado bajo instancias de gobierno, quien acuerde el tipo de participación de los actores implicados en el contexto de instalación de actividades mineras.

Durante veinte años se ha comprobado el continuo despojo de autodeterminación de la población a sus territorios. Este arrebato sin descanso, transita en diversas modalidades a distintas escalas: despoja no solamente de condiciones materiales, sino del reconocimiento de los sujetos políticos y niega sus capacidades de actuación, de soberanía de los pueblos, convirtiendo a los territorios en una homogénea propiedad privada. La justicia a la que recurrían ante instancias jurídicas no terminó de llegar, aquélla se asomó en momentos dándoles la razón, pero el reconocimiento solo fue en papel mas no en los hechos. El dolor y la desesperanza sí han tenido cabida en esta lucha, y no es para menos, veinte años con las razones en las manos, con el enojo en los rostros, con los esfuerzos de un sinnúmero de actores que de una o de otra manera han peleado por la defensa de su territorio, de la libre

determinación, del reconocimiento de sujetos que son y con capacidad de gestión para el bien común.

Mapa 1. Concesiones mineras en el municipio de Cerro de San Pedro, San Luis Potosí

Fuente: Dirección General de Minas http://www.economia-dgm.gob.mx/cartografia/#

En el mapa 1 se observan la proximidad de la ciudad capital de San Luis Potosí respecto al municipio de Cerro de San Pedro, donde se observan las concesiones mineras que abarcan casi la totalidad de la jurisdicción municipal. Aun cuando la empresa termine sus actividades de extracción, queda la duda sobre lo que sucederá con las concesiones que están asignadas todavía por muchos más años, pues hay que recordar que éstas pueden ser otorgadas hasta por cincuenta años y prorrogables por otros cincuenta más. Cien años en que la incertidumbre tiene cabida en la mente de la población que quiere retomar el derecho a disfrutar y disponer de su territorio.

¿Cómo asegurar el respeto de los proyectos de la propia población cuando su territorio se encuentra trazado en función de la utilidad de la minería? ¿Qué sucede con la libre determinación de los pueblos en este contexto? ¿Quiénes son los que deciden en determinación de los territorios y con ello, en las formas de vida? Las preguntas quedan abiertas, para reflexionar respecto a la vida después de la mina, pero con los pies en propiedad privada.

Referencias

ACOSTA, A. **La maldición de la abundancia**. Quito: Abya-Yala, 2009.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.) **La colonización de la naturaleza. Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMIMEX, Cámara Minera de México. **Informe anual**, LXXV Asamblea General Ordinaria, Ciudad de México, 2012.

CARICEO RIVERA, O. **Desarrollo, participación y medio ambiente:** experiencias en Pascua Lama, Santiago de Chile. 2006. Tesis (Maestría). Universidad Tecnológica Metropolitana de Chile, Santiago de Chile.

CARMONA LARA, M. C. "Derecho Ecológico". In: **Enciclopedia Jurídica Mexicana**, Tomo VIII, Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM, Editorial Porrúa, Ciudad de México, 2002.

CORTINAS DE NAVA, C. "Manejo ambiental de los relaves o jales mineros", en **Gaceta Ecológica**, Número 49, Instituto Nacional de Ecología, Ciudad de México, 1998.

GARCÍA MÉNDEZ, E. **Agendación de problemas públicos del sector ambiental en congresos locales. Contaminación ambiental en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí.** 2008. Tesis (Maestra en Asuntos Políticos y Política Pública). El Colegio de San Luis, San Luis Potosí.

MADRIGAL, D. "La naturaleza vale oro. Propuesta analítica para el estudio de la movilización social en torno a la minería canadiense en San Luis Potosí" (pp. 114-133), **Revista de El Colegio de San Luis**, año III, número 5, enero-junio, Nueva época, El Colegio de San Luis, 2013.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **El ecologismo de los pobres**. Barcelona: Icaria, 2009.

MIA. **Manifestación de Impacto Ambiental, Modalidad General, Proyecto de Explotación Minera San Pedro, Cerro de San Pedro, SLP**. Volúmenes 1 y 2. Minera San Xavier, S.A. de C.V. Recibido por el Instituto Nacional de Ecología, DF, 10 de octubre de 1997.

MONTEJANO Y AGUIÑAGA, R. **La minería en San Luis Potosí***,* Archivo histórico del Estado de San Luis Potosí, San Luis Potosí, 1994.

O'CONNOR, J. "¿Es posible un capitalismo sustentable?. In: O'CONNOR, J. **Causas Naturales, ensayos sobre marxismo ecológico**, Siglo XXI, Ciudad de México 1998.

PEÑA, F.; HERRERA, E. "El litigio de Minera San Xavier: una cronología". In: COSTERO GARBARINO, M. C. (ed.), **Internacionalización económica, historia y conflicto ambiental en la minería. El caso de Minera San Xavier**. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2008. p. 173-200

RUIZ GUADALAJARA, J. C. **¿Quién se acuerda de Minera San Xavier?,** Periódico La Jornada, Sección Opinión, 22 de septiembre de 2012.

SILVA ONTIVEROS, L. O. **El dilema de la sustentabilidad en la Evaluación de Impacto Ambiental:** El caso de la autorización de actividades mineras en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí. 2007. Tesis (Maestría en Estudios Urbanos). El Colegio de México, Ciudad de México.

SILVA, L. Implicaciones sociales en la legislación ambiental: el proceso de evaluación de impacto ambiental de Minera San Xavier. In: DELGADO RAMOS, G. C. (ed.), **Ecología política de la minería en América Latina**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM, 2010.

SILVA ONTIVEROS, L. O. **Transformaciones del paisaje desde la explotación minera en la Región Central de San Luis Potosí. Estudio comparativo entre la época colonial (1592-1646) y la neoliberal (1995 – 2011) en Cerro de San Pedro**. 2014. Tesis (Doctorado en Geografía). UNAM, Ciudad de México.

SVAMPA M. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, H. (ed.) **La naturaleza colonizada, ecología política y minería en América Latina**, CLACSO, Buenos Aires, 2011. pp. 181-215

UASLP. Comisión para la revisión del Proyecto Cerro de San Pedro de Minera San Xavier, **Opinión técnico-científica sobre los componentes ambientales del Proyecto Cerro de San Pedro de Minera San Xavier**, Comisión de Medio Ambiente de la UASLP, San Luis Potosí, diciembre 1998. http://ambiental.uaslp.mx/productos/csp/csp.htm

VARGAS HERNÁNDEZ, J. Cooperación y conflicto entre empresas, comunidades, nuevos movimientos sociales y el papel del gobierno: el caso de Cerro de San Pedro. **Revista geografía, espacio y sociedad**, Ciudad Guzmán, v.1, n. 1, Enero, 2006. pp. 181-215.

Recebido para publicação em 11 de agosto de 2016.

Devolvido para revisão em 03 de junho de 2017.

Aceito para publicação em 30 de junho de 2017.

Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina

Agustin Avila
Professor Investigador da Universidad Intercultural de Chiapas, Méxic
Doutor em Desarrollo Rural UAM-X
Professor Visitante da Universidad Federal de Goias
E-mail: agustinavila72@gmail.com

Leon Enrique Avila Romero
Professor Investigador da Universidad Intercultural de Chiapas, México
Doutor em Ciencias Agrarias
Agroecologo e membro da Campaña Nacional en Defensa de la Madre Tierra y el Territorio. México
E-mail: leonenriqueavila@gmail.com

Resumen

En el año 2016 el gobierno mexicano anuncio la puesta en marcha de Zonas Económicas Especiales (ZEE) cuyos efectos de ultra liberalización económica dejarán sentirse sobre amplios territorios dominados por la dinámica campesina y la vida indígena. Todo ese proceso se impulsa para introducir zonas de acumulación intensiva del capitalismo global, que pretenden hacer uso de las grandes facilidades gubernamentales pero también de la amplía disposición de mano de obra indígena y de los estratégicos recursos naturales depositados en los espacios agrarios a partir de una mayor explotación del trabajo y el despojo agrario. Frente a este proceso de desposesión y lucro, la resistencia campesina e indígena camina en México defendiendo la propiedad social de la tierra, el territorio, la vida y la ecología. En Chiapas, Oaxaca, Guerrero y Michoacán estas re-existencias plantean no sólo un movimiento defensivo sino anuncian nuevas practicas y relaciones sociales hacia el futuro.

Palabras clave: Despojo agrario; campesinos; Zonas Económicas Especiales; México.

As novas Zonas Econômicas Especiais no México: despossessão agrária e resistência camponesa

Resumo

Em 2016 o governo mexicano anunciou o lançamento de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) cujos os efeitos da ultra liberalização econômica foram profundos em territórios dominados pela dinâmica de vida camponesa e indígena. Todo esse processo é pautado na introdução de zonas de acumulação intensiva do capitalismo global, que se beneficiam tanto dos grandes incentivos governamentais, quanto da mão-de-obra indígena e dos recursos naturais estratégicos disponíveis nos espaços agrários a partir da maior exploração do trabalho e da expropriação agrária. Frente a este processo de desapropriação e lucro, a resistência camponesa e indígena tem se fortalecido no México passando a defender a propriedade social da terra, o território, a vida e a ecologia. Em Chiapas, Oaxaca, Guerrero e Michoacan estas re-existências apresentam não só um movimento defensivo, mas constroem novas práticas e relações sociais para o futuro.

Palavras Chave: Espoliação agraria; camponeses; Zonas Econômicas Especiais; México.

The new Special Economic Zones in Mexico: agrarian dispossession and peasant resistance

Abstract

In the year 2016 the Mexican government announced the implementation of special economic zones whose effects of ultraliberalización economic will no longer feel on extensive territories dominated by the dynamic peasant and indigenous life. This whole process is driven to enter areas of accumulation of intensive global capitalism, who intend to make use of the great governmental facilities but also the extended provision of indigenous labor and strategic natural resources deposited in the spaces in agriculture on the basis of a greater exploitation of the work and the dispossession of agriculture. Against this process of dispossession and profit, the peasant resistance and indigenous walk in Mexico defending the social ownership of the land, territory, the life and the ecology. In Chiapas, Oaxaca, Guerrero and Michoacan these re-stocks pose not only a defensive move but announce new practices and social relations toward the future.

Keywords: Agricultural dispossession; peasants; Special Economic Zones; Mexico.

Introducción

En el año 2016, el gobierno federal mexicano anuncio la puesta en marcha de Zonas Económicas Especiales (ZEE), que básicamente buscan aumentar la competitividad de los territorios en el funcionamiento del capitalismo global, a través de facilidades fiscales, aduaneras, subvenciones gubernamentales y el desarrollo de una plataforma logística al servicio de la clase capitalista trasnacional. Todo ello con un aumento en la intensidad de la explotación de la fuerza de trabajo y de los recursos naturales.

Es de esperarse profundas transformaciones en los estados del sur-sureste mexicano, ya que dichas zonas obedecen a un modelo intensivo de acumulación de capital (ROBINSON, 2007) que ya se ha ejecutado a nivel mundial en países como China, India, Brasil, Honduras, Costa Rica, entre otros, y que genera un fuerte impacto en la dinámica espacial y productiva de las regiones.

En el diseño y ejecución de las ZEE interviene claramente organismos multinacionales como el Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) que apuntan hacia la construcción de dichos espacios trasnacionales para resarcir las caídas tendenciales de la tasa de ganancia en el siglo XXI. Además en su desarrollo intervienen intereses económicos del sector inmobiliario, del capital financiero especulativo y de los complejos industriales y militares de Estados Unidos, China y la India en el entorno geopolítico internacional.

Más en todo el proceso de ejecución de estas zonas toma relevancia la definición por parte del gobierno mexicano y las agencias internacionales de la región sur-sureste mexicana

como un espacio económicamente atrasado y desconectado de los ámbitos internacionales.

Para los funcionarios gubernamentales y empresarios, la vida campesina e indígena que se da en el sureste de México no es valorada. Sin embargo, ella es relevante, ya que aporta buena parte de la producción de alimentos de nuestro país, una cultura viva que se expresa en la diversidad lingüística, la gastronomía, las fiestas populares y a lo que se suman también los servicios ecosistémicos que tienen que ver con la generación de agua, la captura de bióxido de carbono y las reservas ecológicas más importantes de biodiversidad de México y de importancia estratégica en el hemisferio norte.

En este artículo analizaremos la dinámica de despojo agrario que se prefigura con la instauración de las Zonas Económicas Especiales de México y los procesos de resistencias campesinas e indígenas al neoextractivismo y a los procesos de reconfiguración territorial.

Expansión geográfica y despojo

Para David Harvey (2012) hay un proceso de expansión geográfica del capital que implica la incorporación de nuevos territorios en la dinámica de acumulación capitalista. Apunta entonces que:

> La acumulación de capital siempre ha sido una cuestión profundamente geográfica. Sin las posibilidades inherentes a la expansión geográfica, la reorganización espacial y el desarrollo geográfico desigual, hace tiempo que el capitalismo habría dejado de funcionar como sistema político y económico (HARVEY, 2012, p. 38)

Este proceso lo vemos precisamente con las Zonas Económicas Especiales, donde nuevos espacios se incorporan y se subordinan a la lógica del capitalismo global. Donde en todo ello hay también un desarrollo geográfico desigual, ya que por una parte tenemos la zona Norte y el Bajío de México, conectados a la lógica de producción flexible internacional y el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), y por otra, los estados del sur-sureste, dirigidos hacia la producción de alimentos para el mercado regional y el neoextractivismo en los circuitos internacionales.

El desarrollo geográfico desigual nos señala Harvey (2003) hace que algunos puntos geográficos se desenvuelven económicamente a costa de otros lugares que pierden su relevancia. Entonces la apuesta de México con las ZEE, es desplazar el flujo de capitales y de acumulación, jalar inversiones de otras regiones, fundamentalmente de Centroamérica y el Caribe y construir un modelo de acumulación intensiva de capital en dicho estados del sureste

de México que permitan construir polos atractores de urbanización, mano de obra, servicios y energía.

Entonces como anota Harvey (2003, p. 103):

> Si existen excedentes de capital y de fuerza de trabajo dentro de un territorio determinado (como por ejemplo un Estado Nación) que no pueden ser absorbidos internamente (ya sea mediante ajustes geográficos o gastos sociales), deben ser enviados a otros lugar a fin de encontrar un nuevo terreno para su realización rentable para no ser devaluados.

Esa es uno de los sentidos de búsqueda de las Zonas Económicas Especiales, construir en el territorio las posibilidades de entrada de inversores de las empresas trasnacionales que permitan reconfigurar las relaciones sociales, económicas y políticas en México.

Se construye así, una reconfiguración geográfica del capital donde se insertan los espacios agrarios de manera subordinada en el capitalismo global. Entre los procesos que se observan de esa reconfiguración destaca el impulso del extractivismo y de la expansión del agronegocio, que promueven grandes emprendimientos mineros, agroindustriales, energéticos, bioprospectivos y de infraestructura, donde la dinámica del despojo aparece siempre.

Ejemplo de ello, es lo que observamos ahora en América Latina con la minería a cielo abierto, la construcción de hidrovías en la cuenca del Amazonas o la destrucción de la biodiversidad con las plantaciones agroforestales como la palma africana o el eucalipto en el continente. Es relevante anotar que Mesoamérica, la región andina, la Amazonia y el Cono Sur albergan paisajes y bienes naturales, culturales y políticos que constituyen un patrimonio biogeográfico invalorable amenazado con esta reconfiguración geográfica del capital (GONÇALVES et. al., 2016).

En particular en México, todo ello se enfrenta a que la tierra es mayoritariamente de propiedad colectiva y social, a través de ejidos y comunidades indígenas, que poseen más del 50 % de la propiedad agraria. Entonces la realización de una Zona Económica Especial se hace fundamentalmente a través de estrategias de apropiación de las tierras y del trabajo campesino por parte del capital.

Ello nos habla de la puesta en marcha de un nuevo proceso de acumulación originaria primitiva permanente, como el que cita Carlos Marx en el capitulo 24 del tomo I de El Capital. Marx explica claramente que la historia del capitalismo esta basada en el despojo violento de los medios de producción de los campesinos, y con ello, de sus modos de vida y de sus relaciones con la naturaleza. No es un acto económico solamente sino también la institución de nuevos mecanismos legales y de poder político, basados en la propiedad, el mercado y la

obtención de plusvalía. Resalta Marx que despojo y violencia son la pareja inseparable del proceso del funcionamiento del capitalismo como un sistema mundial, donde el capital recurre de manera cíclica al mismo mecanismo de acumulación originaria en nuevos territorios y espacios rurales.

Ello es complementado por Rosa Luxemburgo (1967, p. 285) cuando afirma que

> El Capital no puede desarrollarse sin los medios de producción y la fuerza del trabajo del planeta entero. Para desplegar, sin obstáculos, el movimiento de acumulación, necesita los tesoros naturales y las fuerzas de trabajo de toda la tierra. Pero estos se encuentran de hecho, en su gran mayoría, encadenados a formas de producción precapitalistas – este es el medio histórico de la acumulación de capital- surge aquí el impulso irresistible del capital a apoderarse de aquellos territorios y sociedades.

Por lo que Luxemburgo concluye basada en Marx que la lucha contra la economía natural, -entiéndase otros territorios- es fundamental para el capitalismo por lo que la dinámica de despojo y violencia forman parte del funcionamiento capitalista. Y por tanto - anotamos nosotros- el despojo es el punto central que bombea sangre al corazón del capitalismo contemporáneo. No se habla entonces sólo de desposesión como parte de la historia colonial, sino como el motor del funcionamiento del capitalismo actual.

Así el despojo, la expoliación, la explotación, los cambios legales y las reformas constitucionales forman parte de estas Zonas Económicas Especiales (ZEE).

Además las Zonas Económicas Especiales (ZEE), son resultado de eso que William Robinson (2007) llama la clase capitalista transnacional. En su impulso intervienen instituciones como el Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en el diseño, la instrumentación, la asesoría, entre varias funciones. Además confluyen diferentes intereses capitalistas trasnacionales que se unen para hacer negocios a través de las ZEE. Para la construcción de los megaemprendimientos que se requieren de infraestructura pública se dispone del gasto publico gubernamental, que va dirigido al beneficio de corporaciones extranjeras dentro del proceso de producción flexible del capitalismo global.

Las Zonas Económicas Especiales

Una Zona Económica Especial es un área que se delimita geográficamente, es un pequeño espacio dentro del territorio de alrededor de 500 a 1000 hectáreas, donde se crean excepciones jurídicas distintas al entorno nacional.

Para los años 90’s hablábamos de 100 a 150 Zonas Económicas Especiales en el

planeta, hoy hablamos de más de 4 mil Zonas Económicas Especiales, subordinadas totalmente a las lógicas del capital transnacional.

Dichas espacialidades responden plenamente a los intereses de las corporaciones transnacionales y de la clase capitalista trasnacional. Sus impactos sociales son realmente pequeños en cuanto a la generación del empleo y en el elevamiento del bienestar social de las personas, pero son muy fuertes en términos ambientales y en la modificación de las dinámicas socio-territoriales en detrimento de la vida económica de los campesinos y los indígenas principalmente.

Tenemos ZEE en todos los continentes del mundo, en Europa, Asia, África, en América Latina, desde diferentes capitalismos partidarios del libre mercado y el capitalismo global, y férreos opositores al modelo capitalista actual como Venezuela que tiene su zona económica especial.

Lo importante es remarcar que ello forma parte de una política del Banco Mundial con la cual buscan sobre todo garantizarse espacios para la reproducción del capital a escala planetaria dentro de cada uno de los territorios de las naciones. Suele ponerse a China como el gran ejemplo de Zonas Económicas Especiales, pero debe apuntarse que ello se hace dentro de un modelo planificado a nivel estatal, que es la diferencia fundamental con otras zonas. Mientras que en México el proceso de creación de las ZEE esta subordinado totalmente a la lógica empresarial, en China la creación de estas se hizo con una dirección estatal que garantizo sobre todo movimientos de capital y la apropiación tecnológica.

Resalta también el caso de la India, donde las grandes movilizaciones campesinas se han enfrentado a la dinámica de construcción de Zonas Económicas Especiales en dicho país.

Las ZEE en India: Desposesión y acumulación

Entre los años 2000 y 2005, el gobierno de la India impulso la creación de Zonas Económicas Especiales para las empresas trasnacionales copiando el modelo que se había puesto en China unas décadas atrás. Pero mientras que en el caso de China existió una dirección por parte del Estado chino del proceso, en el caso de la India fue la iniciativa privada la que desarrollo dichas zonas en un ambiente de hiperliberalización económica. Desde 2005 el gobierno chino ha aprobado más de 581 zonas alrededor de su territorio que van desde 10 a 5000 hectáreas de tamaño (LEVIEN, 2013).

Ello ocasiono un proceso de desposesión sin precedentes, ya que campesinos de la

India han denunciado a diversas organizaciones no gubernamentales, la utilización del termino jurídico de *eminente dominio* como un mecanismo de traslado de la propiedad campesina a los propietarios privados por parte del gobierno hindú.

Ello ha ocasionado múltiples conflictos por la tierra en la India, donde las movilizaciones campesinas se han enfrentado abiertamente a empresas internacionales ligadas al sector petroquímico e industrial como el Salim Group o Korean Posco, en ciudades como Nandigram o Mumbai, donde destacan los brotes de insurgencia campesina en el estado de Bengala Occidental. Por ejemplo, en Nandigram fueron asesinados más de 14 campesinos en 2007 en un enfrentamiento entre 5 mil agricultores y 3 mil policías donde estos últimos acudieron a defender los intereses del grupo químico industrial de Indonesia Salim Group y que buscaba apropiarse de más de 4 mil hectáreas.

Ello muestra la importancia de la cuestión agraria en la India, ya que el proceso de expansión geográfica del capital ha hecho que el capital internacional a través de las alianzas públicas y privadas invierta crecientemente en procesos concentradores de la tierra como granjas bajo la lógica del agronegocio, edificios y torres comerciales, plazas comerciales y diseño de infraestructura transformadora de los espacios agrarios.

Michael Levien (2012) al analizar el proceso de desposesión campesina en la Zona Económica Especial de Rajasthan, ubica la estructura agraria antes de la puesta en marcha de la Zona Económica Especial y como ello genero grandes reconfiguraciones territoriales a través del impulso la venta de tierras de manera impresionante, a través de mecanismos legales y extra-juridicos. Además señala como la reconversión productiva generó la commoditización de la producción agraria y la depauperización de los campesinos al quedarse sin sus medios de producción. Pero como también eso ocasiono el surgimiento de la “Guerra por la Tierra” donde los campesinos resisten a transferir su tierra a los capitalistas.

Por lo que concluye Levien (2012, p. 964):

> The result is what we might call a real estate-driven agrarian involution in which exchange displaces production and a dispossessed peasantry looks, with very unequal sucess, to opportunities for rent, interest and mercantile profits in the “informal economy” for survival. That over 50 percent of families reporting having “less food” after having their land acquired under oneo of the most “inclusive” compensations models on offer on India, i as grim and tragic verdict on the development consequences of accumulation by despossession in the neoliberal era.

Las ZEE en México

Con la aprobación en 2016 por parte del Congreso de la Unión en México de la Ley Federal de las Zonas Económicas Especiales, inicio el proceso de impulso a estas zonas que generarán un conjunto de transformaciones importantes, ya que para desarrollarse impulsarán grandes obras de infraestructura, ordenamiento territorial, adquisiciones de tierras, desvíos de corrientes de agua, cambios a nivel educativo, entre otras.

Estas zonas buscan garantizar el punto de vista de los inversionistas, por ello, se impulso en el Congreso de la Unión la Ley Federal de Zonas Económicas Especiales por parte del Consejo Económico Empresarial (CEE) -principal organismo capitalista de México-, y los más destacados hombres de negocios ligados a la clase capitalista trasnacional. En segundo termino, quedan los derechos sociales, ambientales, culturales y agrarios de las comunidades campesinas e indígenas alrededor de donde se construyen dichas zonas.

Lo relevante es que ya no es solo una iniciativa del gobierno de Enrique Peña Nieto, sino que ahora forman parte de una ley, que incluye a un administrador integral de cada Zona Económica Especial y que como un agente del sector privado durará mucho tiempo a cargo de estas zonas económicas.

Dichas zonas además modificarán sustancialmente las relaciones entre los ámbitos federal, estatal y municipal, creando tensiones y menor recaudación fiscal para los gobiernos locales.

Por ejemplo, la Zona Económica Especial (ZEE) tendrá una serie de normas legales distintas al resto del país, sobre todo en lo relativo al régimen fiscal, ya que durante una década las empresas que ahí se instalen no pagarán el Impuesto sobre la Renta, el Impuesto Predial, los impuestos a la importación, o sea, que los aranceles sean del 0%, en un régimen aduanero totalmente libre, entre varias cuestiones.

Ello no deja de ser paradójico por que el Estado mexicano desarrolla la infraestructura que va a permitir esa ZEE a través de la inversión y el endeudamiento público. Con dinero gubernamental se garantizan los servicios logísticos de las ZEE y se construyen aeropuertos, carreteras, ampliación de puertos, tendidos eléctricos que garanticen la función de las empresas en esas zonas especiales, lo mismo de combustóleo, de gasolina, etc.

Toda una serie de programas gubernamentales van a subsidiar el funcionamiento de estas zonas los primeros años, como el Programa de Primer Empleo, el Programa de Empleo Temporal, el Programa Habitat, entre otros.

Lo que no reciben los campesinos y la producción alimentaria de México, los programas de empleo a nivel federal, o el subsidio al precio de la gasolina para los usuarios finales, lo van a recibir las empresas trasnacionales que se instalen en dichas zonas.

Exenciones mucho más agresivas que las que han utilizado países asiáticos y africanos para atraer inversionistas.

Y es que México ha sido muy atractivo para el capital, para las empresas multinacionales, después de Brasil, es el segundo país en América Latina que mayor cantidad de Inversión Extranjera Directa recibe.

Además la mano de obra mexicana es bastante calificada y productiva, diversos estudios describen la excelente calidad de la mano de obra industrial mexicana. Por ejemplo, Volkswagen, Nissan, Audi, Toyota, prefieren acudir a México por los resultados en productividad y calidad, por encima de sus contrapartes europeas o estadounidenses y los bajos salarios que permiten una mayor tasa de ganancia y por ende plusvalía.

Además México esta enlazado a una red de proveedores globales en varias industrias: en la aeroespacial, la automotriz, la cuestión medica y posee ya uno de los salarios más bajos en América Latina. A excepción de Haití y Republica Dominicana, el salario en México es de los más reducidos en cuanto a su poder adquisitivo a nivel de América Latina, lo cual es muy atractivo para el capital transnacional. A ello sumen los programas de apoyo a los subsidios, a los salarios y al empleo por parte del gobierno mexicano y ello hace muy atractivo para los capitalistas la inversión en nuestro país.

También es importante resaltar que hay una lógica colonial en la idea de las Zonas Económicas Especiales, es esa idea que nos venden al Sur de México como atrasado y al Norte y al Bajío de México, como lo más maravilloso y próspero, que se retoma mucho de los estudios oficiales y de los organismos internacionales.

No se valora al Sur por su gran producción agrícola, por sus servicios ambientales, hidrológicos y de captura de carbono que proporciona, por su gran diversidad cultural y sus aportaciones a la construcción de la identidad mexicana. Todo se reduce a un enfoque economicista donde suele asociarse a la pobreza a la lógica campesina e indígena muy claramente marcado en los discursos oficiales. ¡Ello señala un nuevo proceso de conquista del sureste de México, con el despojo correspondiente!

Las cartas de intención y puesta en marcha de las ZEE

Estos procesos de “reconquista territorial” del sur-sureste mexicano lo observamos claramente en la construcción a nivel local de acuerdos tanto de los gobiernos estatales como de los ayuntamientos, a través de las cartas de intención que tienen que aprobar los congresos

locales y los cabildos, lo cual ya prácticamente realizaron diferentes entidades en Chiapas, Michoacán, Guerrero, Oaxaca, Campeche y Yucatán.

Después de la aprobación por parte de los gobiernos locales de las cartas de intención, viene la emisión de un dictamen por parte de la Autoridad Federal de las Zonas Económicas Especiales (AFZEE) de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP) del gobierno federal, donde se valorará la vocación productiva de cada zona y sus encadenamientos globales. Es un estudio económico de consultoría que en este caso se ha subvencionado a tres grandes consultoras para la elaboración del mismo, en un negocio de millones de dólares.

Posteriormente vendrá la declaratoria por parte del poder ejecutivo de las Zonas Económicas Especiales con la correspondiente firma de un Convenio de Coordinación entre los diferentes poderes de México.

Solo en la quinta fase del proceso se pretende someter a consulta de pueblos y comunidades indígenas las diversas obras de infraestructura que se proyectan dentro de este gran megaemprendimiento. Es en la fase de Programa de Desarrollo que incluye la aplicación de diferentes programas gubernamentales en el ámbito de las ZEE, donde el sector social y privado interactuarán y conocerán de primera mano las empresas que se instalarán en los territorios y los mecanismos de desarrollo de las zonas aledañas a las mismas. Posteriormente vendrá la asignación al sector privado de la Zona Económica Especial del administrador integral, con lo cual en los hechos una parte del territorio nacional se privatiza para el uso del capital trasnacional.

Las Zonas Económicas Especiales tienen un conjunto de medidas que buscan impactar en la movilidad del capital y de la fuerza de trabajo. Entre ellas destacan fundamentalmente los incentivos fiscales como el no pago de Impuesto Sobre la Renta, el no pago de contribuciones al Instituto Mexicano de Seguridad Social (IMSS), etc. Destacan también los incentivos laborales dirigidos a la flexibilidad laboral –la no existencia de contratos laborales y el sindicalismo blanco que no hace huelgas- y por último, lo que tiene que ver con todas las facilidades que se van a construir para el comercio exterior.

A estas facilidades para la movilidad de capital y la explotación de la mano de obra, se suman un conjunto de medidas logísticas y de desarrollo de infraestructura que buscan impactar en los tiempos de rotación de capital y por tanto, maximizar los procesos de obtención de las ganancias.

Entre ellas destacan fundamentalmente la inversión pública en aquellas que tienen que ver con la construcción y mantenimiento de la infraestructura, la facilidad de tramites, la capacitación y certificación laboral, el impulso a la innovación, la creación de programas

especiales de financiamiento y la total certidumbre jurídica para los inversionistas.

También en las áreas de influencia de las Zonas Económicas Especiales se ponen en marcha procesos de ordenamiento territorial que responden a las necesidades de las empresas que van a instalarse en dichas zonas, así como lo que tiene que ver con la construcción de la infraestructura social y urbana, las instituciones educativas y de salud y el diseño de vialidades.

El despojo agrario de las ZEE

Para el desarrollo de una Zona Económica Especial (ZEE), regularmente se requieren en estas zonas de al menos 500 hectáreas -un parque industrial en México utiliza 300 y una armadora normalmente 500-. Entonces a nivel territorial una cosa son las transformaciones de las zonas económicas y otra van a ser las transformaciones de las zonas urbanas que van a desarrollarse alrededor de estas zonas, donde habrá construcción de viviendas, escuelas, hospitales, o zonas turísticas como en el caso de puerto Chiapas, donde una de las posibilidades que dan los planeadores es el desarrollo turístico, lo cual es importante a tener en cuenta, pues se viene un proceso de desalojo de tierras para hacer posible este modelo transnacional.

Hablamos de mas de 8,500 hectáreas en todo el país que van adquirirse para hacer posible el inicio de las Zonas Económicas Especiales y las zonas urbanas en los alrededores de estas. Habrá un gasto gubernamental para ello, de mas de 6 mil millones de pesos que se van a dedicar para la compra de tierras para hacer posibles estas zonas. En muchas de estas tierras ya se han presentado conflictos agrarios, como es el caso de Lázaro Cárdenas y el amparo promovido por pueblo originarios en el Istmo de Tehuantepec, Oaxaca.

Tabla 1 -Superficie agraria Zonas Económicas Especiales – México 2017

	Superficie total identificada	Superficie a adquirir (*)	Valor (mdp)	Superficie prioritaria a adquirir	Valor (mdp)
Lázaro Cárdenas – La Unión	2,048 has	1,068 has	794	388 has	388
Coatzacoalcos – Minatitlán	2,589 has	1,199 has	1,170	899 has	990
Salina Cruz - Tehuantepec	2,270 has	2,276 has	2,903	953 has	1,334
Puerto Chiapas	1,649 has	630 has	1,260	120 has	240
	8,562 has	5,173 has	6,127	2,360 has	2,952

Fuente: AFZEE, 2016

Las Zonas Económicas Especiales se constituyen en un megaproyecto de mas de 114 mil millones de pesos a lo largo de diez años (BANOBRAS, 2016), con recursos públicos y privados, que ocasionará transformaciones económicos y sociales primordiales en el Istmo de Tehuantepec de Salina Cruz a Coatzacoalcos, en Oaxaca y Veracruz, el puerto de Lázaro Cárdenas en Michoacán y el puerto Chiapas. A los cuales se suman las zonas llamadas nicho de Campeche, Tabasco, Yucatán, Puebla e Hidalgo.

El gobierno federal ha identificado mas de 140 proyectos para desarrollarse en estas zonas, fundamentalmente en inversiones en la logística y el transporte, energía y petróleo, y es muy poco lo que se va a dedicar en agua e infraestructura urbana.

Las inversiones publicas ya empezaron a concurrir, tan solo en el 2016 el presupuesto de egresos de la federación mas de 3 mil millones de pesos, fueron aprobados para el desarrollo de infraestructura relacionadas con las Zonas Económicas Especiales.

A nivel de logística tenemos 4 nuevos aeropuertos que se contemplan dentro de estas zonas, 14 carreteras, 2 centros logísticos, el fortalecimiento y mantenimiento de las vías de los ferrocarriles y 46 proyectos relacionados con puertos, en todos estos proyectos se ve el gran subsidio del gobierno mexicano para el desarrollo del capital transnacional.

Las ubicaciones de las ZEE son estratégicas, por ejemplo, el puerto Coatzacoalcos tendrá un desarrollo enfocado principalmente a la agroindustria, los petroquímicos, los platicos y la industria química. Un lugar que se desenvolvió básicamente a través del impulso de la industria petrolera nacional cede hoy a la privatización de la industria petroquímica y energética el impulso de su territorio.

Por su parte en el corredor del Istmo de Tehuantepec se piensa la instalación de industrias automotrices, industrias forestales, minería y siderurgia. El puerto de Salina Cruz se ve sobre todo como un espacio para la llegada del capital trasnacional para el impulso de

empresas textiles de maquinaria y equipo, y cuestiones relacionadas con las energías renovables, pues es uno de los puntos donde mayor programas de energía eólica se han desarrollado y donde la Agencia para el Desarrollo de los Estados Unidos (USAID) desenvuelve cada vez más acciones de presencia y de impulso a las energías renovables.

En el caso del puerto Chiapas, la agroindustria tendrá una parte importante, y tan solo a unos kilómetros del puerto se construye ya uno de los parque agro logísticos más grandes de México con una inversión de millones de dólares. Además para esta zona donde confluyen los intereses capitalistas de Centroamérica se visualiza el impulso de la industria eléctrica y electrónica, textil, y la industria del papel. Tabasco es también visto para la industria químicas, maquinaria, de metales, y vehículos de transporte.

Para el puerto de Lázaro Cárdenas se impulsa la instalación de empresas automotrices, aeroespacial, metales, minería, industria química, eléctrica, de construcción y agroindustria.

Y así con cada una de las diferentes zonas. Lo malo de esto, es que muchos presidentes municipales han participado directamente en los foros de negocios a nivel internacional para atraer a las empresas extranjeras que se van a instalar en esas zonas, tan solo en el mes de noviembre de 2016 el alcalde de Lázaro Cárdenas participó en el Foro Económico México-China que se llevo a cabo en el mismo país, donde firmaron acuerdos de interés más de 30 empresas Chinas para llegar a este puerto. Todo ello en la perspectiva de generar empleos subsidiados por el gobierno mexicano, pero en detrimento de las alicaídas de por sí finanzas municipales.

Buena parte de estas zonas lleva un asunto de seguridad, y de criminalización de la protesta muy fuerte, pues para el gobierno federal no es un secreto que el sur sureste de México es donde encontramos mayor diversidad de construcción del alternativas económicas al modelo neoliberal y sobre todo de resistencias al modelo capitalista. Entonces como parte de estas zonas económicas hay un asunto de seguridad interior que implica la militarización y la contención de las protestas sociales.

También encontramos unas presencia impresionante del Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en la formulación de las políticas publicas de las ZEE en México. El Banco Mundial desde el 2015 se ha convertido prácticamente en el diseñador de la propuesta de estas zonas, trabajando de manera muy estrecha con la Secretaria de Hacienda y Crédito Público (SHCP), también el BID ha participado en los diagnósticos de diferentes elementos. De manera detallada se puede ver la intromisión del Banco Mundial en lo que tiene que ver con el marco legal y la institucionalidad, en la identificación de inversionistas y

en la promociones de las empresas que van a llegar estas zonas.

Sin embargo, es visible que las comunidades indígenas y campesinas del sur de México construyen procesos de resistencia a la dinámica de expansión geográfica del capital y que busca básicamente la reconversión de la vida rural con iniciativas como las Zonas Económicas Especiales.

Resistencias y R-existencias en el sur-sureste de México

El sur-sureste de México es fundamental para la vida económica, social y cultural. Despreciado por los tecnócratas y seguidores del dogma neoliberal es normalmente caracterizado como atrasado y pobre (HAUSSMAN, CHESTON, 2016; HAUSSMAN, ESPINOZA Y SANTOS, 2015). No se valora que en el proceso de desarrollo económico y social de México, esta región ha permitido resguardar un modo de vida campesindio (BARTRA, 2011) que a través de sus interacciones culturales con la naturaleza, conserva la mayor parte de las reservas forestales y de selva de nuestro país, proporcionando de esa forma buena parte de los servicios eco sistémicos fundamentales como la generación de oxigeno y de agua.

Son en estos espacios donde los campesinos del sur-sureste de México han logrado constituir territorios bioculturales que caminan firmemente hacia la sustentabilidad (TOLEDO Y ORTIZ, 2014).

Es así que fundamentalmente en esta región de nuestra nación encontramos iniciativas de organizaciones campesinas e indígenas que promueven el fomento a:

1. la diversidad biológica,
2. la autosuficiencia alimentaria,
3. la integración de prácticas productivas,
4. la equidad de participación en los procesos comunitarios,
5. la búsqueda de precios justos en el mercado,
6. un equilibrio espacial a fin de lograr estabilidad de paisajes agroecológicos,
7. equilibrios productivos entre valores de uso y valores de cambio,
8. capacidad de participación en decisiones comunitarias y familiares.

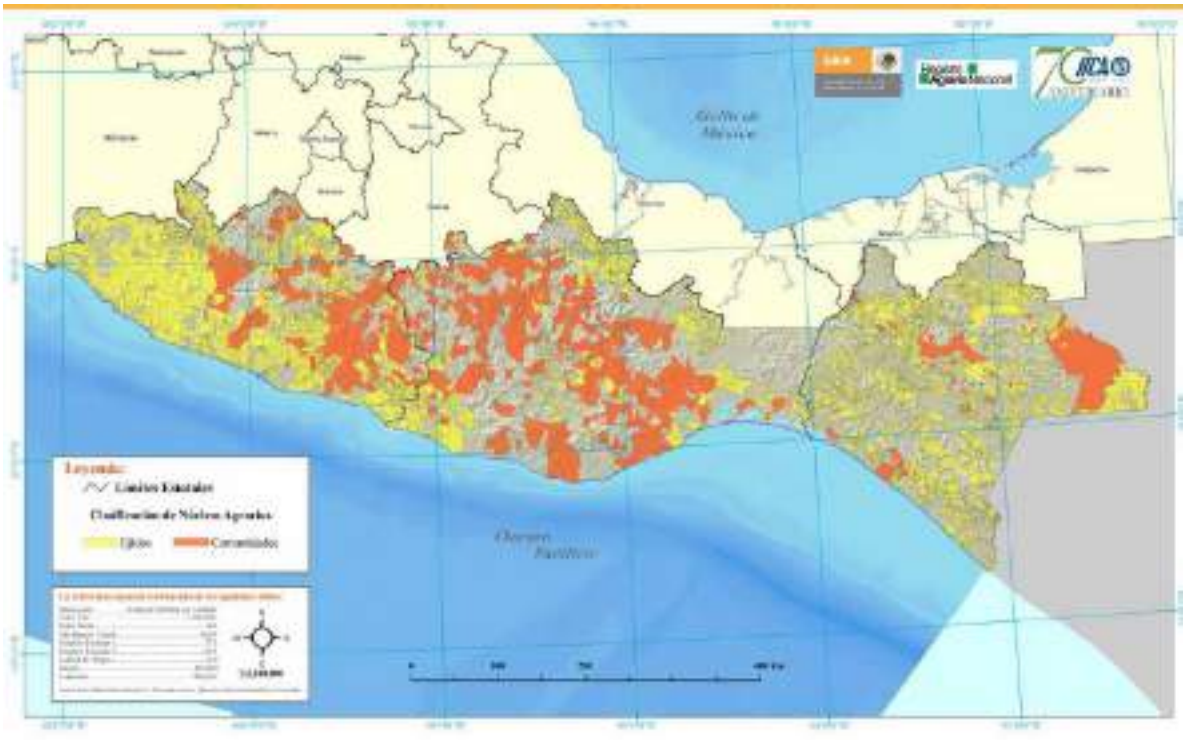
Todo ese proceso se realiza con base a la propiedad de la tierra que poseen los campesinos e indígenas de México en la zona sur (Mapa 1) , ya que ello es lo que ha permitido las construcciones socio-territoriales y la dotación de geo-símbolos a sus espacios.

Por ejemplo, es de resaltar que el 71% del territorio total del estado de Guerrero es de propiedad social, es decir, pertenece a campesinos e indígenas. El estado de Guerrero referente de grandes luchas por la Independencia de México y la Revolución Mexicana, logró que de sus más de 6 millones 356 mil hectáreas que posee como territorio político más de 4 millones 492 mil hectáreas estén en manos de 1, 185 núcleos agrarios, es decir, campesinos e indígenas.

Oaxaca por su parte, de sus más de 9 millones 395 mil hectáreas, el 48% del total forma parte de la propiedad campesina e indígena de la tierra, con más de 1,202 núcleos agrarios. En Chiapas el 47% de la superficie total están en manos de 2474 núcleos agrarios abarcando más de 3 millones 425 mil hectáreas.

El estado de Michoacán tiene una superficie total de más de 5 millones 829 hectáreas, de las cuales 2 millones 660 mil se encuentran en manos de 1763 núcleos agrarios, lo que hace el 40% de la estructura agraria.

Mapa 1 -Núcleos agrarios del sur de México Ejidos y Comunidades 2012



Fuente: IICA, 2012. Atlas de servicios ambientales y propiedad social en México.

En estos 4 estados donde se están desarrollando las Zonas Económicas Especiales la propiedad de la tierra va del 71 al 40%, lo que nos habla de entidades federativas con presencia

campesina e indígena muy fuerte, y donde las luchas por el acceso a la tierra fueron parte fundamental de los procesos socio-históricos y de la lucha por la reforma agraria.

Nos habla de una disputa clara entre el modelo agroindustrial exportador de uso intensivo de la tierra y extractivista, y por el otro, de una economía campesina dirigida fundamentalmente a la producción de alimentos y a soportar relaciones sociales de reciprocidad e igualdad, dedicada fundamentalmente a la producción de valores de uso por encima de los valores de cambio.

Por eso es importante resaltar que México es uno de las naciones megadiversas del mundo, en su espacio se unen especies biológicas de dos eco-regiones: nearticas y neo-tropicales, ese vínculo da una particularidad que genera múltiples endemismos, y que llevan a una situación en el que nuestro país aparece entre los primeros lugares en biodiversidad mundial de reptiles y anfibios, de mamíferos y de plantas vasculares. (BOEGE, 2008).

Esa biodiversidad coexiste gracias a la presencia del conocimiento ancestral de los pueblos indígenas , los cuales han desarrollado una memoria biocultural (TOLEDO & BARRERA, 2008), que ha permitido que amplias zonas del país se hayan convertido en autenticas zonas de refugio en el que se ha conservado no solos bosques, selvas y diversos ecosistemas, sino que se ha permitido el desarrollo de una agricultura y gastronomía, que fue reconocida en el año 2010 como patrimonio mundial de la humanidad por la UNESCO por su riqueza e importancia. Actualmente este patrimonio se encuentra en riesgo debido a la destrucción por el proceso de la modernización y de globalidad económica, los cuales vienen implementando la imposición de practicas de “agricultura convencional” con el uso de agroquímicos generando una profunda erosión genética y cultural, ocasionando una fuerte presión sobre las tierras forestales en las que descansa parte del patrimonio natural de México. (ÁVILA, 2015)

Los estados del sur de México son un claro ejemplo de esa memoria biocultural y de diversidad biológica ya que poseen cerca de 8 millones de hectáreas de bosques, selvas y matorrales, donde destaca el estado de Guerrero por el 49% de sus superficie y el estado de Chiapas con 1, 127 núcleos agrarios con al menos 200 hectáreas de reserva forestal. Michoacán por su lado, tiene 1036 núcleos agrarios con más de 1 millón 387 mil hectáreas con por lo menos 200 hectáreas de bosques, selvas y matorrales, proporcionando servicios ambientales sumamente importantes al occidente de México (RAN, 2011).

Mapa 2 -Núcleos agrarios con al menos el 50% de su superficie
Con bosques, selvas y matorrales. Sur de México

Fuente: IICA, 2012. Atlas de servicios ambientales y propiedad social en México.

En México millones de campesinos resisten el proceso de comercialización de tierras, y subsisten siendo propietarios de la tierra, la propiedad colectiva, se ha incrementado contra todas las visiones catastrofistas del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN). Sin embargo, los procesos de renta y usufructo de las mejores tierras de regadío o para la producción de frutales o hortalizas en la práctica han sido retomadas por la agroindustria, desplazando a los campesinos de la toma de decisiones sobre qué cultivar, qué cosechar, y qué paquete tecnológico emplear, asumiendo éste un papel pasivo, en el cual la empresa agroindustrial decide qué sembrar, fechas, insumos, y el productor presta su terreno para dicha actividad.

Es así, que un primer escenario de resistencias se da entre las empresas agroindustriales y los campesinos, en torno a la forma de realizar las diversas actividades para

la producción, dado que en nuestro país prevalecen amplias regiones indígenas y campesinas de una economía eminentemente familiar, donde el ser campesino marca el modo de vida particular. (ÁVILA, 2016)

A ello se suma la reconversión productiva agroexportadora, el impulso de sistemas de plantaciones forestales de agrocombustibles –como es el piñón y la palma africana-, la privatización de recursos energéticos, la privatización del agua, el impulso del turismo devastador de la naturaleza, la subvención del crecimiento urbano, y el diseño de megaproyectos para obras de infraestructura.

Un segundo escenario gira en la resistencia frente a las mineras y la extracción de hidrocarburos. Para el desarrollo capitalista del siglo XXI los recursos minerales han adquirido una nueva valoración, y existe actualmente un nuevo ciclo de acumulación capitalista basado en los elevados precios de algunos metales y en el desarrollo de nuevas tecnologías de explotación minera favorecieron un “boom” de concesiones (RODRIGUEZ, 2010). Es así, que esto ha traído un nuevo boom en los mercados, por lo que se han ampliado las superficies de extracción, en un informe que ilustra la disputa territorial que desarrollan las mineras, tenemos que han ocasionado conflictos en múltiples naciones, donde más del 49 % de las minas se ubican en territorios indígenas.

Ello es relevante para el caso mexicano porque encontramos que en los estados de Michoacan, Guerrero, Oaxaca y Chiapas se promueve la explotación minera con mecanismos de acumulación violenta criminal, donde muchas veces las mineradoras están asociadas a grupos de narcotraficantes que asesinas lideres indigenas y campesinos para la obtención de los preciados minerales.

En el establecimiento de las empresas mineras en los territorios del sur-sureste mexicano se han encontrado el uso de diversas estrategias, que van desde procesos de compra-coaccion de las autoridades ejidales, hasta el asesinato de activistas ambientales que se oponen a la penetracion de las compañias mineras, sobresale en Chiapas el asesinato de Mariano Abarca quien en compañía de sus vecinos de la localidad de Chicomuselo se oponia a la explotacion minera de la compañía canadiense Blackfire.

En el estado de Guerrero, la desaparición forzada de los 43 estudiantes normalistas de Ayotzinapa, tiene fuertes conexiones con la actividad minera desarrollada en dicho estado. En ese sentido, la disputa territorial generada por mineria, esta generando multiples resistencias que se manifiestan en el surgimiento de movimientos sociales que se oponen a dicha practica depredadora. En los estados mexicanos de Guerrero y Michoacan ha llevado al surgimiento de policias comunitarias y autodefensas, que se han constituido en un referente organizacional

ante el despojo agrario del que estan siendo parte (GUILLEN, 2016).

Las autodefensas en el estado de Michoacan surgen ante los agravios que son objeto por parte de grupos de la delincuencia organizada, que sobre todo comercializan quimicos para la elaboracion de drogas sinteticas, en ese sentido el puerto de Lazaro Cardénas en el cual se plantea una ZEE tiene un papel estrategico en la comunicación entre los paises de la cuenca del Pacifico y los Estados Unidos, en la costa michoacana se cuenta con la presencia de grupos indigenas, los cuales han declarado su autonomía, tal es el caso de Ostula, que del periodo de 2009 al 2014 sufrieron 31 asesinatos y 5 desaparecidos (GUILLEN, 2016). Y en el año 2010 un operativo de la marina y de la policia federal llevo al desarme de su policia comunitaria y a mas de 40 detenidos. Debido a la presión nacional e internacional se logro la liberacion de los presos políticos.

El caso del estado mexicano de Guerrero es complejo, la presencia de varios carteles del narcotrafico y de una guerra de baja intensidad contra los pueblos originarios que viene desde la década de los 70´s -debido a la existencia de las guerrillas rurales de Lucio Cabañas y de Genaro Vazquez Rojas- ha generado una militarizacion creciente, que se agudizo en la década de los 90´s del siglo XX con el surgimiento de los grupos guerrilleros del Ejercito Popular Revolucionario (EPR) y del Ejercito Revolucionario del Pueblo Insurgente (ERPI). Los cuales tienen su base social fundamentalmente en territorios indigenas, en ese sentido, se cuenta en el estado con amplias zonas de explotacion de minerales, en las cuales se ubican comunidades campesinas.

En el segundo gobierno del gobernador del estado de Guerrero, Angel Aguirre Rivero (2011-2014), se genera un proceso de ruptura entre las Coodinadora Regional de Autoridades Comunitarias (CRAC) y la Unión de Pueblos y Organizaciones del Estado de Guerrero (UPOEG) que genera una debilidad la cual es aprovechada por los carteles del narcotrafico para penetrar en las comunidades indígenas. En dicho proceso, los territorios comunitarios han pasado de una estructura de gobierno tradicional, que desarrollaba en la practica “otra autonomia” (GASPARELLO Y QUINTANA, 2009), a un proceso en el que la complejidad sociopolitica lleva a la policia comuntaria a fuertes enfrentamientos con la policia, el ejercito federal y los narcotraficantes.

En el estado mexicano de Chiapas, en la frontera Sur de México, se expresa de manera decidida la reconversion productiva, en el que se presiona a los campesinos e indigenas para que abandonen sus cultivos tradicionales basados en el sistema milpa, y comiencen un proceso hacia cultivos “ mas rentables” tales como la agricultura protegida, en el que sobresale la siembra del tomate saladette, de frutales como mango y platano, la palma

africana y una creciente y “desordenada” ganaderizacion que esta llevando a un aumento en la deforestacion sobre vegetacion secundaria, bosques y selvas.

En esos territorios, en el año de 1994 hubo una rebelion armada encabezada por el Ejército Zapatista de Liberación nacional (EZLN), en un texto clasico El Subcomandante Insurgente Marcos (1992), *Chiapas, el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía:* explica la situación del estado de la siguiente manera:

> “Por miles de caminos se desangra Chiapas: por oleoductos y gasoductos, por tendidos eléctricos, por vagones de ferrocarril, por cuentas bancarias, por camiones y camionetas, por barcos y aviones, por veredas clandestinas, caminos de terracería, brechas y picadas; esta tierra sigue pagando su tributo a los imperios: petróleo, energía eléctrica, ganado, dinero, café, plátano, miel, maíz, cacao, tabaco, azúcar, soya, sorgo, melón, mamey, tamarindo y aguacate, y sangre chiapaneca fluye por los mil y un colmillos del saqueo clavados en la garganta del sureste mexicano. Materias primas, miles de millones de toneladas que fluyen a los puertos mexicanos, a las centrales ferroviarias, aéreas y camioneras, con caminos diversos: Estados Unidos, Canadá, Holanda, Alemania, Italia, Japón; pero con el mismo destino: el imperio. La cuota que impone el capitalismo al sureste de este país rezuma, como desde su nacimiento, sangre y lodo”.

El EZLN demandaba sobre todo el reconocimiento de los derechos y cultura indigena, cuya maxima expresion es la “autonomia” entendida esta como la posibilidad del control territorial, y el uso y disfrute de los recursos que hay en esos espacios, este alcance hsitorico de justicia elemental que se plasmo en la firma de los *Acuerdos de San Andres*, los cuales fueron signados en febrero de 1996 entre el EZLN y el gobierno federal , y que no se han cumplido hasta la fecha y que permitian el reconocimiento de la autonomia indigena. En el año 2003 los zapatistas crearon las Juntas de Buen Gobierno (JBG) que son una expresion del mandar obedeciendo, y que permiten la coordinacion efectiva de los diferentes municipios autonomos, los miembros de la Junta son nombrados por los pueblos y comunidades, tienen un carácter rotatorio, pueden ser movidos en base al principio de revocabilidad y sobre todo no reciben ningun salario por ser servidores de los pueblos.

Las Juntas de Buen Gobierno en Chiapas, permiten a los pueblos y comunidades, tomar decisiones sobre salud, cuestiones productivas en base al respeto a la naturaleza y empleando tecnicas agroecologicas (AVILA, 2007), tienen su particular sistema de justicia autonoma (Fernández, 2014) y sobre todo la construccion de un sistema de educacion autonoma (AVILA, 2014).

Además la creación de las Juntas de Buen Gobierno, le permiten a los pueblos indígenas desarrollar una forma de gestión de su propio territorio que los lleva a un nivel de organización mayor, que la administración que venían desarrollando anteriormente mediante los Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). En la practica en cinco regiones del

estado de Chiapas, las comunidades indígenas y no indígenas que por su propia decisión aceptan y se circunscriben a la (JBG), cuentan con su propio sistema de justicia, de salud, de educación, de derechos humanos y de agroecología (ÁVILA, 2016).

En el caminar de la autonomia indígena en Chiapas, los zapatistas han creado nuevas instituciones con limitados recursos, en los que en la practica van contraponiendo otro horizonte civilizatorio y otro tipo de relaciones con la naturaleza y de corte economico, es asi, que la propuesta autonomica permite la consolidacion del tejido social comunitario y de la generación de nuevas perspectivas de vida, mediadas por una guerra de baja intensidad, en el que el estado mexicano ha empleado tecnicas contrainsurgentes, con la finalidad de aislar y minimizar el conflicto. En ese sentido, es un proceso en construcción con dificultades, problemas, limites, que desde una perspectiva somera, se pensaria que no tiene posibilidad de futuro. Pero en el cual, las comunidades nos enseñan nuevos horizontes de oposicion a la penetracion del capital en sus territorios.

Amparo de pueblos originarios contra las ZEE

Frente a la puesta en marcha de las Zonas Económicas Especiales, organizaciones de 11 municipios del Istmo de Tehuantepec en Oaxaca, presentaron el 16 de Marzo de 2017 una demanda de amparo firmada por más de 1800 personas pertenencientes a los pueblos originarios Binnizá, Ikoots, Mixe, Chontal y Zoque que se denominan Articulación de los Pueblos Originarios del Istmo Oaxaqueño en Defensa del Territorio (APOYO).

Ello es relevante porque a las estrategias de resistencia se suma la defensa juridica de los pueblos indigenas, ante el hecho de que el desarrollo de la infraestructura para las ZEE se ha realizado sin cumplir el derecho a consulta que reconoce la Organización Internacional del Trabajo en su Convenio 169. Es de preveerse que a esta iniciativa construida en Oaxaca, se sumen más pueblos de Chiapas, Guerrero, Michoacan, Yucatan, Puebla e Hidalgo.

El amparo remarca claramente el objetivo de proteger los derechos de los pueblos indigenas del Istmo de Tehuantepec, respecto de la infraestructura que se pretende construir en sus territorios sin consulta, en este ejercicio juridico participan los municipios de Chahuites, Ciudad Ixtepecm Juchitán, San Blas Atempa, San Francisco del Mar, San Francisco Ixhuatan, San Mateo del Mar, Santa María Xadani, Tapanatepec, Tehuantepec y Zanatepec.

Para las personas de APOYO “el Estado pretende con ello evitar garantizar todos los derechos reconocidos a nivel nacional e internacional en materia de pueblos indígenas. Por ello

la importancia de la acción constitucional planteada, para efecto de que se resguarden los derechos colectivos de los pueblos indígenas de la región, como el derecho al territorio, libre determinación, identidad cultural y a un medio ambiente sano".

A manera de conclusión

En síntesis, las Zonas Económicas Especiales son un proceso de despojo impresionante que plantea básicamente grandes procesos: 1) La reconversión productiva basada en agroexportadoras, en sistemas de plantaciones de agrocombustibles y fincas de energías eólicas o solares; 2) la privatización de recursos energéticos y del agua; 3) el impulso al turismo convencional en detrimento de los bienes naturales y la vida sociocultural; 4) un crecimiento urbano caótico y desordenado en el que se pone en riesgo la viabilidad y sustentabilidad de las urbes y 5) el diseño de megaproyectos para obras de infraestructura.

Todo ello se ve bien expresado en la costa de Chiapas y el Istmo de Tehuantepec en Oaxaca, en cuanto al diseño de cuestiones especificas, vamos ubicando los puertos, lo que será el diseño carretero y los proyectos de servicios ambientales y de privatización de la naturaleza, y todo esto nos da una idea de las grandes transformaciones que se están dando en el territorio y que la zonas económicas especiales van a profundizar.

Por ejemplo, la reconfiguración del puerto Chiapas estará al servicio del saqueo minero, y de la agroindustria. La ZEE de Chiapas se basara en el esquema de bajos salarios y la presencia de una materia prima que puede ser transformada a bajo costo. Y que será puntal no solo en el desarrollo de actividades económicas, sino que será la atracción para ubicar a los miles de campesinos e indígenas que buscan ser desplazados de sus tierras.

Y una historia similar se construye para el Istmo de Tehuantepec, el puerto Lázaro Cárdenas en Michoacán y el municipio de La Unión en Guerrero, toda la construcción urbana que es subsidiada tiene el objetivo de atraer mano de obra a los nuevos emprendimientos del capital trasnacional en México.

En ese sentido, el proceso de desruralizacion, no ha sido fácil ni sencillo para los planeadores de políticas y de grandes negocios, sino va imbricado en un proceso de resistencias en el que los pueblos originarios, juegan un papel fundamental en el desarrollo de la resistencia, pero sobre todo en la construcción de posibilidades de cambio, que lleven a la generación de alternativas, en los estados del sur-sureste desde Michoacán hasta Chiapas se están tejiendo procesos de autonomía indígena, que son un contrapeso fundamental a la

penetración del capital y al despojo agrario que se busca realizar en dichos territorios.

El amparo jurídico promovido por pueblos originarios contra las Zonas Económicas Especiales obliga al Estado Mexicano a revisar este proceso de hiperliberalización económica y de construcción de beneficios para el capital trasnacional, en detrimento de la vida, la ecología, el territorio y los derechos de los pobladores de esas tierras.

Referencias

ÁVILA, A. ÁVILA, L. Reconfiguraciones territoriales y neoextractivismo: la nueva zona económica especial de Chiapas, México. **Revista Cardinalis**, Córdoba, n. 7, 2016. p 4-34

ÁVILA, A. ÁVILA, L. Desposesión, metabolismo social y Territorio: Resistencias y re-existencias en Chiapas, México. **Pacarina del Sur**, Ciudad de México, n. 29, 2016.

AVILA, L.; AVILA, A. Los agrocombustibles y el crecimiento verde en Chiapas, México. Revista Geonordeste, Sergipe, n.1, 2015

ÁVILA, L. E. Logros y límites de las estrategias sustentables de desarrollo autónomo en el norte de Chiapas, México. **Ra Ximhai**, Los Mochis, n.*3*, v.2, 2007. p 509-549.

ÁVILA, L. Las batallas por hacer historia: los procesos formativos de promotores comunitarios en la propuesta autonomía en Chiapas. In: CARRILLO et al. (Eds.). **Educación, rebeldía y resistencia**. Ediciones UNIOS: Ciudad de México, 2014. p. 173-202

BARTRA, A. **Campesindios**. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Ed. Semillas Estudios Agrarios y Ediciones La Tierra: Quito, 2011

BOEGE, E. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México**: hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas. CDI, México, 2008.

FERNANDEZ C. **Justicia autónoma zapatista en la zona Selva Tzeltal**. Ediciones Autónomos: Florida, 2014. .

GASPARELLO G.; GUERRERO, J. Q. (Eds.). **Otras geografías**. Experiencias de autonomías indígenas en México. Universidad Autónoma Metropolitana: Ciudad de Mexico, 2009.

GUILLEN, A. **Guardianes del territorio**. Seguridad y Justicia comunitaria en Cheran, Nurio y Ostula. Grietas Editores: Guadalajara, 2016. .

HAUSSMAN, R., et al. **Hacia un Chiapas próspero y productivo**: Instituciones, políticas y diálogo público-privado para promover el crecimiento inclusivo. Harvard CID. Working Paper. 2016. n. 317.

HAUSSMAN, R., Espinoza, L.; SANTOS, M.A. **Diagnóstico de Crecimiento de Chiapas**. Harvard CID. Faculty Working Paper n. 304 .2015.

HARVEY, D. **El enigma del capital y las crisis del capitalismo**. Madri: Ediciones Akal, 2012

HARVEY, D. **Breve historia del Neoliberalismo***.* Madri: Ediciones Akal, 2007

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madri: Ediciones Akal, 2003

IICA - Instituto Interamericano para la Cooperación en Agricultura. **Atlas de servicios ambientales y propiedad social en México**. 2012.

LEVIEN, M.The Land Question: Special Economic Zones and the Political Economy of Dispossession in India. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v.39, n. 3-4, 2012. 933-969.

LEVIEN, M. Regimes of Dispossession: From Steel Towns to Special Economic Zones. **Development and Change***, v.*44, n.2., 2013. 381-407.

LUXEMBURGO, R. **La acumulación de capital**. Ciudad de México: Ed. Grijalbo, 1967.

MARX, K. **El Capital**. Tomo I. Ciudad de México: Ed. Siglo XXI, 2004.

PORTO-GONCALVES, C.; HOCSMAN, L. D. (Eds.). **Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala**. Buenos Aires: Editora Estudios Sociológicos, 2016.

RAN - REGISTRO AGRARIO NACIONAL. **Conjunto nacional del Catastro Rural de la propiedad social en México**. Información geográfica actualizada y disponible al 8 de febrero de 2012 para los núcleos agrarios certificados hasta el 31 de diciembre de 2011. Dirección General de Catastro Rural. Registro Agrario Nacional, Secretaría de la Reforma Agraria. 2011

ROBINSON, W. **Una teoría sobre el capitalismo global**. Producción, clases y estado en un mundo trasnacional. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2007.

RODRIGUEZ, W., C. **Geopolítica del desarrollo local**. Campesinos, empresas y gobiernos en la disputa por territorios y bienes naturales en el México rural. Ciudad de México: Ed. UAM-ITACA, 2015. p 255

RODRIGUEZ W., Carlos. (Ed.). **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México**. Ciudad de México: Juan Pablos Editor, 2010.

TOLEDO, V.; ORTIZ, B. **México, regiones que caminan hacia la sustentabilidad**. Una geopolítica de las resistencias bioculturales. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana Puebla, 2014

TOLEDO, V.; BARRERA, N. **La memoria biocultural**. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Ed. Icaria, 2008.

FUENTES DOCUMENTALES

AFZEE. Comparecencia Senado de la República de Ernesto Gutiérrez, Autoridad Federal de las Zonas Económicas Especiales- SHCP. 2016.

Recebido para publicação em 16 de abril de 2017.
Devolvido para revisão em 25 de junho de 2017.
Aceito para publicação em 17 de julho de 2017.

Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança

Marco Aurélio da Silva Arlindo
Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três de Lagoas-MS. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação UFMS/CPTL (2015). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
E-mail: m.marcoaurelio@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida
Departamento de Ciências Humanas/Geografia - UFMS/Campus de Três Lagoas
E-mail: raaalm@gmail.com

Resumo

A ocupação de terras no Brasil, tem sido um importante instrumento no processo de luta pela terra, pela reforma agrária e formação dos assentamentos, logo possibilitando ao campesinato se apropriar de uma fração do território capitalista. Nesse sentido, reconhecendo a ocupação por terras como estratégia fundamental para a formação dos Projetos de Assentamentos e, consequentemente a recriação do campesinato, o trabalho tem como objetivo analisar a formação do Acampamento Nova Esperança, este, espaço de luta fundamental na formação do Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis (SP). Em específico, analisamos a trajetória e memórias do assentados, assim enfatizando as dificuldades vivenciadas sob a lona preta. Teoricamente, o trabalho pauta-se em autores que se debruçam ao estudar a questão agrária ainda não resolvida no Brasil, e o campesinato como classe que nasce e se reproduz a partir das contradições do desenvolvimento capitalista. Além da análise bibliográfica, utilizamos como caminho metodológico a pesquisa de campo, tendo como principal instrumento as entrevistas.

Palavras-chave: Luta pela terra; Acampamento; Campesinato, Ocupação.

Struggle for land in Mirandópolis, State of São Paulo: trajectory of Camp Nova Esperança

Abstract

The land occupation in Brazil has been an important instrument on the process of the struggle for landagrarian reform and of rural settlements, therefore enabling the peasantry to appropriate from a fraction of the capitalist territory. In this way, recognizing the land occupation as a fundamental strategy to the formation of the Rural Settlements Projects and consequently to the recreation of the peasantry, this paper aims to analy the formation of the *Nova Esperança Camp*, a space of important struggle on the formation of the *Assentamento Primavera II*, located on the municipality of *Mirandópolis* State of São Paulo. Specifically, we analyzed the trajectory and memories of the rural settlement members, highlighting the difficulties experimented under the black canvas. Theoretically, this work is based on authors that have been dedicating to study the agrarian theme that is still not resolved in Brazil, and the peasantry as a social class that raises and reproduces itself from the contradictions on the capitalist development. Beyond the bibliographical analysis, we used as methodological approach the fieldworks, having as main instrument the interviews.

Keywords: Struggle for land; Camp; Peasantry, Occupation.

Lucha por la tierra en Mirandópolis (SP): trayectoria del Campamento Nueva Esperanza

Resumen

La ocupación de tierras en Brasil, ha sido un importante instrumento en el proceso de lucha por la tierra, por la reforma agraria y por la formación de los asentamientos, posibilitando el campesinado a apropiarse de una fracción del territorio capitalista. Así, reconociendo la ocupación por tierras como una estrategia fundamental para la formación de los Proyectos de Asentamientos y, consecuentemente la recreación del campesinado**,** el trabajo tiene como objetivo analizar la formación del *Acampamento Nova Esperança*, ese, un espacio de lucha fundamental en la formación del *Assentamento Primavera II*, ubicado en el municipio de *Mirandópolis* (*SP*). Específicamente, analizamos la trayectoria y memorias de los asentados, enfatizando las dificultades vividas abajo de la lona negra. Teóricamente, el trabajo se pauta en autores que se han dedicado a estudiar el tema agrario aun no resuelto en Brasil, y el campesinado como clase que nace y se reproduce a partir de las contradicciones del desarrollo capitalista. Además de la análisis bibliográfica, utilizamos como metodología la investigación de campo, teniendo como principal instrumento las entrevistas.

Palabras-Clave: Lucha por la tierra; Campamento; Campesinado, Ocupación.

Introdução

No Brasil, a ocupação de terras é um importante instrumento no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Por meio dessa ação, os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pressionam o Estado a desapropriar áreas consideradas improdutivas. Atualmente, outra ação importante tem sido denunciar as desigualdades sociais geradas pelas cercas do latifúndio. Dessa forma, os movimentos sociais fazem emergir as apropriações ilegais dos grandes latifúndios, questionando a gênese do cercamento das terras.

Compreendemos, de acordo com Fernandes (1999, p. 270), que a "[...] ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação". Desse modo, a ocupação, como acesso à terra, tem levado parcela significativa do campesinato a territorializar-se. Portanto, a ocupação, como forma de luta popular e de resistência, tem possibilitado a (re)criação do campesinato brasileiro; ocorrendo, contraditoriamente, no cerne da expansão e do desenvolvimento do capitalismo. Assim, entendendo o campesinato como classe e modo de vida que nasce nas contradições do capital, se faz fundamental as explicações de Oliveira (2005, p. 80-81):

> [...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo

> tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos.

A reprodução ampliada do capitalismo só é possível porque o sistema capitalista, em seu desenvolvimento, utiliza-se de relações tipicamente capitalistas (assalariamento) articuladas com relações não-capitalistas de produção (trabalho familiar-camponês), assim, seu desenvolvimento é contraditório, desigual e combinado (OLIVEIRA, 2005). Dessa maneira, o desenvolvimento do capital tem criado possibilidades da reprodução e produção do campesinato.

Nessa mesma corrente teórica, Almeida (2006) enfatiza a importância de considerarmos, no processo de recriação do campesinato, a luta histórica dos camponeses para entrar na terra, e nela permanecer. A autora destaca a luta pela terra como condição fundamental para a recriação e territorialização do campesinato. Portanto:

> [...] a (re)criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela *terra de trabalho*. Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 86).

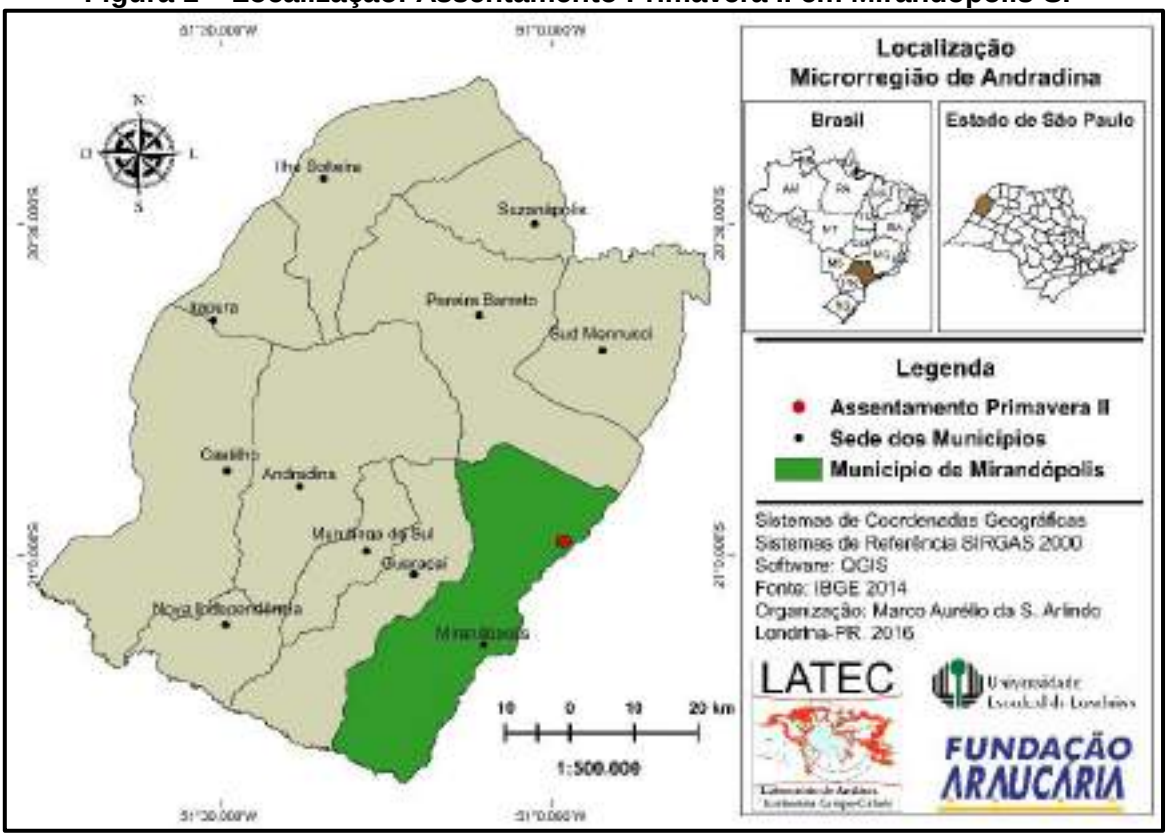
De acordo com Almeida (2006) é insuficiente analisar a reprodução do campesinato somente pelo processo contraditório e desigual do desenvolvimento do capitalismo, deixando suas lutas, conquistas, sonhos e utopias às margens, pois o processo não é mecânico.

À luz dessa perspectiva teórica que entende a luta pela terra, em consonância com as ocupações dos latifúndios, como estratégia fundamental para a formação dos Projetos de Assentamentos e, consequentemente a criação e recriação do campesinato, a pesquisa visa analisar por meio das entrevistas os caminhos e descaminhos do Acampamento Nova Esperança, como espaço de luta e resistência que resultou na formação do Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis, Estado de São Paulo (Figura 1). Para isso, analisamos em específico a trajetória e memórias do assentados, enfatizando as dificuldades vivenciadas sob a lona preta.

O Assentamento Primavera II é composto por 105 famílias. Cada lote tem, em média, 12 hectares. O assentamento possui área de 1.767,068 hectares, incluindo lotes, reservas, estradas vicinais, Área de Preservação Permanente (APP) e as sedes. As famílias camponesas ficaram acampadas por 4 anos e 3 meses, no período de abril de 2003 a julho de 2007. Os 105 lotes do assentamento situam-se às margens do córrego Água Fria, afluente do Rio Tietê, a uma distância da cidade de Mirandópolis de, aproximadamente, 28

quilômetros, sendo 18 quilômetros de estrada de chão batido, em más condições, sobretudo nas épocas de chuvas.

Figura 1 – Localização: Assentamento Primavera II em Mirandópolis-SP



Fonte: IBGE, 2017

Entendemos que, para compreender, de fato, a luta pela terra via ocupação e formação do acampamento, o trabalho de campo torna-se indispensável para a pesquisa. Assim sendo, acreditamos ser fundamental ouvir os protagonistas desse processo, pois, como nos ensina Almeida (2006, p. 41),

> [...] é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória, que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra.

Nesse sentido, utilizamos, como principal caminho metodológico, as fontes orais, para apreender, por meio das entrevistas transcritas o processo de luta pela terra. Optamos pelas fontes orais, por compreendermos os camponeses acampados e assentados como sujeitos protagonistas de suas histórias.

As fontes orais revelam histórias específicas, descortinando, por meio das narrativas, os caminhos e descaminhos da luta pelo acesso à terra de trabalho e morada da vida; por isso, as entrevistas são carregadas de significados e permeadas pelas conquistas e perdas. Segundo Borges (2004, p. 42), as "[...] lutas, as esperanças, as decepções e as alegrias, ao

terem sido (e serem) vivenciadas pelos camponeses, serviram (e servem) como um elemento de unidade e um referencial de luta para a história da comunidade envolvida".

Adotando as fontes orais como caminho metodológico, o trabalho de campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e, janeiro de 2015. Na pesquisa, 48 sítios do Assentamento Primavera II foram visitados. A partir do tema *luta pela terra e para nela permanecer,* coletamos aleatoriamente, 25 entrevistas semiestruturadas, sendo todas transcritas. Dessa maneira, entendemos que o trabalho de campo constituiu-se instrumento importante para a produção do conhecimento geográfico.

A pesquisa também contou, em seu desenvolvimento, com constituição de dados secundários junto à secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Andradina (SP), e em sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ocupação do latifúndio Fazenda Primavera

Em 2001 e 2002, realizaram-se, nas Microrregiões Geográficas[1] de Andradina e Araçatuba, várias vistorias[2] por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em convênio com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em 160 fazendas. Dessas160 áreas vistoriadas, 50 foram consideradas improdutivas e declaradas de interesse social para fins de reforma agrária. Dentre as fazendas declaradas improdutivas, estavam as fazendas Primavera, São Lucas e Retiro, situadas parcialmente nos municípios de Mirandópolis e Lavínia, Estado de São Paulo, sendo ambas transformadas em assentamentos após vários anos luta pela terra de baixo da lona preta.

As fazendas Primavera e São Lucas pertenciam à família do Coronel Joaquim Franco de Mello. O Coronel Joaquim Franco de Mello (fundador da cidade de Lavínia, Estado de São Paulo) se apropriou, na década de 1930, de uma grande gleba de terras devolutas, localizadas parcialmente nos municípios de Mirandópolis e Lavínia. Mesmo depois de lotear cerca de oito mil alqueires, a família Franco de Mello possui fazendas no município de Lavínia. Entretanto, algumas propriedades são motivos de reinvindicação por parte do MST, pois foram consideradas, em 2001 e 2002, improdutivas. De acordo com um assentado: *"A fazenda [Primavera] era tudo arrendada pra boi, produzia nada. [...] Descobriram que eram improdutiva e montaram o acampamento"* (Assentado A., fev. de 2014).

[1] A Microrregião Geográfica de Andradina e a Microrregião Geográfica de Araçatuba formam juntas a Mesorregião Geográfica de Araçatuba, Estado de São Paulo.
[2] É importante lembrar que as vistorias só foram realizadas por causa da pressão do MST contra o Estado.

Além da improdutividade evidenciada na vistoria, outra característica marca a Fazenda Primavera: sua suposta ilegalidade em relação à apropriação das terras. Esse ato, denominado de “grilo”, é confirmado em diversas entrevistas, tais como:

> Quando nós entramos aqui, o pessoal contava [...]. Eles falou que essas terras aqui, era tudo terra que tinha pequenos posseiros, e eles foram tomando. [...] A gente sabe que o fazendeiro não ia conseguir tanta terra assim. [...] as terras deles vai de lá do fundo de Lavínia, até na beira do Rio Tietê. (Assentado R., 20 jan. de 2014).

Por conta das irregularidades, o MST organizou, na região de Araçatuba (SP), várias ocupações nas fazendas consideradas improdutivas, pressionando o Estado a realizar a desapropriação das fazendas que não cumpriam sua função social[3]. Nesse contexto, no dia 14 de abril, o *Abril Vermelho*[4], de 2003, ocorreu a ocupação da Fazenda Primavera, dando origem ao Acampamento Nova Esperança (Figura 2).

Figura 2 – Acampamento Nova Esperança

Fonte: SILVA, S. R. 2004. – Assentado

[3] O Art. 186, Capítulo III, da Constituição Federal de 1988 estabelece: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e, IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

[4] O *Abril Vermelho* iniciou-se com a mobilização do movimento “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária”, em 1997, lembrando os assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. O dia 17 de abril, data do massacre.

No início da ocupação[5], organizada pelo MST, estavam 46 famílias. Em pouco tempo, o Acampamento Nova Esperança contava com 86 famílias. As primeiras famílias (46) acampadas vieram do município de Guaraçaí (SP); pouco tempo depois, chegaram várias famílias da Primeira, Segunda e, principalmente, da Terceira Aliança[6], bairros rurais do município de Mirandópolis (SP). Logo, o acampamento Nova Esperança recebeu famílias de outros bairros do município, assim como de outras cidades da região.

Acampamento Nova Esperança: trajetória de luta dos trabalhadores Sem Terra

Entendemos o acampamento como espaço importante no processo de luta pela terra. Para Fernandes (1999, p. 282), os acampamentos são resultado de ocupações, tornando-se espaços de luta e resistência, fundamentais para o processo de territorialização camponesa; são, ainda, espaços e tempos de transição que transformam a realidade dos sujeitos envolvidos na luta. Nas palavras do autor, os:

> [...] acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (FERNANDES, 1999, p.282).

Portanto, a *luta* pela *terra de vida e trabalho*, no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitiu que um número significativo de trabalhadores, do campo e da cidade, tivesse acesso à terra. Segundo consta no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[7] foram assentadas, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, até o ano de 2016, 1.346.798 famílias, distribuídas em uma área de 88.819.725 hectares. Ainda de acordo com o INCRA, destas 977.039 famílias vivem, atualmente, em assentamentos e áreas reformadas. Assim sendo, entendemos que a luta pela terra, por meio das ocupações e formações dos acampamentos tem levado à (re)criação do campesinato, e consequentemente sua territorialização.

[5] "Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura "a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social" (Brasil, 1964)" (ROSA, 2012, p. 513)

[6] Vale destacar que o Assentamento Primavera II está situado no bairro rural Terceira Aliança, com distância de 10 km entre a sede do Assentamento e o distrito Terceira Aliança. Isso explica o grande número de famílias da Terceira Aliança no Assentamento Primavera II.

[7] Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado no dia 02/04/2017.

O processo de (re)criação do campesinato pode ser confirmado a partir das falas dos assentados, no ato de relembrar suas experiências e trajetórias de vida, antes e no acampamento. Ao analisarmos esses relatos, entendemos o acesso à terra como objetivo primordial, mesmo que, para isso, tenham que viver em condições precárias.

> Eu era trabalhador urbano, na cidade de Guaraçaí (SP), depois eu andei pro mundo, conquistei a profissão de soldador, trabalhei de metalúrgico muito tempo, e as coisas foi complicando, por causa da crise que o país atravessou. E depois da crise, que melhorou um pouco, a gente ficou pra trás, porque não tinha estudo. As metalúrgica foi se modernizando, ai eu não acompanhei. [...] Depois fui trabalhar de boia-fria, entrei no corte da cana, trabalhei de serviço rural bastante tempo. E saiu o acampamento aqui, ai eu falei: quer saber, eu não tenho rumo, vou arriscar lá, por que se eu fica na cidade, vou ter que roubar. Aí eu vim, e foi duro adaptar em um barraco de lona. (J. Assentado, jan. de 2014).

O relato anterior nos faz pensar no processo de exclusão e expropriação gerado pela expansão do capital, denunciando essa realidade de não ter opção na cidade, sujeitando-se a ir para baixo da lona preta, vivendo situações precárias. Sobre esse processo de expropriação e exploração que afeta os trabalhadores Sem-Terra, Fernandes (1999, p. 269) ressaltou:

> Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra.

A exploração e a expropriação têm levado os trabalhadores, do campo e da cidade, a ocupar terras improdutivas e griladas como meio de obter acesso. Em muitos casos, as famílias vão para o acampamento porque sonham com uma vida melhor, e veem na terra essa possibilidade. Esse é o caso do Sr. J. que, sem trabalhar, por motivos de saúde, vê, no acampamento, a possibilidade do acesso à terra.

> Eu trabalhava na Usina, 12 anos antes de vim pra cá. Eu machuquei a coluna e fiquei 2 dois anos e 3 meses encostados. Eu aposentei pela usina. Ficamos dois anos no acampamento, meio sofrido de luta, foi lutado chegar aqui. Ou enfrenta pra você ficar, ou larga. Naquele barraquinho, se pega tempo de chuva, no tempo do calor você só no barraquinho de plástico. Só que eu não arrependi não, graças a Deus estou contente. (J., Assentado, jan. de 2014).

Há casos semelhantes ao do Sr. J., situações em que, mesmo aposentado, o sujeito busca na terra uma mudança de vida. O relato a seguir nos revela o sonho de sair da cidade grande e viver novamente no interior e, ainda, o desejo de retornar ao modo de vida em que

a terra, a família e trabalho são elementos centrais. Essa possibilidade passa pela luta, pela ocupação, o acampamento e a resistência.

> Eu trabalhei 11 anos e meio na Mercedes, e 16 anos de segurança na Estrela Azul, hoje ela é falida. A gente já veio de roça, eu sou de Cardoso (SP) [...], e eu fui pra Campinas com a média de 10 anos, e eu sempre tive em mente de que Deus me ajudasse, que se conseguisse esse lado de trabalhar, de aposentar, eu gostaria de voltar pra trás. O meu sonho era voltar pra Cardoso, mas como eu casei em 1985 com ela, e o pai dela aposentou e em 1990 veio pra cá, por que já tinha bastante parente deles, na cidade de Andradina. Ai eu resolvi vim pra cá também. Ela falo que queria ficar perto do pai e da mãe. E vamos entra em acampamento, que é uma forma, porque pra mim comprar eu não teria condição. Então seria uma forma de adquirir um pedaço de terra do governo com maior facilidade. Maior facilidade no dizer né, porque é muito custoso. (L., Assentado, jan. 2015).

"A gente já veio de roça [...]." Essa é uma fala comum entre os assentados entrevistados. Das 48 famílias entrevistadas, todas afirmaram ter relação com a terra, ou seja, em todos os casos, os pais são ou foram "da roça".

> Nós morava em Mirandópolis (SP). Nós era do sítio, desde de pequeno nós morava no sítio. Aí nós veio pra cidade, acaba negócio de sítio, modo da cana, foi acabando negócio de sítio, aí nós teve que vim morar na cidade. Eu fui criado no roça, nós trabalhava por mês, fazia tudo também. Tinha o patrão que plantava a roça e a gente ia trabalhando. A gente ficou acampado 5 anos em Lavínia, aí depois nós veio pra cá. (C., Assentada fev. 2014).

Nessa fala, também fica nítido o processo de exploração e expropriação gerado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo representado, no caso de Mirandópolis, pela expansão da agroindústria canavieira. Nessa perspectiva, é importante destacar a percepção de Dona C. em relação à sua ida para a cidade, em consequência da expansão da monocultura da cana.

Outra questão importante, na trajetória dos trabalhadores Sem Terra, é que muitos passaram por mais de um acampamento, evidenciando os caminhos e descaminhos da luta pela terra, na qual muitas famílias ficam no meio da estrada, por inúmeros motivos:

> Junho nós entro no acampamento, junho de 1996. E aí ficamos lutando, vai numa área não dava certo, e depois a coordenação tirava a gente e levava para outro. Nós ficamos na Santa Helena e Santa Luzia de Guaraçaí, ficamos mais de uma ano lá. Aí a terra não sai, fomos pra Itapura, ficamos um bom tempo em Itapura. Itapura também não deu certo. Naquela época era bem mais difícil, jagunço ficava de um lado e a gente de outro lado. Se passava eles matavam. Em Itapura, a coordenação tirou de novo. Vamos ter que ir pra Entre Rios. A fizemos a ocupação em Entre Rios. A polícia tirou, e nós ficamos na estrada. Ficamos lá um bom tempo, e aí o pessoal resolveu ir pra Inhumas. Muito longe, e a gente acabou desistindo, viemos embora pra casa; Nós desistimos, ficamos um ano e meio fora do movimento, em Guaraçaí. Aí falaram que ia sair a Dois Irmãos em Murutinga. O R. [marido] doido por causa da terra, ai eu falei: foi muito sofrimento. Ele respondeu: vamos de novo, vamos tentar. (S., Assentada, fev. de 2014).

No relato, notamos a luta e resistência das famílias em busca por um pedaço de chão para plantar e viver. Nesse processo de luta pela terra, passaram-se, aproximadamente, 10 anos à beira da estrada, embaixo da lona preta. Essa odisseia pela terra, que é também morada da vida, é uma peculiaridade do processo de luta pela terra no Brasil, e do campesinato. Para Almeida (2003), o campesinato brasileiro possui peculiaridades distintas do campesinato europeu; é um campesinato migrante, desenraizado, e sua formação está marcada pela "mobilidade espacial".

A fala, a seguir ilustram muito bem essa mobilidade espacial do campesinato brasileiro.

> Eu sou natural de Pernambuco. Meus pais sempre foi agricultor. Só que lá é pior que aqui. Com 10 anos eu vim pra São Paulo, em 1960. Fiquei em São Paulo um bom tempo, depois voltei de novo, aí conheci a C. [esposa], casemo em 2002. Conheci Mirandópolis. Vim pra Terceira Aliança, comecei a trabalhar com o japonês. Trabalhei de pedreiro sete anos em Mirandópolis (SP). Aí vim trabalhar na roça do japonês, trabalhei de meeiro com ele. Tocava roça, pepino, abóbora, jiló, manga, e aí saiu o acampamento, dai 3 dias a gente veio em 8 famílias, 8 parente. Montamo o barraco e ficamos 3 anos de baixo da lona preta. (S., Assentado, fev. 2014).

A fala descreve a trajetória migrante dos trabalhadores em busca da terra, objetivando a reprodução social com melhores condições. Entretanto, em muitas dessas trajetórias, os camponeses ficam longe da terra, ou seja, eles são forçados a migrar para a cidade, sujeitando-se, muitas vezes, ao trabalho assalariado. Sendo assim: "Ao longo de sua carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando, em sua experiência de vida, as experiências da cidade e do campo" (WOORTMANN, 2009, p. 217).

Ao se verem forçados a migrar para a cidade, os camponeses, muitas vezes, negam a condição de camponês, sujeitando-se ao trabalho assalariado, entretanto, essa é uma estratégia de reprodução. Esse processo de assalariamento: "[...] se converte em estratégias de resistências, *um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser"*, camponeses. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.21). Na primeira possibilidade de retorno à terra, o camponês se coloca em movimento de retorno.

Compreendemos a migração como estratégia de resistência, importante na reprodução do campesinato brasileiro. Segundo Schreiner (2009, p. 94), a migração é uma estratégia social, cujo objetivo se concentra na reprodução das unidades familiares e de seus modos de vida. Para Woortmann (2009, p. 217):

> A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

Concordamos com Woortmanm (2009) e Schreiner (2009), quando analisam a migração como estratégia social, já que migrar pode ser condição de permanência camponesa. Para Silva e Menezes (2006), a migração é um processo social, sendo os migrantes sujeitos contraditórios desse processo de permanência da condição de camponês. A contradição é uma forma de resistência para se manter camponês. Os camponeses:

> São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias (SILVA & MENEZES, 2006, p.9-10).

Portanto, ocupar e acampar é, para muitos, a possibilidade de retornar a suas origens, de mudar de vida. Esse desejo está explícito nos relatos de suas trajetórias e experiências de vida. Todos partilhavam da utopia do pedaço de terra para plantar, viver e morar e, principalmente, para deixar a condição de empregado, de ser explorado pelos patrões.

> Deixar de trabalhar para os outros, deixar de ser meeiro, trabalha para gente mesmo. Tinha vez da gente tocar um roça e não sobrar nenhum centavos. Os donos era eles né? Dava um revolta de não sobrar nenhum centavos. Os que mais trabalhavam eram o que menos ganhavam. (F., Assentada, 20 de janeiro de 2014).

Segundo outro assentado:

> Muitos vão naquela esperança de deixar o trabalho, o trabalho escravo para os outros, porque a maior parte desse pessoal aqui trabalhavam de empregado, tinha as casas, eles tinham a casas deles, mas não passavam daquilo. Hoje a maior parte tem sua casa, tem seu carro bom na garagem, porquê? Trabalhando. São pessoas que veio num sonho de querer um pedaço de terra para poder trabalhar. Muito desse povo aqui era quase um escravo do japonês. Enquanto na cidade a gente ganhava R$10,00, os boias frias estavam ganhando R$5,00. (S., assentada, 20 de janeiro de 2014).

Inúmeras são as situações e condições que levam os trabalhadores, que lutam pela terra, a viver vários anos em condições precárias, debaixo da lona preta. No entanto, a vida no acampamento sinaliza uma situação de penúria, de sujeição às intempéries do nosso clima tropical (chuvas, calor extremo, frio, entre outras). Nas palavras do Seu J.*:*

> As condições são todas precárias, não tinha banheiro, é tudo precário, tudo difícil. Difícil para tomar banho, para comer, difícil para dormir. Tudo complicado. Não tem mordomia, cama boa pra dormir, não tem chuveiro para tomar banho, tem que improvisar. Não pode comer carne por que não tem geladeira, e nem podia comprar também, por causa da situação, da condição. Era difícil. (J.; assentado, 21 de janeiro de 2014).

Alguns desistem, ficam pelo caminho, perdem tudo, porém, outros continuam vivendo anos nessas condições, sonhando com dias melhores, com a terra. Para Fernandes (2012, p

.23), “Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência”. As falas a seguir expressam muito bem o sofrimento que é o viver no acampamento.

> O período de acampamento é sofrido. É o mais difícil, da vontade de desistir, ir embora, muitas lágrimas. Por que até você conseguir a terra, você perde muito, você para de viver. Ou você ganha a terra ou vai viver na cidade. Não da pra fazer os dois. Então quando fala 6 anos, 10 anos de acampamento, é 10 anos de sofrimento. Por mim eu teria desistido, por que geralmente um é mais fraco, no meu caso era eu. Por que você vê assim uma luzinha no fim do túnel. É difícil, é complicado. Você tem quase tudo na cidade, de repente você se vê aqui, de baixo de uma lona, bebendo água quente. O povo passa, solta aquela poeira na sua cara. Quando vem pra beira da estrada ninguém dá trabalho, não tem valor nenhum. Você fica sem endereço, nem crédito, porque quando você fala: sou do Sem Terra ninguém te dá crédito. Por que não tem como comprovar renda. É difícil. (E., assentada, 21 de jan. de 2014).

Além das condições de extrema miséria, os acampados também sofrem com o preconceito da sociedade e com o descaso do poder público. Ao recordar do período do acampamento, todos os entrevistados mencionam o preconceito sofrido. Por meio da fala a seguir, é possível entender o preconceito sofrido pelos acampados:

> [...] a gente sofremo muito com isso, ficamo um mês sem água, tivemos que buscar água no córrego. O pessoal passava e chamava a gente de vagabundo. Passavam igual doido, não sei se era medo [...], com medo da gente segurar. As pessoas acham que os acampados são um bando de pessoas que quer pegar a terra. As pessoas estão ali, é diferente, tá ali na luta pela terra, e a gente não vem querer assaltar ninguém. Esse não é o objetivo da gente. O objetivo da gente é a terra para produzir. Mesmo porque, a maior parte das pessoas, já vieram de tradição ali na roça, tava trabalhando de empregado. (S., Assentada, jan. 2014).

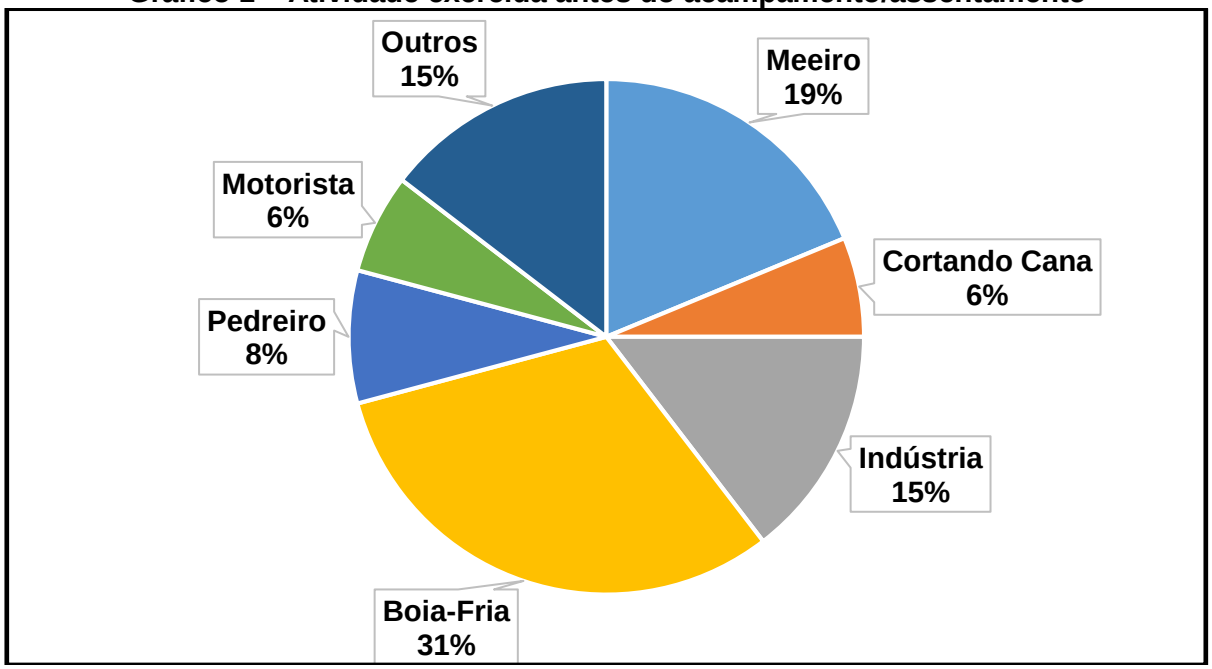
Em meio a tanto sofrimento, preconceito e descaso, os trabalhadores compartilham de uma utopia, sendo o acampamento, espaço de luta e resistência, o caminho para melhorar suas condições de vida. Eles compartilhavam o desejo da terra, lutavam com um propósito, expresso na fala de Dona S.: *“O objetivo da gente é a terra para produzir”.* Esse mesmo sonho aparece também na fala a seguir.

> Pra adquirir um pedaço de terra, pra pode trabalha pra sobrevive, pra ter uma sobrevivência melhor. Graças a Deus hoje tamo aqui, trabalho aqui. Já estamos assentado a mais de 6 anos, graças a Deus não tenho o que queixar, é coisa que mais gosto. Eu principalmente estou satisfeito. (C., Assentado, fev. 2014).

Percebe-se, assim, que o Acampamento Nova Esperança foi constituído por famílias com distintas trajetórias e experiências de vida, sendo formado por trabalhadores do campo e da cidade que exerciam diferentes atividades, eram meeiros, boias-frias, arrendatários, trabalhadores da agroindústria canavieira, cortadores de cana, pedreiros, entre outros. No

entanto, duas atividades (Gráfico 1) são predominante entre os trabalhadores que formaram o Acampamento Nova Esperança, são elas: meeiros e boias-frias (incluindo cortadores de cana) que, juntos, correspondem a 56% do total. A atividade “outros” (15%) corresponde a professor, balconista na cidade, técnico agrícola e motorista. Nesse sentido, o Gráfico 1 ilustra as principais atividades encontradas no trabalho de campo.

Gráfico 1 – Atividade exercida antes do acampamento/assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2014 e 2015. Org. pelo autor.

Muitos assentados, ao longo de sua trajetória de vida, experimentaram várias atividades antes do acesso à terra (lote no assentamento). Esse processo é evidente na fala a seguir, mostrando-nos, sobretudo, que a luta pela terra tem levado à (re)criação do campesinato. O Senhor E. era pecuarista, foi professor, comerciante, trabalhou em ferro velho e, por meio da luta pela terra, transformou-se em camponês. Tal transformação pode ser analisada na sequência.

> Aqui na Primeira Aliança, eu era pecuarista [risos], tinha fazenda, depois da fazenda, fui pra cidade, onde lecionei 10 anos, depois trabalhei no comércio de tapeçaria em Mirandópolis (SP). Depois fomos para Valparaíso (SP). Em Valparaíso nós trabalhamos no ramo de ferro velho. Depois nós viemos para o acampamento, pra ganhar terra[8]. (E., Assentado, jan. de 2014).

[8] A terra é um direito conquistado pelos anos de luta e resistência dos Sem Terra, que denunciam os latifúndios que não cumprem sua função social. Dessa forma, os Sem-terra não ganham a terra, eles lutam, resistem e pressionam o Estado a cumprir Lei prevista na Constituição Federal de 1988: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Em relação aos meeiros e aos boias-frias, grande parcela desses trabalhadores residia nos bairros da Primeira e Terceira Aliança e trabalhava nas colônias japonesas. Esse foi o caso no Senhor J., trabalhador nas terras do "japonês".

> Eu era da Terceira Aliança, trabalhava para o japonês, por dia. Eu trabalhava por dia, ganhava R$12,00 por dia, pra 5 boca. Lá era mexendo com frutas pro japonês, catando manga, carambola, abiu, de baixo de chuva tem que ir, feriado e domingo. Nós dependia do japonês. Todo dia a marmitinha de baixo de chuva, ganhava R$12,00, cinco boca. Aí eu vim junto com os meninos, não foi só eu, também vieram um bucado da Terceira Aliança. Entrei nisso ai, fiz um barraquinho na beira do barranco. Aí fomo lutando. Lutemos e hoje tá ai, Graças a Deus. (J. Assentado, 22 de janeiro de 2014).

É evidente que vários são os motivos que levam os trabalhadores à decisão de lutar pela terra; no entanto, transparece, nas falas, a insatisfação em "*trabalhar pros outros*", em "*trabalhar de escravo*", em ser empregado. Nesse sentido, o acampamento é o caminho para a mudança social, trabalhando em sua própria terra.

O Acampamento Nova Esperança foi montado à beira da estrada, em frente à fazenda Primavera, organizado pelos militantes do MST/Andradina. Com a criação da Medida Provisória – MP - nº 2.109-50, de 27 de março de 2001[9], os acampamentos deixaram de ser montados dentro da fazenda reivindicada, passando a ser montados na beira da estrada, geralmente em frente à fazenda pleiteada. Desse modo, os trabalhadores ficaram três anos acampados, de abril de 2003 a abril de 2006, ano da desapropriação da fazenda Primavera, pelo INCRA. A partir desse momento, os trabalhadores entraram na fazenda e permaneceram por mais de 1 ano acampados na sede, quando, em julho de 2007, o INCRA fez a divisão da fazenda em 105 lotes. Nesse período, denominado de pré-assentamento, os barracos, construídos no barranco, foram reconstruídos na sede da fazenda.

Pressionando o INCRA: Ocupação Arranca Cana

Nos três anos de acampamento, os trabalhadores participaram de várias manifestações, ocupando fazendas, sede do INCRA, prédios públicos, entre outros, visando pressionar o INCRA a acelerar o processo de desapropriação. Vale destacar uma ocupação que mobilizou os acampados e militantes do MST/Andradina (SP) e que se tornou um marco. Com base nos relatos dos assentados sobre esse momento histórico, nomeamos a mobilização de "Ocupação Arranca Cana". Para compreender esse fato histórico na luta pela fazenda Primavera, nada melhor do que a fala dos próprios sujeitos.

[9] A MP, criada sob o governo FHC, suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas pela primeira vez e por quatro anos as ocupadas por duas ou mais vezes. Essa MP tinha como objetivo conter a luta pela terra via ocupação/acampamento, desmobilizando assim os movimentos sociais, principalmente o MST.

> Uma vez na Jornada de Abril, nós fizemos uma atividade de arrancar as mudas de cana, foi muito bonito isso ai. De manhã ainda estava escuro, que nós fomos pra lá com todo mundo. Nós tínhamos avisado a imprensa para registrar o ato. E ai nós fomos em cima dessas áreas, porque os fazendeiros tentaram fazer maquiagem na fazenda. A fazenda era improdutiva, eles tentaram transformar a fazenda para dizer que era produtiva. Então nós arrancamos as mudas. Foi um ato muito legal, o pessoal gostou, animou todo o pessoal. Uma atividade que ficou na história. Fomos com a enxada na cana, jogamos pra fora, depois veio a reintegração, tivemos que recuar de novo, mais serviu como pressão. (R., Militante, mar. 2014).

A "Ocupação Arranca Cana", realizada no dia 8 de abril de 2004, teve repercussão em todo o Brasil[10]. Os próprios coordenadores convocaram a imprensa com o objetivo de chamar a atenção de todos sobre a questão da improdutividade dos latifúndios. Esse ato histórico foi registrado pelos próprios trabalhadores, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Ocupação Arranca Cana na fazenda Primavera em Mirandópolis (SP)

Fonte: SILVA, S. R. 2004. – Assentado

Também era objetivo da ocupação pressionar e acelerar o processo de desapropriação da fazenda Primavera, e outras fazendas consideradas improdutivas, na Mesorregião de Araçatuba. As terras já estavam analisadas, o Título da Dívida Agrária (TDA) já havia sido depositado. No entanto, o fazendeiro, para desmobilizar os acampados, arrendou a terra para a usina Mundial Açúcar e Álcool, de Mirandópolis, com o objetivo de *"fazer*

[10] Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: ***Sem Terra destrói canavial durante invasão em São Paulo.*** Link <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-terra-destroem-canavial-durante-invasao-em-sp,20040408p35375>. Acessado no dia 02/04/2017.

maquiagem na fazenda", ou seja, encobrir sua improdutividade. Para isso, foram plantados, aproximadamente, 150 hectares de cana-de-açúcar, mesmo a fazenda estando declarada improdutiva, com acampamento as suas margens. Diante dessa situação e pressionados, os acampados ocuparam a fazenda e arrancaram a cana plantada e, no lugar do canavial, semearam sete alqueires de feijão e milho. Logo após a ocupação, foi dada a reintegração, e os trabalhadores foram expulsos pela polícia, retornando ao acampamento. "*A polícia vinha, tirava, um dia o pessoal ficou revoltado, tinha muita cana plantada aqui. O pessoal todo entrou pra dentro da cana com a enxada, com o enxadão. Aí a federal veio para tirar a gente." [...]* (J. Ap. (assentado), 23 janeiro de 2014).

Indignados com a situação e principalmente com o descaso do poder público e judiciário, os trabalhadores organizaram outra ocupação, na fazenda, 9 dias depois, tendo, essa ação, novamente repercussão nacional[11], porém foi marginalizada pela mídia. Nesse sentido, o relato a seguir nos revela o sofrimento e a pressão causada pela usina. A pressão devido à farsa montada na tentativa de encobrir a improdutividade da fazenda, e o sofrimento, resultado do trabalho das máquinas da usina que procuram estar sempre próximo aos barracos, fazendo barulho e muita poeira no acampamento.

> Nesse Abril Vermelho, dia 17 de abril [2004], nós entro aqui, por que a usina para fazer pressão em cima de nós, encheu isso aqui de cana. Eles pararam na Semana Santa e nós entramos arrancando a cana. Arrancamos tudo, fizemos a maior baderna aqui dentro. Aí deu a maior polêmica, foi notícia até no Japão. Na época da usina a gente sofreu, por que a gente tinha criança no acampamento. Eles só trabalhavam perto dos barracos à noite. As crianças iam para no hospital. (R., Assentado, 20 de janeiro de 2014).

Para Fernandes (1999), esses atos de ocupações do latifúndio, organizados e realizados pelas famílias acampadas, demostram a intenção dessas famílias em enfrentar condições precárias à beira da estrada, em barracos, mas "demonstram que também estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do *território camponês*" (FERNANDES, 1999, p. 23).

É importante esclarecer que 22 famílias, 40 pessoas, permaneciam diariamente no acampamento e o restante ficava no final de semana porque a maioria trabalhava de boias-frias nas colônias japonesas, na Primeira e Terceira Aliança, e alguns trabalhavam também no corte da cana. A renda obtida nesse trabalho é destinada, também, á poupança, para não entrar sem nada na terra.

[11] Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: *MST invade pela 2ª vez fazenda no interior de SP*. Link < http://www.dgabc.com.br/Noticia/316633/mst-invade-pela-2-vez-fazenda-no-interior-de sp?referencia=navegacao-lateral-detalhe-noticia>. Acessado no dia 02/04/2017.

Considerações finais

A história de luta pela terra, em Mirandópolis (SP) e região, nos revela a possibilidade da criação e da recriação da classe camponesa; logo, a territorialização camponesa tem, na luta pela reforma agrária, sua possibilidade de efetivação. Portanto, ocupar e acampar é, para muitos, o caminho e a possibilidade de acesso à terra. Em meio a tantos obstáculos, na beira da estrada, os trabalhadores compartilhavam de uma utopia, onde o acampamento, espaço de luta e resistência, é o caminho para a mudança social, trabalhando em sua própria terra.

Diante de todo(a)s os relatos e experiências, entendemos que essas trajetórias são histórias de exploração, expropriação e exclusão, histórias de idas e vindas, ocorridas nos meandros do desenvolvimento do capital. As trajetórias desses trabalhadores são também de histórias de luta, resistência e conquista, histórias construídas coletiva e individualmente, guiadas pela utopia, pelo desejo da terra para produzir e morar, e reconstruir-se socialmente.

A história desses homens e dessas mulheres foi também alicerçada pelo sonho da liberdade e da autonomia. Portanto, é nesse contexto que se inscreve a história dos trabalhadores Sem Terra. Lutando por terra, para transformar o território do latifúndio em território da vida, em território camponês.

É preciso lembrar, que a luta do campesinato não cessa com o acesso à terra, pelo contrário, com o domínio de uma fração do território, outras embates emergem. Ou seja, os camponeses enfrentarão novas lutas, agora para permanecer na terra e continuar a reproduzir seu modo de vida.

Referências

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-87, jul./dez. 2003.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção:** a luta pela terá e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BORGES, M. C. As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Três Lagoas, v.1 - n.º 1 - ano 1, novembro 2004.

FERNADES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979-1999). Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

_____. Acampamento. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A**. Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. A natureza da economia camponesa: divergências e convergências. In: **Terra e Território:** A questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSA, M. C. Ocupações de terras. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCHREINER, D. F. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. In: **Espaço Plural**. Ano X. Nº 20. 1º Semestre 2009, p. 94-102.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações Rurais no Brasil**: velhas e novas questões. NEAD, 2006. Disponível em: www.nead.org.br.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.217-238.

Recebido para publicação em 07 de abril de 2017.

Devolvido para a revisão em 11 de setembro de 2017.

Aceito para a publicação em 08 de outubro de 2017.

¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá[1]

Annette Aurélie Desmarais
Cátedra de Investigaciones en Derechos Humanos, Justicia Social y Soberanía Alimentaria, Departamento de Sociología, Universidad de Manitoba, Winnipeg, Manitoba, Canadá
E-mail: annette.desmarais@umanitoba.ca

Darrin Qualman
Conselho de Diretores do ETC Group
E-mail:darrinq@sasktel.net

André Magnan
Departamento de Sociología e Estudios Sociales, Universidad de Regina, Regina, Saskatchewan
E-mail: andre.magnan@uregina.ca

Nettie Wiebe
Professora Emeritus, Colegio de San Andrews, Universidad de Saskatchewan, Canada
E-mail: nettie.wiebe@usask.ca

Resumen

Cada vez más se reconoce que el acaparamiento de tierras es un fenómeno global. En Canadá los inversionistas están especialmente interesados en las tierras de Saskatchewan, la provincia donde se encuentra el 40 por ciento de la tierra agrícola del país. Este artículo examina cómo el contexto político, económico y legal neoliberal ha cambiado y configurado los patrones de la propiedad de la tierra entre 2002 y 2014 en Saskatchewan. Nuestra investigación indica que la cantidad de tierra en propiedad de inversionistas se multiplicó en 16 veces en ese período. La concentración de la propiedad de la tierra también está en aumento; y la proporción de tierra en propiedad de los cuatro terratenientes privados más grandes se multiplicó en seis veces. Nuestra metodología aborda algunas de las críticas levantadas en la literatura sobre el acaparamiento de tierras. Al usar información sobre los títulos de tierra, hemos identificado a los inversionistas de tierra y determinado sus predios con mucha precisión. Esto nos permite proveer un análisis más refinado de los actuales patrones de la propiedad de la tierra. A pesar que este artículo analiza los cambios en la propiedad de la tierra en un contexto histórico, cultural y legislativo específico, también sirve de base para una discusión más amplia acerca de los valores y prioridades que reflejan las políticas de la propiedad de la tierra. Concretamente, contrastamos un enfoque de "apertura para los negocios" que prioriza la inversión financiera con otro basado en la soberanía de la tierra que pone en el centro a la inversión social. Esta última tiene un enorme potencial si el objetivo de la política es el de la sostenibilidad ecológica y la soberanía alimentaria.

Palabras clave: acaparamiento de tierras; financialización de la tierra; soberanía de la tierra; tierra agrícola en Saskatchewan; propiedad de inversionistas de tierra; Sistema de

[1] Revisión y traducción del articulo "Investor ownership or social investment? Changing farmland ownership in Saskatchewan, Canada" que fue publicado en *Agriculture and Human Values*, 34, pp. 149-166. doi:10.1007/s10460-016-9704-5.

Información Geográfica (SIG); información de la titularización de la tierra, inversiones sociales.

Propriedade agrícola para investidores ou investimentos sociais? A transformação da propriedade da terra em Saskatchewan, Canadá

Resumo

Cada vez mais se reconhece que o *acaparamiento* de terras é um fenômeno global. No Canadá os investidores estão especialmente interessados nas terras de Saskatchewan, província onde se encontra 40% da terra agrícola do país. Este artigo examina como o contexto político, econômico y legal neoliberal tem alterado e configurado os padrões da propriedade da terra entre 2002 e 2014 em Saskatchewan. Nossa pesquisa indica que a quantidade de terra em propriedade de investidores multiplicou em 16 vezes neste período. A concentração da propriedade da terra também está aumentando; e a proporção de terras em propriedade de quatro maiores proprietários privados se multiplicou em seis vezes. Nossa metodologia algumas das críticas levantadas pela literatura sobre acaparamiento de terras. Ao utilizar informação sobre os títulos de terra, identificamos os investidores de terra e seus prédios com muita precisão. Isso nos permite fornecer uma análise mais refinada dos padrões atuais de propriedade da terra. Embora este artigo analise as mudanças na propriedade da terra em um contexto histórico, cultural e legislativo específico, também serve como base para uma discussão mais ampla sobre os valores e prioridades que refletem as políticas de propriedade da terra. Especificamente, contrastamos uma abordagem de "abertura para negócios" que prioriza o investimento financeiro com outro baseado na soberania da terra que coloca o investimento social no centro. Este último tem um enorme potencial se o objetivo da política é a sustentabilidade ecológica e a soberania alimentar.

Palavras-chave: *Acaparamiento* de terras; financeirização da terra; soberania da terra; terra agrícola em Saskatchewan; propriedades de investidores de terra; Sistema de Informação Geográfica (SIG); informação de titulação da terra, investimentos sociais.

Investor ownership or social investment? Changing farmland ownership in Saskatchewan, Canada

Abstract

There is growing recognition that land grabbing is a global phenomenon. In Canada, investors are particularly interested in Saskatchewan farmland, the province where 40 % of country's agricultural land is situated. This article examines how the changing political, economic, and legal context under neoliberalism has shaped patterns of farmland ownership in Saskatchewan, between 2002 and 2014. Our research indicates that over this time, the amount of farmland owned by investors increased 16-fold. Also, the concentration of farmland ownership is on the rise, with the share of farmland owned by the largest four private owners increasing six-fold. Our methodology addresses some of the criticisms raised in the land grabbing literature. By using land titles data, we identified farmland investors and determined very precisely their landholdings thus allowing us to provide a fine-grained analysis of the actual patterns of farmland ownership. Although the article analyzes changes to farmland ownership in a specific historical, cultural and legislative context, it serves as the basis for a broader discussion of the values and priorities that land ownership policies reflect. Namely, we contrast an 'open for business' approach that prioritizes financial investment to one based on a land sovereignty approach that prioritizes social investment. The latter has greater potential if the aim is ecological sustainability and food sovereignty.

Keywords: Land grabbing; Financialization of land; Land sovereignty; Saskatchewan farmland; Investor ownership of land; GIS Land-titling data; Social investment.

Introducción[2]

> ¿Quién terminará poseyendo las tierras agrícolas de Saskatchewan en el futuro muy cercano? ¿Los agricultores y las unidades familiares agrícolas, o los grandes propietarios de tierra y las corporaciones comerciales, tanto extranjeras como nacionales?" (KOWALCHUK, 1973, p. 3083).

En los últimos años, las políticas sobre la propiedad de la tierra han ocupado un lugar prominente en los debates sobre seguridad alimentaria, soberanía alimentaria, transformación rural y el futuro de la agricultura. A la par de una constante preocupación por el "acaparamiento global de tierras" que afecta al hemisferio sur, existe también un creciente interés en el cambio de los regímenes de propiedad de tierra agrícola en el hemisferio norte, y sus implicaciones para la estructura y organización de la agricultura y para las comunidades locales.[3] Estas tendencias han impulsado debates de política pública sobre la financialización de la tierra agrícola. A medida que los inversionistas[4] nacionales y extranjeros adquieren propiedades, los agricultores, el sector financiero, los gobiernos, y el público en general se preguntan cómo debe ser regulada la propiedad de tierra, y a quién debe beneficiar. Estos debates son importantes no solo porque la tierra es el fundamento de la producción agrícola, sino por su conexión estrecha con la identidad, la cultura, la seguridad económica de la población y las familias agricultoras.

Este artículo examina cómo el cambiante contexto político, económico y legal bajo el neoliberalismo ha afectado los patrones de la propiedad agrícola en la provincia de Saskatchewan en Canadá. Tal como se expone en la cita inicial, la preocupación por la propiedad corporativa de tierras agrícolas en Saskatchewan no es nueva. Durante el rápido crecimiento de los precios de las tierras agrícolas a mediados de los años setenta, el Gobierno de Saskatchewan restringió la propiedad de la tierra agrícola y la puso a disposición solo para los residentes de la provincia. Las organizaciones de productores apoyaron esta iniciativa, y la preocupación por la propiedad extranjera de tierra se apaciguó por cerca de tres décadas. No obstante, el gobierno ablandó estas restricciones en el año 2002, y permitió a los canadienses de otras provincias poseer tierra.

[2] Nos gustaría agradecer a Natalia Landivar por traducir este artículo.

[3] Cada vez más expertos y organizaciones de la sociedad civil han documentado las inversiones corporativas y financieras en las tierras agrícolas en países como los Estados Unidos (FAIRBAIRN 2014a; MITTAL y MOORE 2014), Australia (LAWRENCE y CAMPBELL, 2014; LARDER et al., 2015; SIPPEL, 2015), la Unión Europea (van der PLOEG et al., 2015), y Canadá (NFU, 2015; SOMMERVILLE y MAGNAN, 2015; MAGNAN 2015).

[4] En este artículo estamos usando la palabra 'inversionistas' que es el término que se usa más en América Latina, mientras que en España el término que se utiliza es 'inversores'.

Esta liberalización de las reglas de la propiedad abrió las puertas a propietarios Canadienses ajenos a la provincia quienes, a partir de mediados de los años 2000, tuvieron suficientes motivos para invertir en la tierra agrícola de Saskatchewan. La provincia tiene el 40% de la tierra agrícola de Canadá – 25 millones de hectáreas (STATISTICS CANADA, 2011) – y pese a que los precios de la tierra se han incrementado sustancialmente en años recientes, estos continúan siendo más bajos que en las provincias vecinas, y aún mucho más bajos que los de otros países industrializados como la Unión Europea y los Estados Unidos (SAVILLS, 2012). Existen varias razones por las que la provincia de Saskatchewan resulta particularmente atractiva: la cercanía a grandes mercados como el de Estados Unidos, una infraestructura de transporte y de manejo de granos bien desarrollada, un ambiente político estable, y el tamaño y la productividad de operaciones agrícolas (SOMMERVILLE y MAGNAN, 2015).

Nuestra investigación demuestra que, desde el año 2002, inversionistas individuales ajenos a la provincia, compañías inversoras, planes fondos de pensiones, e híbridos de agricultores-inversionistas han comprado grandes extensiones de tierras. Si bien esta tendencia pasó desapercibida por varios años, recientemente se ha vuelto más controvertida. Los titulares de los periódicos locales y nacionales – tales como: "¿Están los inversionistas extranjeros mirando este pastel?", "Fondos de inversión en mira de más tierra agrícola en Saskatchewan", y "hombres de trajes elegantes en las pampas" capturaron algunos elementos del viraje en el discurso. Además, dos elementos perfilaron esta dinámica. Primero, la Directiva del Fondo de Pensión e Inversión de Canadá (CPPIB, por sus siglas del inglés) adquirió cerca de 46,538 hectáreas de tierra agrícola en el año 2013, la cual constituye la compra individual de tierra agrícola más grande de la reciente historia de la provincia. Posteriormente, una compañía llamada Skyline Agricuture Financial Corporation impugnó la prohibición a la propiedad extranjera de tierra del Gobierno de Saskatchewan en un proceso judicial muy conocido.[5] Mientras que los inversionistas han defendido sus actividades, algunos partidos políticos, organizaciones de agricultores, y productores individuales sostienen que estos grandes actores subieron los precios de la tierra a niveles insostenibles, y han dificultado cada vez más el acceso al sector a jóvenes agricultores.

Mientras que la controversia tomaba impulso, el Gobierno de Saskatchewan, en el año 2015, lanzó una consulta pública sobre la legislación que regula la propiedad de la tierra en el. Tambien, el gobierno introdujo un veto temporal a la compra de tierra agrícola para algunos inversionistas, planes de pensión y fideicomisos (GOVERNMENT OF SASKATCHEWAN, 2015a). Más adelante, el gobierno endureció las reglas de la compra de

[5] Los procedimientos legales todavía están pendientes, pero el caso es significativo debido a que la compañía "pretende financiar mil millones de dólares en la compra de tierra agrícola durante la próxima década" (Nickel 2015).

tierras a través de la modificación de la legislación de tierra agrícola en noviembre de 2015, un tema que retomaremos más adelante. Este renovado debate sobre las reglas de la propiedad de la tierra tiene implicaciones importantes para los inversionistas, agricultores y comunidades rurales.

Sobre la base de una investigación previa (DESMARAIS et al., 2015a, 2015b), este artículo contribuye a los debates relacionados con la transformación del sector agro alimentario y políticas de tierras en dos vías. Primero, nuestro método de investigación nos permite representar un panorama detallado de la modificación de los patrones de propiedad de la tierra. Haciendo uso de la información sobre los títulos de propiedad y de la base de datos sobre transacciones de tierra agrícola disponible de las agencias gubernamentales, hemos cuantificado la cantidad de tierra agrícola en propiedad de inversionistas, la tasa de variación de la propiedad de los inversionistas, y la distribución espacial de las inversiones a nivel provincial. Segundo, proporcionamos un análisis histórico que nos permite considerar cómo los factores políticos, económicos e ideológicos han moldeado el contexto legal e institucional de la propiedad de la tierra y los patrones de la propiedad. Al hacer esto, respondemos al llamado de analizar las políticas contemporáneas de tierras usando una perspectiva histórica más profunda (EDELMAN et al., 2013). [6] De manera especial, resaltamos la importancia de una regulación gubernamental a la propiedad de la tierra, la cual en diferentes momentos históricos resolvió de varias maneras los intereses opuestos entre agricultores, comunidades rurales e inversionistas. Esto nos lleva a sostener que las reglas sobre la propiedad reflejan diferentes maneras de valorar la tierra y las relaciones de los diferentes actores (agricultores e inversionistas) con ella. En este punto, introducimos la idea de “la inversión social” -- la inversión del trabajo, la creatividad y el compromiso social de quienes trabajan la tierra para hacer realidad la seguridad y el bienestar social y las metas políticas, así como el desarrollo económico a futuro. Esta idea contrasta con “la inversión financiera” en las tierras agrícolas, motivada por la promesa de ganancias económicas a través de rentas (intereses), el lucro productivo y la apreciación de los activos básicos. Históricamente, las restricciones a la propiedad en Saskatchewan privilegiaron la inversión social de familias agricultoras en la tierra por encima de su función como una inversión financiera. El cambio de este régimen regulatorio para las tierras agrícolas en

[6] Ver el número especial de *Journal of Peasant Studies* (2013) sobre acaparamiento de tierras para una discusión sobre el número de cuestiones metodológicos que deben ser abordados. Normalmente, los estudios sobre “acaparamiento de tierras” se basan en nuevos informes, páginas web de empresas y otra información de acceso fácil para determinar las propiedades de tierra de inversionistas financieros (EDELMAN, 2013; OYA, 2013). Si bien estas fuentes de información pueden ser útiles, ignoran potencialmente la importancia de los inversionistas privados, individuos pudientes, u otros actores financieros con poco perfil mediático o público. Nuestro análisis más detallado provee reflexiones sobre la identidad y la naturaleza de los inversionistas de tierra agrícola que no se podrían haber obtenido de otros métodos. Nuestro enfoque contribuye a abordar cierta crítica a la literatura sobre el “acaparamiento de tierra”, que incluye la fiabilidad de fuentes secundarias de información sobre la propiedad de tierra.

estos términos será analizado y relacionado con la perspectiva por la soberanía de la tierra en Saskatchewan.

Contexto histórico: Cambios en la legislación de la propiedad de la tierra

El actual debate sobre la propiedad de la tierra en Saskatchewan ocurre dentro de la larga e histórica presencia e interacción de pueblos indígenas con esta tierra. La leyes emitidas en 1872 (Dominion Lands Act and Homestead Act) para establecer el dominio de la corona sobre los territorios indígenas y la colonización por parte de explotaciones familiares fueron la base para la primera ola de desposesión en la provincia, en tanto que la tierra fue demarcada, y subsecuentemente puesta a disposición como propiedad privada. Así, granjas de 65 hectáreas fueron mercantilizadas a colonos hombres de Europa, quienes acordaron desmontar y preparar la tierra para la agricultura. La ley de 1872 (Dominion Land Act) fue promulgada en el contexto del despojo a pueblos originarios, quienes de manera violenta fueron finalmente obligados a renunciar a su tierra a través de acuerdos firmados con el gobierno federal (SAVAGE, 2012; DASHUK, 2013).

Por cerca de siete décadas después de la constitución de la provincia en 1905 no hubo restricciones a la propiedad de la tierra en Saskatchewan. Esto cambió en 1974 con la *Ley de Propiedad Agrícola de Saskatchewan* que restringió la propiedad de la tierra y la puso a disposición solo para los residentes de Saskatchewan. En 2002 la legislación sobre la propiedad de la tierra cambió nuevamente con las modificaciones a la *Ley de Seguridad Agrícola de Saskatchewan*, la cual efectivamente abrió el mercado de tierras, y permitió que residentes, ciudadanos y corporaciones de Canadá puedan poseer tierra.[7] Bajo la legislación de 2002, todavía se permitía a personas no canadienses poseer pequeñas parcelas de tierra (10 acres) en Saskatchewan. Esto entra en contradicción con otras provincias en Canadá, (British Columbia, Ontario, Nova Scotia and Newfoundland y Labrador) donde sí que permite a los extranjeros ser propietarios de tierra agrícola.

La legislación de 1974 y 2002 refleja dos períodos con diferencias significativas en la historia rural de esta región denominada las pampas de la región central del Canadá, cada uno caracterizado por diferentes conjuntos de valores. En 1974 los agricultores estabas más unificados, mejor movilizados, y empoderados económicamente a través de cooperativas de manejos de granos y estructuras de mercadeo colectivas. Ademas, los agricultores de Saskatchewan fueron reforzados por el Banco de Tierras, un programa

[7] La *Ley de Propiedad Agrícola de Saskatchewan* de 1974 fue modificada varias veces y reemplazada por la *Ley de Seguridad Agrícol*a en 1988. Posteriormente, esta última fue modificada por la *Ley de Modificación de Seguridad Agrícola de Saskatchewan*, promulgada en Julio de 2002 y que entró en vigencia en Enero de 2003. No obstante, generalmente se la conoce como la *Ley de Seguridad Agrícola de Saskatchewan*.

introducido por el gobierno social demócrata de la provincia de Saskatchewan en 1972. El Banco de Tierras permitió al Gobierno de Saskatchewan la compra de tierras a precio de mercados y el alquiler de vuelta a un costo razonable a los agricultores; así, facilitaba la transferencia inter generacional de tierras a la vez que aliviaba de manera efectiva las deudas a las que habían incurrido los granjeros por la re-capitalización constante de la tierra. Tal como uno de los gobiernos oficialmente electos explicara en ese entonces, el objetivo del Banco de Tierras

> es mantener operando al número viables de familias agriculturas … proteger al pequeño propietario de tierras, y proveer asistencia a la unidad agrícola pequeña para incrementar su participación, y entregar incentivos a agricultores jóvenes que deseen comenzar a cultivar. El objetivo también es detener la tendencia de grandes corporaciones agrícolas, muchas de ellas controladas fuera del país" (KOWALCHUK, 1971).

La idea inicial detrás del Banco de Tierras era convertir una porción significativa de tierra en un recurso público para fortalecer la agricultura familiar y construir comunidades rurales viables (GIDLUCK, 1995). Mientras que el Banco de Tierras enfrentó criticas tanto de la derecha como de la izquierda, aquellos que participaron en él consiguieron acceder a la tierra que de otro modo no hubiese estado disponible para ellos. Antes que se desmantelara el programa en 1982 por el gobierno del Partido Conservador, el Banco de Tierras fue responsable de 526,091 hectáreas, lo que representaba el 2% de la tierra agrícola en la provincia de Saskatchewan (BEINGESSNER, 2013, p. 35).

La legislación de la propiedad de la tierra de 1974 fue introducida después de una serie de audiencias públicas organizadas por el Comité Especial para la Propiedad de la Tierra Agrícola conformado por el Gobierno de Saskatchewan. El mandato del Comité - "de investigar la compra y la propiedad de la tierra agrícola de personas no residentes, extranjeros y personas jurídicas" -- reflejaba preocupaciones crecientes sobre la propiedad corporativa, la inversión extranjera y sobre quién debía poseer la tierra en Saskatchewan (KOWALCHUK, 1973, p. 3083). El Comité presentó fundamentalmente doce recomendaciones a la asamblea legislativa de Saskatchewan con el objetivo de ayudar a asegurar los medios de vida y la estabilidad de las explotaciones familiares en el contexto de la caída de precios frente a los alto costos de producción, apoyar a la economía agrícola, fortalecer el control local de la tierra, y satisfacer la transferencia intergeneracional de la tierra (KOWALCHUK, 1973, p. 3086-3087). Al presentar las recomendaciones al poder legislativo, el presidente del Comité se refirió de esta manera:

> (T)odos los miembros del Comité tienen presente el bienestar de los agricultores de Saskatchewan y el bienestar de las personas y comunidades de Saskatchewan, y han buscado respuestas a los variados y difíciles problemas que la comunidad de agricultores ha venido confrontando continuamente. Todos ellos reconocen que las tierras agrícolas son un

> recurso bastante diferente de otros recursos de la provincia; que contamos con solo cierta cantidad de este bien; que la agricultura es la industria básica de Saskatchewan, que la extensión de la tierra fue un recurso muy determinante en toda la economía de nuestra provincia y su gente y, por lo tanto, hubo un acuerdo general que si queremos ser los dueños del destino de nuestra economía, nosotros, la gente de la tierra, deberíamos tener el control de nuestra tierra."(KOWALCUK, 1973, p. 3083-3084)

Así, mientras que la economía agrícola era altamente inestable y la concentración de la tierra estuvo en aumento, la inversión social de la comunidad agrícola era vista como un aspecto clave para el futuro de la agricultura de la provincia. Las recomendaciones del Comité incluían, entre otras, el fortalecimiento de cooperativas, el reconocimiento único a las cooperativas conformadas por familias de agricultores o cooperativas agrícolas comunitarias y su derecho a poseer tierra, y la restricción a la propiedad de la tierra para los residentes de Saskatchewan.

Para comienzos del nuevo siglo, las políticas de la propiedad de la tierra, y, de hecho, la visión ideológica del Partido Social Demócrata de la provincia, habían cambiado considerablemente. El neoliberalismo había ganado importante terreno en Saskatchewan y la reestructuración de la agricultura estaba en marcha (KOWALCUK, 1973, p. 3083-3084). Las nuevas políticas se enfocaban en incrementar la producción para la exportación, atraer la inversión extranjera, cortar los presupuestos para la agricultura, y desregular la industria agrícola; de esta manera, se buscaba trasladar al mercado a lo que previamente había estado bajo reglamentación y supervisión del gobierno (QUALMAN y WIEBE, 2002, p. 9). Este viraje reflejó un compromiso cada vez mayor con la economía que con el valor social de la tierra, y ciertas autoridades políticas y funcionarios en cargo comenzaron a proclamar los beneficios de las "inversiones" y la "competencia" que serían alcanzados abriendo las restricciones a la propiedad de la tierra. El gobierno modificó la *Ley de Seguridad Agrícola de Saskatchewan* in 2002 para expandir la propiedad de la tierra a todos los individuos y corporaciones canadienses. Al introducir la nueva legislación, el gobierno explicó que estaba armonizando sus leyes para ser competitivos con otras provincias, y así, estaba enviando "una señal a otras provincias que Saskatchewan está abierta a la inversión extranjera" (GOVERNMENT OF SASKATCHEWAN, 2002, citado BEINGESSNER, 2013, p. 36). En breve, el gobierno justificó las nuevas reglas en términos neoliberales.[8]

[8] El discurso narrativo usado para ayudar a justificar el viraje en la política se refiere a un inminente proceso legal llevado por una persona contra el Gobierno de Saskatchewan. Un residente de Columbia Británica quiso comprar tierra en Saskatchewan y amenazó con presentar una demanda legal contra el Gobierno de Saskatchewan por impedirle que lo hiciera (PRATT, 2015). Esta persona argumentó que la ley de Saskatchewan violaba la Carta de Derechos y Libertades de Canadá (la Constitutión), concretamente, su derecho a la movilidad (BRIERE, 2002; PATTERSON, 2014a). Mientras parecía que el Gobierno de Saskatchewan temía perder una batalla legal, otras provincias mantenían sus restricciones para la compra de tierra por parte de no residentes (por ejemplo, Isla del Príncipe Eduardo y Québec).

Hubo cierta resistencia a la liberalización de las restricciones a la propiedad de la tierra. Las consultas del Gobierno de Saskatchewan previas a la introducción de la nueva ley de 2002 revelan posiciones divergentes entre varios actores. Por un lado, los empresarios estaban a favor de abrir la propiedad de la tierra como una vía para atraer inversiones. La Federación Canadiense de Negocios Independientes, por ejemplo, sostenía que las restricciones deterioraban el desarrollo económico, mientras que las organizaciones de productores de mercancías agrícolas expresaron su acuerdo con el cambio hacia la "modernización" y/o a atraer inversiones. Por otro lado, organizaciones de agricultores como la Unión Nacional de Agricultores y la Asociación de Productores Agrícolas de Saskatchewan se opusieron al cambio y argumentaron que la nueva ley suponía amenazas a las familias de agricultores porque alentaba la existencia de terratenientes ausentes y la especulación. Esta resistencia reflejó concienciación sobre el poder social y económico atado a la propiedad de la tierra y las diferencias en el valor que se le daba a las tierras y las comunidades rurales.

Resultados de la investigación

Para este análisis obtuvimos datos de los títulos de propiedad de toda la tierra agrícola en la provincia de Saskatchewan para los años 2002 y 2014. Usando una metodología desarrollada en Desmarais et al. (2015a), identificamos a los propietarios de inversiones de tierra en Saskatchewan y cuantificamos sus explotaciones de tierra (Tabla 1). Además, usamos el Sistema de Información Geográfica (SIG) para mapear la propiedad de tierra de los inversionistas en 2002 y 2014. También obtuvimos una base de datos de todas las transferencias de tierra que se dieron en la provincia entre 1994 y 2014 y que servirán para nuevos análisis. Se puede acceder a estos datos del Consejo para la Seguridad de las Tierras Agrícolas (Farmland Security Board) previo el pago de una cuota. Para cada transferencia de tierra, la base de datos contiene información sobre la parcela, el vendedor, el comprador, y el precio pagado, entre otras variables. La base de datos también diferencia las transferencias entre "familias" (ventas de tierra intra-familiares) de aquellas entre compradores sin relaciones familiares con el vendedor, lo que se refiere como "arm's-length". Para el objetivo de nuestro análisis, sostenemos que es más conveniente estudiar la actividad inversionista en relación con las transacciones no familiares; esto es, las transacciones en las cuales los vendedores ofrecen la tierra en el mercado a cualquier comprador voluntario.

Principales inversionistas de tierra

Las instituciones enumeradas en la Tabla 1 representan diferentes estructuras y modelos de propietarios. Entre los inversionistas más prominentes está la Directiva de Inversiones Planes de Pensiones de Canadá, la cual compró una gran cartera de tierra de la Assiniboia Capital Corp. en 2013. Algunos de los inversionistas con las mayores explotaciones de tierra son poco conocidos. El principal propietario privado de tierra es un acaudalado individuo, cuyo valor estimado de explotaciones de tierra podría estar entre $CA100 – 200 millones. Las compañías de inversiones de propiedad familiar y otras personas pudientes forman el mayor número de inversionistas. Otros, incluyendo AgCapita, Bonnefield, TopSoil, y Agco Ag Ventures son compañías y fondos de inversiones de tierra que ofrecen tierras para una serie de accionistas e inversionistas. Normalmente, estos inversionistas alquilan su tierra a productores en lo que se conoce como el modelo “own lease-out” (propiedad-alquiler) de inversiones de tierra (FAIRBAIRN, 2014a).

Tabla 1: Principales inversionistas de tierra agrícola en Saskatchewan, 2002 y 2014

Tipo de inversionista	**Entidad**	**2002 propiedades agrícola (hectáreas)**	**2014 propiedades agrícola (hectáreas)**	**Descripción**
Planes de pensiones	101138678 Saskatchewan Ltd. (Canada Pension Plan Investment Board, CPPIB).		46,080.32	El CPPIB, el cual maneja más de $CA260 billones en nombre del Plan de Pensiones de Canadá, adquirió su cartera entera de una sociedad de inversiones de tierra, Assiniboia Farmland LP en 2013.
Inversionistas privados y fondos de inversiones, compañías y asociaciones	Robert Andjelic; y Andjelic Land Inc.		65,097.92	Inversionista particular de Alberta con propiedades en 78 municipios rurales.
	HCI Ventures Ltd.; incl. HCI Farms Indian Head Ltd.	3,241.53	46,022.06	Compañía inversora familiar ubicada en Alberta.
	TopSoil Farm Land Management (II) Inc.; Blueberry & Papaya Farms Ltd.; Kiwi & Mango Farms Ltd.; y compañías asociadas.	1,342.34	34,202.41	Un grupo de compañías vinculadas, incluido TopSoil Farmland Management Fund, un fondo patrimonial privado. Algunas de estas entidades son compañías inversoras mientras que otras serían híbridos agricultores/inversionistas.
	Agcapita GP II Ltd.; Agcapita GP III Ltd.; y Agcapita GP		11,828.14	Compañía inversora de tierras al servicio de inversionistas particulares e institucionales.

	IV Ltd.			
	West Star Agricultural Ltd.; y Alykhan Karim Bhanji.		9,119.19	Inversionista individual de Saskatchewan, con propiedades en 37 municipios rurales.
	AGMW Regina Farms Ltd.		8,581.36	Compañías inversoras privadas con accionistas como la familia Aquilini (propietarios de un equipo de hockey, Vancouver Canucks), Chip Wilson (fundador de una tienda de ropa de yoga, Lulu Lemon), y otros individuos acaudalados.
	Chinook Bison Ranch Ltd.		7,583.80	Compañía privada asociada con familia Ricketts de EEUU, propietarios billonarios del equipo de béisbol Chicago Cubs
	Prairie Merchant Corporation		7,151.20	Compañía inversora privada de propiedad de Brett Wilson, destacado inversionista canadiense
	101168777 Saskatchewan Ltd. (un socio general de Agco Ag Ventures LP)		6253.60	Agco Ag Ventures es una compañía de inversión de sociedad limitada, en parte propiedad de SaskWorks, un fondo mutuo ubicado en Saskatchewan
	Weyburn Security Company Limited	6100.63	6031.31	Una compañía se seguros, planificación financiera e inversiones con sede en Saskatchewan
	Netherlands Investment Company of Canada Limited	4686.66	5036.71	Subsidiaria de una compañía danesa registrada en Manitoba
	Bonnefield Farmland Saskatchewan Inc.; y Bonnefield GP II Inc.		4517.50	Compañía de inversiones en tierra al servicio de inversionistas particulares e institucionales.
	Hardin Investments Ltd.		4423.21	Compañía de inversiones privada con sede en Alberta
	Laborde Enterprises Ltd.		4215.20	Compañía de inversiones privada con sede en Alberta
	Yang's Crop Inc.		4059.80	Compañía de inversiones privada con sede en Columbia Británica
Híbridos	Cor Van		13650.04	Anterior propietario de

agricultores/inversionistas	Raay; y Van Raay Land Inc.			uno de los corrales de engorda más grandes de Alberta, y quien se ha expandido a Saskatchewan desde mediados de 2000
	Nil-Ray Farms Ltd.		5990.56	Propiedad de los hermanos Nilsson, anteriores propietarios de una de las dos plantas de empacado de carne de res más grandes de Canadá.
	3L Cattle Company Ltd.	1543.87	5704.85	Propiedad del fundador de una compañía maderera con sede en Columbia Británica
Otros	Una agregación de otros 18 inversionistas y compañías inversoras con propiedades de 1,214 hasta 4,047 hectáreas cada una.	4110.79	43191.28	
Total (hectáreas)		**21026.25**	**338729.57**	

Fuente: autores, 2017.

Al estudiar los datos de los títulos de propiedad también encontramos por lo menos tres entidades que hemos denominado “híbridos de agricultores-inversionistas”. Estas entidades - de rápido crecimiento y dedicadas a la producción agrícola - comenzaron a comprar grandes extensiones de tierra a mediados de 2000 y están respaldadas por empresarios que vienen fuera de la provincia. Estas entidades se distinguen de agricultores familiares constituidos hace mucho tiempo, de menor escala y más lento crecimiento.

Cantidad de tierras en propiedad de inversionistas

De acuerdo con nuestro análisis, a la mitad de 2014 los inversionistas poseían 338.730 hectáreas de tierra en Saskatchewan (Tabla 2). Esto representa el 1,44% del área total de la tierra en Saskatchewan en manos de entidades privadas (es decir, excluyendo la tierra estatal y los territorios indígenas)[9]. Entre 2002 y 2014, el tamaño de tierra en

[9] Estimaciones del área total de tierra en propiedad privada en la provincia va desde 23.45 millones de hectáreas, de acuerdo con la Agencia de Evaluación de la Gestión de Saskatchewan (Saskatchewan Assessment Management Agency, SAMA), y 24.94 millones de hectáreas, de acuerdo con el Censo Agrícola (Statistics Canada, CANSIM tabla 004-0204). Este artículo usa el número más bajo, de SAMA, porque creemos que refleja mejor la actual superficie de la tierra en propiedad privada en la provincia.

propiedad de inversionistas se incrementó en 16 veces. Aunque estos datos no se parecen muchos, en realidad la situación es mucha mas compleja y las compras de los inversionistas alcanzan un porcentaje muy significante de la compra/venta de tierra en varios municipalidades rurales.

Tabla 2: La tierra agrícola de Saskatchewan en propiedad de inversionistas, 2002 y 2014 (hectáreas)

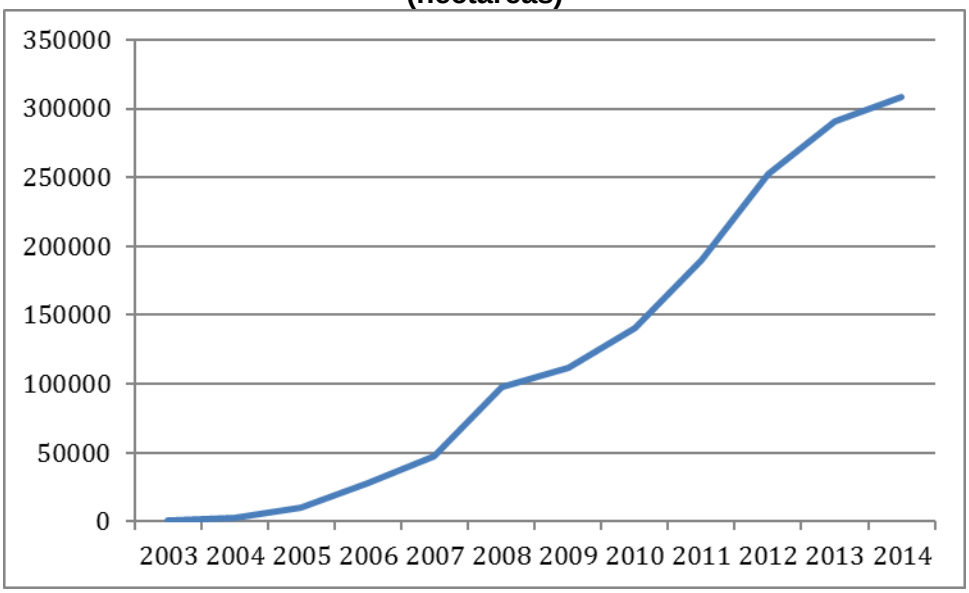
	2002	**2014**
Área de tierra en propiedad de inversionistas, compañías inversoras, planes de pensión, e híbridos agricultores-inversionistas (hectáreas)	21.026	338.730
Proporción del total de tierra en propiedad de inversionistas, compañías inversoras, planes de pensión, e híbridos agricultores-inversionistas (en porcentaje)	0.09%	1.44%

Fuente: Adaptada de Information Services Corporation Ownership Dataset, reproducido con el permiso de Information Services Corporation. Datos adicionales solicitados a la Agencia de Evaluación de la Gestión Saskatchewan (SAMA).

Con el objetivo de determinar la importancia de la actividad inversora en el mercado de tierras de Saskatchewan, analizamos los datos sobre las transacciones anuales entre 2003 y 2014. Usando la lista de 37 entidades analizada de los datos de los títulos de tierra, tabulamos el monto neto anual de la tierra adquirida por inversionistas entre 2003 y 2014 (Figura 1). [10] Esta información sugiere que los terrenos de los inversionistas se incrementaron bastante rápido desde medianos de los años 2000 hasta mediados de 2010. Después comparamos las compras neta de los inversionistas con las transacciones sin relaciones familiares (arm's- length) para los 12 años en cuestión (Figura 2). Las compras de los inversionistas como parte de transacciones no familiares tuvieron su punto máximo en 2012; esto es, 9.55%. Otros años de fuerte actividad inversionista incluye el 2008, 2011, 2013, y 2014. Las compras de los inversionistas disminuyeron después de 2012; no obstante, las explotaciones de la tierra neta en manos de los inversores continuaron creciendo.

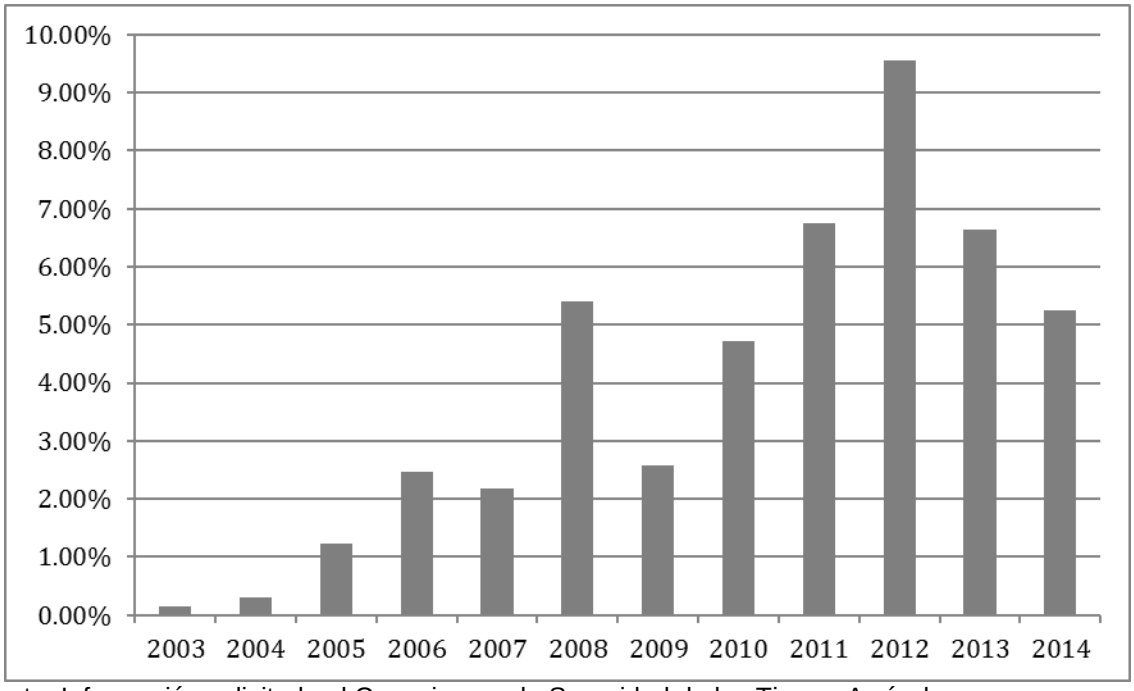
[10] La Figura 1 no considera la tierra adquirida por inversionistas previo al 2003; y por lo tanto, el gran total es levemente más pequeño que el que se reporta en la Tabla 1.

Figura 1: Explotaciones acumulativas de los inversionistas en Saskatchewan (hectáreas)



Fuente: Información solicitada al Consejo para la Seguridad de las Tierras Agrícolas.

Figura 2: Compras de los inversionistas como parte de todas las transacciones de mercado en Saskatchewan

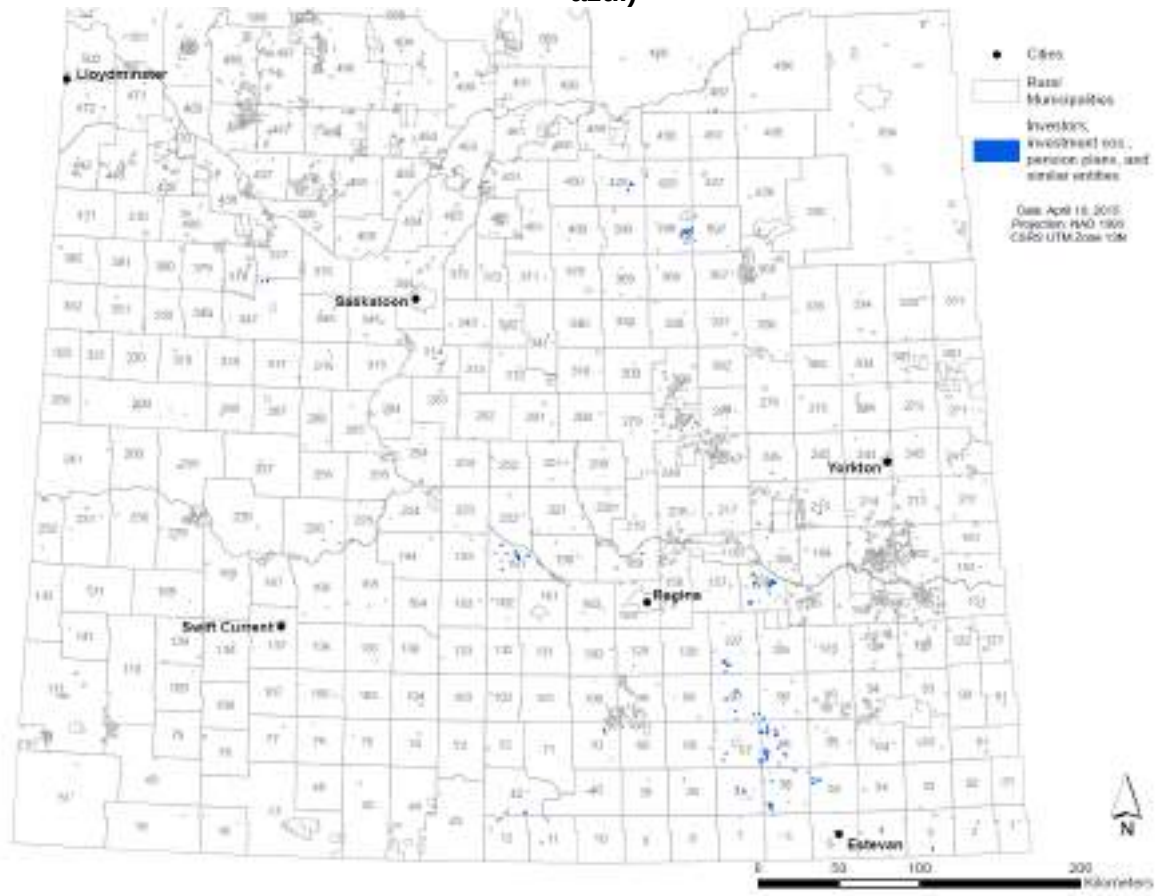


Fuente: Información solicitada al Consejo para la Seguridad de las Tierras Agrícolas

Distribución espacial de la tierra en manos de inversionistas

Las Figuras 3 y 4 ubican las explotaciones de tierra en propiedad de inversionistas, compañías inversoras, planes de pensión, híbridos agricultores-inversionistas en 2002 y 2014, respectivamente.[11]

Figura 3: Ubicación de las explotaciones en propiedad de inversionistas, 2002 (en azul)



Al comparar las figuras 3 y 4 se hace claramente visible el rápido incremento en la extensión de tierra en propiedad de inversionistas. La figura 4 también muestra el agrupamiento de las explotaciones de tierra y la mayor presencia de propiedades de inversionistas en algunos municipios rurales. La figura 5 provee una manera diferente de capturar la distribución geográfica de las compras de inversionistas al sombrear cada municipio rural de acuerdo con el porcentaje de tierra en propiedad de inversores. En 16 municipios rurales, los inversionistas poseen más de 5 por ciento de tierra agrícola (el rango es de 5 a 9.3 por ciento).

[11] En ambas figuras 1 y 2, los cuadros azules indican los terrenos en propiedad de inversionistas, compañías de inversores, e híbridos agricultores-inversionistas. Las líneas grises representan la fronteras de las municipalidades rurales numeradas. Los cuadrados grises más pequeños y las áreas resaltadas en gris representan la tierra excluida de la jurisdicción de las municipalidades rurales, incluyendo las reservas de las Primeras Naciones, ciudades, pueblos y localidades, provincias y otros parques. Ambos mapas fueron preparados por Sarina Gersher usando ArcGIS y fuentes de datos de mapas de Information Services Corporation. La fuente de datos de mapa fue usada y reproducida con permiso de la Information Services Corporation. Datos adicionales GIS de Natural Resources Canada y GeoBase.

Figura 4. Localidades de parcelas en propiedad de inversionistas, 2014 (en azul)

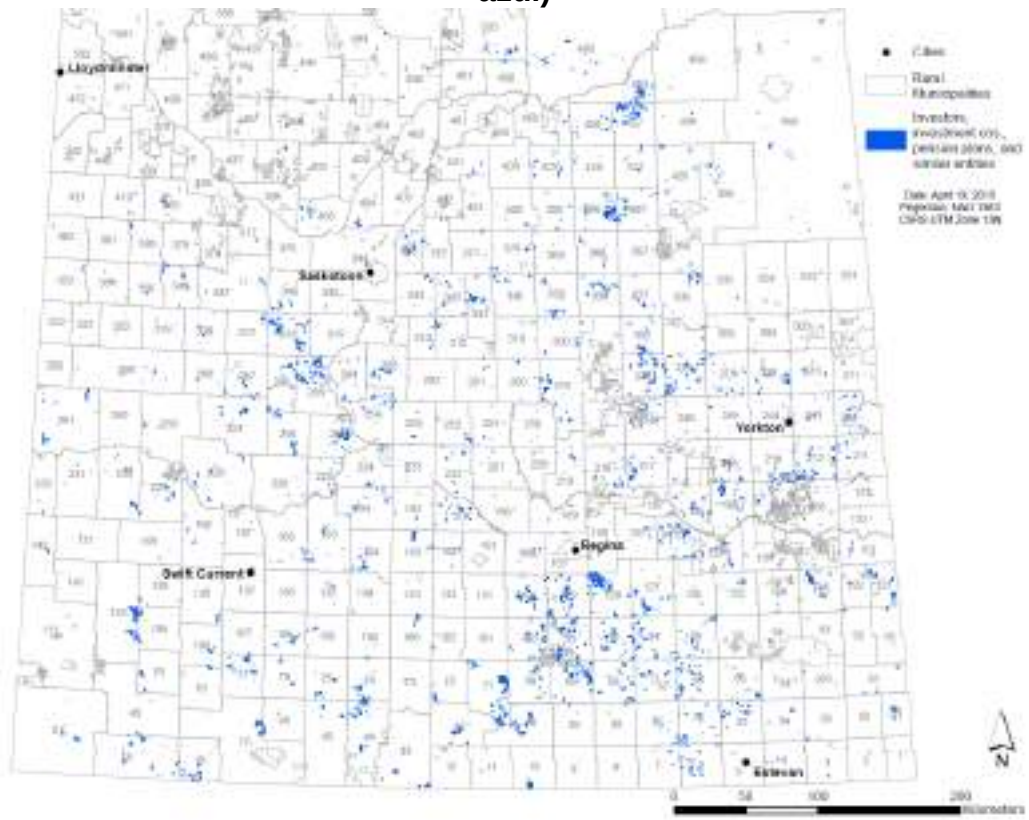
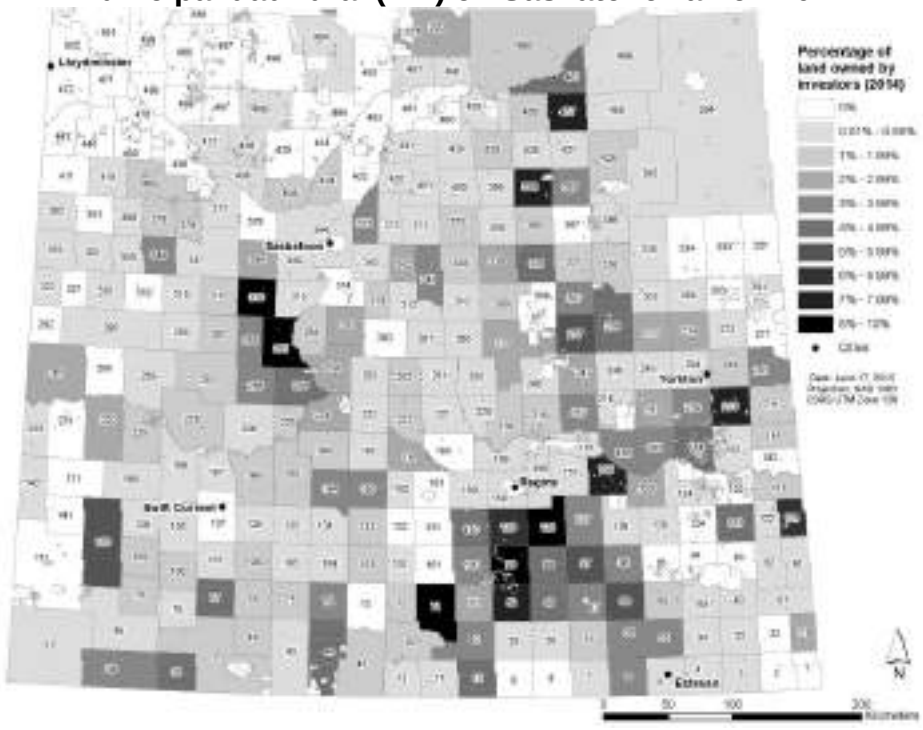
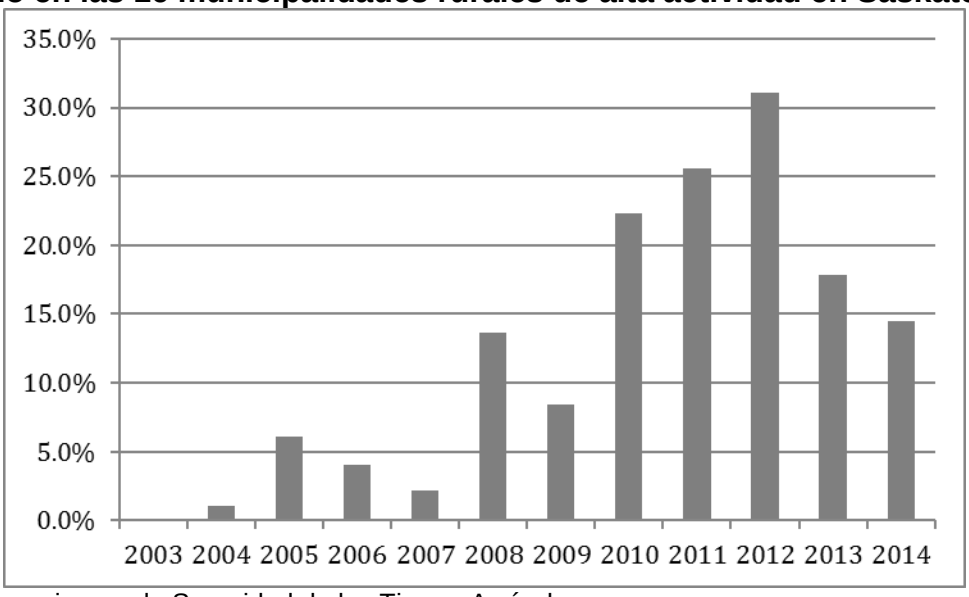


Figura 5: Porcentaje de tierra en propiedad de inversionistas para cada municipalidad rural (RM) en Saskatchewan en 2014



Usando la base de datos de transacciones de tierra, efectuamos un análisis adicional de la actividad de los inversionistas para las 16 municipalidades rurales en las cuales los inversionistas habían sido muy activos. Las compras de los inversionistas (incluyendo transacciones entre inversionistas) fueron tabuladas como una parte de todas las transacciones de mercado que ocurren en los municipios rurales denominados de alta actividad en ventas/compras de tierra (Figura 6). En estos municipios rurales las compras de los inversionistas representaron más del 20% de todas las transacciones de mercado en tres años: 2010, 2011 y 2012. En 2012, año de actividad pico, las compras de los inversionistas significaron aproximadamente un tercio (31,1%) de todas las transacciones de mercado en las 16 municipalidades rurales de alta actividad. Estas conclusiones sugieren que, en ciertas regiones, las actividades de los inversionistas están teniendo un impacto significativo en los mercados locales de tierra.

Figura 6. Compras de inversionistas como parte de las transacciones de mercado en las 16 municipalidades rurales de alta actividad en Saskatchewan



Fuente: Consejo para la Seguridad de las Tierras Agrícolas

Discusión: Políticas de tierra: prioridades, precios y poder

Nuestros hallazgos muestran que diferentes formas de inversiones han acumulado grandes propiedades de tierra en Saskatchewan desde la liberalización de las reglas de la propiedad en 2003. Se debe de tener en mente que, tradicionalmente, la propiedad de tierra ha estado dividida entre decenas de miles de diferentes propietarios (agricultores), cada uno con una proporción infinitesimalmente pequeña de la base total de tierra. Si bien la proporción total de la tierra en Saskatchewan en propiedad de inversionistas en 2014 era pequeña, aquí sostenemos que la tendencia es significativa. Además, los datos de las transacciones de tierra indican que en años recientes los inversionistas han jugado un rol

significativo en los mercados de tierras. En algunas municipalidades rurales, la propiedad de los inversionistas es tan alta como el 8-10% de la base de tierra y las compras de inversionistas representan una porción importante de las transacciones no familiares. Si los inversionistas continúan acumulando propiedades de tierra al ritmo que lo hicieron entre 2003-2014, esto podría resultar en un cambio dramático en los patrones de propiedad en el transcurso de las próximas décadas.

La entrada de inversionistas no-agricultores en el mercado de tierras ha provocado un importante debate sobre las reglas de la propiedad en Saskatchewan. La preocupación pública impulsó la revisión por parte del gobierno de la *Ley de Seguridad Agrícola de Saskatchewan* mencionada líneas arriba. Para el resto de esta discusión, hemos levantado algunas preguntas fundamentales y recurrentes sobre los valores, las perspectivas, el poder y la propiedad que emergen del debate de la propiedad de la tierra en Saskatchewan. A pesar que estos cambios están ocurriendo dentro de un contexto económico, histórico, cultural y legislativo específico, estos sirven de base para un debate más general sobre los valores y prioridades que reflejan las políticas de propiedad de la tierra. Como tal, este debate en Saskatchewan tiene resonancia para las políticas de tierra en otras países.

Las políticas de tierra y los discursos políticos contemporáneos en Saskatchewan se desarrollan en el contexto de una larga historia de pueblos indígenas que viven en esta tierra. El despojo y el desplazamiento de los pueblos indígenas por colonos constituye un cambio radical en el uso y el rol de la tierra; de territorios tradicionalmente ocupados por pueblos indígenas a parcelas titularizadas y de propiedad individual. Este cambio ha sido tan abrumador que las anteriores perspectivas indígenas sobre tierras ni siquiera fueron reconocidas, mucho menos presentadas como una posible alternativa, en el proceso de consulta del Gobierno de Saskatchewan (Government of Saskatchewan 2015b) sobre la propiedad de la tierra. La gama de opciones políticas y culturales en discusión excluyó la posibilidad de regresar a los históricos enfoques de la ocupación comunal y compartida de la tierra. El marco institucional de la tierra que ha sido demarcada, titularizada y de propiedad privada no estaba en duda; lo cual demostró cuán efectivo había sido ser el marco institucional instalado con la *Ley del Dominio de la Tierra* un siglo y medio atrás. Sin embargo, las condiciones globales y locales en evolución continúan reformulando el paisaje de la política de tierras.

Actualmente, la hegemonía del neoliberalismo orienta el discurso sobre tierras. La movilidad del capital, acompañado de la volatilidad de los mercados financieros, ha hecho que la estabilidad de las inversiones en Saskatchewan sea atractiva. La mercantilización y la financialización neoliberal de la naturaleza no solo lleva a que la tierra se coloque en la categoría de bien mercantil; sino que le da primacía a ese enfoque. En este contexto, la tierra agrícola está vista primordialmente como una oportunidad de inversión; y las grandes

explotaciones, donde en consecuencia hay pocos agricultores con una relación vida-subsistencia directa, significa que pocas voces están involucradas en desarrollar las políticas de tierra.

Nuestra investigación apunta al importante rol que el Estado y la legislación continúan teniendo para formular las políticas de tierra, así como para determinar la propiedad y el uso de la tierra. Tal como lo menciona Borras et al (2013) en su análisis sobre el rol de los Estados en el fenómeno global de acaparamiento de tierras, los gobiernos pueden, por un lado, "(a) regular para facilitar las transacciones de tierra, (b) regular para mitigar los impactos negativos y maximizar las oportunidades; y (c) regular para detener y desmantelar el avance del acaparamiento de tierras" (p.168). Por otro lado, las políticas neoliberales de tierra diseñadas para facilitar las transferencias de tierra a gran escala priorizan las inversiones financieras (acaparamiento de tierras), descartando las inversiones *sociales* en la agricultura, la agricultura familiar y las comunidades rurales. La propiedad de la tierra continua siendo un determinante importante del poder económico y político a pesar de la diversificación y urbanización económica. La legislación que rige la tierra refleja y configura *cómo* se entiende y utiliza la tierra, así como *quién* consigue tenerla y usarla. Como tal, la legislación de la tierra facilita diferentes modelos en la agricultura.

Al restringir la propiedad de la tenencia de la tierra a los residentes de la provincia, la *Ley de Propiedad Agrícola de Saskatchewan* de 1974 parece afirmar el valor de la relación entre la propiedad de la tierra y la seguridad de la tenencia. Sin embargo, al no restringir el tamaño de las propiedades o la cantidad de tierra que puede poseer un individuo o una entidad corporativa, la ley de 1974 no previno el actual proceso de concentración de tierras; acompañado del incremento en el tamaño de las propiedades y la disminución del número de agricultores. Así, al restringir la propiedad de la tierra agrícola a los residentes de la provincia, la legislación ponderó la inversión social y contribuyó a la existencia de las comunidades de Saskatchewan, por encima de la inversión del capital. El cambio de la política de 2002 reflejó un viraje, en tanto que priorizó la inversión de capital en la tierra y amplió los requerimientos para la propiedad a todos los canadienses.

Es posible que cada uno de estos hitos de la política de tierras fue implementado con el propósito de promover la inversión en la tierra. A pesar que el término "inversiones" comúnmente sugiere las inversiones financieras dentro del marco del discurso neoliberal o capitalista, el dinero es solo una forma de inversión. El significado genérico de "inversiones" pone deliberadamente recursos valorables en algo con el propósito de incrementar un bien o ganancia en el futuro. Por ejemplo, atraer a colonos a las pampas en Saskatchewan con la *Ley de Dominio de Tierra* de 1872, o intentar asegurar que las familias agricultoras sean los propietarios de las tierras con la *Ley de Propiedad Agrícola de Saskatchewan* de 1974, fueron estrategias deliberadas para promover la inversión social en comunidades de rurales

y agrícolas. En cambio, la *Ley de Seguridad Agrícola de Saskatchewan* de 2002 se enfocó básicamente en atraer la inversión financiera bajo la lógica de la rentabilidad monetaria en la forma de rentas (intereses), ganancias productivas, y aún más importante, la apreciación del valor de los bienes comprados. Esta estrategia neoliberal coartó políticas de tierra progresivas, interrumpió inversiones sociales, y continuó minando la soberanía de la tierra al invitar a las fuerzas del mercado a dictar la reasignación y la propiedad de la tierra.

La maximización de la inversión financiera, es decir, la regulación para "facilitar las transacciones de tierra" se habría cumplido al eliminar todas las restricciones a los inversionistas extranjeros que buscan comprar tierra en Saskatchewan. Esto atraería a pudientes compradores de todo el mundo. El consecuente incremento en los valores de tierra significaría un mejor paquete de retiro para aquellos que dejen la agricultura; no obstante, también significaría potenciales barreras más altas para pequeños agricultores para entrar en la industria. De hecho, los agricultores que entrevistamos enfatizaron la subida de los precios de la tierra como un obstáculo importante para jóvenes agricultores. Probablemente, las inversiones de capital adicionales en tierra también pueden resultar en una concentración más alta de la propiedad. No obstante, la política actual de Saskatchewan, mientras que se orienta a atraer inversiones financieras, también coarta la propiedad a los canadienses. Esto facilita el flujo de capital fuera de la provincia en la tierra mientras que interviene en el mercado de tierras al limitar el poder de la propiedad a aquellas entidades reguladas completamente por la normativa canadiense. La política reconoce que el poder, tanto político como económico, recae en la propiedad de la tierra.

Nuestra investigación demuestra que la estrategia encaminada a mitigar los efectos negativos y maximizar las oportunidades de inversión está llevando a una rápida concentración de tierra en manos de inversionistas que no son de Saskatchewan. El incremento de los precios de la tierra para los agricultores que entran al sector, la percepción de una competencia desleal, la preocupación por las inestables comunidades, junto con una gama de preocupaciones públicas, ejerció suficiente presión en el actual Gobierno de Saskatchewan para volver a examinar la *Ley de Seguridad de la Tierra agrícola* en 2015. En su esfuerzo por "mitigar los impactos negativos" y disipar preocupaciones públicas, el gobierno ha reafirmado las restricciones a las inversiones extranjeras y ha prohibido a inversionistas canadienses "institucionales" tales como los Fondos de Pensión la compra de tierra en Saskatchewan (Government of Saskatchewan 2015c). No es claro, sin embargo, qué impacto tendrá este "endurecimiento" de las restricciones en los patrones de la propiedad de la tierra. A pesar de que estas nuevas reglas restringen las actividades de inversionistas "institucionales", estas no restringen a los inversionistas *privados* de Canadá de comprar tierra en Saskatchewan, y nuestra investigación indica que la acumulación de tierra por inversionistas privados es significativa y se está incrementando.

El enfoque de soberanía de la tierra va más allá del valor económico de la tierra para enfocarse en aspectos sociales y políticos. La priorización en las inversiones sociales en la agricultura, la agricultura familiar y las comunidades rurales implica el reconocimiento del valor social de la tierra. Tal como las familias agricultoras han venido demostrando por generaciones, las inversiones sociales en la agricultura y las comunidades no se calculan ni son pagadas con el capital financiero. La responsabilidad hacia la finca que demuestran las familias agricultoras al dedicar ingresos fuera de sus unidades productivas y largas horas de trabajo añaden valor, fortalecen la estabilidad social y podrían mejorar la perspectiva para nuevos agricultores. Probablemente, el capital externo, que transfiere la propiedad de los agricultores a los inversionistas, no puede compensar ese "capital social" perdido. Mientras que los acuerdos de arrendamiento, donde los anteriores propietarios continúan ocupando las fincas, cultivando la tierra y participando en sus comunidades locales, puede enmascarar estas pérdidas, el control de largo plazo, la toma de decisiones, el cuidado y el compromiso que se deriva de la seguridad intergeneracional de la tenencia son alterados por el cambio de propietarios a arrendadores. La soberanía de la tierra, y con esto la perspectiva de mayor soberanía alimentaria, es menoscabada cada vez más.

Un marco regulatorio que priorice la inversión social y fortalezca la soberanía de la tierra debería necesitar hacer más que solamente reducir la lista de inversionistas de afuera que compran la tierra. Este debería mejorar, fortalecer y apoyar la economía social. Esto podía incluir hacer espacio a los negocios sociales e institucionalizar más formas contundentes de propiedad pública/colectiva y social a través de nuevas formas de bancos de tierras, fondos de tierras, cooperativas y otras estructuras de propiedad. Otras opciones de política que podrían afectar indirectamente las inversiones de tierra, y favorecer la inversión social sobre el capital especulativo, son las regulaciones que restringen el uso de la tierra a la producción agrícola. Otra puede colocar un límite en la cantidad dela tierra que puede poseer una persona/entidad. Así mismo, las intervenciones de política en los mercados de arriendo de la tierra (controles de arrendamiento) podrían servir como desincentivo para inversionistas de afuera a la vez que hacen a la agricultura más asequible para familias de agricultores. Las políticas de tierra, como la misma tierra, es la base que mantiene y define la vida social, económica, ecológica y cultural de una sociedad.

Conclusión

Mientras que alguna vez fue posible afirmar que Saskatchewan "nunca había experimentado el fenómeno donde grandes extensiones de tierra han estado en manos de terratenientes ausentes" (Ferguson et al 2006, p.60), esta tendencia histórica está cambiando. En este artículo, hemos provisto un contexto histórico y hemos documentado la

importancia creciente de la propiedad de la tierra de Saskatchewan por actividades no agrícolas. Como en muchas otras jurisdicciones, inversionistas de diferentes formas han comprado grandes extensiones de tierra de Saskatchewan en los últimos 10 años. Estos desarrollos, sumado al rápido incremento en los precios de la tierra, han resucitado los debates públicos sobre cómo y hasta qué punto la propiedad de la tierra debería ser restringida.

La política de tierras es críticamente importante para determinar quién cultiva, de qué manera se cultiva y cuál será el destino de las comunidades rurales. El discurso sobre la política de la propiedad de la tierra levanta algunas preguntas fundamentales: ¿Cuáles son los valores fundamentales que las políticas de tierra deberían proteger y fortalecer? ¿y qué tipo de inversiones se necesitan más para reflejar estos valores? La compleja variedad de valores, la diversa gama de actores e intereses, y la importancia integral de la tierra y los alimentos requiere políticas articuladas con mucho cuidado que tomen cuenta las necesidades y los beneficios tanto de las inversiones sociales como financieras.

Hasta ahora, nuestra investigación indica que las políticas que se enfocan básicamente en las inversiones de capital solo van a acelerar la actual situación en donde una cantidad cada vez más grande de tierras en Saskatchewan está en manos de personas que no son agricultores, y la concentración de la propiedad de la tierra continúa creciendo. Esto minimiza la perspectiva de establecer un sector rural y agrícola floreciente, sustentablemente ecológico, capitalizado adecuadamente y socialmente justo y dinámico. Esto coarta la renovación de comunidades rurales al hacer prohibitivamente cara la entrada en la agricultura para nuevos agricultores. Y, además, socaba las iniciativas de autosuficiencia de alimentos locales y de la soberanía alimentaria. Así, en este contexto, vemos que un enfoque de soberanía de la tierra que enfatice una política de tierras más amplia y democrática y de inversión social tiene mucho más potencial para el bienestar social y ambiental.

Se necesita continuar con las investigaciónes para entender con mayor profundidad los efectos que tienen las compras y extensiones de inversionistas en los mercados locales de tierra y en las relaciones sociales. Por ejemplo, ¿cómo están afectando las actividades de los inversionistas en la escala local la asequibilidad de la tierra para los agricultores? Cuando una propiedad pertenece a inversionistas, ¿cómo afecta eso las relaciones entre terratenientes y arrendatarios. ¿Y cómo afecta el uso de la tierra, el cuido del medioambiente y las relaciones internas de las comunidades locales? A pesar que este artículo no responde estas preguntas, el conjunto de las actividades de inversiones que hemos identificado son claves para futuras investigaciones.

Bibliografía

BEINGESSNER, N. **Alternative land tenure**: A path towards food sovereignty in Saskatchewan? 2013. Masters thesis. Regina, Canada: University of Regina. Disponible en: <http://ourspace.uregina.ca/bitstream/handle/10294/3831/Beingessner_Naomi_196401062_MA_JUST_Spring2012.pdf?sequence=1>. Acesso en 25 Jul. 2015.

BORRAS, S.M.; FRANCO, J.C.; WANG, C. The Challenge of Global Governance of Land Grabbing: Changing International Agricultural Context and Competing Political Views and Strategies. **Globalizations**, v.10, n.1: 161-179, 2013.

BRIERE, K. Land ownership law challenged. **The Western Producer**. 2002. Disponible en: <http://www.producer.com/2002/04/land-ownership-law-challenged>. Acesso en 18 Abr. 2015.

DASCHUK, J. **Clearing the plains**: Disease, politics of starvation and the loss of aboriginal life. Regina: University of Regina Press, 2013.

DESMARAIS, A. A.; QUALMAN, D.; MAGNAN, A; WIEBE, N. Land grabbing and land concentration: Mapping changing patterns of farmland ownership, in three rural municipalities in Saskatchewan, Canada. **Canadian Food Studies,** v. 2, n.10, pp. 16-47. 2015a.

DESMARAIS, A. A.; QUALMAN, D.; MAGNAN, A; WIEBE, N. **Who should own land in Saskatchewan?** Policy Brief, Johnson Shoyama Graduate School of Public Policy, July. Available. 2015b.

EDELMAN, M. Messy hectares: Questions about the epistemology of land grabbing data. **Journal of Peasant Studies***, v.* 40, n. 3. pp 485-501, 2013.

EDELMAN, M.; OYA, C.; BORRAS, S. Global land grabs: Historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v.34, n.9. pp. 1517–1531, 2013.

FAIRBAIRN, M. Just another asset class'? Neoliberalism, finance and the construction of farmland investment. In: WOLF, S. A.; BONANNO, A. (eds.). **The neoliberal regime in the agri-food sector:** Crisis, resilience and restructuring. New York: Routledge, 2014a. pp. 245–262.

FERGUSON, S.; HARTLEY, H. F.; CARLBERG, J. The political economy of farmland ownership regulations and land prices. **Agricultural Economics***, v.* 35. pp. 59–65, 2006.

GIDLUCK, L. The politics of land tenure: The Saskatchewan Land Bank experiment, 1971-1982. 1995. MA thesis. Ottawa: National Library of Canada.

GOVERNMENT OF SASKATCHEWAN. Farmland ownership review and consultations announced. Press release. 2015a. Disponible en: <http://www.saskatchewan.ca/government/news-and-media/2015/april/13/farmland-ownership-review>. Accesso en 17 Abr. 2015.

GOVERNMENT OF SASKATCHEWAN. Saskatchewan farmland ownership. Informational booklet. 2015b. Disponible e: <https://www.saskatchewan.ca/~/media/files/.../farmlandownership.pdf>. Accesso en 21 Jun. 2015.

GOVERNMENT OF SASKATCHEWAN. Legislation for Farmland Ownership to be Introduced. Press Release. 2015c. Disponible en : <http://www.saskatchewan.ca/government/news-and-media/2015/october/20/farmland-ownership-legislation>. Accesso en 27 January 2016.

JOURNAL OF PEASANT STUDIES. Forum on global land grabbing Part 2: on methods. **Special issues**, v. 40, n.3, 2013.

KOWALCHUK, J.R. Legislative Assembly of Saskatchewan, 16th Session. February 23. Hansard, 1971.

KOWALCHUK, J.R. Final Report of the Special Committee on the Ownership of Agricultural Lands, Legislative Assembly of Saskatchewan, May 1, *Hansard*, 3081-3093, 1973. Retrieved from http://docs.legassembly.sk.ca/legdocs/Legislative%20Assembly/Hansard/17L3S/730501HansardMorning.pdf.

LARDER, N.; SIPPEL, R.; LAWRENCE, G. Finance capital, food security narratives and Australian agricultural land. **Journal of Agrarian Change**, v.15, n.4. pp. 593-603, 2015.

LAWRENCE, G.; CAMPBELL, H. Neoliberalism in the antipodes: Understanding the influence and limits of the neoliberal political project. In: WOLF, S. A.; BONANNO, A. (eds.). **The neoliberal regime in the agri-food sector:** Crisis, resilience and restructuring. New York: Routledge, 2014a. pp. 263-283.

MAGNAN, A. The financialization of agri-food in Canada and Australia: Corporate farmland and farm ownership in the grains and oilseed sector. **Journal of Rural Studies**, v.41. pp. 1-12, 2015.

MITTAL, A.; MOORE, M. **Down on the Farm:** Wall Street, America's New Farmer. Oakland: Oakland Institute, 2014.

NATIONAL FARMERS' UNION (NFU), 2015. Losing Our Grip 2015 Update: How a Corporate Farmland Buy-up, Rising Farm Debt, and Agribusiness Financing of Inputs Threaten Family Farms and Food Sovereignty (or, "Serfdom 2.0"). 7 June. Saskatoon: NFU.

NICKEL, R. Saskatchewan eyes tougher rules for buying farmland. **Reuters**. 2015. Disponible en: <http://www.bnn.ca/News/2015/1/26/Saskatchewan-eyes-tougher-rules-for-buying-farmland.aspx. Accessed 26 January 2015.

OYA, C. Methodological reflections on 'land grab' databases and the 'land grab' literature 'rush'. **Journal of Peasant Studies**, v.40, n.3. pp. 503-520, 2003.

PATTERSON, D. 2014. Interview by author. July 14.

PRATT, S. Foreign investors hit paydirt. **Western Producer.** 2015. Disponible en: <http://www.producer.com/2015/02/foreign-investors-hit-paydirt/.> Acceso en 26 February 2015.

QUALMAN, D.; WIEBE, N. The structural adjustment of Canadian agriculture. Canadian Centre for Policy Alternatives. 2015. Disponible en: <http://www.policyalternatives.ca/sites/default/files/uploads/publications/National_Office_Pubs/agriculture.pdf.> Acceso en 26 February 2015.

SAVAGE, C. A **Geography of Blood**: Unearthing Memory from a Prairie Landscape. Vancouver: Greystone Books, 2012.

SIPPEL, S. Food security or commercial business? Gulf State investments in Australian agriculture. **Journal of Peasant Studies***, v.*42, n.5. pp. 891-101, 2015.

SAVILLS. International Farmland: Focus 2012. 2012. Disponible en: <http://pdf.euro.savills.co.uk/global-research/international-farmland-focus.pdf>. Acceso en 24 May 2015.

SOMMERVILLE, M.; MAGNAN, A. 'Pinstripes on the prairies': Examining the financialization of farming systems in the Canadian prairie provinces. **Journal of Peasant Studies**, v.42, n.1. pp. 119-144, 2015.

STATISTICS CANADA. 2011. **Table 004-0001 - Census of Agriculture, number and area of farms and farmland area by tenure, CANSIM (database)**. Acceso en Sep. 29, 2015.

Van der PLOEG, J. D.; FRANCO, J.; BORRAS, S. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v.36, n.2. pp. 147-162, 2015.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 05 de outubro de 2017.

Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho

Rafael Rossi
Docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais na UFMS em Campo Grande – MS.
E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com

Icléia Albuquerque de Vargas
Docente no curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na UFMS em Campo Grande - MS.
E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br

Resumo

A relação entre ideologia e educação, de modo geral, tem se baseado num prisma gnosiológico. Todavia, no presente texto, tratamos desta relação sob uma abordagem ontológica histórica e social, a partir, sobretudo, das elaborações de maturidade do filósofo húngaro Gyorgy Lukács. Explicitamos, desse modo, a origem, natureza e a função social da ideologia no ser social e a orientação ideológica presente no material didático do Programa Agrinho no Estado de Mato Grosso do Sul. Nosso objetivo, portanto, é contribuir com o debate a respeito da ideologia, numa abordagem ontológica e apreender a ideologia presente no material didático sob análise. Por isso, é de fulcral relevância investir esforços teóricos na apreensão do embasamento ideológico que se faz presente na educação, com o objetivo de entendimento crítico destas relações em meio à totalidade social consubstanciada pelo modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Ideologia; Educação; Agronegócio, Agrinho MS.

Ideology and Education: Towards a Critical of Agrinho Program

Abstract

The relationship between ideology and education, in general, has been based on a gnosiological prism. However, in the present text, we deal with this relationship under a historical and social ontological approach, based, above all, on the maturity elaborations of the Hungarian philosopher Gyorgy Lukács. Thus, we explain the origin, nature and social function of ideology in the social being and the ideological orientation present in the didactic material of the Agrinho Program in the State of Mato Grosso do Sul. Our objective, therefore, is to contribute to the debate about the ideology, in an ontological approach and to apprehend the ideology present in the didactic material under analysis. Therefore, it is of central importance to invest theoretical efforts in the apprehension of the ideological foundation that is present in education, with the objective of a critical understanding of these relations in the midst of the social totality embodied by the capitalist mode of production.

Keywords: Ideology; Education; Agribusiness, Agrinho MS.

Ideología y Educación: Para una Crítica del Programa Agrinho

Resumen

La relación entre ideología y educación, en general, se ha basado en un prisma gnosiológico. Sin embargo, en el presente texto tratamos de esta relación bajo un enfoque ontológico histórico y social, sobre todo, de las elaboraciones de madurez del filósofo húngaro Gyorgy Lukács. Explicamos, de este modo, el origen, naturaleza y la función social de la ideología en el ser social y la orientación ideológica presente en el material didáctico del Programa Agro del Estado de Mato Grosso do Sul. Nuestro objetivo, por lo tanto, es contribuir con el debate sobre la cuestión ideología, en un enfoque ontológico y aprehendiendo la ideología presente en el material didáctico bajo análisis. Por eso, es de fundamental relevancia invertir esfuerzos teóricos en la aprehensión del embasamiento ideológico que se hace presente en la educación, con el objetivo de entendimiento crítico de estas relaciones en medio de la totalidad social consubstanciada por el modo de producción capitalista.

Palabras clave: Ideología; Educación; Agronegocio; Agrinho MS.

Introdução

De modo geral, o debate a respeito da ideologia tem sido abordado sob um *prisma gnosiológico*. Como se sabe a gnosiologia indica o estudo a respeito da problemática do conhecimento. Com efeito, um tratamento a partir da perspectiva gnosiológica indica que o foco do processo de conhecimento está no sujeito, ou seja, cabe ao sujeito "criar" o objeto, organizar os dados de acordo com seus procedimentos e, com isso, deixa-se em segundo plano, de modo quase esquecido, a relevância em explicitar o objeto como ele é em si mesmo (TONET, 2013).

Todavia, entendemos que a abordagem gnosiológica a respeito da discussão sobre ideologia na educação não alcança uma crítica, de fato, radical às interações que se estabelecem entre estes complexos sociais distintos e a totalidade social. Isto quer dizer que toda análise gnosiológica não explicita de modo claro e preciso a concepção de mundo e de ser humano que a embasa.

Desse modo, compreendemos que a correta compreensão entre ideologia e educação deve se basear num prisma ontológico histórico e social e não uma ontologia de caráter idealista ou metafísico. A ontologia, de maneira geral, implica o estudo do ser, ou seja, a apreensão das características mais gerais da esfera de ser em estudo (ser inorgânico, orgânico ou social) como demonstrado no trabalho de Tonet (2013). Por sua vez, ponto de vista ontológico significa que na abordagem de qualquer objeto será o próprio

objeto o eixo central do processo investigativo. Não se trata de uma desqualificação do rigor, empenho, criatividade e esforço individual do pesquisador, mas sim, que, para a abordagem ontológica histórica e social, o sujeito deve extrair do objeto seus elementos mais essenciais, sem interferência de seus desejos, preferências ou crenças de qualquer ordem. Por isso que na abordagem ontológica o sujeito não "cria" objeto, mas sim, o "traduz", isto é, o sujeito explicita o movimento essencial do objeto ao longo do processo histórico.

Esclarecidos estes aspectos, podemos, então, afirmar que o tratamento conferido por Gyorgy Lukács em sua monumental obra *Para uma Ontologia do Ser So*cial ao fenômeno ideológico, parte de uma consideração ontológica e, mais precisamente, a partir dos pressupostos onto-metodológicos instaurados por Marx. É seguindo estas pistas deixadas pelo filósofo húngaro e de seu discípulo István Mészáros, que analisamos elementos ideológicos presentes no material didático *Agrinho MS 2016*[1], com objetivo de explicitar os posicionamentos ali estruturados. Esclarece-se que a proposta original do *Agrinho* se trata de um programa "social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do Estado do Paraná e [...] os municípios paranaenses" e que, agora, também está presente no Estado de Mato Grosso do Sul (MS). O programa Agrinho completou 19 anos no Paraná, e envolve a participação de mais de 1,5 milhão de crianças e aproximadamente 80 mil professores de todas as modalidades de ensino (AGRINHO, 2016).

Desse modo nosso objetivo é compreender, primeiramente, a ideologia sob uma perspectiva ontológica e, num segundo momento, explicitar as orientações ideológicas presentes no material didático aqui em discussão. Nossa análise, por isso mesmo, se baseia na explicitação da abordagem lukácsiana a respeito da ideologia e nas investigações a partir do programa educacional *Agrinho*.

Importado do Paraná, com algumas adequações, o *Agrinho* chega ao Mato Grosso do Sul, tendo seu uso iniciado em 2016, com participação de 40 municípios e 348 escolas municipais e estaduais com a previsão em atender 120 mil alunos no decorrer o ano letivo. Participam deste programa alunos e professores do 1º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas da rede pública de ensino (AGRINHO-MS, 2016).

Para atingir este objetivo dividiremos nosso texto em mais dois momentos: em primeiro lugar é preciso explicar o conceito de ideologia tendo por parâmetro as elaborações lukacsianas como já sinalizamos e, em um segundo momento, apresentar uma análise a

[1]Agrinho MS 2016 é material destinado às escolas públicas de ensino fundamental de Mato Grosso do Sul, apresentado como resultante de um programa de responsabilidade social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MS) e da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), desenvolvido em parceria com o Governo de Estado e com as Prefeituras por meio das respectivas Secretarias Municipais de Educação, empresas e instituições públicas e privadas.

respeito do *Agrinho* e seus embasamentos ideológicos. Por fim, nossas considerações finais contam com elementos de suma relevância para a discussão a respeito da ideologia do agronegócio presente na educação.

Ideologia numa Abordagem Ontológica

Logo de início é importante afirmar que o sujeito no processo do conhecimento, isto é, no âmbito da elaboração de uma aula, ou da produção de um determinado material didático, ou da elaboração de um texto acadêmico etc.; é sempre um sujeito individual e um sujeito coletivo. No entanto, o "*momento predominante*" é o sujeito coletivo, ou seja, as classes sociais. Por que isso ocorre? O fato de existirem classes sociais implica, irrevogavelmente, que elas estejam sempre em luta, em confronto, em disputas materiais e ideológicas. Luta de classes nunca é algo pacífico! Luta de classes não é uma ciranda!

Há momentos na história em que a luta de classes se torna mais velada e, em outros, mais explícita. Todavia, a partir do momento em que surge na história da humanidade uma classe que vive da apropriação privada, por meio da violência, do fruto do trabalho de outra classe, não há como se prescindir da luta de classes. Não importa aqui o fato de que muitos pesquisadores aboliram de seus discursos e de suas pesquisas o conceito de luta de classes, classe social, exploração etc. Tais conceitos, para a teoria marxiana, não são construções gnosiológicas ou idealistas. Ao contrário, tais conceitos emanam da própria lógica de desenvolvimento e complexificação da realidade social. Estes conceitos existem independentemente da vontade, dos anseios ou dos gostos dos pesquisadores. É justamente em decorrência disto que Lukács afirma que todos os enunciados marxianos são "enunciados concretos", ou seja, "são afirmações puramente ontológicas" (LUKÁCS, 2012, p. 281).

Com efeito, o domínio de uma classe sobre a outra implica, indissoluvelmente, o domínio material e espiritual, no sentido de que a dominação deve se exercer no sentido objetivo e, igualmente, no âmbito do plano das ideias em seus vários rebatimentos. Tal dominação "deve dar origem a determinada concepção de mundo que fundamente o seu domínio" e, com isso, "conhecer e explicar o mundo de determinada forma são condições imprescindíveis para que uma classe conquiste e mantenha o seu domínio sobre outras" (TONET, 2013, p. 16).

Por seu turno, também no plano do conhecimento, o sujeito fundamental são as classes sociais, pois conforme assinala Tonet (2013, p. 17), "pela sua natureza fundada no processo de produção, põem determinadas exigências e determinada perspectiva".

Novamente é preciso afirmar que “são os indivíduos que elaboram teorias, explicações e concepções de mundo”, entretanto, “ao elaborarem suas teorias” os indivíduos “expressam, em nível teórico, **de modo consciente ou não, os interesses mais profundos das classes sociais**” (TONET, 2013, p. 17, grifos nossos). Isto posto é possível compreender que é a classe, em razão de sua natureza, que “estabelece o campo, nunca absolutamente rígido, no interior do qual o indivíduo exercerá o seu poder ativo” (TONET, 2013, p. 17).

Gyorgy Lukács, partindo da análise ontológica da teoria social instaurada por Marx, lança-se ao desafio de escrever uma *Ética*[2]. Em 1963, veio ao público a primeira e única parte concluída de sua *Estética*[3]. O Lukács da maturidade estava convencido da imensa importância em contribuir com o “renascimento do marxismo” e pondera que para escrever a *Ética* seria necessária, porém, uma *ontologia do ser social.* Este projeto de escrever uma ontologia revela que o filósofo quer “agarrar o modo de ser, produzir-se e reproduzir-se da realidade social” (NETTO, 1983, p. 84), ou seja, “ele entende a ontologia do ser social como apreensão da modalidade real e concreta do ser social, da sua estrutura e do seu movimento” (NETTO, 1983, p. 84), em suma: “a Ontologia do Ser Social é o resultado final do último combate deste guerreiro que não teve nenhum repouso – para construí-la, já octogenário, trabalhava por mais de dez horas diárias” (NETTO, 1983, p. 84). A morte de Lukács em 1971, no entanto, não permitiu que ele concluísse sua *Ontologia* e nem desse início a sua *Ética* (VAISMAN, 2010).

É mérito de Lukács, portanto, descobrir a impostação ontológica do pensamento de Marx e de sua análise histórica e social, incluindo aqui, o fenômeno ideológico. O filósofo húngaro, em suas elaborações a respeito da categoria trabalho, enquanto uma categoria ineliminável do ser social, por ser a responsável pela produção dos valores de uso para atender a necessidades sociais; nos explica que todo ato material, objetivo, é antecedido por um momento ideal. A consciência humana, nesse aspecto, é fundamental para captar corretamente os elementos, características, limites e possibilidades inerentes à própria realidade natural para que os atos de trabalho possam se efetivar e, com isso, atingir o fim previamente idealizado para atender a uma determinada necessidade social.

Para Vaisman (2010, p. 50), do ponto de vista ontológico, “ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis” e, por conseguinte, “onde quer se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes” e é “precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações” (VAISMAN, 2010, p. 50). A ideologia “não tem uma

[2] O intento de Lukács em redigir uma *Ética* diz respeito à necessidade de compreensão e de explicitação das bases sociais e históricas indispensáveis desse valor universal que possibilita a superação da dicotomia entre indivíduo e gênero humano para uma relação superior e qualitativamente diferente.

[3] De modo geral e bem superficial podemos dizer que na Estética, o filósofo húngaro aqui em discussão explica sobre a origem, a natureza e a peculiaridade da arte no ser social. Lukács fundamenta uma análise de ordem ontológica e histórica a respeito da especificidade do estético perante aos demais complexos sociais

história autônoma, independente da esfera material, mas guarda uma dependência genética com relação a esta esfera" (VAISMAN, 2010, p. 59). Nesse sentido:

> Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão [...] (LUKÁCS, 2013, p. 464).

Ou seja, na perspectiva ontológica marxiana, é preciso sempre buscar, na análise de qualquer dimensão ou atividade humana, a origem, a natureza e a função social. A origem, não se confunde tão somente com a origem histórica, mas sim, a origem ontológica, isto é, "o fundamento a partir do qual se entifica determinado fenômeno" (TONET, 2015, p. 07) e a função social, por sua vez, "significa a função que esta determinada parte desempenha na reprodução do ser social" e, assim, "é buscando a gênese e a função social que se descobre sempre a natureza mais íntima de determinada parte da realidade social" (TONET, 2015, p. 7).

É justamente este procedimento, a partir do prisma ontológico histórico e social, que Lukács desenvolve sua análise a respeito da ideologia. Não é o critério de falso ou verdadeiro que permite compreender se uma determinada ideia ou discurso se conforma ou não num fenômeno ideológico. Para isso é preciso uma função social específica, qual seja:

> **A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir**. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriamente-assim social: **ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade** [...] Porque, de modo inseparável desse fato, **a ideologia é um meio da luta social,** que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da "pré-história" da humanidade. É nessas lutas que tem origem também o significado pejorativo da ideologia, que historicamente se tornou tão importante. A incompatibilidade factual das ideologias em conflito entre si assume as formas mais díspares no curso da história, podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc., que, no entanto, constituem sempre antes de tudo meios de luta; **a questão a ser decidida por eles sempre será um "o que fazer?" social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do "o que fazer?"; os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de "o que fazer?" contido nele**. (LUKÁCS, 2013, p. 465-466, grifos nossos).

Como vimos o "momento ideal" sempre está presente para a efetivação dos atos de trabalho. Contudo, com a entrada em cena das classes sociais, a ideologia passa a cumprir

uma função social muito clara: “um meio da luta social”. Isto quer dizer que a ideologia serve para orientar a práxis social perante a um conflito real e existente, no sentido de torná-la consciente deste conflito e de poder escolher entre as alternativas em luta. É por isso que o critério gnosiológico apresenta-se insuficiente para a correta compreensão do que seja ideologia, pois uma teoria pode ser verdadeira e mesmo assim se tornar uma ideologia:

> Eles [uma hipótese ou teoria científica] podem se converter em ideologia **só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos**. Não é difícil perceber isso no plano histórico. **A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes – nesse contexto – como ideologias**. A conexão de sua verdade ou falsidade com essa função de ideologia naturalmente desempenha um papel importante, inclusive ideológico, na análise concreta da respectiva situação concreta, mas, enquanto o tema for as controvérsias sociais, isso não muda nada no fato de que devem ser consideradas como ideologias (ou, pelo menos, também como ideologias). Nem uma reversão da função de cunho progressista para a de cunho reacionário altera qualquer coisa nesse *status* social da ideologia; os adeptos liberais de Herbert Spencer transformaram o darwinismo em ideologia do mesmo modo que fez o séquito reacionário do “darwinismo social” no período imperialista. (LUKÁCS, 2013, p.467-468, grifos nossos).

Percebemos, a partir da elaboração de Lukács, que uma teoria científica seja ela verdadeira ou falsa apenas pode se tornar uma ideologia “só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais”. Ou seja: não é o critério de verdadeiro ou falso que delimita o que é ou não é uma ideologia, mas sim a sua função social. A função social da ideologia no âmbito das sociedades de classes. Nesse contexto, “o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral” e, por isso mesmo, podemos concluir que “o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes” (LUKÁCS, 2013, p. 471-472).

Se procedermos, mesmo que de modo imensamente rápido, a mesma análise com relação ao complexo da educação, verificaremos que a partir do momento em que os seres humanos iniciam o processo de trabalho, uma série de conhecimentos, comportamentos, técnicas, habilidades, valores etc. começam a ser construídos. Os homens não nascem homens (ou mulheres), mas se tornam seres humanos ao longo do processo de socialização. Dessa maneira, a função social em sentido mais amplo da educação é a

transmissão e a apropriação dos conhecimentos, habilidades etc. em conformidade com os limites e possibilidades colocados por determinada totalidade social. Não estamos tratando, aqui, da educação escolar ou formal, mas sim, da educação enquanto práxis exclusiva ao ser social. Em razão disto que "as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas" e, deste modo, "para se apropriar destes resultados, [...] o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens", isto é, "pela sua função este processo é, portanto, um processo de educação" (LEONTIEV, 2004, p. 290).

Tais saberes elaborados historicamente pelos seres humanos a serem transmitidos e apropriados pelos indivíduos em seu processo de formação humana, contudo, não são "neutros" ou isentos de orientação ideológica. A esse respeito é preciso entender que:

> **A educação, por mais "primitiva" que seja, por mais rigidamente que esteja presa à tradição, pressupõe um comportamento do indivíduo, no qual já podiam estar disponíveis os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia**, visto que, nesse processo, necessariamente são prescritas normas sociais de cunho geral ao indivíduo quanto ao seu comportamento futuro enquanto homem singular e inculcados modelos positivos e negativos de tal comportamento (LUKÁCS, 2013, p. 475, grifos nossos).

Aqui também se encontra um ponto nodal de nosso debate: não há como desenvolver uma educação na qual não se possa encontrar - por mais rudimentares que sejam - indícios de uma formação ideológica. Como afirmamos anteriormente, as classes sociais, enquanto coletivo, são o sujeito fundamental do processo de conhecimento, pois são elas que colocam o campo de possibilidades sobre o qual os indivíduos irão atuar; também são as próprias classes sociais que exercerão influência nos conteúdos, nas habilidades, nos valores, nas ideias etc. a serem transmitidos e apropriados em determinada formação social.

Nesse aspecto, afirmar sobre a "desideologização" ou o "fim das ideologias" é "em si uma ideologia característica", pois:

> **Significa a adoção de uma perspectiva não-conflituosa dos desenvolvimentos sociais contemporâneos e futuros** (posição com a qual os defensores dos interesses ideológicos dominantes se comprometeram ao proclamar, tolamente, "o fim da ideologia no Ocidente") **ou a tentativa de transformar os conflitos reais dos embates ideológicos na ilusão das práticas intelectuais desorientadoras**, que imaginariamente "dissolvem" as questões em discussão mediante alguma pretensa "descoberta teórica". (MÉSZÁROS, 2012, p. 109, grifos nossos)

A análise de Mészáros é, também, de absoluta importância para compreendermos a luta entre as ideologias críticas com as ideologias dominantes. Estas, por sua vez, "podem se permitir manter as coisas dentro dos limites da imediaticidade [...], visto que já detém o controle total da ordem social para a qual se recusam a priori a levar em conta qualquer alternativa radicalmente diferente" (MÉSZÁROS, 2012, p. 237). A ideologia, em Mészáros, também é analisada enquanto "a consciência prática inevitável das sociedades de classe, articulada de modo tal que os membros das forças sociais opostas possam se tornar conscientes de seus conflitos materialmente fundados e lutar por eles" (MÉSZÁROS, 2012, p. 327). Por isso a grande questão, para Mészáros, é se os indivíduos lutarão pela emancipação humana ou pela vigência do sistema social contemporâneo.

Para a ideologia dominante o "conflito hegemônico em curso nunca será descrito como um conflito entre iguais potenciais" (MÉSZÁROS, 2012, p. 328). Há do ponto de vista das classes dominantes, uma ideologia que apresenta seus interesses como interesses gerais de toda a sociedade. O poder da ideologia dominante não decorre apenas da força material que possui e do "arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes", mas, ainda, "graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, 'consensualmente', valores e políticas práticas", que são "de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais" (MÉSZÁROS, 2012, p. 472). Por conseguinte:

> Neste aspecto, e em muitos outros, a situação das ideologias em disputa decididamente não é simétrica. **As ideologias críticas que tentam negar a ordem estabelecida não podem mistificar seus adversários** pela simples razão de que não têm nada a oferecer – por meio de suborno e de recompensas pela acomodação – àqueles que já estão bem estabelecidos em posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos tangíveis. **Por isso, o poder da mistificação sobre o adversário é um privilégio da ideologia dominante, e só dela**. (MÉSZÁROS, 2012, p. 472, grifos nossos)

Todavia, não se deve esquecer que: "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante" (MARX, ENGELS, 2007, p. 47). Isto quer dizer que não há uma relação de equilíbrio harmônico entre as ideologias das classes sociais em luta, como Mészáros nos alerta. A ideologia dominante, por ser a ideologia das classes dominantes será, em todas as sociedades de classe, a ideologia que exercerá maior influência no âmbito da educação, por exemplo. Isso é totalmente possível de ser depreendido a partir da análise crítica do programa *Agrinho* e de outros que seguem a mesma orientação. O agronegócio é o "modelo de desenvolvimento" agrário que mais é compatível com os interesses de reprodução e expansão do sistema do capital na

contemporaneidade. O agronegócio é a “força material” da classe dominante no campo e, justamente por isso, exerce também sua “força espiritual dominante” no contexto da educação em escolas públicas, como veremos a seguir.

Agrinho: Expressão da Ideologia Dominante na Educação

De modo geral, a coleção Agrinho apresenta uma série de debates e reflexões que tentam a conexão dos espaços urbanos com a dinâmica social agrária. Entretanto, trata-se de uma abordagem extremamente simplista e que contribui para a reprodução das relações sociais capitalistas tanto no campo como nas cidades. No fascículo no. 05, intitulado *As invenções e a Agricultura*, por exemplo, há uma apresentação sintética da evolução das técnicas utilizadas na produção de alimentos. No material é abordado o nomadismo inerente às populações primitivas que viviam há aproximadamente 10.000 anos a.C. e como, com o desenvolvimento do cultivo de plantas e do pastoreio de animais, os seres humanos puderam permanecer mais fixos em alguns territórios. De acordo com este material, graças à “necessidade e a imaginação humanas” foi possível um “grande salto rumo ao progresso” (SCHWIINDEN, TORRES, APOLLONI, 2013, p. 04).

As ferramentas, utensílios, etc. utilizados na agricultura, como o arado, por exemplo, são abordados como fruto da necessidade de desenvolvimento da atividade agrícola. Há uma linha do tempo, resumidamente, apresentando alguma inovação nesta área e o local onde surgiu. Logo em seguida são apresentadas as conquistas tecnológicas na época das grandes navegações e, desse período, já é mencionada a revolução industrial. Chega-se, enfim, ao final do século XX e início do século XXI, com o “louvor” ao desenvolvimento da tecnologia de transgênicos e do melhoramento genético das plantas. A mecanização da lavoura é um fator também visto como algo somente positivo e que contribui para a importância do Brasil no cenário mundial.

Podemos afirmar que todos os períodos históricos analisados pelo material aqui em debate foram tratados de modo extremamente rápido e superficial. Em nenhum momento evidenciou-se a relação das tecnologias com o modo de produção vigente. Quer dizer: toda tecnologia atende a um campo de possibilidades e necessidades colocado por um determinado modo de produção. Não existe sociedade humana que consiga sobreviver se não houver transformação da natureza para a produção dos meios de produção e de subsistência. A maneira como os seres humanos irão desempenhar tal função terá uma forma típica de trabalho que fundará cada modo de produção: as sociedades primitivas estavam fundadas no trabalho de coleta; o escravismo estava fundado no trabalho escravo;

o feudalismo no trabalho servil e o capitalismo, por exemplo, está fundado no trabalho proletário. Ou seja: toda tecnologia possui uma *dependência ontológica* com a totalidade social e a forma típica do trabalho inerente a cada modo de produção. Desse modo, são as relações sociais de produção que determinam as tecnologias. Com isso:

> No interior de cada modo de produção, são as relações de produção o momento predominante na evolução da tecnologia. O que será incorporado à tecnologia serão as descobertas, conhecimentos, procedimentos, etc. que coadunam com a reprodução da forma a eles contemporânea de propriedade privada. Tal como o trabalho escravo limitou o desenvolvimento tecnológico na produção (mas não no exército); tal como o trabalho servil impulsionou o desenvolvimento tecnológico medieval, o trabalho proletário (aquele que produz o capital) é o momento predominante no atual desenvolvimento da tecnologia. (LESSA, 2014, p. 15-16)

Esse relacionamento da tecnologia com as relações sociais de produção é algo completamente ignorado no material do *Agrinho MS 2016*. Além disso, toda a representação do campo é, por assim dizer, "romantizada", no sentido de que corresponde àquilo que a ideologia dominante intenta propagandear enquanto visão de mundo, não correspondendo, de fato, às condições materiais e sociais que, efetivamente, conformam o espaço agrário.

No fascículo no. 07, intitulado *Em Total Conexão*, direcionado para o sétimo ano do ensino fundamental, a proposta se apresenta como interdisciplinar e transversal, inclusive atendendo as premissas apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados em 1997, pelo Ministério da Educação, quando adota os Temas Transversais apresentados com respectivos ícones, logo na apresentação do fascículo: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, além de Temas Locais.

Todavia, se a proposta institucional de diretrizes curriculares coloca a transversalidade para o processo educativo como uma forma de se realizar "(...) um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas" (BRASIL, 1997, p. 45), nesse fascículo do *Agrinho MS 2016,* apesar do título, se constata um agrupamento de textos distribuídos em suas 51 páginas, com frágeis conexões entre suas partes. Pode-se afirmar que o grande mote adotado nesse fascículo seja a sustentabilidade socioambiental, prevista em sua apresentação como a adoção de "um jeito sustentável de ser e viver". Também é destacada na apresentação a presença de um fio condutor, que seria o "fio da ética", esta definida como aquilo que "ensina a optar pelas melhores formas de agir, com todas as pessoas, todos os seres vivos, com o meio ambiente (...) como uma veia que faz circular nosso 'sangue bom'" (SCHWINDEN et al., 2013, p. 1).

Logo em seu primeiro texto, o aluno é convocado a "fazer diferente" visando à sustentabilidade do planeta. Trata o conceito de sustentabilidade de forma extremamente

simplificada, reduzindo-o à mera preservação de recursos naturais para as gerações futuras. No texto seguinte, numa tentativa de se estimular a convivência com as diferenças, é utilizada a "organização da Terra" como exemplo de "equilíbrio e harmonia", elementos fundamentais para a "manutenção da vida", não seguido pela humanidade. Com o intuito de estimular a participação de todos, exalta o "princípio da igualdade" constante na Constituição Federal, sem, contudo indicar qualquer prenúncio de luta de classes em nossa sociedade.

Em outro pequeno texto, é desenvolvido o conceito de "biodiversidade", utilizando-se, para isso, a ideia da "biodiversidade dentro da mesma espécie", referindo-se ao número incalculável de espécies de milho. Isso é posto de forma muito incoerente por utilizar como exemplo um grão que, ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, vem sofrendo acelerado processo de domesticação, de seleção, de intervenção genética, que reduz, consideravelmente, o número de espécies de milho, assim como de outros elementos vegetais ou animais mais utilizados no mercado alimentício internacional. Mesmo diante de enormes perdas de biodiversidade resultantes de exigências impostas pelo mercado, no texto os autores convocam os alunos a ser orgulharem, "pois o nosso país é campeão de biodiversidade" (SCHWINDEN et al., 2013, p. 4).

Em um texto sobre devastação das áreas naturais, são utilizados exemplos apenas do bioma Mata Atlântica, sem qualquer referência à devastação do Cerrado, principal bioma do Brasil Central, em especial de Mato Grosso do Sul, intensamente desbravado pelo agronegócio. A incoerência se intensifica quando, na página seguinte, o Cerrado é tratado em outro texto, aparentemente sem conexão com o conteúdo da página anterior. Ao enumerar as perdas do bioma Cerrado, colocando-o como o segundo bioma brasileiro mais devastado, o texto reporta-se à situação de Mato Grosso do Sul, afirmando que ali o Cerrado "ainda mantém 32% de sua cobertura vegetal natural", enquanto que no mesmo texto (e página), em uma pequena nota de destaque se afirma: "Atualmente, o Cerrado de Mato Grosso do Sul possui apenas 32% de sua cobertura vegetal natural". Certamente se trata de um lapso que denuncia a carga ideológica do material, pois tratar a redução de quase 70 % da cobertura vegetal original do Cerrado em poucas décadas de uso intensivo pelo agronegócio, com a afirmativa de que o MS "ainda mantém" essa parcela, em contraposição à nota que adverte sobre o quadro de destruição com o mesmo percentual, revela as intenções presentes no texto, assim como o descuido da revisão.

As desconexões se acentuam em um texto mais a frente. Ao tratar de energia, no material é exaltada a condição do Brasil, enquanto "um dos maiores produtores agrícolas do mundo", que "gera milhões de toneladas de alimentos", gerando, também, "milhões de toneladas de resíduos", que "não têm aproveitamento direto na alimentação" (SCHWINDEN et al., 2013, p. 11). Nesse texto, é utilizada como exemplo a agroindústria da cana de

açúcar, por gerar grande quantidade de palha e bagaço que pode ser transformada em eletricidade. O pequeno texto é assim finalizado: “Atualmente, a bioeletricidade gerada pela cana de açúcar no Brasil fornece uma quantidade de energia elétrica equivalente à necessária para alimentar cinco milhões de residências. É muita eletricidade!” (SCHWINDEN et al., 2013, p. 11). O tom de exaltação revela forte carga ideológica ao apontar para o aluno somente as benesses dessa atividade agroindustrial, sem, contudo, associa-la à perda de cobertura vegetal original, tratada na página anterior, dentre outros fatores que geram conflitos de classes no campo brasileiro, assim como, também, desvincular a produção do etanol de outros malefícios socioambientais, por destinar seus resíduos a um novo ciclo produtivo.

Logo a seguir há uma pequena seção, para a qual aparecem os ícones dos temas transversais Saúde e Meio Ambiente, que conta um episódio da história do Agrinho (personagem principal, um garoto que efetua toda a narração dos principais textos). Nessa passagem, Agrinho, quando “bem criança, foi acampar com o pai em uma serra a algumas horas de casa”. Caminharam vários quilômetros, por algumas horas, carregando mochilas com barraca, lanches, água, etc, “parando para olhar para as montanhas, ouvir o canto dos pássaros e tomar banho de cachoeira”. Quando chegaram ao local, armaram a barraca, “acenderam uma fogueira e se sentaram para fazer uma refeição caprichada” (SCHWINDEN et al., 2013, p. 12). Esse texto está carregado de estereótipos. A situação foge totalmente da realidade de grande parte das crianças (ou adolescentes) da escola pública de Mato Grosso do Sul. Com o objetivo de tratar da necessidade de se adotar uma alimentação saudável, os autores inserem um recorte baseado em relatos ficcionais típicos em culturas de regiões montanhosas de clima temperado. O relevo de Mato Grosso do Sul não apresenta montanhas e seus habitantes não costumam praticar longas caminhadas, com bagagem e crianças, para ouvir cantos de pássaros, ou tomar banhos de cachoeiras, ou sentar em volta de uma fogueira. O texto ainda recebe uma ilustração que reforça essa imagem de acampamento em paisagem idílica de montanha, totalmente desprovida de autenticidade para Mato Grosso do Sul.

Se no texto que acabamos de descrever o objetivo foi exaltar a alimentação saudável, ou seja, pai e filho acampados comeriam os sanduiches “naturais”, o café e “cacho de bananas”, preparados pela mãe na noite anterior, no texto seguinte, sob o título “O negócio é comer bem”, nos deparamos com uma afirmação incoerente com o tema e muito preocupante: “Para ser saudável, não é preciso abolir o consumo de alimentos industrializados e refrigerantes.” (SCHWINDEN et al., 2013, p. 14). Por outro lado, apesar dessa afirmativa que não compromete alimentos e bebidas industrializados, aparece uma ilustração que não condiz com a realidade dos alunos da escola pública, ou seja, dois adolescentes ao redor de uma mesa, na qual há uma vasilha com muitas frutas (pera, uva,

maçã) e um aparelho de centrifugar, em que os adolescentes se dedicam a preparar sucos de frutas.

Conferimos que os textos e as imagens pouco revelam as realidades de Mato Grosso do Sul, em especial do espaço agrário.

Mais a frente, quando em um pequeno texto, de forma sintética e simplificada, são tratadas as questões de distribuição e uso da água no Brasil e no mundo, em momento algum há referência à supremacia de consumo de água pelas atividades agrícolas, sobretudo pela irrigação. Apesar do programa Agrinho oferecer aos professores e formadores um material extenso de base para melhor compreensão das complexas "redes e conexões do ser sustentável", no qual Andreoli et al (2014) detalham a distribuição e uso da água no Brasil, revelando o altíssimo consumo, em torno de 70% do total, que é destinado à agricultura.

Também, nesse material fica evidenciada a mudez do programa em relação a um dos graves problemas socioambientais apresentados pela agropecuária brasileira que é o uso indiscriminado de agrotóxicos. Essa prática que vem se acentuando a cada ano compromete os solos, as águas, o ar e toda a vida, sobretudo da população que habita as áreas rurais em que se praticam esse tipo de agricultura dependente de agrotóxicos.

Textos e imagens enfatizam cotidianos de indivíduos e grupos que estão inseridos em rotinas de estudo, trabalho e diversão, permeadas por muito consumo e produção de resíduos. Há certo esforço em reiterar necessidade de "consumo consciente", sem, contudo, deixar escapar o temor pela ameaça da redução drástica do consumo. Isso é expresso de forma muito contundente, quando a postura de "consumo consciente" é fragilizada ao se afirmar: "Quando o assunto é consumo consciente, porém, as coisas não se limitam ao precisar ou ao querer comprar. Muitas vezes, as pessoas realmente precisam adquirir coisas – muita gente, aliás, depende da produção e do comércio para viver." (SCHWINDEN et al., 2013, p. 38).

A partir destas breves análises realizadas a respeito do supracitado programa educacional, entendemos que ao não levar em consideração o campo brasileiro e sul-mato-grossense tal como ele se constituiu em sua processualidade histórica, com as inúmeras lutas de classe que exerceram e exercem influência e impacto na vida de milhões de trabalhadores, o *Agrinho* se constitui na expressão ideológica dominante capitalista. Apresenta o agronegócio como "o" melhor e mais benéfico "modelo de desenvolvimento" agrário que deve ser defendido e aceito por todos já que se trata do mais "moderno", "inclusivo" e "harmônico" sistema de estruturação da agricultura perante a sociedade atual.

Um breve panorama sobre o avanço do agronegócio no Brasil, no mundo todo e, também em Mato Grosso do Sul explicitam, de modo claro e preciso, a correlação intrínseca deste "modelo agrícola capitalista" com as desigualdades sociais, a destruição ecológica, os

malefícios à saúde humana e, inclusive, ao suicídio de indígenas e camponeses. Por isso é sempre bom lembrar que o agronegócio não está apartado da lógica expansionista e de acumulação do próprio sistema do capital nesta fase histórica específica do modo de produção capitalista. Não há como dissociar tal dinâmica agrária com o próprio movimento contraditório e perverso do capital.

Algumas informações nos ajudam a comprovar tal argumentação. Apesar da ideologia capitalista apresentar a "problemática da água" como de responsabilidade preponderantemente dos indivíduos e, portanto, da sociedade civil, por exemplo, é importante compreender que o agronegócio consome 70% da água disponível no Brasil enquanto que a indústria e a mineração consomem 12% e o consumo direto é de 4%. Não por um acaso qualquer, no tocante ao acesso à água a zona rural é, novamente, a mais afetada, sendo que ali, de acordo com dados disponíveis, 53 casas em cada 100 dispõem de acesso à água potável canalizada. (MARTINEZ, 2014).

Além disso, o Brasil é um dos países de todo o mundo com a maior concentração de terras, contando com 200 mil camponeses sem uma área para cultivar. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT – de 2011 a 2014 foi o período com os piores indicadores no âmbito da reforma agrária das últimas duas décadas (ORTIZ, 2015).

Pari passu à concentração de terra e à exportação de água pelo agronegócio, está o fato estarrecedor de que 400 mil pessoas são contaminadas todos os anos no país por agrotóxicos, o que chega a totalizar quatro mil mortes por ano. A região Centro-Oeste, justamente a região na qual se localizam as nascentes dos principais rios que alimentam as bacias Amazônica, Araguai-Tocantins e Platina, sofre intensa contaminação desses venenos que se relaciona diretamente ao avanço da fronteira agrícola, com a produção de milho, algodão, cana-de-açúcar, etc. (CEZAR, 2013). O avanço da fronteira agrícola, por exemplo, com o plantio de cana-de-açúcar faz com que a produção de gado se desloque, cada vez mais, para o norte do país e, assim, aumentando o desmatamento na Amazônia e, ainda, promove o aumento de conflitos de toda ordem (ORSI, 2013).

Baseado em dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – calcula-se que cada brasileiro consome, em média, por ano, 7.36 litros de agrotóxico (TYGEL, 2015). Dados levantados por pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – apontam que em Mato Grosso do Sul, em média, cada habitante está exposto a 40 litros de agrotóxico por ano, sendo que as notificações relacionadas à contaminação por estas substâncias passou de 5 mil para 10 mil (MPF/MS, 2015).

Do ponto de vista da tragédia humana que toda esta dinâmica acarreta, é imprescindível apontar, mesmo que brevemente, para o fato de que mais de 500 indígenas foram mortos na última década e que, desde 2006, ao menos 50 indígenas são

assassinados em todo país, sendo, novamente MS, o Estado, com mais número de ocorrências (MULLER, 2013).

No ano de 2013 ocorreu um episódio fatídico a respeito desta problemática sangrenta no referido Estado. Entidades representando produtores rurais se organizaram para realizar, em dezembro, no município de Campo Grande, um leilão de animais, máquinas e demais produtos agrícolas com intuito de arrecadar fundos para ações contra os indígenas. Tal empreitada ficou conhecida como “Leilão da Resistência” (MST, 2013). No período de 1986 a 1997, em MS, foram contabilizados 244 mortes por suicídio praticado pelos indígenas, sendo que de 2000 a 2013 este número subiu para impressionantes 684 mortes, a maioria sendo jovens de 15 a 30 anos (FASOLO, 2014).

No tocante ao assassinato de trabalhadores, em 2014, o alvo foram os sem-terra. 11 assassinatos ocorreram de 36 registrados, sendo que oito eram assentados e sete posseiros. No ano de 2013 foram registradas 15 tentativas de assassinato que, em 2014, por sua vez, subiram para 56, representando um aumento de 273%. Importante notar aqui, que de 2010 a 2014, 6 milhões de hectares passaram a ser domínio de grandes latifundiários. Esta área corresponde a quatro vezes o Estado de Sergipe e, com isso, as grandes propriedades subiram de 238 milhões de hectares para 244, sendo que, 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil (PACHECO, 2015).

Com efeito, frente a toda esta dinâmica perversa completamente desconsiderada pelo *Agrinho*, entendemos que este “programa educacional” cumpre uma função social muito precisa: reforçar estereótipos e se tornar uma das expressões ideológicas da ideologia dominante capitalista no âmbito das escolas públicas. Sendo o agronegócio a classe dominante no campo, será a sua ideologia a ideologia dominante e isso se verifica, acentuadamente, por meio de iniciativas como o *Agrinho* que, de fato, exercem um tenebroso papel na subjetividade dos filhos de inúmeros trabalhadores que frequentam as escolas públicas. Ao apresentar a ideologia dominante capitalista como uma ideologia que pretensamente representa os interesses universais, muitos jovens adotam o ponto de vista e a concepção de mundo inerente às próprias classes dominantes. Em muitos casos, passam a se vestir como a “moda country” determina, com suas enormes fivelas, calças de tecido jeans extremamente justas, camisas xadrez e suas botas de couro de cobra, avestruz ou jacaré; desejando uma *pick-up* para seus passeios aos embalos do “sertanejo universitário” que tanto louva o estilo de vida do grande proprietário de terras. Daqui, para a opinião “convicta” de que movimentos sociais e mobilizações de trabalhadores são, na verdade, práticas de “vândalos”, “preguiçosos” e “baderneiros” é apenas um pequeníssimo passo. Essa é a tragédia. Esse é o efeito, na prática social, da ideologia dominante em sua expressão “educativa”.

Considerações Finais

Nosso objetivo com o presente artigo foi apresentar uma discussão de caráter ontológico a respeito do conceito de ideologia e, como caso concreto, explicitar os fundamentos da ideologia capitalista presente no programa *Agrinho*. Assim o procedemos, pois considerar a ideologia apenas de um ponto de vista que se debruça sobre o que é verdadeiro ou falso, ou seja, a partir de uma perspectiva eminentemente gnosiológica, não permite apreender, em *profundidade*, a especificidade do fenômeno ideológico.

Nesse sentido, tanto Lukács, como Mészáros, cada qual com sua contribuição, apresentam importantes reflexões de ordem ontológica a respeito da ideologia. Dessa forma, toda ideologia cumpre uma função social, no âmbito das sociedades de classe, muito precisa: tornar a práxis social consciente de um determinado conflito, igualmente social e capaz de agir.

Justamente por isso que podemos afirmar que o *Agrinho* é uma expressão ideológica da ideologia capitalista dominante. Em nenhum momento é tratada a questão dos movimentos sociais, da luta pela terra, do uso intensivo dos agrotóxicos, da relação do agronegócio com as desigualdades sociais e a destruição ecológica, enfim, em nenhum momento os reais interesses da classe trabalhadora – tenha ela consciência ou não disto – são plenamente tratados. Ao contrário, há sim, neste material didático, uma ideologia fundamentalmente calibrada e em sintonia com os interesses de classe burguesa.

Importante afirmar que o poder da ideologia dominante apenas será superado, se as próprias classes dominantes forem derrubadas em seu poder material. Nosso objetivo com o presente texto é argumentar a respeito da necessidade da discussão sobre a orientação ideológica presente no material didático que problematizamos.

Afirmamos na introdução que o sujeito fundamental do processo de conhecimento são as classes sociais, já que são elas que colocam o campo de possibilidades do qual os pesquisadores irão atuar e, dessa maneira, uma aula, um artigo, uma pesquisa etc. atendem, irrevogavelmente, os interesses e as demandas postos pelas próprias classes sociais. Dessa forma, investir em esforços investigativos a respeito da orientação ideológica presente na educação em suas mais diversas formas é uma tarefa de fundamental importância para a luta dos trabalhadores rumo à *emancipação humana*. Abandonar do horizonte de análise a relação entre ideologia e materialidade histórica e social que consubstancia a realidade social em meio ao seu período mais crítico de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) é contribuir para o ocultamento das contradições mais perigosas da própria forma de sociabilidade contemporânea. Por isso, o exame dos fenômenos

ideológicos em sua vinculação com a luta de classes é uma das grandes tarefas que temos a lidar em nosso momento histórico.

Referências

AGRINHO. **Institucional**. 2016. Disponível em: < http://www.agrinho.com.br/institucional > Último acesso: nov. 2016.

AGRINHO-MS. **O Agrinho em MS.** 2016. Disponível em: < http://agrinhoms.com.br/site/o-agrinho/ > Último acesso: nov. 2016.

ANDREOLI, C. V.; TORRES, P. L. (Org.) **Complexidade: redes e conexões do ser sustentável.** Curitiba : SENAR - PR., 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEZAR, J. **Agrotóxicos contaminam 400 mil pessoas por ano no Brasil**. 2013. Disponível em: < http://www.mst.org.br/Agrotoxicos-contaminam-400-mil-pessoas-por-ano-no-Brasil > Último acesso: nov. 2016.

FASOLO, C. **Avanço do agronegócio faz suicídio entre indígenas ser o maior em 28 anos**. 2014. Disponível em: < http://www.mst.org.br/2014/05/26/avanco-do-agronegocio-faz-suicidio-entre-indigenas-ser-o-maior-em-28-anos.html > Último acesso: nov. 2016.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, S. Tecnologia, “fim do proletariado” e transição ao comunismo**. Rebela –Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos**, v. 3, n. 03, 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – Vol I.** São Paulo: Boitempo: 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – Vol II.** São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** - crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINEZ, E. P. **Agronegócio concentra consumo e utiliza 70% da água**. 2014. Disponível em: < http://www.mst.org.br/node/15933 > Último acesso: out. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I**. O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MPF/MS. **MS consome 44 litros de agrotóxico por ano por habitante**. 2015. Disponível em: < http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2015/05/ms-consome-40-litros-de-agrotoxicos-por-ano-por-habitante> Último acesso: nov. 2016.

MST. Fazendeiros organizam força paramilitar contra indígenas do Mato Grosso do Sul. 2013. Disponível em: < http://www.mst.org.br/node/15475 > Último acesso: nov. 2016.

MULLER, I. **Ao menos 50 indígenas são assassinados ao ano no Brasil, mostram dados do Cimi.** 2013. Disponível em: < **http://www.brasildefato.com.br/node/13234** > Último acesso: nov. 2016.

NETTO, J.P. **Gyorgy Lukács – O Guerreiro sem Repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORSI, C. **Cana substitue produção de alimentos e causa desmatamento no centro-oeste.** 2013. Disponível em: < http://www.mst.org.br/node/15273 > Último acesso: nov. 2016.

ORTIZ, F. **Cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar.** 2015. Disponível em**: <** http://www.mst.org.br/2015/02/28/cerca-de-200-mil-camponeses-continuam-sem-ter-uma-area-para-cultivar.html > Último acesso: nov. 2016.

PACHECO, I. **Aumenta a violência no campo e Sem Terra se transformam em alvo principal.** 2015. Disponível em: < http://www.mst.org.br/2015/04/14/aumenta-a-violencia-no-campo-e-os-sem-terra-se-transformam-em-alvo-principal.html> Último acesso: nov. 2016.

SCHWINDEN, A.; TORRES, P. L.; APOLLONI, R.W. **As invenções e a agricultura**. SENAR – PR. V. 05, (Coleção Agrinho) 2013.

TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. Educação e Ontologia Marxiana. **Revista Trabalho e Educação**, vol. 24, n.01, p. 01-14, 2015.

TYGEL, A. **Aumenta a quantidade de agrotóxicos consumido por cada brasileiro: 7,3 litros.** 2015. Disponível em: < http://www.mst.org.br/2015/04/28/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-7-3-litros-por-ano.html > Último acesso: nov. 2016.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Verinotio,** n. 12, pp. 40-64, 2010.

Recebido para publicação em 18 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 18 de agosto de 2017.

Aceito para a publicação em 02 de abril de 2017.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014[1]

Natália Thaynã Farias Cavalcanti
Graduação em Agroecologia pela Universidade Estadual da Paraíba e mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos
E-mail:nataliathayna@yahoo.com.br

Marta Cristina Marjotta-Maistro
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994), Mestrado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (1998) e Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente é Professora da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Araras, Departamento de Tecnologia Agroindustriall e Socioeconomia Rural e Coordenadora do Núcleo de Extensão UFSCar-Empresa (CNUEmp/Proex)
E-mail: mcmarjotta@gmail.com

Adriana Estela Sanjuan Montebello
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (2004), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (2006), Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (2010) e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2011-2012). Atualmente, é Professora Adjunto Nível 3 da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Araras, Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural
E-mail: adrianaesm@cca.ufscar.br

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sancionado pela Lei de nº 10.696 de 02 de julho de 2003, é uma das ações específicas do Programa FOME ZERO, com finalidades de incentivar a agricultura familiar, o acesso à alimentação as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e fortalecer circuitos locais, regionais e redes de comercialização. O objetivo geral deste artigo é avaliar o desenvolvimento do PAA por regiões brasileiras ao longo dos últimos anos (2011 a 2014). Metodologicamente, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem quantitativa, fundamentada em dados secundários disponíveis na plataforma PAA DATA da Secretaria de Informação e Gestão (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal (MDS). Constatou-se que a região Nordeste se destacou entre as demais em termos de volume de recursos (R$), volume da produção (Kg), entidades atendidas, número de organizações e abrangência, porém possui os fornecedores que menos receberam recursos do programa. Percebeu-se que, o PAA apresentou deficiências: nos anos de 2013 a 2014, a escassez de recursos e a descontinuidade fizeram parte da condução do programa.

Palavras-chaves: Política pública; agricultura familiar; segurança alimentar.

[1] O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de mestrado (financiada pela CAPES através de bolsa) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

The Food Acquisition Program (PAA): an evaluation in brazilian regions in the period 2011-2014

Abstract

The Food Acquisition Program (PAA), sanctioned by the Law number 10.696 of July, 2nd, 2003, is one of the specific actions of the Zero Hunger Program, which aims to encourage family farming, access to food people in a situation of food insecurity and nutrition and strengthen local, regional and marketing networks circuits. The objective of this article is to evaluate the development of the PAA by Brazilian regions over the past years (2011-2014). Methodologically, this research was developed through a quantitative approach, based on secondary data available in the PAA DATE platform of the Secretariat of Information and Management (SAGI) of the Ministry of Social Development and Fighting Hunger of the Federal Government (MDS). It was observed that the Northeast region stood out among the others in terms of volume of resources (R$), volume of production (kg), catered entities, number of organizations and scope, however it has suppliers who received less program features. It was noticed that the program had disabilities: in the years 2013 to 2014, the shortage of resources and discontinuity were part of the program driving.

Keywords*:* Public policy; family farming; food security.

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA): una evaluación por regiones de Brasil en el periodo 2011-2014

Resumen

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), sancionada por la Ley 10.696 del 2 de julio de 2003, Es una de las acciones específicas del Programa Hambre Cero, que pretende fomentar la agricultura familiar, el acceso a la alimentación de personas en situación de inseguridad alimentaria y nutricional y fortalecer los circuitos locales, regionales y redes de comercialización. El objetivo de este trabajo es evaluar el desarrollo de la PAA por las regiones de Brasil en los últimos años (2011-2014). Metodológicamente, esta investigación se desarrolló a través de un enfoque cuantitativo basado en datos secundarios disponibles en el Departamento de plataforma de datos de PAA de Información y Gestión (SAGI) del Ministerio de Desarrollo Social y Lucha contra el Hambre del Gobierno Federal (MDS). Se encontró que el Nordeste se destacó entre los demás en términos de volumen de los recursos (R $), volumen de producción (kg), servido entidades, varias organizaciones y alcance, pero tiene proveedores que menos recursos de los programas recibidos. Fue notado que el PAA tiene deficiencias: en los años 2013-2014, la escasez de recursos y la discontinuidad formaban parte de la conducción del programa.

Palabras clave: Políticas públicas; agricultura familiar; la seguridad alimentaria.

Introdução

O cenário brasileiro é refletido por vários programas de políticas direcionadas para agricultura familiar, categoria que ganhou maior visibilidade nas agendas governamentais a partir da década de 90 com objetivo principal de incentivar à produção e à inserção produtiva da categoria. Neste contexto, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se concentrando em comprar alimentos produzidos pela agricultura

familiar, com dispensa de licitação e promovendo a distribuição dos produtos para famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2014).

Desde a criação do PAA muitos estudos vêm sendo feitos avaliando e analisando o PAA quanto a sua característica de ser um programa de política pública que elenca o desenvolvimento, melhoria da renda dos agricultores e diversificação da produção. No entanto, a sua totalidade visa fatos de municípios, estados, com categorias que o programa enquadra, com algumas englobando apenas a CONAB como executora do programa.

Por outro lado, as iniciativas relacionadas ao processo de avaliação macro, ou seja, de nível nacional e regional, ainda são incipientes. Neste norte, e na fronteira das incertezas, se faz necessário responder o questionamento: como tem se apresentado a condução do PAA por parte dos executores?

Face aos desafios que estão colocados à construção de um programa consistente para a promoção do desenvolvimento no meio rural, são significativos os esforços de produzir novos conhecimentos que entendam e analisem programas públicos. É neste sentido que este artigo também é apresentado propondo compreender o papel do PAA como um programa de estratégia de política pública para o meio rural.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar o PAA no período de 2011 a 2014 para cada uma das regiões brasileiras, abrangendo seus diversos segmentos.

O PAA: histórico e descrição

Historicamente, a fome aflige o Brasil há centenas de anos por diferentes razões, tais como: pobreza, ocupação territorial e fatores ambientais. No entanto, este tema ganhou dimensão nacional após a publicação da obra de Josué de Castro “Geografia da Fome”, cuja primeira edição foi em 1946 (BEZERRA; SCHNEIDER, 2012). Neste sentido, o direito básico a uma alimentação demonstrou ser um fator emergencial diante da grande demanda existente. Para Maluf (2009, p. 148) o acesso adequado de alimentos “expressa-se na noção de segurança alimentar, com o sentido de que sejam implementadas políticas públicas que assegurem a todos o direito àquele acesso*”.*

Por sua vez, o problema da fome somente passou a ser discutido com maior relevância na agenda pública brasileira na década de 1990, quando ocorreu um pleno engajamento dos órgãos governamentais, atores sociais e agências multilaterais nacionais e internacionais; como consequência, a luta pelos direitos sociais e as parcerias entre Estado e sociedade civil tonaram-se contínuas no país (MATTEI, 2007). Em 1993, o Presidente Itamar Franco, atendendo as reivindicações, criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar dedicando atenção ao quadro no meio rural e urbano, mas em 1995, no governo

de Fernando Henrique Cardoso este tema deixou de ser visto como objetivo estratégico de desenvolvimento social para o país, sendo assim extinto (COSTA; PASQUAL, 2006).

Em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fome enfim ganhou caráter prioritário por meio do Programa Fome Zero (PFZ), que além do propósito de reverter o grau de insegurança alimentar da população com inúmeras ações, deu início a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e a instituição do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), órgão este responsável por coordenar a implantação de programas e ações de segurança alimentar e articular instituições governamentais (GRISA, 2012). O PFZ institui-se também com a finalidade de alterar situações agudas da miséria com as políticas de transferência de renda, entre estas, destaca-se o bolsa-escola e bolsa-família, como também, políticas estruturais, que incluem a reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e convivência com o semiárido (SUPLICY, 2003), e com o objetivo de revitalizar os recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, neste contexto surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA foi sancionado pela Lei de nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Considerado como uma das ações específicas do PFZ é um instrumento executado com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, à geração de renda, o acesso à alimentação as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e de fortalecer circuitos locais, regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2012). Os agricultores podem fornecer diretamente ou por meio de suas associações ou cooperativas, sem a necessidade de licitação (CONAB, 2013a).

Para participar do programa os fornecedores devem estar enquadrados no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que caracteriza a agricultura familiar e atende simultaneamente aos requisitos previstos para participar do Programa: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; ter mão-de-obra predominantemente familiar; percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com a família (BRASIL, 2006).

Não obstante, a Lei da Agricultura Familiar e a do PAA ainda englobam os grupos específicos: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, inseridos nos requisitos por elas previstos. Os fornecedores do PAA também podem ser as organizações, que são as cooperativas, e outras organizações formalmente constituídas. Para participar do programa é necessário que os fornecedores possuam a Declaração de Aptidão (DAP) junto ao PRONAF e devem estar enquadrados nos grupos “A”, “B”, “A/C” e “V” (BRASIL, 2014).

No que concerne ao disposto na Lei do PAA, esta que por sua vez foi atualizada pela Lei nº 12.512 em 2011, regulamentada em 2012, pelo Decreto nº 7.775, além dos fornecedores, os atendidos também são: os consumidores, que são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os que são atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares, cozinhas comunitárias, rede pública e filantrópica de ensino e pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público; e as unidades recebedoras, aqueles responsáveis por receber os alimentos adquiridos pelo PAA e pela distribuição aos consumidores (BRASIL, 2012).

De 2014 até os dias de hoje, o programa se divide em seis modalidades e respectivos limites de valores por produtor familiar, assim, o fornecedor poderá participar de mais de uma modalidade e os limites serão independentes entre si, sendo i) Compra com Doação Simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial e à rede pública e filantrópica de ensino, esta modalidade apresenta limite de R$ 6.500,00 por ano; ii) Compra Direta: compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, com o objetivo de sustentar preços, limite da aquisição por agricultor R$ 8.000,00 por ano; iii) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite[2]: compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores ,R$ 4.000,00 por semestre; iv)Apoio à Formação de Estoques: constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público, limite de R$ 8.000,00 por ano; v) Compra Institucional: compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública para atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador R$ 20.000,00 por ano; vi) Aquisição de Sementes: compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores, o limite por agricultor é de R$ 16.000,00 por ano (BRASIL, 2014).

A gestão e os recursos orçamentários destinados ao PAA são do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a execução é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estado ou município, dependendo da modalidade, fornecendo os subsídios e o suporte técnico para operacionalização das decisões dos gestores e pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual ou municipal (BRASIL, 2012).

O controle e participação social no programa ocorrem por meio dos conselhos de segurança alimentar e nutricionais nas esferas nacional, estadual e municipal, cabendo a

[2] Modalidade operada exclusivamente na Região Nordeste do país e no norte de Minas Gerais.

eles auxiliarem no aumento da transparência das ações relativas ao programa e na promoção de uma maior participação dos beneficiários.

Neste contexto, Leão e Maluf (2012, p. 42) apontam que a segurança alimentar e nutricional encontrou uma plataforma política que:

> "Possibilitou à sociedade civil e ao governo federal espaços de diálogo e encontros que deram visibilidade ao tema e às distintas visões a respeito". Coube ao Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) liderar a retomada da mobilização e a construção de uma agenda pública da segurança alimentar e nutricional no Brasil, tarefa favorecida pela visibilidade conferida ao tema pelo governo federal com os correspondentes programas adotados nessa área, cuja formulação e implementação constituem o centro da agenda de trabalho do conselho".

Assim, o PAA se insere em um contexto de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural e à agricultura familiar, constituindo um considerável instrumento para este segmento no âmbito rural brasileiro, envolvendo simultaneamente fatores sociais, econômicos e ambientais, e englobando conjunturas estruturais locais, sociedade civil com o poder público.

Material e métodos

O Brasil se apresenta com 26 estados e um Distrito Federal, distribuídos em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Em termos de extensão territorial a região Norte é a maior com 3.853.397,2 km², seguido da região Centro-Oeste (1.606.403,506 km²). No que concerne à população, a região Sudeste lidera com 80,3 milhões de habitantes, seguida pela região Nordeste com 53,0 milhões, estas apresentam também a maior população total na zona rural, 5.668.232 e 14.260.704 habitantes, respectivamente, com destaque para os estados de Minas Gerais e Bahia (IBGE, 2010).

Assim, para atingir o objetivo geral desta pesquisa, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem quantitativa. Este método foi optado a fim de garantir a precisão dos resultados e impedir avaliações errôneas, possibilitando segurança quanto às informações passadas. Está fundamentada em dados secundários referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos disponíveis na plataforma PAA DATA da Secretaria de Informação e Gestão (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal.

O PAA DATA foi desenvolvido com a finalidade de disponibilizar dados sobre o Programa considerando todos os seus executores: CONAB, estados e municípios. A sua criação atendeu a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, a qual determinou a

elaboração de um Sistema Integrado de Informações - SII, com o objetivo de oferecer suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa (SAGI, 2015).

Diante disso, esta plataforma foi escolhida por fornecer uma gama de dados de diversas variáveis que circundam o programa estudado por todos os executores do programa. Notadamente, até o momento da tabulação de dados, abril a maio de 2015, o PAA DATA disponibilizou informação de um período de quatro anos do programa, 2011 a 2014, fato que explica o recorte temporal deste estudo. Ainda que não seja um período longo, considerou-se importante este recorte visto que foi uma época onde correu a atualização de Governo no Brasil, assim possibilitou um panorama e análise clara da condução do PAA por regiões e estados, após o novo mandato do governante do país.

As informações obtidas na plataforma PAA DATA foram sobre o volume total de recursos (R$) disponibilizados pelo governo federal por executores - CONAB, estados e municípios; número, grupo PRONAF e categoria dos agricultores fornecedores, quantidade de municípios, número de organizações, número e tipos de entidades beneficiadas, grupos de produtos e o volume da aquisição (Kg). Estes dados foram tabulados em planilhas, as informações foram cruzadas para obter a soma total dos anos de 2011 a 2014, e a partir disto os dados foram analisados por meio de tabelas e interpretados em gráficos gerados pelo Microsoft Excel 2010®.

Resultados e discussão

No Brasil, entre os anos de 2011 a 2014, o PAA esteve presente em todos os estados por meio de três executores: a CONAB, os estados e os municípios. Dentre estes, a CONAB foi quem realizou o maior montante de aquisição, detendo a operacionalização de três modalidades: Compra Direta, Formação de Estoque e Doação Simultânea, fato que explica ser em números a maior executora do programa. Na análise, verificou-se que esta executora, com recursos do MDS, possuiu o maior montante de recursos, 57,72% do total de recursos repassados para o programa no período de 2011 a 2014, como mensurados na Tabela 1.

Tabela 1. Recursos federais repassados para o PAA, por executores, no período de 2011 a 2014 (em milhões R$)

	2011	2012	2013	2014	Total por executor
Estado	49,7	55,32	71,5	64,43	240,95
Estado- PAA Leite	157,94	137,7	107,45	70,04	473,13
Município	41,53	59,62	40,15	64,04	205,34
CONAB - R$ MDS	385,04	539,4	204,5	306,2	1.435,14
CONAB - R$ MDA	33,8	47,2	20,04	31,8	132,84
Total por ano	**668,01**	**839,24**	**443,64**	**536,51**	

Fonte: SAGI (2015).

Os estados, por sua vez, também tiveram uma participação expressiva na aplicação dos recursos do PAA, 28,67% do total no período, sobretudo por serem os únicos executores do PAA-leite, que denotou 19,01% dos recursos totais. Os municípios apresentaram baixa participação em termos de recursos aplicados, variando entre 1,67% e 2,58% de 2011 a 2014.

Ao observar a Tabela 1 percebe-se ainda, em números brutos, que o ano de 2012 apresentou o maior montante de recursos comparado aos anos seguinte, já o ano de 2013 foi marcado pelo menor repasse financeiro, ocasionando uma queda de 47,19% de recursos.

De acordo com a CONAB (2013a), a baixa execução pode ser atribuída a fatores diversos, como a seca, envolvimento das Superintendências Regionais no Programa de Venda em Balcão, redução da demanda de Compra Direta, cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física e remodelação dos normativos. Como medidas de solução, a CONAB planeja a atualização dos normativos, a execução do Plano Nacional de Fiscalização e do Plano e Acompanhamento e Supervisão - PNAS, e a criação do Setor da Agricultura Familiar nas Superintendências Regionais dos estados.

Segundo o IPEA (2015) a baixa execução do PAA em 2013 pode ser proveniente do processo de redefinição de estratégias de atuação do MDS no programa, como a substituição do modelo de convênio pelo modelo centrado nos termos de adesão, feitos entre o ministério e administrações estaduais e municipais, como consequência, retirando o protagonismo das cooperativas e associações.

Contudo, o ano de 2013 foi marcado pela operação da polícia federal, titulada como Agrofantasma, que de acordo Triches e Grisa (2014, p. 20), teve como finalidade investigar questões quanto o mau gerenciamento do programa levando em consideração a forma ilícita que estava sendo executado:

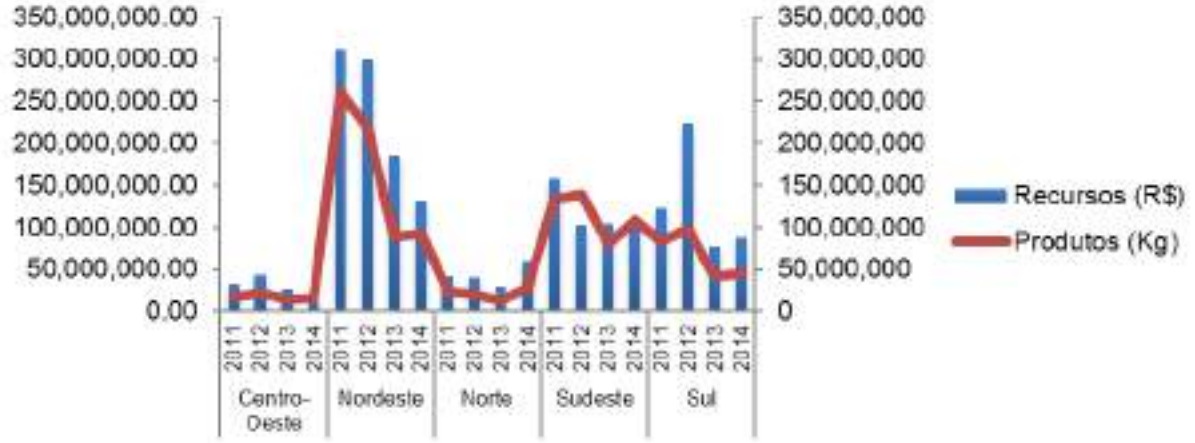
> "Muitas das alegações diziam respeito a acordos entre produtor, entidade e coordenação para entregar menos produtos, mas recebendo como se estivesse entregando a mais para compensar o baixo valor pago, compra ou empréstimo de produtos de terceiros para entrega no projeto, troca de produtos não autorizada pela CONAB, produtos constando como sendo entregues em grandes quantidades em períodos climáticos desfavoráveis para sua produção (ex.: produtos de verão entregues no inverno), entre outras".

Tais questões levaram o PAA a mídia, colocando em dúvida a veracidade dos seus avanços e do público envolvido. Assim, passa-se a refletir sobre a forma que está sendo feita o controle social do programa e em que pontos de limites ele enfrenta.

No tocante aos recursos repassados (R$) e volume da produção por região brasileira (Figura 1), a região Nordeste se destacou com os maiores valores, com 42,96% de recursos e 42,81% do volume da produção, durante os anos de 2011 a 2014, com destaque para o estado de Pernambuco em 2011 que apresentou 20,70% dos recursos repassados para a região e 23,03% do volume da produção, e em 2014, o estado da Bahia, que denotou 43,00% e 26,52% de recursos e volume da produção da região, respectivamente. Acredita-se que o destaque desta região deve-se por ser um universo no qual a existência de agricultores familiares é significativa, podendo ser comprovada pelos estabelecimentos agropecuários familiares, 2.187.295, os quais representam 50,07% das unidades produtivas do Brasil (IBGE, 2006).

A região Sudeste vem em seguida, com 35,06% dos recursos e 29,93% do volume da produção adquirido, sobre o total no período em análise, onde em 2011 apenas a o estado de Minas Gerais apresentou 51,93% do total de recursos repassados para a região e 56,66% do volume da produção, no ano de 2014 o estado de São Paulo lidera com 66,07% dos recursos e 51,24% do volume do montante da região. O Sul deteve, em 2012, o maior recurso devido a grande quantidade da aquisição do estado do Rio Grande do Sul, que neste ano apresentou 13,69% do total do repasse da região. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os menores valores, com apenas 7,79% e 5,42% dos recursos totais; 5,52% e 4,41% do volume da produção total, respectivamente. Esses resultados demonstram que a demanda pelo PAA é variável, devido às particularidades próprias de cada região, considerando fatores de organização social local e acesso à informação por parte dos produtores ou de suas representações legais (CONAB, 2013a).

Figura 1. Recursos financeiros (R$) aplicados no PAA e volume da produção adquirido (Kg) nas regiões brasileiras nos anos de 2011 a 2014



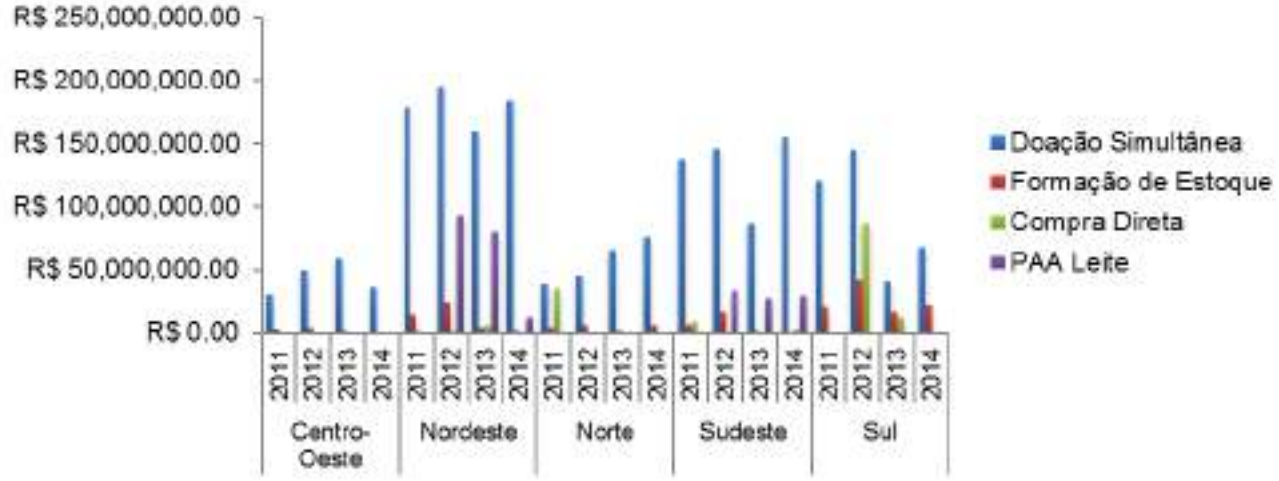
Fonte: SAGI (2015).

Percebe-se que em termos de recursos, com exceção da região Sudeste, onde de 2012 para 2013 teve um aumento de 1,56%, todas as regiões do país registraram descontinuidades entre os anos de 2012 e 2013. No Nordeste, a queda dos recursos foi de 38,19%, já no que se refere a volume de produção, foi de 59,10%, provavelmente podendo ser explicada pela escassez de chuvas; no Norte e no Centro-Oeste, as reduções foram 27,77% e 39,86% nos recursos e de 40,53% e 37,51% no volume da produção, respectivamente. O volume de produção na região Sudeste neste período, 2012 a 2013, teve uma queda de 42,18%, embora tenha dito um pequeno aumento nos recursos, isso acontece devido ao preço praticado e a variação dos produtos que foram fornecidos, mais leves e baratos.

Em conjunto, tais dados podem subsidiar informações onde é possível verificar que nos anos de 2013 e 2014 os recursos para o programa foram bastante precários. O IPEA (2015, p. 408) relata que a descontinuidade do programa em 2013 “pode comprometer parte dos esforços já realizados pelo PAA [...] além de todo o trabalho realizado na articulação local entre produtores e unidades recebedoras beneficiadas com entrega dos alimentos”. Leva-se em consideração que esse fator é limitante, apresentando como uma ameaça aos interesses dos grupos sociais envolvidos e implicando diretamente no planejamento de toda uma cadeia produtiva dos fornecedores. Estudos realizados com o PAA também relataram descontinuidade na liberação dos recursos em diversas regiões (ANDRADE JÚNIOR, 2009; GRISA *et al.,* 2011; VIEIRA; FARIA; ROSA, 2010). Becker e Sacco dos Anjos (2012) apontam que o PAA se caracteriza como uma política instável, pois, embora tenha sido criado como um programa prioritário, ainda não possui *status* de programa orçamentário.

No que se refere às modalidades do PAA[3], estas apresentaram aplicações de recursos financeiros distintos, com destaque para a Doação Simultânea, como exibido na Figura 2.

Figura 2. Recursos aplicados em compras do PAA, por modalidade e regiões, nos anos de 2011 a 2014



Fonte: SAGI (2015), adaptado pelos autores.

Verifica-se que, do total aplicado no período 2011-2014, a Doação Simultânea apresentou o maior montante em todas as regiões, representando 76,21% do total, visto que é a única modalidade operada com recursos do MDS por todos os executores do PAA-CONAB, estados e municípios, sendo a CONAB a que apresenta a maior participação na aquisição dos produtos, com 73,71% do total da modalidade, depois os estados com 12,62%, seguidos dos municípios, com 9,44%. Esta modalidade englobou, entre os anos de 2011 a 2014, 403.815 produtores fornecedores, ressaltando, novamente o papel da CONAB, com o maior número de produtores, 260.260, o que representou 64,45% do total de produtores participantes no período.

No que concerne às regiões na modalidade Doação Simultânea, o Nordeste recebeu o maior montante, representando 20,16% do total aplicado, seguido do Sudeste 19,80% e Sul 9,60%, com ênfase para os estados da Bahia, São Paulo e Paraná. Em seguida, se destaca a modalidade PAA Leite, com recursos do MDS, deteve do montante de R$ 276.043.960,02, o que representa 13,25% do total. Nos anos de 2011 a 2014, a região Nordeste liderou com 67,45% dos recursos. Essa modalidade vem apresentando aumento significativo nos recursos, contribuindo diretamente para a segurança alimentar de crianças e idosos.

[3] Um agricultor pode participar de mais de uma modalidade.

Analisando as demais modalidades, a Compra Direta têm tido poucas aplicações de recursos por ser um mecanismo empregado somente quando há mercado para escoar determinados produtos estratégicos para a alimentação da população, quando os preços estão muito baixos. O MDA tem aplicado os seus recursos na modalidade Formação de Estoque, buscando incorporar esta estratégia a outras ações governamentais como a proposta de assistência técnica para as cooperativas, em busca de elencar a gestão das organizações de produtores (SAMBUICHI *et al.,* 2014).

Dentre as categorias que o programa engloba está em acolher pessoas em insegurança alimentar por meio da doação de alimentos para entidades socioassistenciais. Na avaliação aqui feita, constatou-se que o programa atendeu diretamente 65.691 entidades durante o período de 2011-2014 e alimentou cerca de 256 milhões pessoas, como exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Número de entidades por região brasileira nos de 2011 a 2014

	2011	**2012**	**2013**	**2014**
Centro-oeste	1.546	2.011	1.153	1.703
Nordeste	9.476	8.291	4.510	5.316
Norte	2.924	3.320	1.651	1.457
Sudeste	3.077	3.159	862	1.973
Sul	5.006	4.596	3.493	167
Total por ano	22.029	21.377	11.669	10.616

Fonte: SAGI (2015).

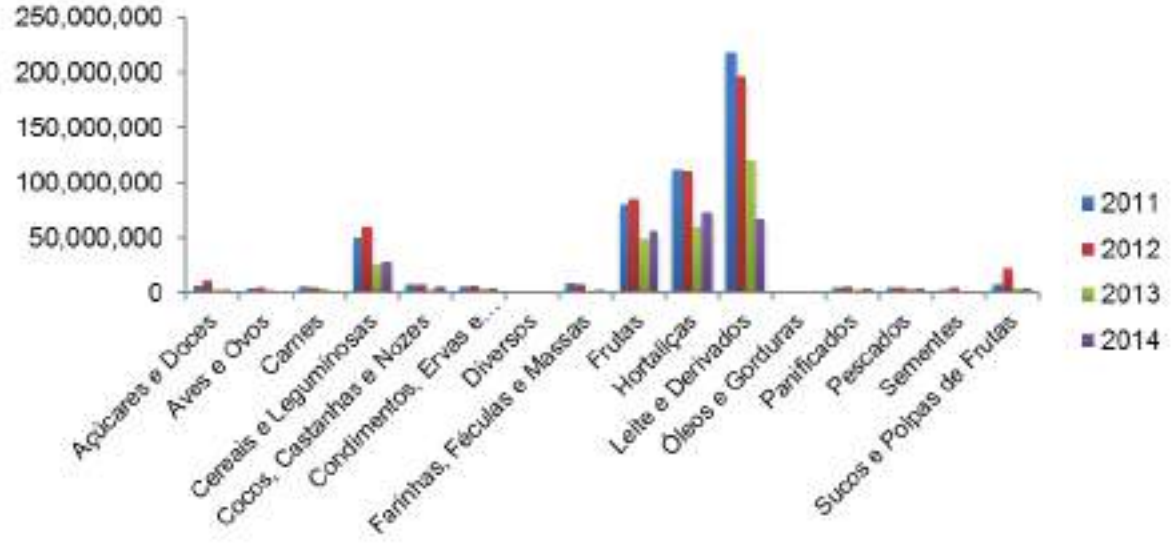
É possível perceber que os números apresentados na tabela 2 seguem em consonância aos demais dados aqui expostos. Verifica-se que em 2011 o PAA abrangeu 22.029 entidades nos seus diferentes tipos de atividades, representando 33,53% do total do período, esse valor é significativo ao considerar que 20.976.657 pessoas foram atendidas. Em 2014, foram 10.616 entidades, o que representa 16,16% do total de entidades, e 201.964.332 consumidores, comparando estes anos, examina-se que houve uma queda de 51,51% de entidades e um aumento expressivo nos número consumidores, 89,81%. Das regiões, a Nordeste deteve 39,47% do total de entidades engajadas no PAA no período, em segundo a Sudeste com 27,34%, sendo que, nesta região, houve uma queda de 51,81% da quantidade de entidade beneficiadas, entre 2011 e 2014.

Estas entidades, por sua vez, desenvolveram trabalhos assistenciais em diversas áreas, como: abrigos, albergues, casa de passagem, amparo de criança, amparo de deficientes, amparo de idosos, associações beneficentes, comunitárias, cozinhas

comunitária, restaurante popular, creche, pré-escola, escolas, entidade de amparo a mulheres, mães, necessidades especiais, entidades religiosa e hospitais. As que desempenharam funções de caráter educacional, tais como creche, pré - escola e escolar, lideraram em quantidade de entidades no recorte aqui estudado, representando cerca de 52,80% do total de entidades.

Quanto aos consumidores, a maioria (27,77%) esteve na faixa etária de 24 a 65 anos e 24,77% entre 7 a 14 anos, sendo beneficiados diretamente com 1.571.443.977,09 Kg de diferentes produtos, conforme detalhado na Figura 3.

Figura 3. Volume (Kg) dos grupos de produtos que foram adquiridos por meio do PAA, nos anos de 2011 a 2014.



Fonte: SAGI (2015).

Por meio da Figura 3, observa-se que, em termos de volume, destacam-se os grupos do leite e derivados, com 38,25% do total de volume de aquisição, estes provenientes, na sua a maioria (68,74%), da região Nordeste, especificamente do estado de Pernambuco. As hortaliças com representatividade de 22,53%, adquiridos 42,65% Sudeste no período, com destaque para o estado de São Paulo. As frutas estão na sequência, com 17,03%, sendo que 36,33% advindo novamente da Região Nordeste, maioria da Bahia. E, por último, o grupo dos cereais e leguminosas, com participação de 10,32%, sendo destaque para a Região Sul, com 61,21%, com concentração no Rio Grande do Sul. Nos anos de 2011 a 2014 estes grupos mantiveram suas posições dentre as maiores aquisições do PAA. O grupo leite e derivados obteve volume de aquisição elevado, o que pode ser explicado pelos seguintes fatos: em 2012 ocorreu o fim da obrigatoriedade de contrapartida financeira pelos governos locais e o pagamento do produto diretamente ao agricultor familiar, o que ocasionou um maior incentivo por parte dos participantes.

Analisando o grau de cobertura do PAA, representado pela quantidade de municípios e fornecedores, observa-se que nestes segmentos a região Nordeste se apresentou com o maior grau de cobertura, tendo em vista que é composta por 1.794 municípios. Esta região, em 2011, deteve 61,42% de participação da totalização de municípios participantes do PAA, e em 2014, 45,15%, logo, também com maior número de fornecedores, sendo que no ano de 2011 participou com 46,49% total de fornecedores participantes no PAA e, em 2014, com 37,91%, como apresentados na Tabela 3 e 4.

Tabela 3. Número de municípios no PAA por região brasileira, nos anos de 2011 a 2014

	2011	2012	2013	2014
Centro-Oeste	103	114	84	94
Nordeste	1.102	1.002	793	810
Norte	265	329	197	278
Sudeste	474	506	355	493
Sul	495	481	388	498
Total por ano	2.439	2.432	1.817	2.173

Fonte: SAGI (2015).

Tabela 4. Número de fornecedores no PAA por região brasileira, nos anos de 2011 a 2014

	2011	2012	2013	2014
Centro-Oeste	7.452	10.790	5.264	5.779
Nordeste	74.400	75.129	41.936	40.640
Norte	11.466	12.071	7.326	12.095
Sudeste	36.420	46.035	19.469	29.225
Sul	30.272	46.457	15.739	19.453
Total por ano	160.010	190.482	89.734	107.192

Fonte: SAGI (2015).

Constata-se também que em todas as regiões do país o programa registrou diminuição, em termos de número de municípios e produtores participantes, especificamente entre os anos de 2012 e 2013. A redução mais acentuada no número de municípios foi de 40,12% na região Norte e de 29,83% na região Sudeste, já de produtores participantes as maiores quedas foram nas regiões Sudeste e Sul, com 57,70% e 66,12%, respectivamente. Em nível nacional observa-se também que o número de fornecedores reduziu-se à medida que a quantidade de municípios se desligou do PAA. No período, entre 2011 e 2014 houve uma redução de 33,01% de fornecedores e 10,91% de municípios. Estes números ainda refletem a pouca abrangência do PAA, pois, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), existiam cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar.

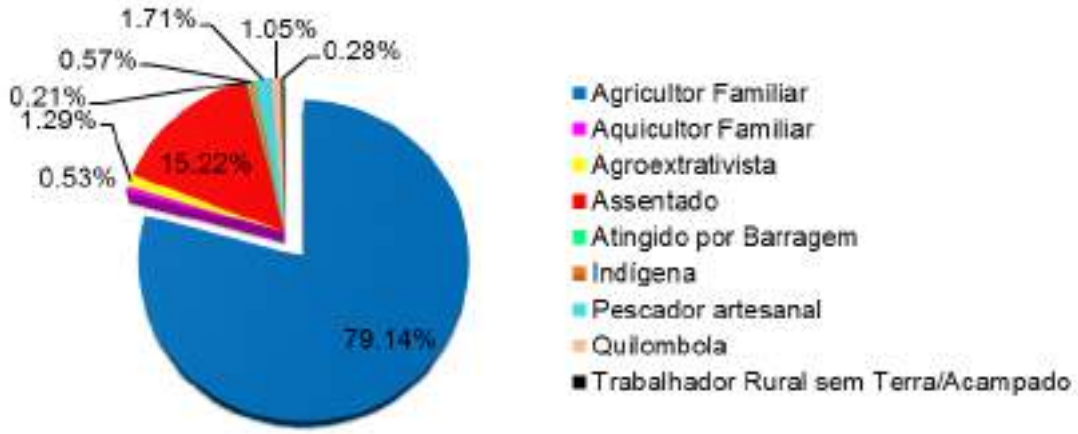
Na busca pelo perfil desses fornecedores apurou-se que, nos anos de 2011 a 2014, 64,08% foram homens e 32,92% mulheres, o que equivale a 522 mil homens e 172 mil mulheres. De 2011 para 2014 a porcentagem de participação das mulheres aumentou 18,08%. De acordo com a CONAB (2015), na região Nordeste o percentual de participação feminina no programa foi de 60% em 2014, o Norte em segunda colocação, com 51%, seguido do Sudeste e Centro-Oeste, 49% cada. A região Sul apresenta o menor índice, 41% de participação de mulheres no programa. Este resultado é reflexo da implantação da resolução nº 44 do Grupo Gestor do Programa, a partir de agosto de 2011, que determina a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta Local com Doação Simultânea.

No PAA, os mecanismos imprescindíveis para aqueles produtores fornecedores garantirem a oferta com regularidade são a organização e o planejamento da produção, os fornecedores, por sua vez, podem fornecer individualmente ou por organização, respeitando os limites por unidade familiar. No período analisado, foram 6.164 organizações participantes sendo destas, 42,88% estiveram presentes na região Nordeste, com destaque para o estado da Bahia (24,89%); 28,37% na região Sudeste, com 53,05% em São Paulo; 11,35% na região Sul, sendo que 34% no estado do Paraná. As regiões Norte e Centro-Oeste participaram em quantidades pequenas, 9,63% e 8,77%, respectivamente.

Quanto às categorias que os fornecedores do programa fazem parte, identificou-se que os agricultores familiares estão em primeiro lugar em quantidade e, em minoria, verificou-se a participação dos atingidos por barragem. Na Figura 4 é possível observar as porcentagens das demais categorias de fornecedores[4].

[4] A plataforma não disponibiliza informações sobre as categorias de produtores com execução dos estados e municípios no ano de 2011, apenas da Conab com recursos do MDS e MDA.

Figura 4. Porcentagem de agricultores participantes por categoria, de 2011-2014



Fonte: SAGI, (2015).

Verifica-se que no Brasil a categoria dos agricultores familiares deteve de 79,14%, o que equivale à 390.000 mil agricultores familiares, com renda média anual de R$ 4.466,21, essa predominância pode ser explicada pelo fato que, dentre estas categorias citadas, a dos agricultores familiares é a mais populosa no país. Os assentados aparecem em seguida com 73.759 fornecedores (15,22%), com renda média anual de R$ 4.339,01, após verificou-se a participação dos agroextrativistas com 6.230 (1,29%), com R$ 5.215,52 de renda média anual. As modalidades com menores porcentagens foram as dos trabalhadores rurais sem terra e atingidos por barragem, com apenas 1.361 (0,28%) e 1.039 (0,21%) fornecedores, renda de R$ 4.160,61 e R$ 2.510,58, respectivamente. Percebe-se ainda que, apesar do expressivo número da categoria de agricultores familiares, a sua renda média anual ainda é baixa quando comparada ao nível de renda dos agroextrativistas, ou seja, pode-se considerar então que há muitos agricultores que fornecem quantidades mínimas ao programa.

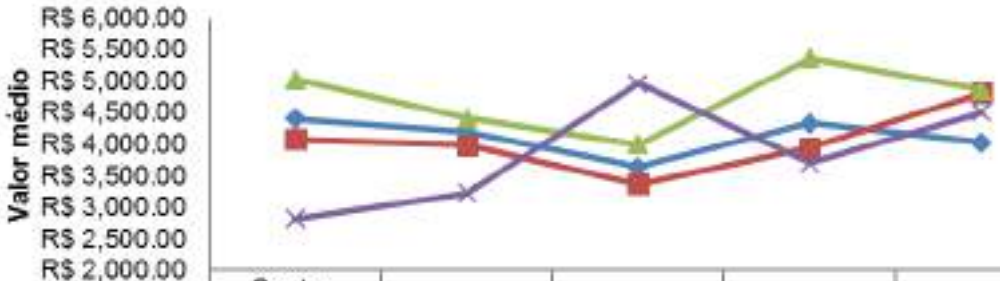
Quanto à participação destes produtores por grupo do PRONAF, detectou-se que as regiões diferem quanto ao enquadramento nas categorias. Na região Centro-Oeste, nos anos de 2011 a 2014, a maioria dos fornecedores (56,16%) se enquadrou na categoria V do PRONAF, já na região Nordeste, o grupo com maior representatividade de produtores fornecedores foi o Grupo B, com 79,32%; no Norte, Sudeste e Sul do país, o grupo V se destacou em nível de participação, com 45,43%, 56,35% e 82,16%, detendo em conjunto 184.586 produtores.

No que concerne aos valores recebidos por fornecedor por meio do PAA, a região Norte, nos anos de 2011 a 2013 se apresentou com os fornecedores que menos receberam recursos do programa, somando um montante de apenas R$ 11.010,58 no triênio por fornecedor, no entanto, o valor que em 2013 era de 4.003,13 por produtor fornecedor, em 2014, aumentou R$ 963,66. Em seguida, vem a região Nordeste, embora tenha se

destacado nos segmentos até aqui apresentados, os seus fornecedores ainda estiveram entre os menos capitalizados pelo programa, de 2011 a 2013 os produtores participantes do PAA da região receberam R$ 12.603,34 no total, quando em 2014 o valor por fornecedor cai R$ 1.193,30.

O fato de a região Norte estar em primeiro lugar cujos agricultores menos receberam recursos do PAA, pode ser explicado por ser uma região marcada pela agricultura em larga escala, baixo número de agricultores familiares e pela pecuária, já o Nordeste pode estar aliado à expressiva participação ligada à estrutura fundiária dos estabelecimentos, ou seja, caracterizada por pequenas propriedades rurais, onde há muitos agricultores envolvidos, porém ofertando poucos alimentos. De acordo com o IBGE (2006), esta região tem a menor área média por estabelecimento da agricultura familiar, 13 hectares. Na Figura 6, é possível identificar detalhadamente os valores médios por região, nos anos de 2011 a 2014.

Figura 6. Valor médio anual por fornecedor do PAA nas regiões brasileira de 2011 a 2014.



	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2011	R$ 4,406.18	R$ 4,190.47	R$ 3,643.74	R$ 4,336.88	R$ 4,029.79
2012	R$ 4,078.06	R$ 3,992.18	R$ 3,363.71	R$ 3,949.21	R$ 4,810.91
2013	R$ 5,027.40	R$ 4,420.68	R$ 4,003.13	R$ 5,364.00	R$ 4,864.54
2014	R$ 2,820.65	R$ 3,227.38	R$ 4,966.79	R$ 3,702.53	R$ 4,507.22

Fonte: SAGI, (2015).

Verifica-se que todas as regiões sofreram variações nos valores com o passar dos anos, seja para mais ou para menos: a região Centro-Oeste, em 2011, apresentou o maior valor médio recebido pelos fornecedores, em 2013 denotou como a segunda região com agricultores mais capitalizados pelo PAA, ficando atrás da região Sudeste, já em 2014, esse valor sofreu uma queda de 43,20%, se tornando a região com o menor valor médio recebido no ano, R$ 2.820,65. O Sudeste, em 2011, se apresentou como a segunda região com fornecedores mais capitalizados e em 2013, se destacou com o maior valor, somando os agricultores receberam, nestes anos, R$ 17.352,62, em média. Os fornecedores do Sul foram os que menos sofreram com as oscilações do PAA, a região, por sua vez, se

destacou com o maior valor médio nos anos de 2011 a 2014, R$ 18.212,46. No que se referem aos estados, os que se apresentaram os maiores valores no período estudado, média de R$ 5.100,00 por fornecedor, foram: Alagoas, São Paulo, Amapá, Espirito Santo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. No entanto, os agricultores mais capitalizados do PAA se encontram no Rio Grande do Sul, onde alcançou R$ 23.984,04, entre os anos de 2011 e 2014, uma média de R$ 5.996,01 por ano.

É preciso evidenciar que esses valores são recebidos por ano, e que o PAA é a principal fonte de renda de muitos agricultores espalhados pelo Brasil, como retratado pelos autores (PLEIN; FILIPPI, 2012; ABREU, 2012; SILVA SEGUNDO, 2014). Essa constatação sugere análises futuras no sentido de identificar qual a causa para este fato, como, por exemplo, é possível existir uma acomodação dos produtores, ou, ainda, impossibilidades de escoar a produção por meio de outros canais de comercialização.

Considerações finais

Com as informações analisadas, observou- que, nos anos de 2011 a 2014, a CONAB deteve a maior participação nas aquisições do PAA, por sua vez, os recursos e o volume da produção sofreram descontinuidades. A modalidade Compra com Doação Simultânea denotou os maiores volumes de recursos e quantidade de fornecedores.

Em 2013, os problemas operacionais marcaram a natureza do programa com consequências expressivas no ano seguinte, 2014, refletindo também nos âmbitos institucionais, organizativos e na abrangência do programa.

Em relação à análise regional, a região Nordeste se destacou dentre as demais em todos os segmentos aqui apresentados, no entanto, se caracterizou com a presença dos agricultores menos capitalizados pelo programa. A região Sudeste e Sul vêm em seguida em termos de destaque nos recursos, volume da produção, participação de agricultores e municípios, organizações, entidades e agricultores que mais receberam recursos do PAA, já a região Norte, foi a que obteve menores recursos e participação. Com esse resultado pode-se considerar que um programa de política pública poderá apresentar resultados diferentes quando aplicada em mais de um local, visto que há diferenças em termos históricos, culturais, ambientais, sociais, econômicos, demográficos e governamentais.

Notadamente, os dados evidenciados neste trabalho indicam que, no Brasil, o programa se apresentou como um instrumento de política pública que expõe deficiências, como a descontinuidade no volume de recursos, volume de produção adquirido, quantidade de municípios, agricultores e nas entidades socioassistencias.

Pauta-se que, para que se justifique a atuação do Estado na agricultura familiar, o governo deve formular o planejamento, operacionalização e monitoramento efetivo de

programas de políticas públicas. Haja vista que, as descontinuidades em programas que os agricultores familiares acessam afetam diretamente as condições econômicas e sociais da categoria.

Do exposto, salientamos que é fundamental a realização de estudos de casos que captem o impacto desta política pública para os agricultores fornecedores, suas organizações, instituições envolvidas e demais atores sociais, como forma de aprofundar a avaliação deste programa. Observamos ainda que, este trabalho abre caminhos para novos estudos no qual contemple um debate acerca da operacionalização do PAA, frente às demandas, limites e potencialidades, como também análises para períodos e recortes diferentes dos que aqui foram apontados.

Referências

ABREU, K. D. R. D. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Um olhar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o desenvolvimento dos agricultores familiares. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6., 2012. **Anais**...São Paulo: PUC, 2012. p. 1-18

ANDRADE JÚNIOR, Remy C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012 (Art.4). **Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696**, de 2 de julho de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 10 de março 2015.

_____. Decreto n° 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que **dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm. Acesso em: 23 de março de 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Conciliando a fome com a vontade de produzir: i a transversalidade nas políticas públicas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, RR, v.6, n.11, p.07-21, 2012.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, Cascavel, PR, v.15, n. 20, p. 35-61, 2012.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 09 mai. 2015.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos: **Resultado das ações da Conab em 2013.** Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>. Acesso em: 12 de março de 2015.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programas de Abastecimento Social**: Programa de Vendas em Balcão. Brasília, 2013c. Disponível em:< http://conab.gov.br/conteudos.php?a=559&t=>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Notícias**. Cresce a participação das mulheres no PAA. Brasília, Mar. 2015. Disponível em:< http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=36456>. Acesso em: 20 de mai. 2015.

COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: Garcés, M.; Giraldez, S.; Goldar, M. R.; Albuquerque, M. C.; Riquelme, Q.; Buroni, T. **Democracia Y Ciudadanía En El Mercosur. LOM Ediciones**/Programa MERCOSUR Social y Solidário. Santiago, 2006.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil:** produção e institucionalização das idéias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C., SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. O. e HERINGER, R. (Eds.). **A política vivida:** olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011. p. 321-342.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. **Primeiros resultados**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE. 2009. 267 p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, 2010. Disponível em:< http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>. Acesso em: 20 mai. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, nº 23, 2015.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. Construção Social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília, DF: **ABRANDH**, 2012. 72p.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S.P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**.: 2 a. ed.. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 148, 2009.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Notícias.** Ministro Pepe participa, em Nova York, do lançamento do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Brasília, Nov. 2013.

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ministro-pepe-participa-em-nova-york-do-lan%C3%A7amento-do-ano-internacional-da-agricultura>. Acesso em: 28 mai. 2015.

MATTEI, L. F. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecendentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v.7, p. 33-44, 2007.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E.; O Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, Cascavel, PR, v. 14, n.19, p. 63-86, 2012.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA DATA –** Dados 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em:< http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C. de.; MOURA, A. M. M. de.;. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. DA.; OLIVEIRA, M. A. C. DE.; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** 1ed. Brasília: Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014, v. 1, cap. 3, p. 75-104.

SILVA SEGUNDO, G. S. da. **O caso do PAA em Montes Claros-MG**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica das instituições proponentes. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v.12, n.1, p.61- 71, 2003.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica de intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 10-27, jan./jun. 2015.

VIEIRA, N. S.; FARIA, A. F.; ROSA, P. F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar: uma análise de experiências no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras, **Anais**… Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010.

Recebido para publicação em 04 de fevereiro de 2017.

Devolvido para revisão em 17 de junho de 2017.

Aceito para publicação em 13 de setembro de 2017.

Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)[1]

Christian Nunes da Silva
Doutor em Ecologia Aquática e Pesca na Amazônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Docente do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
E-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

Hugo Pinon de Sousa
Mestrando em Geografia pelo o programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.
E-mail: hugosousa16@gmail.com.

Thiago Maciel Vilhena
Graduando em Geografia da Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/CNPq.
E-mail: thiagovilhena93@yahoo.com.br.

Joandreson Barra Lima
Mestrando em Geografia pelo o programa pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.
E-mail: joandersonbarra@bol.com.br

João Marcio Palheta da Silva
Doutor em Geografia. Docente do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).
Professor Associado IV da Universidade Federal do Pará.
Bolsista Produtividade CNPq.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
E-mail: jmarciopalheta@uol.com.br

Resumo

O presente texto pretende realizar um breve caracterização, a partir de dados de campo e de levantamentos cartográficos, sobre as atividades de subsistência – realizadas por populações de pescadores amazônidas – apresentando algumas categorias de análise territorial que podem ser trabalhadas no uso dos recursos naturais, levando em consideração os modos de vida dessa população, a abrangência territorial sob influência da pesca e os mecanismos de representação territorial elaborados com o auxílio de técnicas de mapeamentos participativos (SILVA; VERBICARO, 2016). Seguindo esse propósito, ao analisar os moradores do rio Cajueiro – localizado no distrito de Mosqueiro, município de Belém, estado do Pará – que praticam a atividade de pesca, busca-se: construir um debate teórico e técnico acerca das estratégias de sobrevivência desses atores sociais, para identificar as territorialidades do seu respectivo modo de vida ligado diretamente à atividade pesqueira; diagnosticar a forma como são os usos e a distribuição dos recursos naturais utilizados por esses indivíduos; assim como procura-se compreender como estão representadas cartograficamente as atividades utilizadas para subsistência e empreendidas por estes pescadores, quando os recursos em questão encontram-se escassos no território.

[1] Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto "Mapeamento participativo e estratégias de sobrevivência de populações tradicionais na Amazônia paraense", aprovado no Edital 14/2013 (Chamada Universal – MCTI/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

Palavras-chave: Estratégias de Sobrevivência;Territorialidades; Cajueiro; Mosqueiro;Amazônia.

Lifesttyle and territorialities of fishermen of the comumnity Cajueiro in Mosqueiro (Belém-Amazon-Brazil)

Abstract

This paper intends to carry out a brief description, from field data and cartographic surveys on subsistence activities – carried out by populations of Amazonian fishermen – presenting some categories of territorial analysis that can be worked in the use of natural resources, taking into account the livelihoods of this population, the territorial coverage under the influence of fishing and the mechanisms of territorial representation elaborated with the aid of participatory mapping techniques (SILVA; VERBICARO, 2016). Following this purpose, when analyzing Cajueiro residents – located in the district of Mosqueiro, in the municipality of Belém, in the state of Pará – who practice fishing, we seek to construct a theoretical and technical debate about the survival strategies of these social actors, to identify the territorialities of their respective lifestyle directly linked to the fishing activity; to diagnose how the uses and distribution of the natural resources used by these individuals are; as well as trying to understand how the activities used for subsistence and undertaken by these fishermen are represented, when the resources in question are scarce in the territory.

Keywords: Survival Strategies; Territorialities; Cajueiro;Mosqueiro; Amazon.

Modo de vida y territorialidades de la comunidad de pescadores de Cajueiro en Mosqueiro (Belém-Amazonia-Brasil)

Resumen

Este documento tiene la intención de llevar a cabo un breve caracterización, a partir de datos de campo y encuestas cartográficas sobre las actividades de subsistencia - llevada a cabo por las poblaciones de pescadores amazónicos - la presentación de algunas categorías de análisis territorial que se pueden trabajar en el uso de los recursos naturales teniendo en cuenta el modo de vida de esta población, el ámbito territorial bajo la influencia de la pesca y los mecanismos de representación territorial desarrollados con la ayuda de técnicas de mapeo participativo (SILVA; Verbicaro, 2016). A raíz de ello, el análisis de los habitantes del río Cajueiro - ubicado en el distrito de Mosqueiro en la ciudad de Belém, estado - la práctica de la actividad pesquera, tiene por objeto: construcción de un debate teórico y técnico acerca de las estrategias de supervivencia de estos actores sociales, para identificar la territorialidad de su respectivo estilo de vida conectado directamente a la industria pesquera; diagnosticar cómo son los usos y distribución de los recursos naturales utilizados por estas personas; al tratar de comprender cómo están representados cartográficamente las actividades utilizadas para la subsistencia y llevadas a cabo por estos pescadores, cuando los recursos en cuestión son escasos en la zona.

Palabras Clave: Estrategias de Supervivencia; Territorialidad; Cajueiro; Mosqueiro; Amazonia.

Introdução

Este texto apresenta por temática principal o modo de vida, as territorialidades e as estratégias para a sobrevivência de pescadores artesanais com saberes tradicionais da Amazônia paraense. Com essa finalidade, se procedeu ao recorte da área de estudo, os moradores do rio Cajueiro, que localiza-se no distrito de Mosqueiro, na cidade de Belém, no estado do Pará. Por meio de entrevistas com pescadores locais[2], realizadas durante a incursão a campo, constatou-se que a pesca é a principal atividade praticada e que o seu produto é destinado ao comércio e também ao consumo familiar. O estudo do modo de vida dos pescadores que habitam o rio Cajueiro é de suma importância para a compreensão das suas territorialidades e de seus territórios de pesca, assim como das estratégias para a sobrevivência que praticam no período do defeso[3] das espécies capturadas em seus territórios de pesca.

A pesca, responsável pelo sustento das famílias que ocupam as margens desse rio, é uma prática tradicional transmitida por gerações (MORAES, 2007). Os conhecimentos sobre a atividade de pesca constitui o "segredo profissional" desses pescadores (SILVA, 2006) e o seu modo de vida[4] se apresenta como um elemento territorializador. Assim, o objetivo deste estudo é carcterizar, por meio das percpções ambientais e terrioriais dos moradores, as estratégias de sobrevivência e as formas de ocupação dos territórios empreendidas pelos pescadores artesanais da comunidade de Cajueiro, durante o período do defeso – quando ocorre a reprodução das espécies capturadas. Entende-se essas estratégias de sobrevivência como os meios escolhidos/proporcionados por esses atores sociais para incrementar a sua renda familiar, onde a finalidade é a manutenção do seu modo de vida.

Para analisar os usos dos recursos naturais e a relação dos pescadores com o território, observados durante as incursões na área de estudo, a pesquisa se utilizou da abordagem teórica dos principais conceitos e categorias, tais como: modo de vida nas obras de La Blache (1954) e Sorre (1984); território e territorialidade em Raffestin (1993), Sack (1986), Saquet (2015) e; territorialidade na atividade pesqueira em Silva (2006, 2012), Begossi (2001, 2004) e Furtado (2003), que subsidiaram o entendimento sobre as estratégias de sobrevivência e a ocupação territorial desse grupo social.

A pesquisa de campo, com entrevistas de pescadores locais, possibilitou a observação da realidade da área de estudo, a prática das estratégias de sobrevivência das famílias sustentadas pela atividade da pesca artesanal, assim como o modo de vida dos pescadores do rio Cajueiro e suas territorialidades no ambiente aquático. Assim, foi

[2] Para a realização das entrevistas, utilizamos a metodologia de "marcação de pesqueiros" trabalhada por Begossi (2004).
[3] Conforme estabelece a lei 11.959 de 29 de junho de 2009, que define o defeso como sendo a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie.
[4] Modo de vida é analisado neste estudo de acordo com os ensinamentos de La Blache (1954) e Sorre (1984).

realizada a identificação dos principais apetrechos de pesca utilizados para a captura do pescado, bem como o cotidiano desses pescadores. Estas informações sistematizadas proporcionaram o conhecimento da sua percepção sobre o seu território vivido. O trabalho de campo foi apoiado na coleta de dados primários, em reuniões que possibilitaram a plotagem de dados para a elaboração do mapeamento participativo, utilizado como forma de captar e compreender informações relativas ao cotidiano dos moradores do rio Cajueiro que praticam a pesca como principal atividade econômica e de subsistência.

Também foi aplicada uma metodologia de mapeamento participativo[5] com os moradores do rio Cajueiro, onde o principal objetivo se assentou em mapear os territórios e as territorialidades locais com base nas referências geográficas destes moradores, praticantes da atividade de pesca, considerando as suas percepções e concepções. Para realizar este mapeamento, explicado previamente aos participantes da pesquisa, foram disponibilizados imagens de sensoriamento remoto (*LandSat TM* e *Google Earth*) da localidade do rio Cajueiro e também "mapas em branco"[6] da área. Em seguida, foi solicitado aos participantes que plotassem suas referências territoriais nos mapas em branco,com o uso de pincéis coloridos, com o intuito de estimular a memória e percepções dos participantes (SILVA; VERBICARO, 2016).

Desta maneira, foi possível identificar os territórios e as territorialidades de pesca, com as áreas de maior ocorrência dos cardumes capturados, a feira do pescado entre outros. Sendo assim, o mapeamento participativo foi fundamental para compreender a territorialização do modo de vida e das estratégias de sobrevivência praticadas por esses pescadores. As informações plotadas nas imagems de sensores remotos e nos mapas em branco foram digitalizadas em ambiente virtual e em seguida, por meio do uso do *software* QGis 2.14[7], foi produzido um mapa síntese contendo as representações territoriais dos pescadores. Com isso, este artigo apresenta uma breve descrição e caracterização do modo de vida local da área de estudo, a partir das suas respectivas territorialidades pesqueiras.

O modo de vida e o territorio: abordagens conceituais

O modo de vida faz referência ao conjunto de características e de práticas desenvolvidas por um determinado grupo social. Estas são resultado das relações entre os

[5] Para Joliveau (2008) e Silva e Verbicaro (2016), o mapeamento participativo é útil para valorizar e reafirmar os múltiplos usos do território de populações diversas – rurais e urbanas, assim como um instrumento para o reconhecimento das práticas e características de ocupação do território por essas populações.

[6] Os "mapas em branco" são aqueles que possuem informações básicas/gerais do território (limites, rios, pontes e estradas, por exemplo), ou seja, as referências geográficas básicas da área de estudo (SILVA e VERBICARO, 2016).

[7] O Quantum Gis, ou simplesmente QGis é um *software* de geoprocessamento gratuito e disponível na internet no endereço: http://www.qgis.org/pt_BR/site/.

atores sociais que formam este determinado grupo e destes com o ambiente natural. As características aqui mencionadas dizem respeito aos hábitos alimentares, às técnicas e aos equipamentos para a obtenção da subsistência, as formas de moradia e também do conhecimento tradicional construído no dia a dia com o ambiente a sua volta. O modo de vida é uma variável que se distingue pela particularidade de cada grupo social que o pratica, sendo também fator que constitui uma determinada identidade[8] das populações com saberes reconhecidamente tradicionais.

Paul Vidal de La Blache (1954) formulou oconceito de modo de vida e/ou gênero de vida[9] a partir de sua leitura do chamado "possibilíssimo geográfico", no qual o indivíduo não estaria pre determinado ao meio, mas o ambiente ao seu redor lhe oferecia um conjunto de possibilidades para uma determinada prática humana. O autor parte da análise da experiência prático-sensível de determinados grupos sociais na sua relação condicionada com o espaço geográfico. Para La Blache (1954, p. 172):

> [...] O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não só de uma vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor – eleé tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa a criação.

Nesse sentido, a concepção apresentada é que o modo de vida tem o seu lugar de origem, onde foi desenvolvido ao longo de uma trajetória histórica, com diferentes marcas de temporalidades nesse local, o que permitiu ao grupo humano de origem a constituição de técnicas e instrumentos para extrair o recurso para a sua sobrevivência, estando relativamente emancipado das intempéries naturais do meio geográfico.

Por essa razão o modo de vida possui particularidades atreladas ao seu lugar de origem e existência. Há modos de vida voltados para a caça, a pesca, a agricultura e criação de animais de pequeno/médio/grande porte, cada um com características que podem ou não apresentar semelhanças entre si, formando o que o autor chama de "*área de civilização*" (LA BLACHE, 1954), que corresponde a uma área abrangida por um modo de vida comum, envolvendo várias comunidades, mas com singularidades que as distingue por certas possibilidades oferecidas pelo lugar de origem, onde se efetivou sua formação enquanto tal.

Esse conceito é também constituído de símbolos, religiosidade, um universo marcado também pela cultura de um determinado grupo social, por essa razão é um

[8] Para Claval (1999, p. 15) a "[...] identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: "quem sou eu?" [...]".
[9] Sobre a obra de Paul Vidal de La Blache é interessante ler o texto de Silva; Lima; Silva (2015).

condicionante para a formação da identidade de uma certa população (SORRE, 1984). Assim, somadas as técnicas e os instrumentos confeccionados, estão presentes também os costumes de um determinado modo de vida, que são constituídos e transmitidos socialmente a cada geração. Sorre (1984), ao revisar as concepções de La Blache, inclui em sua concepção as acepções culturais, como o dialeto, as crenças, mitos e as festividades.

As estratégias de sobrevivência, enquanto parte de certo modo de vida, são também o conjunto de práticas humanas com uma ordem social estruturada, sendo constituídas, concebidas e transmitidas pela cultura[10]ao longo do tempo no espaço geográfico e desenvolvidas por populações rurais e urbanas. O objetivo principal dessas estratégias é realizar a manutenção, a permanência e a continuidade de seu modo de vida por meio da subsistência.

Estas práticas se cristalizam em formas espaciais que promovem a formação de uma determinada comunidade[11], com uma identidade distinta e que está atrelada em um "*patrimônio territorial*" (SAQUET, 2015), enquanto síntese da relação indissociável entre modo de vida e estratégias de sobrevivência. A comunidade, resultado da conjugação desses elementos, configura sobre o espaço um território e uma territorialidade que estão impressos no lugar, portanto, são conceitos interdependentes (SAQUET, 2015).

Na comunidade, ocorre a expressão do modo de vida, e esta só existe em razão de diferentes estratégias de sobrevivência empreendidas. Assim, é a partir do cotidiano em comunidade que se observa e se apreende/compreende o modo de vida e as territorialidades dos que nela interagem e habitam, com seus semelhantes e com o ambiente à sua volta, constituindo uma relação baseada em saberes da tradição e que confere a este grupo humano uma particularidade por meio de uma identidade territorial.

Para La Blache (1954), a noção de adaptação do homem sobre o meio é uma constante. Nesse prisma, esta ideia ressalta que as formações de diferentes modos de vida, sobre a superfície terrestre, relacionam-se com o conjunto de possibilidades materiais, que atuam como agentes condicionadores, que permitem a capacidade de se territorializar no espaço. Este mesmo autor define esta concepção como:

> Um esforço renovado sem cessar seria necessário para fazer frente a estas vicissitudes, se a adaptação e a força do hábito não interviessem para amortecer-lhes os choques. A adaptação equivale a uma economia de esforços que, uma vez realizada, assegura a cada ser, por um dispêndio mínimo, a realização tranquila e regular das suas funções. Se aquela falta, o

[10] Em sua pesquisa na região amazônica Wagley (1988, p. 81) define que "[...] uma cultura é, antes de mais nada, um produto da história – da sequência de acontecimentos e influências, determinados pelo homem, que se combinam através do tempo para criar o modo de vida prevalecente em uma determinada região".

[11] Wagley (1988, p. 44) compreende que "[...] por toda parte as pessoas vivem em comunidades – em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura [...]".

> organismo inquieta-se; esforça-se o mais que pode para alcançá-la (LA BLACHE, 1954, p.159).

Estas são estratégias de sobrevivência empreendidas sobre os territórios e, tal como o modo de vida, se constituem em processos territorializadores do indivíduo e de seu grupo social sobre o espaço. É o que Lombardi (2015) classifica como "estrategias de sobrevivência familiar" utilizadas por populações em seus respectivos grupos familiares para a ocupação e sobrevivência em um determinado território.

Nesse sentido, as "estrategias de sobrevivência familiar", devem ser compreendidas como um conceito de análise para entender...

> [...] como grupos familiares ou indivíduos acessam, dispõem, ou modificam, todo e qualquer capital, qualidade, atividade ou atributo, que esteja em sua posse ou acessível a eles, com vistas a se tornar resiliente, ou seja, capaz de manter sua condição de vida ou superá-la (LOMBARDI, 2015, p. 91).

Assim, essas estratégias correspondem a toda a atividade produtiva utilizada pelas comunidades e que apresentam como finalidade a garantia da subsistência e o sustento dos indivíduos e de suas famílias. Ainda, sobre a concepção de estratégias de sobrevivência, Lombardi (2015), faz referência ao capital social, como a reciprocidade de cooperação mútua e, ao capital físico, no que concercene a mobilidade e dispersão espacial. Com isso, a autora associa o conceito de estratégias de sobrevivência com essas duas variáveis, em que o capital social compõe as *"redes de ajuda"* entre sujeitos sociais, que estão atreladas indissociavelmente com a mobilidade espacial, uma vez que, as estas redes de trocas e/ou cooperação condicionam a localização da moradia e outros arranjos geográficos.

Território e territorialidades na pesca artesanal

O território na pesca artesanal corresponde à humanização do ambiente aquático. Este apresenta uma dinâmica própria a que o pescador é parcialmente condicionado e também o transforma pelo trabalho. O saber da tradição é transmitido pelo seu modo de vida, a cada geração, constituindo-se em um conhecimento marcado pela observação empírica do comportamento da natureza, tais como: o movimento dos cardumes, os apetrechos mais apropriados paracapturar uma determinada espécie de peixe, os locais de reprodução e de maior ocorrência do pescado etc. Por essa razão, se pode falar em territórios da tradição, cristalizado por uma prática tradicional.

É assim, o produto da trajetória da história e do relacionamento do pescador com o território ao seu redor. O território, nessa perspectiva, é onde ocorre a prática da pescaria, ou seja, é por excelência "um espaço onde se projetou um trabalho" (RAFFESTIN,1993, p.

144). Nos estudos sobre pesca, a constituição de territórios é compreendida por Silva (2012) como sendo:

> [...] um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de Poder, gerando ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2012, p. 15).

As relações de poder estão presentes na formação de territórios e das territorialidades, estando no cotidiano das pessoas, assim, "o poder é parte intrínseca de toda relação" (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Na pesca artesanal, estas relações se encontram presentes nos acordos de pesca, por exemplo, na definição do número de tripulantes por embarcação, na partilha do produto do trabalho coletivo, nos usos de determinados locais de pesca que compõem uma territorialidade e até mesmo no papel das mulheres e jovens neste processo; todas são decisões marcadas pelo exercício do poder.

Em comunidades onde há o predomínio do modo de vida voltado para a dinâmica da pesca, o poder é exercido, de maneira geral, pelos idosos que possuem a confiança e a respeitabilidade do grupo social. As decisões tomadas por esses atores sociais têm autoridade para influênciar a delegação e o cumprimento de tarefas na cadeia produtiva da atividade de pesca. Sobre o exercício do poder, Raffestin (1993) define:

> [...] É aceitável a ideia de que o poder vem de baixo, se ele está no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não-subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo da significado ao sujeito. Enfim, é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Com isso, percebe-se que a manifestação do poder está na relação do homem com a natureza e do homem em uma coletividade. E na organização desta relação há condições de transformações dadas a partir do trabalho deste ator social, que possui uma intencionalidade, a sobrevivência, orientada por um saber tradicional, compondo um campo de poder[12]. Esse campo de poder pode ser encarado como a configuração de uma territorialidade.

A territorialidade está marcada pela vivência desses atores sociais, sendo resultado a parti do cotidiano dessas populações, a territorialidade assume a dimensão dos múltiplos usos presentes no interior de um determinado território. Assim como o território, a

[12] O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

territorialidade possui a existência de fronteiras[13], que exercem o controle ao acesso sobre os atributos neles presentes.

Para isso se faz necessário ressaltar que a existência das fronteiras não são imutáveis e estão imersas na historicidade do contexto social ao qual pertencem. Sack (1986) concebe a territorialidade como sendo o estabelecimento de uma relação de poder sobre o uso de certa porção do território que, uma vez estabelecida, passa a exercer influência no controle e acesso sobre os recursos naturais existentes. Para Sack (1986, p. 6):

> [...] a territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através do controle da área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais.

As territorialidades pesqueiras estão expressas no lugar, assim como os territórios da tradição. Os pescadores artesanais possuem regras para o uso, acesso, controle e manutenção dessas territorialidades, uma vez que neles estão os territórios de pesca. E, essas regras são estabelecidas em acordos, baseados na oralidade, entre essas comunidades com saberes tradicionais, que permite o respeito e a não violação dessas territorialidades. Assim, cada grupo de pescadores de uma comunidade reconhece entre si as fronteiras de suas respectivas territorialidades, conhecendo até onde é o limite de seu uso para pescar. Isso se deve ao fato de haver "a forma de comunicação que a territorialidade deve conter" (SACK, 1986, p. 24).

Em outras palavras, para a manutenção desta territorialidade é necessário demarcá-la e comunicar essa demarcação aos pertencentes à comunidade e aos "de fora" desta, sendo que essas demarcações podem ocorrer de forma simbólica ou concretamente no território, isto é:

> [...] a territorialidade/ territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo; muros, cercas etc.) (SILVA, 2012, p. 62).

As comunidades com saberes tradicionais, no geral, não utilizam essas formas convencionais de demarcação, com o uso de muros, cercas ou placas. A utilização de características naturais do ambiente, tais como: os afluentes de um rio, árvores, rochas, estruturas geológicas etc. são comumente usadas para demarcar seus territórios e suas

[13] Sack (1983) estabelece que "(...) as fronteiras de um território e os meios pelas quais elas foram comunicadas não são inalteráveis. Propriedades mudam de tamanho, da mesma forma os estados" (SACK, 1983, p. 21).

territorialidades. Nesse sentido, a noção de pertencimento ao lugar é coletivo, próprio de uma comunidade, no entanto, os múltiplos usos sobre os recursos naturais que demarcam territórios e territorialidades de pesca são privados,isto é, possuem intencionalidades diferentes, podendo ocorrer um território de pesca comum a todos os pescadores, geralmente as áreas de mar aberto.

Há territórios e territorialidades, enquanto pares dialéticos indissociáveis, em diferentes escalas, podendo estar sobrepostos e coexistirem de forma pacífica ou não, gerando os conflitos territoriais, os acordos de pesca, ou uma regra de conduta entre os pescadores para o uso do ambiente aquático, buscando a delimitação de até onde podem pescar, além de outras maneiras de se evitar ou amenizar a existência de conflitos.

Saquet (2015) faz uma discussão na qual analisa os territórios e as territorialidades pela cristalização destes em diferentes temporalidades, que o levam à concepção de (multi)escalaridade para a análise destes conceitos. Neste sentido, se desenvolve a relação do território e da territorialidade com a dimensão do lugar, onde os primeiros adquirem significado e significância por meio deste último, se conjugando como pares dialéticos,em que o lugar é inerente na formação territorial. A identidade do território e da territorialidade, assim como a noção de pertencimento são condicionados histórica e geograficamente pelo contexto do lugar do qual fazem parte. E por existir em diferentes escalas, estão conectados em rede, logo a sua relação não se restringe apenas aos fatores locais.

O mapeamento participativo das territorialidades e modos de vida na comunidade Cajueiro

O mapeamento participativo é aqui utilizado no reconhecimento do modo de vida, dos territórios e das territorialidades de pesca na área de estudo, sendo que a identificação destas territorialidades ocorre por meio da percepção da vivência das populações que vivem e ocupam estes espaços (SILVA; VERBICARO, 2016). Trata-se da percepção sensorial destes atores sociais e das suas concepções sobre as referências geográficas do lugar onde vivem. Silva (2012) classifica esta percepção de “ambiental-territorial”, na qual reflete a maneira como os pescadores modificam o espaço segundo as suas necessidades do dia a dia.

Este conhecimento possibilita a identificação dos territórios e das territorialidades de pesca impressos no espaço, no qual,a dimensão ambiental faz referência às simbologias dadas às territorialidades presentes em um território de pesca, ou seja, é a identificação deste pelos indivíduos que o utilizam e por outros usuários esporádicos. Enquanto que a dimensão territorial está atrelada aos atributos naturais e socialmente construídos e

apropriados por este grupo social. Em suma, é possível analisar o processo de territorialização destes pescadores e a consequente configuração de suas territorialidades em um determinado espaço.

O mapeamento participativo, corresponde nesse sentido, à cartografia realizada pelos os pescadores sobre o território onde vivem e trabalham, por essa razão denomina-se de participativo. Estes atores sociais indicam suas referências geográficas, como locais de conflitos, territórios onde praticam a pesca, moradia e etc. Estas informações podem ser traduzidas por programas de geoprocessamento, como o QGis.

A utilização do mapeamento participativo, de maneira geral, parte da necessidade de incluir as demandas sociais de povos com saber tradicional – como indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais – em políticas públicas, especialmente no que se refere no reconhecimento das territorialidades destes sujeitos sociais pelo poder público. Joliveau (2008) considera que o mapeamento participativo envolve diretamente os membros de uma determinada comunidade na identificação das fronteiras de seus domínios e no uso de seus recursos. Chaves (2011, p. 66) define o mapemanto participativo como "[...] um conjunto de métodos que enfatiza o mapeamento como instrumento para a compreensão do conhecimento do indivíduo sobre seu espaço e como as comunidades utilizam este espaço".

Dentre as experiências sobre a ultilização do mapeamento participativo, de inserção de populações rurais e movimentos sociais, destacam-se aquelas que revindicam políticas públicas equitativas. Goldstein et al. (2013) demonstram em seu trabalho a utilização desta ferramenta para análise da territorialização e da eficiência das Estrategias de Saúde Familiar (ESF), abordando como uma alternativa cartográfica para este fim, mostrando o mapeamento participativo como um mecanismo que possibilita um maior envolvimento e sensibilização dos inviduos na luta por seus direitos sociais, isto é, como:

> [...] método utilizado para obter e registrar dados espaciais em parceria com os atores sociais, neste caso os membros de equipes da ESF. Sendo assim, o mapeamento não inclui apenas um conjunto de ferramentas de visualização de dados, mas um processo participativo que envolve os desenvolvedores/usuários dos mapas, desde a coleta e sistematização de informação até a confecção destes mapas para auxiliar o processo decisório (GOLDSTEIN et al., 2013, p. 46-47).

Assim, esta forma de mapeamento se converte em um instrumento de reivindicações por movimentos sociais, para reafirmar a identidade e a posse territorial dessas populações, assim como, para analisar as formas de conflitos e as demandas sociais destes. As políticas de Estado tratam, no geral, estes indivíduos como habitantes do espaço, desprovidos de uma identidade territorial; o mapeamento participativo vem demostrar o contrário. O processo de construção do mapa participativo envolve em princípio

o reconhecimento da área de estudo, identificado por meio das entrevistas preliminares sobre as dinâmicas socioespaciais presentes no território, tais como: atividades econômicas, locais de posse territorial, possíveis conflitos entre atores socias, etc.

A representação no mapa depende da intencionalidade da pesquisa a ser realizada, assim como da escala que o pesquisador elege para enfatizar uma determinada realidade (SILVA; VERBICARO, 2016). Neste trabalho, a sua construção tem por base as entrevistas junto aos pescadores onde são coletadas as referências geográficas do território e, em seguida, foi realizada a confecção do mapa com a síntese destes dados. Este mapeamento é também uma maneira de espacializar diferentes configurações espaciais, com suas respectivas territorialidades e temporalidades, sendo uma forma de valorização de difentes processos de (re)produção e apreensão do espaço territorilizado, conforme demonstra D'Antona et al. (2008), que por meio do uso de croquis e imagens de sensores remotos os participantes apreendem as modificações das paisagens, por meio de alterações de uso e cobertura da terra em localidades amazônicas.

No trabalho de D'Antona et al. (2008), o sensoriamento remoto e o geoprocessamento de imagens corroboraram de forma analítica na identificação das diferentes configurações sociais estabelecidas no espaço rural, identificando as percepções sobre os assentamentos agrícolas, sendo considerada como uma metodologia técnico-científica, que contribuiu com a compreenssão do conhecimento nativo dos agricultores locais sobre o uso e a cobertura da terra. Assim, a sobreposição dos croquis elaborados pelos usuários assentados foi um procedimento utilizado para se analisar as configurações e as dinâmicas territoriais. O mapeamento participativo, neste caso, é um instrumento de construção de direitos territoriais, pois representa e caracteriza a abrangência das fronteiras sob a influência de determinado modo de vida, podendo ser considerado, também, como uma maneira de emancipação política destes grupos.

No caso da pesca realizada pelos moradores do rio Cajueiro, pode-se considera-la como uma atividade do tipo artesanal, de pequeno porte, com relativa utilização de tecnologia; as embarcações que participam deste tipo de pesca são médias e pequenas, com capacidade para transportar entre 80 kg a 100 kg de pescado, variando conforme o ambiente e as condições de pescaria, podendo ser motorizadas ou não, no entanto, a maior parte dos barcos apresenta motor à diesel. O trabalho é composto por mão de obra familiar ou pelos chamados parceiros de pescaria, os quais não possuem nenhum grau de parentesco, mas contituídos por membros da comunidade. Nesta situação, a divisão da produção do pescado é feita conforme o maior investimento realizado, estabelecida em acordos de pesca verbais, no geral, a maior porcentagem do lucro total da pescaria pertence ao pescador proprietário da embarcação.

A figura 1, que foi utilizada como base para plotagem de informações pelos participantes da comunidade estudada, mostra a localização da área de estudo e algumas de suas características.

Figura 1: Carta-Imagem de localização do rio Cajueiro

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante a incursão ao campo se observou que as moradias que ocupam as margens do rio Cajueiro são do tipo palafitas, isto é, são casas construídas sobre estruturas de madeira ou concreto, acima da maior maré registrada, com os portos presentes ao longo do rio e localizados próximos à ponte (figura 2), onde o peixe é comercializado em uma feira organizada pelos moradores da comunidade. Estes portos são privados e, segundo um dos entrevistados, pertencem a algumas famílias de relativo poder aquisitivo e que possuem embarcações e pequenos comércios na região.

Figura 2: Exemplo de moradia e porto ao longo do rio Cajueiro

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores.

Os pequenos portos são os principais pontos de escoamento do pescado capturado neste rio. A pesca começa às cinco horas e ocorre até às dez horas da manhã; é caracterizada como de curta duração e realizada nas proximidades do rio Cajueiro e seus afluentes. Há também as pescarías de longa duração realizadas em “mar aberto”, com uma duração considerada média de até uma semana. Para a realização de ambas há uma preparação em etapas. Primeramente, é definida a tripulação, em que é definido quantos pescadores serão embarcados de acordo com a capacidade do barco. Levando em consideração o número de tripulantes, os pescadores e o proprietário da embarcação decidem a quantidade de mantimentos que serão consumidos durante a viagem, assim como a quantidade de combustível necessário para a realização da mesma.

Após a captura, o peixe é esvicerado e armazenado em caixas com gelo para serem destinado aos entrepostos de comercialização localizados sobre a ponte do rio Cajueiro. O gelo necessário para armazenar o pescado é adquirido no centro de Belém ou diretamente na fábrica localizada no distrito de Mosqueiro. A quantidade de gelo depende da pescaria que irá ser realizada, ou seja, varia conforme a distância e a duração da viagem, assim como da quantidade de pescado que se almeja capturar.

Os moradores do rio Cajueiro praticam o exercício da pesca para o consumo famíliar, em menor proporção, e para o comércio local, com maior predominância deste último. As espécies mais capturadas são: dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*), pescada branca (*Cynoscion leiarchus*) e a sarda (*Pellona flavipinnis*), assim como o camarão da malasia (*Macrobrachium rosenbergii*) – este crustáceo é destinado principalmente para o consumo familiar dos pescadores. As espécies de peixes aqui apresentadas, em sua maioria, são destinadas para as demandas do

mercado consumidor, particularmente as feiras presentes na ilha de Mosqueiro e a feira do Ver-o-Peso, no centro de Belém. A pesca é a maior fonte de renda das famílias de pescadores do rio Cajueiro, assim como, constitui a sua identidade territorial com o lugar por meio da prática cotidiana do seu modo de vida.

Segundo o relato de um dos entrevistados, durante o período de abundância do peixe, que dura em média 6 meses, ocorre maior obtenção de rendimentos pelas famílias do Cajueiro. O recurso financeiro, adquirido com o comércio do pescado, é utilizado para a aquisição de bens de consumo, tais como: eletrodomésticos, móveis, etc. Uma parte do lucro é destinado para ser investido na compra do combustível para as embarcações, aquisição e/ou o restauro dos instrumentos de pesca, para a manutenção ou a compra de motores dos barcos, entre outros custos. Assim, o destino da renda adquirida com a atividade de pesca, realizada pelos moradores do Cajueiro, está voltada principalmente para o comércio.

As passarelas de concreto presentes na comunidade (figura 3) foram construídas pelos próprios moradores, com recursos financeiros advindos da pesca. Estas vias estão gradativamente substituindo as passarelas de madeira, revelando assim a noção de coletividade desses moradores e a sua percepção de pertencimento ao lugar. Um dos entrevistados afirma que esta estrutura é necessária devido à locomoção das famílias que vivem no local e também por ser uma área de várzea, inundável periodicamente pela maré.

Figura 3: Passarelas de concreto construídas pelos moradores

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores.

Os principais instrumentos de pesca (apetrechos) utilizados na atividade pesqueira são: o matapí, a tarrafa e a rede malhadeira. Os dois primeiros são confeccionados de

maneira artesanal e utilizados para a pesca em pequena proporção, geralmente para consumo da família do pescador, como é o caso da pesca do camarão da malasia (*Macrobrachium rosenbergii*). Este crustáceo é pescado de duas maneiras no rio Cajueiro: a) com o uso do matapí, ocorrendo nas margens do ambiente fluvial e b) com o uso da tarrafa, lançada nas margens do rio.

As localizações destes apetrechos se dão de acordo com a mobilidade da espécie (SILVA et al, 2016). Moraes (2007) classifica o matapí como uma armadilha usada para capturar o camarão, com o formato cilíndrico, este apetrecho é constituído por dois cones, com a finalidade de fisgar o animal. As iscas usadas no matapi são constituídas por vísceras trituradas dos peixes, que são envolvidas nas folhas do babaçu (*Attalea speciosa*) para serem postas na armadilha, e o odor atrai o camarão para ser capturado. Pode-se observar o matapi e sua forma cilíndrica sendo utilizado na figura 4:

Figura 4: Pesca de camarão com o Matapi

Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

O matapi é confeccionado artesanalmente com a participação das mulheres. Sobre sua confecção e estrutura Moraes (2007) informa que:

> […] trata-se de uma armadilha em foma de cilindro que se assemelha com o covo do nordeste, pois é fechada por dois cones, sendo que cada ladocontém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair. A matéria-prima utilizada para sua construção são talas de jupati (Raphia taedigera), uma palmeira da floresta amazónica. (…) a distancia entre as talas tem finalidade de classificação do tamanho do camarão que se pretende deixar preso (MORAES, 2007, p. 54).

A espécie de camarão aqui citada encontra-se em maior quantidade na área da foz do rio, ambiente territorializado pelo uso dos pescadores a partir do seu saber tradicional, que é influenciado pela espécie e reflete no tipo de instrumento de pesca (SILVA et al,

2016). Outro apetrecho é a tarrafa (figura 5), em que Moraes (2007) informa que este é um instrumento feito com linhas de náilon ou fios de plástico e seu uso se dá diretamente com o lançamento da rede nas margens dos rios, como é possível observar na figura 5.

Figura 5: A tarrafa como instrumento de pesca

Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

O uso da tarrafa exige preparo e conhecimento do pescador, que o aprende com a prática do dia a dia com os mais velhos da família e da comunidade. O uso deste instrumento, para a realidade dos pescadores do Cajueiro, não está voltado para as demandas do mercado. No entanto, de maneira geral, é utilizado em outros rios da Amazônia para a captura de peixes em lagos e margens de rios, conforme Moraes (2007) discorre:

> […] As tarrafas são muitoutilizadas nos lagos e nas margens do rio amazonas para a pesca de peixe pequeno e médio porte. As tarrafas de náilon, quando molhadas, ficam bastante pesadas, impedindo o seu uso prolongado durante o dia inteiro. É um instrumento que não oferece resposta à demanda do mercado, pois sua produção é quase toda voltada para a alimentação do pescador e sua família (MORAES, 2007, p. 50).

A estrutura deste apetrecho apresentao formato de uma rede circular, onde, em suas bordas há pequenas rochas ou pesos de metal, com a finalidade de propiciar o alcançe da profundidade desejada pelo pescador para a capturado do camarão ou de outros pequenos peixes. Ao lançar a tarrafa, o pescador deve possuir a habilidade de deixá-la com sua circunferência aberta em toda a sua extenção, conforme os pesos mergulham a tarrafa, a sua abertura vai diminuindo e capturando em sua rede os animais dentro do raio de alcançe da mesma.

A rede malhadeira ou de emalhar é utilizada pelos pescadores do Cajueiro para a pesca das espécies de peixes mencionadas anteriormente. Estas redes são feitas de fios de algodão ou de náilon, conforme pode-se observar na figura 6 que retrata a pesca com rede

malhadeira em rios estreitos, mas que também são utilizadas em outras partes dos rios, além de suas margens.

Figura 6: Pesca com Malhadeira

Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

Estes fios formam as malhas que Moraes (2007) classifica como sendo o tamanho da abertura nas redes de pesca, em que os cardurmes são capturados no momento em que estão presos nessas malhas. As redes malhadeiras utilizadas pelos pescadores do Cajueiro, em sua maioria, são industrializadas com fios de plástico e adquiridas pela compra no centro de Belém, sendo voltadas para as grandes pescarias com objetivo de atender às demandas do mercado, uma vez que a quantidade de peixes capturados obedece às encomendas feitas pelos clientes das feiras de Mosqueiro e do Ver-o-Peso.

A utilização de cada um destes instrumentos de pesca configura uma determinada territorialidade. E, durante a pesquisa de campo observou-se que os territórios e as territorialidades destes pescadores da comunidade de Cajueiro baseiam-se em três principais fatores que são interdependentes: a) a piscosidade do rio; b) o tipo de tecnologia de pesca e;c) a mobilidade dos cardumes, uma vez que o pescado é um recurso zonal e móvel (SILVA et al, 2016). Estes fatores interagem entre si na formação dos pesqueiros e suas territorialidades.

Begossi (2004) classifica os pesqueiros como os territórios de ocorrência de determinadas espécies de peixes, ou seja, são aqueles espaços de maior piscosidade. Os pesqueiros, desse modo, não possuem um limite físico e imutável, uma vez que o pescado não está distribuído de maneira uniforme no espaço devido à sua mobilidade, por esta razão os peixes nesses locais encontram-se de maneira agregada. Para Begossi (2004, p. 225):

> [...] o pescado é em geral encontrado agregado, em manchas, nos rios e mares. Ou seja, o que os pescadores denominam como pesqueiros são na realidade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas.

Os pesqueiros também estão presentes no interior dos territórios de pesca dos moradores do rio Cajueiro, sendo que quanto maior a quantidade de pesqueiros maior será a área de abrangência do território de pesca. Então, os pesqueiros são as territorialidades destes pescadores; não se pode mensurar precisamente o seu tamanho dada as metamorfoses que sofrem as fronteiras destes territórios conforme os fatores já mencionados.

Silva (2012) argumenta que os usos dos diferentes instrumentos utilizados para a captura do pescado também pode configurar a abrangência da territorialidade dos pescadores. Esta, no entanto, não está limitada por fronteiras concretas, mas por limites simbólicos e abstratos reconhecidos pelos pescadores por meio do que o autor classifica de "*percepções ambientais-territoriais"* (SILVA, 2012). A partir do momento em que estes limites são violados por pescadores de outros territórios, ocorrem os conflitos territoriais. Sobre a territorialização dos pescadores Silva (2012) apresenta a seguinte concepção:

> [...] o uso de diversos apetrechostambém pode determinar a abrangência de territorialidades dos pescadores-sejam redes, caniços, ou outros. Dessa forma, de acordo com o tipo de apetrecho, o seu território será delimitado, sendo que se esse território for "invadido" por "pescadores de fora" poderá haver consequências, devido à sobreposição de territórios e à desconsideração dos territórios já condicionados em comum acordo por seus usuários, tendo como reflexos os conflitos entre os indivíduos. Esses conflitos podem manifestar-se de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com ribeirinhos, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas, e outros usuários, dependendo na maioria das vezes da escala geográfica onde a pesca se processa (SILVA, 2012, p. 63).

Neste sentido, as territorialidades e os territórios destes pescadores são derivados da síntese da produção e reprodução de seu modo de vida, o que configura uma indentidade territorial dos moradores do rio Cajueiro com o seu lugar, onde estão presentes os seus respectivos territórios de pesca. Esta identidade é promotora de uma coletividade inclusiva, pois agrega os moradores da comunidade manifestada pela noção de pertencimento ao lugar, assim como das relações de poder excludentes que são desenvolvidas sobre o uso destes espaços territorializados e de seus recursos, que procuram excluir os ditos "pescadores de fora".

Os territórios dos moradores do rio Cajueiro estão respaldados no uso dos recursos naturais pelos saberes da tradição, tais como: o conhecimento empírico das espécies, o tipo de ambiente com maior piscosidade, a sazonalidade dos cardumes, o tipo de isca usada para a captura do peixe, etc. Os acordos de pesca, geralmente verbalizados, constituem os mecanismos para delimitar o começo e o fim destes territórios e de suas respectivas territorialidades. Os limites e/ou fronteiras que circuscrevem *o campo de poder* (RAFFESTIN, 1993) onde atua cada pescador com seu grupo corresponde à área de

influência destes sujeitos, portanto, apresentam regras de uso para cada territorialidade (pesqueiros) que estão presentes em um determinado território de pesca.

Estas percepções e concepções do território permitem a construção dos mapas participativos, a partir da coleta de informações junto aos entrevistados da área de estudo e que foram plotadas por estes sujeitos sociais em “mapas em branco”. Na incursão ao campo, além destes mapas com informações básicas do território (figura 8), também foi utilizada uma carta-imagem do território (imagem de sensoriamento remoto, figura 9), onde foram plotadas características para ratificar as informações obtidas nos mapas em branco e possibilitar a coleta de novas percepções e concepções, observa-se na figura 8 a coleta das referências geográficas, com a utilização do mapa em branco:

Figura 8: Mapa em branco sendo preenchido com informações dos pescadores locais

Fonte: Arquivo fotográfico dos Autores.

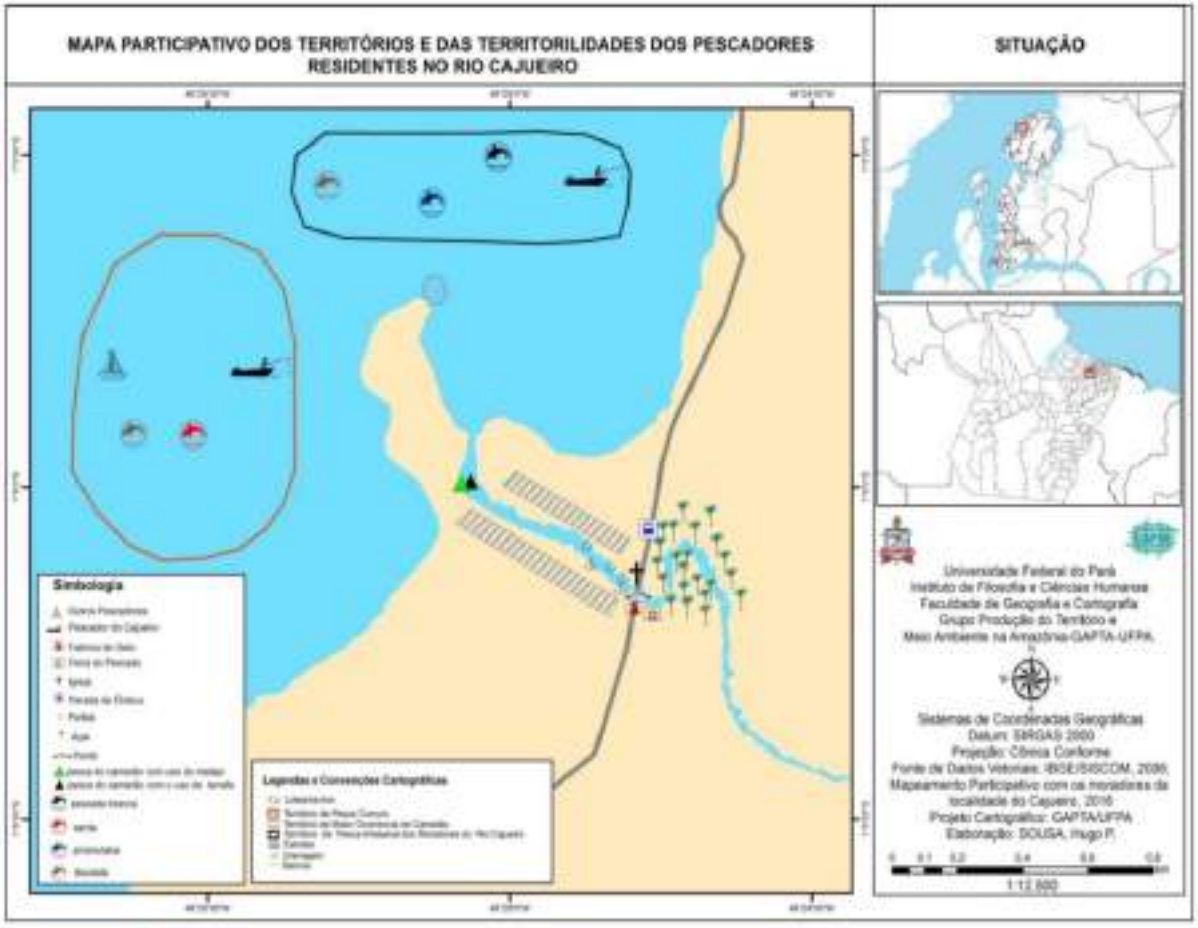
A finalidade é diagnosticar a distribuição e a territorialização dos recursos naturais utilizados por estes pescadores. Nesta perspectiva, o uso da carta imagem do local obteve maior êxito na inserção de informações pelos pescadores, onde desenharam suas percepções e referências do seu lugar de vivência, isso devido à escala que proporcionou maior riqueza de detalhes da localidade, como visualiza-se na figura 9.

Figura 9: Elaboração do Mapeamento Participativo com o uso de imagem de sensoriamento remoto

Fonte: Arquivo fotográfico dos Autores.

A simbolização e a escala são fundamentais para se analisar e entender a percepção dos territórios destes pescadores. Assim como, para compreender como estes diferentes sujeitos possuem intencionalidades e interesses diferentes, apesar de possuirem uma identidade territorial coletiva, podendo ou não ocorrer sobreposições de territórios. Assim, os símbolos e a escala geográfica utilizados referem-se aos fenômenos socioespaciais em um determinado recorte territorial, que teve sua representação territorial com o uso do mapa. No caso dos habitantes do rio Cajueiro, a territorialização do modo de vida destes pescadores é o fenômeno socioespacial utilizado para sua representação no mapa participativo (figura 10).

Figura 10: Mapa Participativo dos territórios e territorialidades dos moradores do rio Cajueiro.



Fonte: elaboração dos autores.

Nesta dimensão, constatou-se que as sobreposições territoriais são relativamente difíceis de ocorrer devido, principalmente, à existência de acordos de pesca estabelecidos entre os usuários. Cada grupo de pescadores conhece seus territórios e há o respeito entre estes indivíduos no reconhecimento das suas fronteiras. Neste mapa participativo, realizado junto aos pescadores da comunidade de Cajueiro, observa-se a presença das espécies de peixes capturadas por estes atores; cada uma delas encontra-se localizada em um respectivo pesqueiro, o conjunto destes formam os territórios de pesca evidenciados.

Conforme já falado anteriormente, na pesca, não há a presença de limites fisicos e/ou concretos para delimitar os territórios, tais como cercas, muros ou placas (SILVA, 2006). A inconstância dos fatores naturais, como: a sazonalidade da maré e a mobilidade dos peixes, condicionam a uma metamorfose das fronteiras e/ou limites destes territórios. Esta delimitação, estabelecida nos acordos de pesca, é comunicada aos pescadores de outras localidades por meio de demarcadores simbólicos abstratos e/ou presentes na natureza, como por exemplo, as formações rochosas, presentes a oeste do rio Cajueiro, que

são utilizadas para delimitar o começo do território de uso comum entre os pescadores deste rio e dos pescadores de outros municípios paraenses, tais como: Abaetetuba, Vigia de Nazaré, Moju etc. As pescarias realizadas neste território de uso comum duram em média uma semana ou mais dependendo da quantidade de peixes encomendados a estes pescadores. Este raciocínio também se aplica ao território de pesca exclusivo dos moradores do Cajueiro[14].

O território de pesca exclusivo dos pescadores do rio Cajueiro tem o começo de sua fronteira delimitada simbolicamente pela presença física das embarcações destes pescadores. Outro delimitador é a diferença de profundidade no rio, mensurada empiricamente por esses sujeitos sociais com uso de bastões de madeira. A frequência destas embarcações é intensa no rio devido à piscosidade dos pesqueiros presentes; os peixes capturados são: a pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), a piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*). Cada embarcação destes pescadores pode transportar cerca de 100 kg ou mais destas espécies, sendo estas comerciaizadas na feira do pescado próximo à ponte do rio Cajueiro, assim como, em outros comércios localizados na ilha de Mosqueiro e nas demais feiras do município de Belém.

Há também o território de pesca de camarão, representado no mapa participativo em forma circular pela cor laranja. Este território é de uso exclusivo dos pescadores do Cajueiro e encontra-se ao norte do rio. Segundo relatos coletados nas entrevistas, é neste território que se dá a maior ocorrência deste crustáceo, embora a sua pesca também ocorra em outros rios. Contudo, neste ambiente fluvial a quantidade de camarões está diminuindo devido à poluição dos rios, segundo relatou um dos entrevistados.

Não pondendo pescar em seus territórios durante o período defeso, os pescadores do Cajueiro coletam e extraem o açaí (*Euterpe oleracea*) que está localizado à montante do rio, ou seja, próximo à nascente do curso fluvial. Os açaízeiros, nesta porção do rio Cajueiro, são de uso comum e todos os moradores podem extraí-lo para o consumo, no qual o excedente é comercializado.

Na área localizada a jusante, em direção da foz do rio Cajueiro, há também a presença de açaizeiros, mas estes se encontram em loteamentos privados, conforme se evidencia no mapa participativo. Cada loteamento, além de possuir os açaizais, apresentam também portos de pequeno e médio porte com embarções particulares destinadas para a pesca e o transporte de pescado;mas quando há o defeso, alguns dos barcos transportam o açaí destas propriedades para ser comecializado nas feiras de Belém. Alguns dos proprietários destes loteamentos são comerciantes que também atuam como atravessadores da produção pesqueira.

[14] Essa “exclusividade” foi informada pelos próprios pescadores, apesar do acesso aos corpos hídricos e seus recursos serem de domínio público e de uso coletivo.

No período do defeso do pescado, a principal estrátegia utilizada pelos pescadores do Cajueiro para a sobrevivência é a “marretagem”. Trata-se de uma atividade na qual os pescadores do rio Cajueiro são financiados e contratados por marreteiros e/ou atravessadores, para pescar em áreas distantes de onde está ocorrendo o defeso das espécies que habitualmente capturam; assim, estes pescadores deixam seus territórios de pesca neste período e migram para outros municípios do litoral paraense, tornando-se também “pescadores de fora” nestes locais de destino.

Neste caso, o atravessador é o provedor dos mantimentos da tripulação e das famílias dos pescadores contratados para a marretagem durante o período das pescarias que, em média, dura uma semana ou mais. O pescado capturado nesta atividade pertence integralmente aos marreteiros e/ou atravessadores, que vendem os peixes para os feirantes, moradores do Cajueiro, e também para os demais comerciantes e pescadores de Mosqueiro, e centro de Belém, que posteriomente os revendem. Dados da pesquisa de campo mostram que cerca de 10% da produção da marretragem fica na feira do Cajueiro, enquanto a maior parte da produção, cerca de 50%, é comprada por feirantes do mercado do Ver-o-Peso na capital do estado, Belém. Assim, a pesca itinerante e a marretagem se configuram, respectivamente, nas principais estratégias de sobrevivência destes pescadores, com maior predominâcia da segunda.

Os relatos coletados nas entrevistas constatam que a maior parte dos pescadores do rio Cajueiro se submetem à marretagem durante o defeso do pescado, buscando uma geração de renda segura para suas famílias. Os entrevistados que se inserem nesta atividade e que recebem o seguro defeso alegam que esse auxílio – do Governo Federal – não é suficiente para sustentar suas famílias e por essa razão se submetem à marretagem. Os que migram para pescar por conta própria, na pesca itinerante em outros locais, são poucos; no geral, estes também recebem o auxílio defeso.

Considerações finais

O modo de vida pesqueiro constitui um elemento territorializador dos moradores da comunidade de Cajueiro, promovendo uma identidade territorial com o lugar de vivência destes. O modo de vida molda o cotidiano desta população, isso devido ao fato de abrigar um conhecimento tradicional que configura um determinado tratamento aos recursos naturais. Embora os moradores do rio Cajueiro apresentem uma aproximação estreita com o modo de vida considerado urbano – devido à proximidade deste, porém, na sua essência ainda guardam traços culturais ribeirinhos e rurais, especialmente ligados ao extrativismo pesqueiro.

A incursão no campo foi fundamental para o conhecimento da realidade da área de estudo. Somado com a leitura e a discussão teórica de livros e artigos, possibilitaram a construção do mapa participativo com os pescadores da comunidade do Cajueiro. O mapa participativo, juntamente com as entrevistas, permitiu o conhecimento dos territorios e das territorialidades dos pescadores que habitam as margens do rio Cajueiro. Portanto,o entendimento do modo de vida destes moradores que praticam a pesca em seu dia a dia, proporcionou a compreensão da dinâmica territorial destas populações, tais como: a delimitação dos territórios e suas fronteiras, o conhecimento tradicional para a captura do pescado, as áreas de pesqueiros por espécie, etc.

Neste sentido, a percepção dos pescadores foi condição basilar para a configuração da representação espacial, por meio do uso e aplicação de técnicas para a elaboração do mapa participativo, evidenciando as delimitações e territórios dos pescadores, para os seus respectivos territórios de pesca e das territorialidades exercidas por estes no seu cotidiano. Cada pescador reconhece e respeita os limites territoriais de pesca de cada um e o mapa participativo reafirma esta perspectiva, uma vez que os pescadores durante a coleta de informações em campo, reconhecem as fronteiras territoriais de seus vizinhos no ambiente aquático.

Referências

BEGOSSI, A. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). **Reg. Environ Change**, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 223-225.

BRASIL, **Lei 11.959 de 29 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____, **Instrução normativa interministerial MPA/MMA n° 12, de 25 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_12_2011_regulamentopescanabaciahidrograficarioaraguaia.pdf. Acesso em: 13 ago. 2016.

CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Ano 1 – N. 2, 1999.

CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

D'ANTONA, A. O. et al. Integrando desenhos e imagens de satélite no estudo de mudanças de uso e cobertura da terra. **Ambiente & Sociedade**, vol. 11, n. 1, 2008, p. 99-116.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: MPEG,1993.

GOLDSTEIN, R. A. et al. A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma altenativa cartográfica para ESF. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 1, 2013, p. 45-56.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 45-69.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LOMBARDI, T. T. N. Famílias, lugares e trocas: Aplicando o conceito de espaço de vida para o estudo de dinâmicas populacionais na Amazônia brasileira. **Ideias**, v. 6, p. 87-113, 2015.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes de pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: edUFPA, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Vol. 29. São Paulo: Ática, 1993.

SORRE, M. **Geografia**. Tradução e organização de Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: Um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 15-62.
SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n° 31, vol. 1, 2009, p. 01-14.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios, territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. p.73-94.

SILVA, A. L. **Cajueiro**: Pressões e Mudanças no Modo de Vida de Pescadores. 1996. Monografia (Especialização em desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves - PA.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. Ocupação Humana e Modo de vida na Amazônia. **Revista Vivência** (UFRN), v. 15, 2008, p. 121-128.

_____. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

_____.**A representação espacial e a linguagem cartográfica.** Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, C. N. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, 2016, p. 193-214.

SILVA, C. N.; LIMA, R. S.; SILVA, J. M. P. 'Principles of Human Geography' Revisited, by Paul Vidal de La Blache. **Revista Geoamazônia**, v. 3, 2015, p. 141-154.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O Mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**, v. 12. n°. 5, 2016, p. 1-12.

WAGLEY, C. **Um estudo comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte/Itaquara/São Paulo: EDUSP, 1988.

Recebido para publicação em 13 de abril de 2017.

Devolvido para a revisão em 09 de agosto de 2017.

Aceito para a publicação em 05 de setembro de 2017.

O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)[1]

AndreaYumi Sugishita Kanikadan
Universidade Federal de Alagoas
Professora doutora do Curso de Administração Pública da UFAL, Campus Arapiraca
E-mail: andrea.kanikadan@arapiraca.ufal.br

Rafael José Navas da Silva
Universidade Federal de Alagoas
Proefessor do curso de Agroecologia da UFAL
E-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade, para a comunidade quilombola do Carrasco (Arapiraca-AL). Trata-se de analisar dados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica das liberdades humanas e da multifuncionalidade da agricultura. As comunidades quilombolas são grupos portadores de nossa herança cultural e histórica. Recentemente, essas comunidades veem fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade. A metodologia utilizada envolve levantamento de dados primários e secundários. Utilizou-se a realização de entrevista semi-estruturada, com moradores da comunidade, líder da associação, diretora da escola e do posto de saúde. Os resultados mostram uma comunidade carente de ações públicas que permitam desenvolver suas capacidades no sentido de se buscar a expansão das liberdades humanas e consequentemente, o desenvolvimento como liberdade. Por outro lado, existe uma forte identificação com o território, o que abre espaço para se pensar em políticas públicas que garantam o empoderamento e a emancipação desse grupo de modo que possam produzir e se reproduzir no espaço considerado.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Multifuncionalidade da agricultura; quilombos

Development as freedom at quilombo of Carrasco in the city of Arapiraca (AL)

Abstract

This study aims to recognize the multifunctionality of agriculture as a possibility of development as freedom at Carrasco (Arapiraca-AL) quilombola community. The analysis was based on sociocultural, economic and environmental data from the perspective of human freedoms and the multifunctionality of the agriculture. Quilombola communities are groups that carry our cultural and historical heritage. Recently, these communities have been strengthen their struggle pathways and their active participation in society. The methodology of this study involves primary and secondary data collection. We also used semi-structured interviews with community residents, the association leader, the director of the school and the manager of the basic health unit. The results show a lack of public actions to the

[1] Este artigo é resultado do projeto de extensão BDAI – Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional e PIBIC – Programa de Iniciação Científica pela concessão de bolsas de estudo a estudantes de graduação, os quais realizaram a coleta de dados. O projeto foi intitulado Diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental na comunidade quilombola do Carrasco.

community in order to develop their skills. It is of outstanding importance once these communities might look for the expansion of human freedoms and consequently, the development as freedom. On the other hand, there is a strong identification with territory, fact that increases the thoughts on public policies that ensure the empowerment and emancipation of this group. Public policies might help them to produce and reproduce in this space.

Keywords: local development. Quilombola community. Multifunctionality of the agriculture

El desarrollo como libertad en el quilombo de Carrasco en la ciudad de Arapiraca (AL)

Este estudio tiene como objetivo reconocer la multifuncionalidad de la agricultura como una posibilidad de desarrollo como libertad, para el quilombo Carrasco (Arapiraca-AL). Se trata de analizar los datos de diagnóstico sociocultural, económico y ambiental desde la perspectiva de las libertades humanas y de la multifuncionalidad de la agricultura. Las comunidades de quilombos cargan nuestro patrimonio cultural e histórico. Recientemente, estas comunidades ven el fortalecimiento de sus medios de lucha y su participación activa en la sociedad. La metodología consiste en la extracción de los datos primarios y secundarios. Fue utilizado para llevar a cabo entrevistas semiestructuradas con residentes de la comunidad, líder de la asociación, director de la escuela y del centro de salud. Los resultados muestran una comunidad pobre de las acciones públicas con el fin de desarrollar sus habilidades para proseguir la expansión de las libertades humanas y por lo tanto el desarrollo como libertad. Por otro lado, existe una fuerte identificación con el territorio, lo que deja espacio para pensar acerca de las políticas públicas que aseguren la autonomía y la emancipación de este grupo para que puedan producir y reproducir en el espacio.

Palabras clave: desarrollo local; multifuncionalidad de la agricultura; quilombos

Introdução

O modelo de desenvolvimento pautado estritamente no crescimento econômico vem sendo amplamente questionado nas últimas décadas, sobretudo, após as experiências neoliberais dominantes a partir dos anos 1990. De um modo geral, essa crítica integra profundamente as esferas econômica, ambiental e sociocultural. Na esfera econômica, salienta-se que, ao invés da esperada redução das desigualdades e pobreza, houve maior concentração do poder econômico e crescimento da exclusão social (CHESNAIS, 1996; HIRST, 1998; MOREIRA, 2000; ARAÚJO, 2001). A esfera ambiental remete ao esgotamento de recursos naturais não-renováveis e à degradação ambiental resultantes da super-exploração e da poluição causada pelas atividades industriais. A esfera sociocultural refere-se ao fato de tal concepção de desenvolvimento pressupor e impor modos de vida pouco atentos aos anseios das pessoas e aspectos socioculturais, como noções particulares de boa vida e desenvolvimento (SAHLINS, 1997).

A crítica a essa noção de desenvolvimento provém de outras linhas de pensamento,

identificadas genericamente como pós-desenvolvimentistas, que questionam a centralidade da economia como princípio organizador da vida social. Nesse sentido, autores como Arturo Escobar (2005) atentam para a necessidade de se 'revalorizar' as culturas, isto é, os conhecimentos e as práticas locais, as vozes e as preocupações daqueles que devem se beneficiar diretamente do desenvolvimento. Trata-se de articulá-los aos conhecimentos tecnocientíficos, criando diferentes discursos e representações, novas práticas de saber e fazer que definem o desenvolvimento, com o intuito de "construir mundos mais humanos", cultural e ecologicamente sustentáveis.

Nesta perspectiva, o presente estudo apoiou-se nessas reflexões para sugerir que, os chamados "povos e comunidades tradicionais", cujos modos de vida e pensamento têm sido ameaçados pelo fato de desconhecerem as regras impostas pelas organizações estabelecidas pela economia global, poderiam ter outra sorte. Trata-se de populações desfavorecidas no contexto da tradição autoritária da sociedade brasileira (NEVES, 2001). Tais populações sempre estiveram na periferia do desenvolvimento econômico, como concebido até então. Mais recentemente, porém, com o advento de novas noções de desenvolvimento, mais atentas a questões ambientais e socioculturais, elas se deslocaram para o centro das discussões e experiências em curso. Passaram a se relacionar diretamente com atores da economia mundial, instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, conservacionistas e militantes políticos, entre outros (CARNEIRO DA CUNHA E ALMEIDA, 1999).

Em meio a este debate, destacam-se as ideias do indiano Amartya Sen, que incorpora outras variáveis ao desenvolvimento, que não sejam unicamente a renda e o crescimento econômico. Em sua revisão dos teóricos do desenvolvimento, Jan Nederveen Pieterse (1998) questiona a existência de um novo paradigma surgindo, pois sustenta que o desenvolvimento "mainstream" aos poucos foi se transformando e incorporando preocupações que inicialmente pertenciam às vertentes alternativas do desenvolvimento. Afirma que o que existe é um pacote significativo de desenvolvimento alternativo, mas não como um novo paradigma. Na interpretação deste autor sobre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre desenvolvimento, as ideias de Amartya Sen se inscrevem como parte da economia atual. Embora a abordagem de Amartya Sen seja vista como um aperfeiçoamento de teorias já existentes, entende-se que pode oferecer elementos para se pensar em formas mais humanas de se enfrentar as situações vividas.

Nosso estudo focaliza uma comunidade quilombola localizada no agreste alagoano, município de Arapiraca (AL). Trata-se de população negra, cujas marcas da exclusão social

e desigualdade ainda são presenciadas. No período escravocrata, esses grupos atuaram nos engenhos de açúcar, economia predominante na época. Na transição que ocorreu entre o fim da escravidão e o novo regime de trabalhadores livres, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho servil, dando continuidade à economia dos engenhos de açúcar (CARVALHO, 2015). Essa substituição fez com que, mesmo na condição de trabalhador livre, se encontrasse na condição de excluído. Aqueles negros libertos que não se inseriram nas lavouras de açúcar, conseguiram sobreviver e puderam se reproduzir em unidades conhecidas como remanescentes de quilombos, realizando atividades de subsistência. Seu modo de vida atual necessita um tipo de reprodução social que considere o seu não-isolamento. Por constituir-se em comunidade inserida em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza. A escolha da comunidade Carrasco (Arapiraca-AL) deve-se aos poucos estudos existentes em temáticas mais abrangentes nessas comunidades no Estado de Alagoas. Os estudos recentes envolvem levantamento de estado nutricional de crianças (FERREIRA et al, 2001), situação de vulnerabilidade da mulher negra (RISCADO et al, 2010), educação afro (SILVA, 2012) e territorialidade (SANTOS & SILVA, 2008). Além disso, o nosso desejo foi o de envolver alunos oriundos dos cursos de Administração Pública e Administração da Universidade Federal de Alagoas, Campus de Arapiraca em projetos de iniciação científica e extensão.

O estudo dá continuidade às investigações iniciadas com outro levantamento (AUTOR, 2014) sobre comunidades quilombolas no litoral sul paulista e litoral sul fluminense, com a constatação de que o reconhecimento das especificidades territoriais, considerando atividades que levem em conta a conservação da natureza, favorece o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

Nesse quadro, o objetivo aqui proposto é reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade para a comunidade quilombola do Carrasco. Trata-se de analisar dados levantados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica da teoria das capacidades proposta por Amartya Sen (2000), analisando a pertinência ou não de empreendermos ações de desenvolvimento local nessas comunidades.

O desenvolvimento como liberdade

Dentre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre

desenvolvimento, destacamos as ideias de Amartya Sen (2000), com “a expansão das liberdades humanas”. Ele propõe uma agenda positiva em torno de uma noção de desenvolvimento possível e desejável, que tem a expansão das liberdades como principal meio e fim. A expansão da liberdade consiste em participação politica, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A **participação política** refere-se às oportunidades que a pessoa tem em escolher quem governar, em expressar-se politicamente, em escolher diferentes partidos políticos. Essa expansão das liberdades seria obtida por meio do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos.

As **facilidades econômicas** dizem respeito “às oportunidades que o indivíduo tem para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. As **oportunidades sociais** referem-se ao acesso a educação e a saúde. As **garantias de transparência** estão relacionadas a liberdade de lidar com as pessoas de forma sincera e clara. Por fim, a **segurança protetora**, diz respeito às disposições institucionais fixas, como os benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes, distribuição de alimentos em épocas de crises ou catástrofes. Por sua vez, os principais fatores para a negação de liberdades seriam: pobreza, carência de oportunidades econômicas (emprego remunerado), negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, educação funcional, desigualdade entre mulheres e homens. Estas formas de privação estão relacionadas a processos e oportunidades, que não dizem respeito unicamente a questão de renda.

Assim, Amartya Sen (2000) considera a “necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa”.

O que muito nos interessa em Amartya Sen (2000) é que, ao se referir à perspectiva da liberdade, o autor cita as relações entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Ainda, descreve algo que talvez nossa sociedade tenha perdido, ou esquecido, sobre riqueza: “(...) a riqueza evidente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”.

Assim, cabe-se perguntar o que estamos buscando? Essa perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e nas escolhas que efetuam, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

A participação nas decisões garante a liberdade das pessoas afetadas de decidir sobre o que “elas desejam e do que elas estão certas ao aceitar”. Finaliza essa reflexão falando da importância que a educação tem em todo esse processo participativo. Um dos caminhos sugeridos por Amartya Sen (2000) são as políticas públicas, que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

Tais ideias conduzem a repensar as estratégias de indução ao desenvolvimento baseadas na maior participação dos atores locais, como forma de atenderem as suas necessidades. Assim, é a partir da década de 90 que torna-se cada vez mais evidente que o Estado havia exaurido as formas usuais de gestão das políticas públicas, reconhecendo-se a necessidade de formas diferenciadas e mais democráticas de gestão das ações governamentais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). A constituição de 1988 dá ênfase na participação da sociedade civil. Nesse sentido, enfatizam-se as diferentes iniciativas de *desenvolvimento local*, definidas justamente pelo protagonismo dos atores locais na definição de objetivos e prioridade, formulação de estratégias, tomada de decisões e implementação de ações e processos, muitos deles apoiados pelo Estado.

Não obstante, Bernard Pecqueur (2005) concebe o conceito de desenvolvimento territorial como mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que reorganizem a economia local, com “recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho”. Os produtos padronizados seriam aqueles da globalização, onde se encontra em qualquer lugar, e o que o desenvolvimento territorial busca é identificar e valorizar o potencial de um território. O reconhecimento das especificidades territoriais está relacionado ao princípio de especificação dos ativos ou a busca pelos recursos próprios ao território. O autor reforça que os recursos presentes em um dado território podem se transformar em ativos, como um produto de um processo de melhoria, resultado de interesses e mobilização de diversos atores. A especificidade territorial, nesta perspectiva, constitui uma chave para um desenvolvimento mais criativo e inovador, fundado em saberes locais (PECQUEUR, 2005).

A participação social leva às pessoas a influenciar no processo e nas decisões, visto também os questionamentos aos agentes políticos tradicionais, que funcionavam mais

como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). Oportuno relembrar que Amartya Sen (2000) destaca que a participação é parte do processo de desenvolvimento.

A propósito, Paulo Eduardo Moruzzi Marques e George Flexor (2007) enfatizam que as ideias em torno do desenvolvimento sustentável permitem o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis.

Quilombos: da escravidão à marginalização

A visibilidade dos povos e comunidades tradicionais passou a ocorrer a partir de meados da década de 1980, designando grupos sociais específicos e distintos entre si, desprovidos de um reconhecimento legal que garantisse o direito às terras que tradicionalmente habitavam. Para garantir esses direitos, foi criado, em 1992, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Em 2007, pelo decreto 6.040/2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesta política, as comunidades tradicionais são denominadas Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), cuja definição abarca

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007).

Esses territórios são definidos pela mesma lei como

> "os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos. 231 da constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações".

Sobre comunidades quilombolas, foco de nosso estudo, o entendimento histórico sobre o regime escravocrata no período colonial permite compreender a marginalidade que muitos grupos vivem em nossa atual sociedade. Essa forma de trabalho compulsório, posicionava os escravos como meros objetos, cujos possuidores eram os senhores de escravo, que os compravam e vendiam para trabalhar em seus cultivos ou conforme suas

necessidades.

Este tipo de trabalho adotado na época foi bastante criticado em função de duas consequências perversas à sociedade: a destruição ambiental e ausência de esforço intelectual. As denúncias de destruição ambiental já eram importantes no Brasil escravista. O pensamento de José Bonifácio é revelador de uma busca em estabelecer a existência de um nexo causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural, entendendo que a reforma ambiental passava pela modernização do meio rural. José Bonifácio, da mesma maneira, um dos defensores da abolição da escravidão, entendia que a sociedade precisava se modernizar, o que seria um meio não predador a caminho de uma sociedade civilizada (PÁDUA, 2004).

A ausência de esforço intelectual foi também um dos argumentos para os que defendiam o fim da escravidão, pois tal regime não permitiria que o país se desenvolvesse. Neste mesmo estudo, o autor destaca que a grande maioria dos estudiosos da época continuavam a favor do escravismo, apenas alguns defendendo a ideia de que era preciso que os trabalhadores fossem livres para que houvesse mais harmonia entre o homem e a terra.

Assim, a luta pelo fim da escravidão foi intensificada e, finalmente, a abolição estabelecida de uma maneira que nunca beneficiaria os ex-escravos. Essas são as leituras realizadas por Florestan Fernandes (1965), ao se referir ao fim da escravidão como um processo de modernização burguesa, ou por Luiz Werneck Vianna (1997), que o associa à revolução passiva, pois foi o setor dominante que se apropriou da luta dos escravos, permitindo que a abolição ocorresse, mas que, ao mesmo tempo, permitiu a manutenção das estruturas de poder até então existentes.

Para Florestan Fernandes (1965), os antigos escravos foram abandonados, não alcançando a condição de trabalhador livre. Ademais, a nova condição foi vista pelos cativos libertos como tão degradante como àquela anterior. Essa modernização não deu, portanto, chances para o negro ou mulato liberto.

Os quilombos nos anos recentes

Nos anos recentes, nota-se uma transformação do olhar dos próprios quilombolas sobre seu estilo de vida, fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade, de modo a saírem daquela condição de subcidadão estudada por Jessé Souza (2006).

Podemos definir quilombo, como:

> "uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração" (SANTOS E TATTO, 2008)

Essa definição procura explicar seu modo de vida atual, para além do conceito baseado no "binômio fuga-resistência" ou nos "espaços de resistência e de isolamento da população negra" (SCHMITT et al, 2002).

Além das práticas do passado, que visavam garantir a subsistência, observa-se, nos dias atuais, a necessidade de reprodução considerando-se o seu não-isolamento. Por constituírem comunidades inseridas em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza.

Autores contemporâneos, como Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003) denominam de multifuncionalidade da agricultura essa concepção de desenvolvimento sustentável no meio rural. Trata-se de olhar o espaço rural com uma perspectiva de desenvolvimento que considere aspectos da agricultura que vão além do cultivo agrícola: "reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais" (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.14).

A multifuncionalidade ocupa-se das funções sociais: conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos. Essa nova concepção pretende integrar a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. E mais que isso, sua abrangência envolve considerar aspectos como a natureza do processo produtivo agrícola, seus impactos socioculturais e ambientais, além da dinâmica de reprodução das famílias rurais e da ocupação do espaço social agrário (MALUF, 2003).

Nota-se em grande medida que tal concepção pode caracterizar as comunidades quilombolas, "(...) pertinência de categorias como parentesco, memória coletiva, normas e valores, tradições, territórios, projetos de vida, construção de patrimônio familiar, entre tantas outras" (CARNEIRO E MALUF, 2003; p. 15)

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura é aquela que integra a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local,

legitimando fontes de renda que ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos convencionais. (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.21).

Os territórios quilombolas, por terem uma característica peculiar de posse da terra, sendo, em princípio, impossível a venda de terras que são transmitidas de geração a geração, são, a partir de sua história, relações em família e cultura, territórios multifuncionais nos quais a agricultura representa sua atividade central. Ao mesmo tempo, atividades ligadas à conservação ambiental de seu entorno são cada vez mais frequentes. Portanto, é possível assinalar que antigas práticas podem assumir novos significados nos dias de hoje.

Considerações metodológicas

A metodologia planejada consistiu em um estudo exploratório utilizando-se uma combinação de técnicas de pesquisa com princípios sociológicos. Foi realizado levantamento de dados em duas etapas: a primeira contemplou a investigação de dados secundários relacionados à temática em questão, noções de desenvolvimento, multifuncionalidade da agricultura, comunidades quilombolas, história quilombola, dados socioculturais, econômicos e ambientais já disponíveis em outros estudos, entre outros. Foram consultadas as mais diversas fontes: artigos científicos, monografias, dissertações, teses e sites relacionados ao tema.

Como segunda etapa, realizou-se um levantamento de dados primários a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas na comunidade em questão. Buscou-se compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de conhecer em maior profundidade as pessoas e o que se passa na comunidade. Utilizou-se roteiro de entrevista para direcionar nossa conversa. Foram realizadas entrevistas com dez famílias da comunidade, no período de novembro de 2014 a março de 2015. A composição das famílias para a entrevista variou, algumas vezes só o casal, outras estiveram também presentes alguns filhos. Além das entrevistas com os moradores, conversamos com a presidente da associação, a diretora da escola e a responsável pelo posto de saúde.

Análise dos dados

Nosso quadro de análise foi elaborado a luz dos referenciais teóricos consultados, tendo como tema central, as reflexões realizadas por Amartya Sen (2000) em seus estudos sobre o desenvolvimento como liberdade. A estruturação da análise consistiu em criar categorias a partir da ênfase nas capacidades, referindo-se a estas últimas como um amplo

recurso para avaliação do bem-estar individual, dos arranjos sociais, do estabelecimento de políticas e das propostas sobre mudanças sociais na sociedade. Seriam as capacidades que levariam as realizações (trabalhar, descansar, ser alfabetizado, ser respeitado, ter boa saúde...). Em sua concepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) destaca alguns aspectos fundamentais para a expansão das liberdades, a qual só é obtida pelo desenvolvimento das capacidades. Para nossa análise, efetuamos ajustes quanto a cada um desses aspectos considerando o caso específico em questão. A proposta original de Amartya Sen, para a expansão das liberdades, seria focalizar a participação política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Em razão dos novos papéis atribuídos aos quilombolas (aqueles mencionados no debate da multifuncionalidade da agricultura) com vistas a discutir suas capacidades, foram criadas categorias a partir da combinação da expansão das liberdades humanas (SEN, 2000) e dos aspectos que envolvem a multifuncionalidade da agricultura (MALUF, 2003).

Em nosso entendimento, consideramos a atuação política e as garantias de transparência como “oportunidade de participação”, já que esta ideia de participar está relacionada a expressar-se em sua comunidade, diante de seus membros e instituições, em uma esfera pública local, envolvendo interesses específicos dessas comunidades. Ter transparências nos processos e informações garante uma participação mais efetiva.

Por sua vez, as facilidades econômicas são entendidas como “produção e geração de renda” por meio das atividades econômicas desenvolvidas e os programas sociais de transferência de renda. Estes últimos contribuem de maneira significativa no acesso ao consumo de diversos itens. Interessa-nos saber se tais atividades permitem a reprodução socioeconômica das famílias, tal como sugerido em termos da multifuncionalidade da agricultura, simultaneamente ao aumento de suas capacidades e liberdades.

As oportunidades sociais são expressas pelo “desenvolvimento e saúde”. Quanto ao desenvolvimento, pode ser pensado em termos de impulsos de ações voltadas para a educação, capacitação e treinamento dos indivíduos na comunidade. Na saúde, incluímos análises da sensibilidade ambiental, dos hábitos alimentares e das relações sociais. A sensibilidade ambiental está relacionada ao desejo de preservação dos recursos naturais e das paisagens; os hábitos alimentares permitem pensar na promoção da segurança alimentar das famílias rurais bem como da sociedade e; as relações sociais permitem-nos discutir em que medida ocorre a manutenção do tecido social e cultural das comunidades envolvidas enquanto meio favorável para a expansão das capacidades.

Finalmente, a segurança protetora seria expressa pela sensação de “conforto e segurança”. Trata-se de examinar o projeto na comunidade no que se refere a esta segurança protetora. Cumpre aqui também desenvolver uma análise particular quanto aos filhos: qual o futuro desejado por eles mesmos e por seus pais. A teoria das capacidades, apoiada também na noção de multifuncionalidade da agricultura, permitiu gerar o quadro abaixo:

Figura 1 – Categorias criadas para a análise dos dados

Aspectos que queremos analisar	Amartya Sen	Multifuncionalidade da agricultura	Categorias criadas
✓ Participação	✓ Participação política ✓ Garantias de transparência	✓ Participação	✓ Oportunidade de participação
✓ Produção	✓ Facilidades econômicas	✓ Reprodução socioeconômica	✓ Produção e geração de renda
✓ Mudanças em termos de alimentação ✓ Produção ✓ Sociabilidade ✓ Sensibilidade ambiental	✓ Oportunidades sociais	✓ Promoção da segurança alimentar ✓ Manutenção do tecido social e cultural ✓ Preservação dos recursos naturais e paisagens	✓ Desenvolvimento e Saúde
✓ Sensação de conforto e segurança (prazer e liberdade) ✓ Futuro concebido aos filhos	✓ Segurança protetora	✓ Manutenção do tecido social e cultural	✓ Conforto e Segurança

Comunidade quilombola do Carrasco

A Comunidade Quilombola do Carrasco localiza-se a aproximadamente 13 quilômetros do centro de Arapiraca (AL), na zona rural. Reúne tradições cristãs e cultos afrodescendentes, e seus membros conseguem plantar apenas o necessário para a subsistência. O nome Carrasco tem origem no nome de uma planta de folhas finas e com muitos espinhos, arbusto muito comum na região. A comunidade começou a se formar a partir da chegada de Antônia Rosa com alguns escravos, no século XIX. De acordo com alguns relatos dos seus ancestrais, Antônia Rosa era uma mulher branca, se contrapondo a toda e qualquer forma de indiferença. Era proprietária de terras e antes de morrer, dividiu as terras que tinha e doou aos negros que trabalharam com ela nas fazendas, fazendo com que surgisse o Carrasco. A comunidade foi crescendo e se formando a partir de relações de

parentesco, com os matrimônios dentro de um mesmo círculo familiar (OLIVEIRA, 2014).

O povoado recebeu a certificação da terra em 2007. De acordo com a gerência da Unidade Básica de Saúde da comunidade, no sítio Carrasco moram 266 famílias, das quais 159 são identificadas como quilombolas. O cadastro no sistema de saúde registra 295 usuárias do sexo feminino com idade acima de quinze anos e 118 com idade de 0 a 14 anos; dos usuários do sexo masculino o número é de 282 com idade acima de 15 anos e 99 com idade entre 0 e 14 anos. Existe um total de 794 moradores, dos quais 233 declaram-se agricultores (SANTOS, 2016).

Nossos questionamentos permitiram obter elementos para a analisar a noção de desenvolvimento como liberdade nos aspectos de participação, produção e geração de renda, desenvolvimento e saúde, e a sensação de conforto e segurança, considerados a seguir. Cabe relembrar que é o ponto de vista teórico, em nosso caso, aquele de Amartya Sen (2000), que permite decidir a pertinência das dimensões susceptíveis de análise.

Oportunidade de participação

O discurso sobre a participação, emergente na década de 90, com a descentralização das políticas em contexto de controvérsia entre reforma do Estado e consolidação democrática, tornou-se aspecto central nas iniciativas de desenvolvimento local, conforme destacamos com as ideias de Franklin Dias Coelho (2000), Evelina Dagnino (2004) e Boaventura Souza Santos (2002). Assim, este fenômeno está no centro de nossos estudos sobre a comunidade em questão.

Trata-se de uma população com baixa escolarização, que não aceita a condição de quilombola por não entender o que isso significa, o que dificulta disseminar a ideia de uma identidade quilombola ou qualquer outra iniciativa em torno da preservação do patrimônio cultural (OLIVEIRA, 2014).

Foi observado durante as visitas que existe uma má organização das representações comunitárias, não existe uma sede física para a associação e poucas pessoas estariam capacitadas ou dispostas a assumir a função de líder da comunidade. A mesma gestão já se repete há oito anos e muitos moradores mostram-se insatisfeitos em relação a ela. Ao mesmo tempo, não se nota interesse entre os moradores que criticam a atual gestão em assumir a posição.

As atividades que hoje acontecem por intermédio da associação dizem respeito ao controle do número de famílias e à distribuição de alimentos por conta de uma parceria com

o poder público. Os moradores não conhecem as ações que estão acontecendo na comunidade, e ficam desconfiados quanto à atuação da atual gestão.

As pessoas que fazem parte da associação participam de reuniões mensais que acontecem para arrecadar um fundo que servirá para viabilizar a logística de alimentos que serão distribuídos na comunidade. Não existem pontos a serem decididos nessas reuniões de maneira que as pessoas possam exercer sua participação. Também é bastante perceptível o medo que alguns deles têm de fazer suas reivindicações e aceitam a atual situação.

Os relatos dos moradores e da presidente da associação mostram que é realmente difícil manter e organizar a comunidade, a falta de incentivo à organização e formação de lideranças é algo que dificulta o trabalho, pois trata-se de um trabalho voluntário que se faz necessário, pois disso depende a melhoria da comunidade. A líder reconhece que existem projetos disponíveis à comunidade mas não tem quem os escreva e não possuem recursos para pagar alguém qualificado.

Entendemos que a preparação de lideranças é ponto central para que a comunidade comece sua articulação com as instâncias públicas que poderiam dialogar tendo em vista as necessidades dessa comunidade. É o novo papel do Estado, mais demcrático e permeável a relações com a sociedade civil, conforme descreveu Boaventura Souza Santos (2002).

Produção e geração de renda

Quando chegamos na comunidade, nota-se os poucos pontos comerciais do local. Um mercadinho logo na entrada da comunidade e uma borracharia, símbolo dos novo tempos, comprovando a substituição do transporte à cavalo, burro e bicicleta, muito comum no interior do Nordeste, pela moto.

A comunidade quilombola do Carrasco tem a agricultura como atividade produtiva, com o cultivo de mandioca, feijão, milho, algumas frutas. Essa produção é para a subsistência da comunidade, e quando há excedentes, são vendidos aos próprios moradores. Devido às questões climáticas a agricultura fica bastante comprometida, com as altas temperaturas. Esta atividade só é praticada nos meses em que há chuva, em geral, de maio a julho. Assim, o que de fato gera renda na comunidade, são as aposentadorias dos mais velhos e o programa bolsa família. Isso torna possível a aquisição de itens que não são produzidos, como roupas, utensílios domésticos, outros alimentos etc.

Nas visitas às famílias encontramos pelo caminho aquelas que produzem a castanha de caju e pudemos observar como se dá este processo, com as mulheres descascando as castanhas após terem sido torradas.

Os relatos da presidente da associação e da diretora da escola informam que existem algumas iniciativas realizadas na comunidade visando a geração de renda, como cursos profissionalizantes e materiais, oferecidos pela prefeitura do município. Porém não há estrutura, nem apoio para a continuidade dos trabalhos.

Nossa análise permite considerar que as atividades sustentadas atualmente de geração de renda, bem como suas iniciativas, não levarão à emancipação socioeconômica desta população, pois trata-se de ações pontuais, sem continuidade, que criam expectativas, mas se perdem num curto período. Seria necessário um maior apoio e incentivo a uma forma de produção que leve a segurança alimentar, com uma maior quantidade de itens produzidos e menor dependência dos produtos vindos de fora e quem sabe a geração de um excedente que permita a comercialização. É importante ressaltar que a escola em tempo integral na comunidade cultiva uma horta que é utilizada na merenda escolar e também serve de exemplo aos alunos nas aulas dadas pelos professores que envolvem o tema.

Nesse sentido, é possível se pensar na construção de um projeto de desenvolvimento ancorado em especificidades locais, conforme destaca Bernard Pecqueur (2007), considerando que os ativos e os recursos do local estão sendo concebidos em grande medida como específicos.

Desenvolvimento e saúde

As oportunidades de desenvolvimento relacionam-se ao acesso à educação e saúde. Conforme mencionamos anteriormente, os mais velhos são analfabetos, alguns deles mostraram-se interessados em aprender a ler e escrever, mas não se animam a frequentar a escola em horário noturno, pelo cansaço e também pelo maior perigo que se corre no deslocamento da escola para a casa nesse turno.

As crianças, por outro lado, tem uma oportunidade de estudo muito importante na comunidade, pois existe uma escola em tempo integral que é muito apreciada pelos moradores da comunidade. Trata-se de uma escola de educação infantil até o 5° ano do ensino fundamental, com atividades do currículo básico na parte da manhã e atividades de formação complementar à tarde, com oficinas de música, aprendizado de instrumentos musicais, cultura afro, oficinas de artesanato, realização de eventos comemorativos entre

outros. Realizamos entrevistas com as gestoras e visitas às instalações e pudemos constatar a estrutura disponível e o comprometimento dos funcionários para viabilizar um ensino de qualidade.

Nota-se que a escola tem um papel muito importante na formação dos alunos, pois além de todo o ensino curricular que é dado, existem iniciativas como a horta escolar, a qual permite que os alunos conheçam as verduras e legumes que não são comuns na plantação e nem em seu consumo na comunidade, e é ainda utilizado nas refeições dos alunos. Isso reforça o papel da escola como promotora da segurança alimentar, ao disponibilizar alimentos que favorecerão à saúde das crianças. Existe também a iniciativa de reaproveitamento da água, uma vez que este recurso é escasso na comunidade, mas ainda necessita de um apoio maior de profissionais que auxiliem nesse reaproveitamento.

Os moradores criticam o fato de seus filhos terem que se deslocar para a comunidade vizinha quando terminarem o 5° ano, pois não há as demais séries nessa escola e o transporte coletivo para se chegar na outra escola é irregular.

Nesse item também buscamos conhecer a saúde da comunidade. Existe um posto de saúde, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atende não só a comunidade quilombola mas outras comunidades do entorno e de acordo com os relatos dos moradores, parecem muito satisfeitos com a atuação da equipe de saúde pois existe uma estrutura que comporta as necessidades dos moradores, com especialistas nas consultas que necessitam realizar e medicamentos controlados necessários às suas enfermidades.

A consciência ambiental é algo pouco disseminado na comunidade. Existe coleta de lixo, duas vezes na semana (segunda-feira e sexta-feira), mas não há coleta seletiva. Quanto ao saneamento básico, as casas descartam seus desejos no próprio solo, contaminando-o. Esta baixa consciência ambiental leva à degradação dos recursos naturais e das paisagens afetando consideralvelmente a ideia da multifuncionalidade da agricultura, pois é a partir dos recursos naturais existentes que a comunidade tem condições de se reproduzir socialmente no local.

Todos tem a possibilidade do acesso à água por meio de encanamento (uma minoria) ou cisternas/caixas d´água, a partir do Programa Cisternas do Governo Federal. Porém, a falta d´água é um problema frequentemente citado pelos moradores que acomete todas as estruturas da comunidade. Muitos pagam para ter acesso a este recurso que não tem uma procedência confiável. Nota-se neste ponto que, aquilo que se busca dentro da multifuncionalidade da agricultura, como por exemplo, a promoção da segurança alimentar, há a negligência desse aspecto pela qualidade da água que muitas vezes pode contaminar

os alimentos consumidos, gerando doenças aos moradores.

Conforto e segurança

À parte o problema de falta de água, que acaba por influenciar todas as áreas e atividades, os moradores demonstram gostar muito de viver na comunidade e não pretendem sair dela. Todos têm acesso à luz e pagam por ela. Existe uma estrutura que permite o convívio social, como a igreja, a escola, o posto de saúde e transporte (com certa frequência). As ruas não são asfaltadas, mas esse é um fato encontrado até mesmo em Arapiraca, na região central. Nem todas as ruas são asfaltadas. Os moradores ressaltam que é muito tranquilo viver na comunidade, pois não tem muita violência e todos se ajudam. Apenas sentem falta de alguns atrativos para que exista mais movimentação e participação de seus moradores, relembrando uma rádio que existe na comunidade, mas a maior parte do tempo não está em funcionamento e citam positivamente os momentos de festas que sempre são organizados pela escola ou pela associação.

Esse resultado é bastante positivo, pois as pessoas desejam continuar na comunidade. Isso torna mais importante o papel do poder público, ao fomentar ações que fortaleçam a comunidade, e dessa forma consigam sobreviver e se reproduzir dignamente em seu território.

Considerações finais

Ao estruturar nosso trabalho, o que tínhamos em mente era reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade para a comunidade quilombola do Carrasco. Buscamos analisar os dados levantados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica da teoria das capacidades proposta por Amartya Sen (2000), analisando a pertinência ou não de empreendermos ações de desenvolvimento local nessas comunidades.

Como quadro geral, nota-se uma comunidade carente de ações que permitam desenvolver capacidades que por sua vez, resultem no desenvolvimento como liberdade. Cabe relembrar que essa ideia de expansão das liberdades surgiu a partir da insuficiência dos modelos tradicionais de desenvolvimento focados na noção de progresso. Esse tipo de enfoque só pode ser pensado para poucas sociedades, pois existe a limitação de nosso planeta em termos de recursos materiais e energéticos. Estes últimos, caso consumidos por todas as sociedades do planeta tal como ocorre nos países e nos grupos humanos mais

ricos, esgotar-se-iam em curtíssimo prazo.

Efetivamente, o caso estudado reforça as marcas do regime de trabalho escravo que existiu no Brasil. O progresso brasileiro ocorre com o abandono social da população negra. No nosso estudo, é encorajador obter resultados como este da escola em tempo integral na comunidade, pois no desenvolvimento como liberdade, a capacidade de pensar em outros mundos depende de um papel central da educação. Igualamente importante, é a educação para o processo participativo: "como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa" (SEN, 2000).

Por outro lado, a comunidade em questão nos mostra que, apesar de seus moradores estarem influenciados por valores da sociedade que lhes deixou à margem, empreendem um movimento de resistência, com o desejo de permanecer na comunidade, com algumas reivindicações. Devido à proximidade que se encontram em relação ao centro urbano de Arapiraca, a ideia de multifuncionalidade torna-se opção atraente para dinamizar a vida econômica, social e ambiental da comunidade, em direção a um bem-estar das gerações mais propensas a abandonar o local.

Caberia neste caso, retomar o papel do Estado, em boa medida salientado na Constituição de 1988, cujas características concentram-se na descentralização atrelada à participação social. Assim, a ideia de um programa transversal, que contemple as diversas áreas (educação, saúde, infraestrutura, etc) atrelado à participação da comunidade e outros atores sociais, como entidades da sociedade civil organizada, pode ser a chave para o desenvolvimento como liberdade deste grupo. O estabelecimento de políticas públicas fundados no desenvolvimento como liberdade deve considerar o desenvolvimento de capacidades que levem em conta os desejos da comunidade.

O estudo não está finalizado, sendo assim, como próxima etapa, pretendemos entrevistar os gestores do município a fim de obter mais informações a respeito das políticas que foram implementadas e daquelas de não foram, destacando suas razões.

Referências

ALAGOAS (2014). ITERAL - **Instituto de Terras de Alagoas**. Disponível em www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas. Acesso em 08 jun 2014.

ARAÚJO, A.M.C. Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 52, p. 5-44,

2001.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial [da] União**, 10 mar. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

BRASIL (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 25 ago 2014.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. "Introdução". In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico". In: **Revista USP,** São Paulo, v. 75, p. 76-84, 2007.

CARVALHO, C.P. **Formação Histórica de Alagoas**. GRAFITEX, 1980.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996. 335p.

COELHO, F.D. **Desenvolvimento Econômico Local no Brasil**: As Experiências Recentes num Contexto de Descentralização. Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/2/LCR1972/lcr1972e.pdf. Acesso em: 10 jun. 2009. 54p.

DUFUMIER, M. "Agricultura e desenvolvimento sustentável". In: MORUZZI MARQUES, P.E. **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade**: dialogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais. Piracicaba: ESALQ, 2010. p.21-38.

ESCOBAR, A. "El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social". In: DANIEL MATO (Ed.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Ática, 1965. v.1. 1062p.

FERREIRA, H. da S.; LAMENHA, M.L.D.; XAVIER JÚNIOR, A.F.S.; CAVALCANTE, J.C.; SANTOS, A.M. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica** 30(1), 2011

HIRST, P. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998. 364p.

KANIKADAN, A.Y.S. Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos de Mandira – SP e Campinho da Independência – RJ. **Tese** (Doutorado) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

MALUF, R. "A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira". In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e

agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. (2007). "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura." **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v. 7, p.45-66, 2007.

OLIVEIRA, S. **Parecer analítico com base no Plano Político Pedagógico da Escola Manoel João da Silva.** Estágio Supervisionado. UNEAL, 2014.

PÁDUA, J.A. de. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004. 318p.

PECQUEUR, B. "O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul". **Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1/2, p.11-22, 2005.

PIETERSE, J.N. "**My Paradigm or Yours**? Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development." Development and Change. Institute of Social Studies. Cambridge: Published by Blackwell Publishers, 1998. v.29 p.343-373.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 480p.

RISCADO, J.L.S.; OLIVEIRA, M.A.B.; BRITO, Â.M.B.B. Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, supl.2, p.96-108, 2010

SAHLINS, M. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção" pt.1: **Mana:** Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.41-73, 1997.

SANTOS, C.J.S; SILVA, J.R.P. Tradição e territorialidade na comunidade camponesa remanescente quilombola carrasco, Arapiraca - Alagoas. In: **V Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas**, 2008, Maceió - AL. E-Book - V Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas. Maceió - AL: UFAL, 2008. v. Único. p. 259.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p.

SANTOS, K.M.P.D.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 194p.

SANTOS, L. Comunidades quilombolas e a saúde da população negra: um olhar para a comunidade quilombola do Carrasco. **Monografia** (Graduação) Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, 2016.

SANTOS, V.S. Escola e identidades: estudo etnográfico do fortalecimento identitário numa comunidade remanescente de quilombo em AL. **Anais do V FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES e I CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE**. 08 a 10 de setembro de 2011 UFS – Itabaiana/SE, Brasil

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade,** São Paulo, v.5, n.10, p6, 1.sem. 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416p.

SILVA, J.B. A educação formal afro-quilombola em Alagoas: limites e possibilidades de emancipação humana. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa em Pós-Graduação em Educação Brasileira, Maceió, AL, 2012

SOUZA, J. "A gramática social da desigualdade brasileira". In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** UFMG: Belo Horizonte, 2006. 396p.

VIANNA, L.W. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 222p.

Recebido para publicação em 16 de agosto de 2016.

Devolvido para revisão em 15 de fevereiro de 2017.

Aceito para publicação em 03 de agosto de 2017.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos**

Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279.

2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-

21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.
ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20- 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n.

8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48- 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.